

CAMILA APARECIDA CARNEIRO FERNANDES

**IDOSOS UNIVERSITÁRIOS E RECONHECIMENTO: ACESSO, PERMANÊNCIA E
OS DESAFIOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Bethania Medeiros Geremias

Coorientador: Arthur Meucci

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2020**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

F363i
2020

Fernandes, Camila Aparecida Carneiro, 1986-
Idosos universitários e reconhecimento : acesso,
permanência e os desafios na Universidade Federal de Viçosa /
Camila Aparecida Carneiro Fernandes. – Viçosa, MG, 2020.
184 f. ; 29 cm.

Orientador: Bethania Medeiros Geremias.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Referências bibliográficas: f. 175-184.

1. Idosos - Educação (Superior). 2. Reconhecimento
(Psicologia). 3. Análise do discurso. I. Universidade Federal de
Viçosa. Departamento de Educação. Programa de
Pós-Graduação em Educação. II. Título.

CDD 22. ed. 378.1982

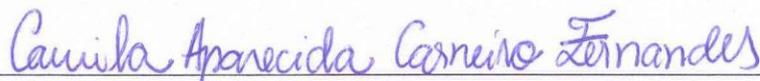
CAMILA APARECIDA CARNEIRO FERNANDES

**IDOSOS UNIVERSITÁRIOS E RECONHECIMENTO: ACESSO, PERMANÊNCIA E
OS DESAFIOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

Dissertação apresentada Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

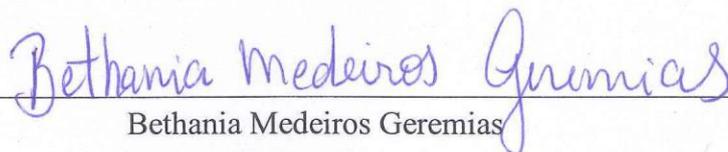
APROVADA: 27 de março de 2020.

Assentimento:



Camila Aparecida Carneiro Fernandes

Autora



Bethania Medeiros Geremias

Orientadora

Aos avôs Zizinho e Dirson, e às avós Raimunda e
Filha.

Às idosas e aos idosos brasileiros de ontem, de hoje e de
amanhã.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Viçosa, por oferecer o Programa de Pós-Graduação em Educação e, ao referido Programa, por me acolher como uma de suas discentes.

A todos os meus antepassados e às minhas antepassadas, pois reconheço e honro o esforço de vocês para que, hoje, em 2020, uma descendente concluísse uma pós-graduação *Stricto Sensu* em uma universidade pública.

À Espiritualidade Maior, que me intui para que eu faça as escolhas necessárias para o meu amadurecimento pessoal e profissional.

Aos meus pais, por me permitirem todas as experiências profissionais que não tiveram e pelo apoio à realização deste mestrado.

À minha avó, Raimunda, por ter sido a calma que eu precisava durante as fases mais turbulentas.

Aos idosos e às idosas que gentilmente aceitaram compartilhar conosco as suas experiências para a realização desta pesquisa.

À professora Rita Márcia Vaz de Mello, por ter aberto as portas do Programa de Pós-Graduação em Educação para mim.

À professora Bethania Medeiros, pela orientação nesta dissertação, bem como pela paciência com minhas limitações, pela atenção e responsabilidade direcionada a este trabalho e por contribuir efetivamente em todas as fases da pesquisa.

Ao professor Arthur Meucci, pela coorientação nesta dissertação, assim como pelas palavras de apoio quando eu mais precisei, pelos ensinamentos pessoais e profissionais e por todas as contribuições a esta pesquisa.

À minha terapeuta, Ana Jotta, por sua escuta sensível e seu dom de aliviar as dores da alma.

Aos professores Rennan Lanna e Lílian Perdigão, por estarem presentes em todas (ou a maioria das) as etapas deste trabalho. Agradeço o diálogo respeitoso, a troca de ideias, todas as sugestões de mudanças e leituras.

À professora Rosa Coutrim, membro externo da banca de defesa, por enriquecer a versão final desta dissertação com seu olhar atento para as questões que envolvem a velhice e o processo de envelhecimento.

À minha irmã, Luíza, e aos tios Dircimar, Elvira, Mariza e Rosalva, pelo apoio, estímulo e torcida; por sempre estarem presentes nos nossos encontros ao longo desses dois anos.

Aos amigos e familiares que compreenderam minhas ausências e, de longe ou de perto, cada um a seu modo, tornaram esses dois anos mais alegres.

Às secretárias do PPGE, Naiany e Mayara, por sempre ajudarem nas minhas dúvidas com presteza e gentileza.

Por fim, aos professores que tive durante os dois anos de mestrado ou participaram/avaliaram esta pesquisa em algum momento do percurso, o meu sincero agradecimento. Ao apresentarem discussões e sugestões de leitura, contribuíram muito para o resultado final e para a minha formação enquanto pesquisadora.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A coisa mais moderna que existe nessa vida é envelhecer
A barba vai descendo e os cabelos vão caindo pra cabeça aparecer
Os filhos vão crescendo e o tempo vai dizendo que agora é pra valer
Os outros vão morrendo e a gente aprendendo a esquecer

Não quero morrer pois quero ver
Como será que deve ser envelhecer
Eu quero é viver pra ver qual é
E dizer venha pra o que vai acontecer
[...]

(Envelhecer - Arnaldo Antunes/ Marcelo Jeneci/Ortinho)

RESUMO

FERNANDES, Camila Aparecida Carneiro, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2020. **Idosos universitários e Reconhecimento: acesso, permanência e os desafios na Universidade Federal de Viçosa.** Orientadora: Bethania Medeiros Geremias. Coorientador: Arthur Meucci.

A inclusão, a permanência e os desafios enfrentados pelos idosos universitários, estudantes da Universidade Federal de Viçosa (UFV), são os temas deste trabalho. A pesquisa foi desenvolvida na respectiva universidade e foram entrevistados sete estudantes com idade igual ou acima de sessenta anos que estavam regularmente matriculados na instituição. O objetivo geral foi compreender as relações de reconhecimento que os alunos idosos mantêm com a Universidade. A metodologia utilizada para a melhor compreensão do *corpus* investigado foi a Análise de Discurso (AD) de linha francesa. Os dados analisados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas. Na análise do *corpus*, identificamos o funcionamento de 10 (dez) temas dominantes, que se materializaram nos textos dos sujeitos idosos. Estes interdiscursos foram agrupados de acordo com as três esferas da Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth: Amor, Direito e Solidariedade. Dentre os dez temas, construídos através do processo de-superficialização do *corpus*, foram definidos para análise as *relações intergeracionais*, *os estereótipos sobre a velhice e idosos com acessibilidade e deficiência na UFV*. Após a análise dos discursos dos sujeitos entrevistados, identificamos uma heterogeneidade nos modos como esses sujeitos atribuem sentidos sobre sua relação com a Universidade. No primeiro tema - *relações intergeracionais* - os universitários falaram sobre as vivências e o aprendizado com os colegas mais novos, o sentimento de exclusão dos grupos de trabalho e a ausência do reconhecimento do próprio sujeito enquanto idoso. Nesta esfera, foram manifestados exemplos de desrespeitos sofridos, apesar da construção simultânea da autoconfiança necessária para participar da vida pública. Observamos, pois, que suas atitudes têm relação com histórias de êxito na construção do vínculo amoroso com os familiares. No que tange à esfera do Direito - *estereótipos sobre a velhice* -, notamos diferença no tratamento destinado às idosas e aos idosos. As idosas frequentemente são questionadas sobre o motivo do retorno aos estudos, além de acusações sobre roubar o lugar do jovem. Para os idosos não há repreensões. Deduzimos, portanto, que eles possuem reconhecimento nesta esfera, ao contrário das mulheres idosas que, ao relatarem seus desconfortos, demonstraram compreender que seus direitos são diferentes dos oferecidos aos outros universitários. E na Solidariedade - *idosos com acessibilidade e deficiência na UFV* -

percebemos que as sugestões de melhorias são tão diversas quanto os modos de viver a velhice por cada um dos entrevistados. Consideramos, igualmente, que para alguns sujeitos as lutas por reconhecimento na Universidade não são travadas por todos os entrevistados. Diante disso, propomos encaminhamentos para o fortalecimento das políticas para idosos na universidade, que abrangem a educação sobre a velhice, o processo de envelhecimento e os direitos dos idosos, o estímulo à convivência entre pessoas de diferentes idades e a ampliação dos atendimentos da Unidade de Políticas Inclusivas (UPI).

Palavras-chave: Educação Superior. Idosos. Reconhecimento. Discurso.

ABSTRACT

FERNANDES, Camila Aparecida Carneiro, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, March, 2020. **University seniors and Recognition: access, permanence and challenges at the Federal University of Viçosa.** Advisor: Bethania Medeiros Geremias. Co-advisor: Arthur Meucci.

Inclusion, permanence and challenges faced by elderly university students, students at the Federal University of Viçosa (UFV), are the themes of this work. The research was carried out at the respective university and seven students were interviewed, aged 60 years or over, who were regularly enrolled at the institution. The general objective was to understand the recognition relationships that elderly students have with the University. The methodology used for a better understanding of the investigated corpus was Discourse Analysis (AD) of French line. The analyzed data were collected through semi-structured interviews. In the analysis of the corpus, we identified the functioning of 10 (ten) dominant themes, which materialized in the texts of the elderly subjects. These interdiscourses were grouped according to the three spheres of Axel Honneth's Theory of Recognition: Love, Law and Solidarity. Among the ten themes, constructed through the corpus de-superficialization process, intergenerational relationships, stereotypes about old age and elderly with accessibility and disability at UFV were defined for analysis. After analyzing the speeches of the interviewed subjects, we identified a heterogeneity in the ways in which these subjects attribute meanings about their relationship with the University. In the first theme - intergenerational relations - the university students talked about their experiences and learning with their younger colleagues, the feeling of exclusion from work groups and the lack of recognition of the subject as an elderly person. In this sphere, examples of disrespect suffered were expressed, despite the simultaneous construction of the self-confidence necessary to participate in public life. We observed, therefore, that their attitudes are related to success stories in building a loving bond with family members. Regarding the sphere of Law - stereotypes about old age - we note a difference in the treatment for the elderly and the elderly. Elderly women are often asked about the reason for returning to school, as well as accusations about stealing the young man's place. There is no reprimand for the elderly. We deduce, therefore, that they have recognition in this sphere, unlike elderly women who, when reporting their discomforts, demonstrated to understand that their rights are different from those offered to other university students. And in Solidarity - elderly people with accessibility and disabilities at UFV - we noticed that the suggestions for improvements are as diverse as the ways of living

old age for each of the interviewees. We also consider that for some subjects the struggles for recognition at the University are not fought by all respondents. In view of this, we propose guidelines for strengthening policies for the elderly at the university, which include education about old age, the aging process and the rights of the elderly, encouraging coexistence between people of different ages and expanding care at the Health Care Unit. Inclusive Policies (UPI).

Keywords: College education. Seniors. Recognition. Speech

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD - Análise do Discurso
AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AIE - Aparelho Ideológico do Estado
BBT- Biblioteca Central
CAs - Centros Acadêmicos
Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCA - Centro de Ciências Agrárias
CCE - Centro de Ciências Exatas
CCH - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CF - Constituição Federal
CNDI - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DED - Departamento de Economia Doméstica
DES - Departamento de Educação Física
DPE - Departamento de Educação
EI - Estatuto do Idoso
EJA - Educação de Jovens e Adultos
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
Fies - Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior
Funarbe - Fundação Arthur Bernardes
IBGE Instituto - Brasileiro de Geografia e Estatística
IC - Iniciação Científica
IES - Instituições de Ensino Superior
IFs - Institutos Federais
ILPI - Instituição de Longa Permanência para Idosos
INEP - Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIDE - Laboratório de Imagem Documental em Educação
MEC - Ministério da Educação
NEAd - Núcleo de Educação de Adultos
OMS - Organização Mundial da Saúde
PBP - Programa de Bolsa Permanência
PCD - Pró- Reitoria de Assuntos Comunitários
PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais
PLC - Projeto de Lei da Câmara
PMTI - Programa Municipal da Terceira Idade
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNI - Política Nacional do Idoso
PPGE - Programa de Pós Graduação em Educação
PPO - Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento
PRE - Pró-Reitoria de Ensino

Prouni - Programa Universidade para Todos
PVA - Pavilhão de Aulas A
PVB - Pavilhão de Aulas B
RU - Restaurante universitário
Sisu - Sistema de Seleção Unificada
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFV - Universidade Federal de Viçosa
Unapi - Universidade Aberta à Pessoa Idosa
Unati - Universidade Aberta à Terceira Idade
Uneb - Universidade do Estado da Bahia
Uniedhs - Unidade Interdisciplinar de Estudos em Desenvolvimento Humano
UPI - Unidades de Políticas Inclusivas
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TED - Technology, Entertainment and Design

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Modalidades de cotas na Universidade Federal de Viçosa.....	17
Quadro 02: As pesquisas sobre a inclusão de idosos como universitários.....	95
Quadro 03: Características dos idosos da pesquisa de Guanambi.....	103
Quadro 04: A quantidade de idosos matriculados na UFV entre 2014-2019.....	105
Quadro 05: Idosos inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).....	106
Quadro 06: Idosos Universitários do <i>campus</i> Viçosa.....	112
Quadro 07: Os idosos participantes da pesquisa.....	115
Quadro 08: As metáforas presentes nos discursos dos idosos.....	122
Quadro 09: Os dizeres dos idosos selecionados de acordo com cada constructo e a interpretação sobre os mesmos.....	123
Quadro 10: Constructos que emergiram dos discursos agrupados de acordo com a Teoria do Reconhecimento.....	124

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO..	21
1.1 A construção social do envelhecimento sob a ótica acadêmica	23
1.2 Os velhos, as velhas e velhice: imaginários e trajetórias sociais.....	28
1.2.1 Velho ou velha: compreensões e preconceitos.....	32
1.2.2 Os idosos como protagonistas de suas vidas.....	40
1.3 A gerontologia no campo da educação de idosos: contribuições para o debate no âmbito da construção social.....	41
1.3.1 A Gerontologia Educacional.....	42
1.3.2 A Educação Gerontológica.....	46
1.3.3 Contribuições da Gerontologia Educacional e da Educação Gerontológica: síntese necessária.....	47
1.4 Eliminação branda: o acesso dos idosos ao contexto educativo universitário...	49
1.5 Uma breve discussão.....	51
2 TEORIA DO RECONHECIMENTO DE AXEL HONNETH.....	54
2.1 A esfera do Amor.....	56
2.2 A esfera do Direito.....	59
2.3 A esfera da Solidariedade.....	61
3 A UNIVERSIDADE PÚBLICA E SUA FUNÇÃO SOCIAL.....	64
3.1 A função social das Universidades Públicas: trajetórias e discussões.....	64
3.1.1 Sobre a tríade ensino, pesquisa e extensão nas Universidades Públicas.....	73
3.1.2 As Universidades como promotoras de novas ideias.....	78
3.1.3 O papel das universidades de/na formação dos sujeitos.....	80
3.1.3.1 Sobre a formação profissional e humana.....	81
3.2 Universidade como espaço de conscientização e de emancipação.....	84
3.3 O Ensino Superior e as legislações.....	86
3.4 Os programas de extensão Universidade Aberta à Pessoa Idosa.....	89
3.5 Considerações sobre o capítulo.....	92
4 AS PESQUISAS SOBRE IDOSOS E UNIVERSIDADE: UM TEMA AINDA SILENCIADO.....	94
4.1 Contribuições das pesquisas.....	96
4.1.1 A realidade dos idosos em Guanambi.....	102
4.2 A realidade dos idosos nos três <i>campi</i> da UFV.....	104
4.3 As pesquisas encontradas sobre a temática e as lacunas.....	107
5 A PESQUISA: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO, PERCURSOS E BUSCA DE NOVAS COMPREENSÕES SOBRE O TEMA.....	109

5.1 Condições de produção da pesquisa.....	111
5.1.1 Condições de produção amplas.....	111
5.1.2 Condições de produção estritas.....	112
5.1.2.1 Quem são esses idosos?.....	114
5.1.3 A construção do <i>corpus</i> : a entrevista.....	116
5.2 Entrevistas: mecanismo de antecipação e violência simbólica.....	117
5.3 A análise: do <i>corpus</i> às compreensões.....	119
5.4 Os temas das entrevistas sob o viés da Teoria do Reconhecimento.....	124
6 O DESABROCHAR DOS IPÊS: ENTRE OS DIREITOS, A LUTA POR RECONHECIMENTO E AS POSSIBILIDADES DE ESTUDAR.....	126
6.1 Relações com a esfera do Amor: “Às vezes, a gente banca até a mãezona deles”.....	126
6.2 Relações com a esfera do Direito: “Estudar para quê? Você já tá velha”.....	139
6.3 A relação com a esfera da Solidariedade: “Eles são indiferentes, eles não me enxergam como uma deficiente”.....	153
6.4 Os Ipês e a Universidade Federal de Viçosa: para além dos desrespeitos.....	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
REFERÊNCIAS.....	175

INTRODUÇÃO

O interesse pela velhice e pelos idosos está fortemente marcado na minha experiência de vida. Durante toda a infância tive a sorte de conviver não apenas com meus avós paternos e maternos, mas também com bisavós e bisavôs. Meus pais encorajavam minhas relações intergeracionais, proporcionando encontros semanais com esses familiares. Essa convivência auxiliou na construção da minha admiração e respeito por todos aqueles que integram essa faixa etária.

O ingresso no curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Viçosa (UFV) foi minha segunda experiência como estudante universitária. Neste ambiente, fui rerepresentada a diferentes públicos que frequentavam as instituições escolares e, desses, aqueles que mais atraíram minha atenção foram os que possuíam idade igual ou superior a sessenta anos. Afirmando que fui rerepresentada porque, por ser filha e sobrinha de professores, o ambiente escolar sempre foi um local muito prazeroso e no qual passava grande parte da minha rotina.

Em um determinado momento do curso, fui convidada a escrever um projeto de pesquisa de Iniciação Científica (IC) juntamente com o professor Arthur Meucci. Entre os temas que poderiam ser trabalhados havia *A inclusão de idosos na Universidade Federal de Viçosa* e foi este o que escolhi. A Fundação Arthur Bernardes (Funarbe) nos contemplou com uma bolsa de pesquisa¹ e o projeto foi desenvolvido entre março de 2017 e março de 2018.

Nesse período, tive contato com sujeitos idosos que eram alunos regulares na universidade. Em conversas informais com três estudantes idosas, registradas em meu caderno de campo da pesquisa de IC, elas contaram que o retorno aos estudos e o ingresso em uma universidade pela primeira vez foi a melhor decisão que tomaram. Elas afirmaram que tornar-se estudante universitária modificou a vida delas para melhor. Logo, esses relatos sugeriram que uma vida mais extensa e saudável e com maior disponibilidade de tempo oportunizam a realização de sonhos antigos ou a descoberta de novas formas de viver.

Como complementação para a nossa temática, elencamos algumas informações sobre o ingresso aos cursos de graduação da Universidade Federal de Viçosa, que foram conseguidas, via correio eletrônico, com a Pró-Reitoria de Ensino (PRE). As formas de ingresso na UFV acontecem pelo: Sistema de Seleção Unificada (SISU), Exame Nacional do

¹ A pesquisa *A Inclusão de Idosos na Universidade Federal de Viçosa: políticas de acesso e luta pelo reconhecimento* foi registrada no Comitê de Ética da UFV sob o nº CAAE 69762917.5.0000.5153, desenvolvida entre Fevereiro de 2017 e Março de 2018, com orientação do professor Drº Arthur Meucci e coorientada pela professora Drª Bethânia Medeiros Geremias.

Ensino Médio (ENEM), Portador de Diploma, Mudança de Curso, Transferência, Rematrícula e Sequência². As modalidades de cotas destinam-se apenas aos estudantes que ingressaram via SISU e ENEM e estão dispostas na Lei nº 12.711/2012. São nove modalidades, elencadas a seguir:

Quadro 01: Modalidades de cotas na Universidade Federal de Viçosa.

Modalidades de cotas na Universidade Federal de Viçosa
Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
Candidatos com deficiência que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012)
Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
Candidatos com deficiência que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
Ampla Concorrência.

Fonte: Organizado por esta pesquisadora, de acordo com as informações recebidas pela Pró-Reitoria de Ensino.

Esta experiência aumentou o desejo de aprofundamento na pesquisa acadêmica. Logo, em 2017, concorri a uma vaga no Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) da UFV. O ingresso no PPGE não aconteceu com esse tema de pesquisa. À época, fui aprovada com um projeto que versava sobre a criação de uma Universidade Aberta à Pessoa Idosa (Unapi) na instituição. Entretanto, os resultados da pesquisa de IC apontaram que não existia uma demanda considerável para o referido programa de extensão, uma vez que a maioria dos idosos que frequentavam as dependências da universidade, e participavam de seus projetos,

² Essa forma de ingresso acontece quando o estudante concluiu uma modalidade de ensino (bacharelado ou licenciatura) e reingressou novamente para cursar a outra modalidade.

possuía baixo nível de escolaridade, estando mais interessados, primeiramente, em se alfabetizar e estabelecer novas relações sociais. Após essa constatação, e por sugestão do professor Arthur Meucci, igualmente coorientador desta dissertação, optamos por pesquisar e compreender as relações de reconhecimento que os universitários idosos mantêm com a UFV.

A predileção pelo PPGE/UFV ocorreu por questões de ordem afetiva. Enquanto aluna do curso de Pedagogia, eu nutria admiração pelo trabalho de professores do programa e isso despertou em mim o desejo de aprender a desenvolver pesquisas com eles. Soma-se a isso o fato de que já residia em Viçosa e que o custo de vida era compatível com a minha realidade financeira. Esse fator foi determinante para a minha opção pelo programa, uma vez que a atual crise política brasileira e os inúmeros desmontes na educação superior pública já assinalavam que os recursos financeiros para o pagamento de bolsas de estudo seriam escassos.

A escolha pela linha de pesquisa *Formação humana, política e práxis sociais* deu-se porque esta aborda a educação contemporânea na perspectiva das políticas educacionais. O tema que elegemos para este trabalho está em consonância com esta perspectiva, pois a inserção dos idosos na universidade é uma nova maneira de percebermos os benefícios do Ensino Superior público e gratuito. Reiteramos, também, que algumas legislações com foco nos idosos afirmam que as universidades devem oferecer serviços específicos para eles nos aspectos social, cultural e biológico.

Acreditamos que a contribuição desta dissertação para a sociedade brasileira está alicerçada em dois pilares. O social baseia-se em pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A população brasileira está permanecendo por mais tempo na velhice e, em muitos casos, com menos compromissos sociais que possuíam em outras fases da vida (trabalho, filhos pequenos, família etc) (IBGE, 2017). Essas disponibilidades fazem com que o desejo de começar ou retornar os estudos se torne uma opção para muitos longevos. A convivência com pessoas mais jovens e os diversos aprendizados que a universidade proporciona fazem com que os idosos tenham melhores índices de saúde física e psicológica e, por consequência, pode levar o sistema público de saúde a ter menos despesas (LIMA, 2001).

A relevância científica apoia-se no desejo de que este trabalho contribua para a diminuição da discriminação em decorrência da faixa etária com alegações de que idosos não conseguem aprender mais ou de que, ao estudar, estão “roubando” o lugar dos jovens. Também reiteramos que, no âmbito da UFV, esta é a primeira dissertação que se dispõe a analisar os discursos dos universitários com idade igual ou superior a sessenta anos acerca de

como eles se reconhecem enquanto discentes da instituição. Desejamos, pois, que este trabalho impulse outros que intencionem a criação de políticas públicas educacionais para o público idoso, seja educação formal ou não formal.

Expostas essas justificativas, para a realização desta pesquisa elaboramos um objetivo geral e três específicos para compor o percurso que vamos fazer. O objetivo geral consistiu em compreender as relações de reconhecimento que os alunos idosos da UFV mantêm com a mesma. E os objetivos específicos foram: i) Identificar pesquisas sobre a inclusão e permanência dos alunos idosos em instituições de Ensino Superior; ii) Investigar como os estudantes idosos matriculados na Universidade Federal de Viçosa compreendem seus processos de inserção nos cursos de graduação; iii) Sugerir ações para o fortalecimento das políticas de reconhecimento dos idosos na UFV.

Para iniciar esta dissertação, discutiremos no primeiro capítulo a construção social da velhice e do processo de envelhecimento. Afirmamos que nossos imaginários sobre esses temas estão intimamente relacionados à forma como a mídia - que é influenciada pelo sistema capitalista - enfatiza as características da velhice e também devido à maneira como nos relacionamos com os idosos de nossas famílias. No segundo momento, explicamos as contribuições da Gerontologia Educacional e da Educação Gerontológica para compreendermos as diferentes velhices existentes na nossa sociedade e como esses conhecimentos podem auxiliar no momento de propor processos educativos para os idosos.

O segundo capítulo foi estruturado baseando-se na Teoria do Reconhecimento, de Axel Honneth. Nele explicamos as três esferas de reconhecimento que este filósofo propõe - Amor, Direito e Solidariedade - pois estas nos serviram como baliza teórica para analisar os discursos produzidos pelos estudantes idosos, em situação de entrevista, sobre o processo de inserção universitária vivenciado. Intencionamos mostrar o quão é necessário reconhecer os idosos como pessoas que são constituídas de direitos, garantidos pelas leis específicas a esse público, abordadas no capítulo seguinte, incluindo os direitos à educação e ao pleno exercício da cidadania.

No terceiro capítulo, dialogaremos com autores sobre a função social da universidade pública relacionando seus três pilares - ensino, pesquisa e extensão - com sua responsabilidade na formação humana e profissional de seus egressos. Pontuaremos, também, legislações brasileiras que orientam os serviços que as Instituições de Ensino Superior (IES) devem prestar à comunidade.

No quarto capítulo apresentamos o estado do conhecimento sobre o tema e verificamos que se trata de um assunto ainda pouco explorado, seja porque não há interesse pelo assunto

ou pelo número modesto de idosos universitários. Seleccionamos e comentamos alguns critérios de exclusão, já que estes permeiam os discursos dos idosos que entrevistamos. Corroborando esta perspectiva, elencamos o número de idosos que ingressaram no *campus* da UFV entre os anos de 2014 e 2018 e o número de pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos que se inscreveram no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) entre 2009 a 2018.

A metodologia que utilizamos será apresentada no capítulo cinco. Nosso trabalho é uma pesquisa qualitativa e, para desenvolvê-la, utilizamos a pesquisa bibliográfica e a Análise do Discurso (AD). Nesta parte, demonstramos todo o percurso feito: dos primeiros contatos com os idosos entrevistados à análise de seus discursos.

O sexto capítulo será dedicado às análises dos discursos dos idosos universitários coletados por meio das entrevistas realizadas com esses sujeitos. Para uma maior compreensão dessas falas, nos respaldamos teoricamente nas três esferas de reconhecimento propostas por Honneth e, dentro de cada uma, incluímos os discursos que foram colocados em funcionamento durante as entrevistas, considerados no processo de análise. Na esfera do Amor estão os temas *relações intergeracionais, o apoio da família e dos amigos e a relação com os professores*. Na esfera do Direito elencamos os *estereótipos sobre a velhice, as questões relativas a gênero e a papéis sociais e desafios e responsabilidades para o idoso tornar-se estudante universitário*. Por fim, na esfera da Solidariedade, analisamos as compreensões relativas aos Idosos *como deficiência e acessibilidade na UFV, bem como o valor social do estudo e da universidade*.

1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

“O crepúsculo faz chorar. A beleza faz chorar. Choramos porque o crepúsculo somos nós. Somos belos e efêmeros como o crepúsculo”³

Anterior ao início dos estudos sobre os processos de inclusão e inserção de idosos nas esferas educacionais, minha concepção sobre as pessoas que possuíam idade superior a sessenta anos diferia da atual. Durante a convivência com familiares longevos, que nasceram e cresceram em Senador Firmino (cidade do interior de Minas Gerais) e que não imaginavam que completariam oito décadas de vida, construí os conceitos de que *velhice*, *idoso* ou *terceira idade* remetiam a comportamentos recatados/conservadores, prazer em desempenhar atividades artísticas manuais e/ou que se relacionavam à religião católica e em discursos queixosos acerca do próprio estado de saúde e dos acontecimentos sociais.

A transformação nesta interpretação respalda-se no artigo de Beltrina Côrte (2018). Em seu trabalho, a autora afirma que a variedade de termos utilizados para designar as pessoas que possuem idade igual ou superior a sessenta anos decorre das diferentes formas como esses sujeitos envelheceram (física, mental e materialmente), como percebem a atual fase de suas vidas e como o contexto social no qual estão inseridos compreende as pessoas que possuem sessenta anos ou mais. Sobre as diversas nomenclaturas, ela enfatiza:

Todas as nomenclaturas, no entanto, tentam, em vão, substituir o termo *velhice*, esta ainda marcada pelas imagens de pobreza, abandono e doença, esquecendo-se que ela é uma etapa - cada vez mais longa - do processo de envelhecimento, que é irreversível e inexorável para todos os seres vivos, finitos que somos (CÔRTE, 2018, p. 13).

De acordo com as pesquisas de Côrte (2018), o termo *velho* é rejeitado por relacionar-se socialmente a situações pejorativas como doenças e a diminuição dos relacionamentos sociais (devido à aposentadoria ou falecimentos de pessoas queridas). Compartilhamos a opinião desta pesquisadora quando pontua que não existe um termo certo para definir as pessoas que já completaram sessenta anos. Contudo, consideramos necessária cautela ao afirmar que a forma como cada um de nós envelhece é uma escolha. Concordamos que todas as pessoas deveriam ter esse direito, mas, de fato, não é o que acontece. Por vezes, envelhecemos sem a oportunidade de fazer essas escolhas, pois, muitas vezes, é necessário

³ ALVES, Rubem. **As cores do crepúsculo**: a estética do envelhecer. 3. ed. Campinas: Editora Papirus, 2002, p. 61-62.

nos adaptarmos às nossas condições concretas de vida. Portanto, entendemos que não é sempre que vamos “vestir” a velhice da maneira como imaginamos.

Ao longo da minha formação, participei de estágios voluntários em grupos de educação não formal destinados aos idosos de Viçosa. Nesses encontros, notei como as experiências que esses sujeitos colecionaram no decorrer da vida moldavam seus discursos, medos, opiniões e afetos. Em alguns casos, possuíam a mesma idade e experiências (casamento, filhos, viuvez, baixa escolaridade), contudo, as posturas eram diferentes, uma vez que a maneira pela qual interpretavam a realidade era diversa e particular de cada um. Isso demonstra como a elaboração do conceito envelhecimento está permanentemente em transformação (OSÓRIO, 2007).

Essa modificação não se baseia apenas na percepção do idoso. Relaciona-se também à forma como os governos, as instituições e a mídia abordam o tema. Em uma sociedade na qual ultrapassar os sessenta anos de idade é sinônimo de doenças e de afastamento dos vínculos sociais e profissionais, é natural que a compreensão sobre o processo de envelhecer, a princípio, não seja otimista. Na opinião de Osório (2007), é necessário que se vinculem imagens sobre a velhice que combatam o medo que as pessoas têm de envelhecer. Para corroborar este posicionamento, citamos Felipe e Sousa:

Deve-se levar em consideração que as representações existentes em uma determinada sociedade sobre a velhice, o momento específico a partir do qual o indivíduo é considerado velho, a posição social desse velho e o tratamento direcionado para essa fração da população ganham diferentes significados que dependem dos variados contextos sociais, culturais e históricos (FELIPE; SOUSA, 2014, p. 23).

Colaborando com a perspectiva de que os imaginários sobre a velhice dependem dos contextos sociais e culturais, o documentário *Envelhescência* (2018) apresenta idosas e idosos brasileiros que desafiam as convenções sociais. A surpresa aparece na estética que apresentam, nos esportes praticados e no fato de possuírem empregos que exigem coragem e vigor físico. Ao assistir ao vídeo, fiquei impactada porque os atributos demonstrados por estes idosos divergem dos imaginários produzidos e veiculados em nosso entorno pessoal ou profissionalmente.

Na sociedade brasileira, os comportamentos apresentados são percebidos como comuns aos jovens e não às pessoas idosas. Ao término do filme, meu questionamento foi: por que um homem de 73 anos não pode trabalhar como paraquedista? Então percebi que meu imaginário ainda carregava a ideia de que a velhice é uma fase de limitações.

Possuo uma extensa coleção de imagens mentais sobre a pessoa idosa e tenho consciência de que, à medida que estudo sobre a temática e convivo com idosos provenientes de contextos diferentes do meu, esse conjunto se modifica. Não é possível afirmar como essas imagens serão daqui a algum tempo porque a minha compreensão sobre a realidade é influenciada e está em constante transformação de acordo com as experiências que vivencio. A única certeza é a de que será um conhecimento específico e singular, assim como o é neste momento, bem como é a compreensão do processo de envelhecimento (OSÓRIO, 2007).

1.1 A construção social do envelhecimento sob a ótica acadêmica

Anteriormente, expus como as vivências que tive durante a vida contribuíram para a minha compreensão sobre o processo de envelhecimento e como esta se modificou à medida que participava e conhecia outros idosos e seus contextos sócio-históricos e culturais.

Com a intenção de argumentar sobre o processo de envelhecimento como uma experiência particular, apresentamos o pensamento de um filósofo romano da antiguidade. Sêneca - em obra traduzida e publicada em 1993 - afirma que o decorrer da vida é breve e aprender a usufruí-la deveria ser a postura daqueles que desejam chegar à velhice sem arrependimentos: seja em relação ao bom uso do tempo ou às ações tomadas ao longo da existência. De acordo com este autor, o bem-estar na velhice relaciona-se às fases que a antecederam. Desta forma, aqueles que almejam uma experiência prazerosa devem atentar-se para a forma como estão vivendo o presente. Este filósofo ressalta que, ao longo da vida, as pessoas deixam de fazer atividades que lhes proporcionam prazer para colocá-las em prática durante a velhice. Entretanto, não é possível prever que, após os sessenta anos, teremos tempo disponível e saúde. Assim sendo, ele recomenda desenvolvermos essas atividades ao longo dos anos, para acrescentar vida aos dias (SÊNeca, 1993).

Na opinião do filósofo e sociólogo Pierre Bourdieu (1983), a fronteira entre o término da juventude e do início da velhice é controversa. De acordo com este autor, a classificação por idade remete à ideia de que as pessoas devem ter comportamentos típicos da faixa etária na qual se encontram. Acerca disso, ressaltamos do texto de Bourdieu a seguinte afirmação: “O que quero lembrar é simplesmente que a juventude e a velhice não são dadas, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas” (BOURDIEU, 1983, p.02).

Este também é o posicionamento de Meucci (2013). O professor e pesquisador em Gerontologia Educacional assegura que o envelhecimento não deve ser analisado apenas pelo

viés biológico, mas também social e emocional, uma vez que os idosos são percebidos de formas diferentes em cada sociedade e, por isso, possuem demandas diversas.

Destacamos também a colocação de Bourdieu (1983) sobre o choque entre as trajetórias dos jovens e idosos no âmbito profissional. O autor assevera que os mais novos podem ‘empurrar’ os mais velhos para “a morte social”, favorecendo o surgimento de atritos. Esta afirmação remete à ideia das relações intergeracionais. Acerca dessas diferenças, pontuamos o posicionamento de Franco e Barros Júnior (2013), para os quais elas podem ser benéficas se houver respeito, solidariedade e capacidade de escuta entre os envolvidos. Dessa maneira, com interesses e experiências diversas, a relação intergeracional, por exemplo, entre alunos regulares dos cursos de graduação ou entre professores e estudantes idosos, torna-se uma oportunidade de aprendizado mútuo.

Contribuindo com a perspectiva de diversidade de velhices, expomos o trabalho de Bosi (1994), que traz olhares e percepções de idosos, de diferentes origens sociais, que viveram na cidade de São Paulo até a metade do século XX. A forma pela qual os entrevistados experienciaram a velhice diversifica-se conforme as oportunidades que tiveram. Por colecionarem considerável soma de anos de vida, é natural que tenham experiências para compartilhar. Em relação a este comportamento, que é típico de uma parcela desse grupo social, a autora comenta: “Lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito” (BOSI, 1994, p.39).

Em seu trabalho, Bosi (1994) destaca a memória, uma vez que os longevos a utilizaram para narrar suas trajetórias de vida. Ela demonstra que o idoso, ao relembrar sua história, a interpreta não apenas com sentimentos passados, mas também com as representações que possui sobre o mundo. Conseqüentemente, as memórias que emergem relacionam-se com experiências passadas e atuais, demonstrando velhices construídas de acordo com diferentes contextos sociais e culturais, bem como imaginários distintos reproduzidos socialmente e deslocados em acordo com a cultura e os sentidos atribuídos à velhice.

Ao dialogarmos sobre a velhice, o último dos estágios da vida, é natural lembrarmos da morte e a associarmos mais a esta fase do que às anteriores. De acordo com Elias (2012), o viés pelo qual a sociedade enxerga a morte influencia os sentimentos das pessoas acerca da sua condição de idoso. Os seres vivos são finitos, mas talvez apenas os humanos possuam consciência de que irão morrer e esta constatação pode tornar-se um problema (ELIAS, 2012).

Elias (2012) pondera que a experiência da morte é uma construção social: cada sociedade tem sua maneira de sentir e experienciar esse acontecimento, bem como de enxergar aquelas pessoas que estão prestes a transpô-lo. Ele também destaca que a sociedade, quando não aborda o tema com naturalidade, acarreta implicações na maneira como os sujeitos que compõem a velhice percebem as próprias vidas:

A morte é um dos grandes perigos biossociais na vida humana. Como outros aspectos animais, a morte, tanto como processo quanto como imagem mnemônica, é empurrada mais e mais para os bastidores da vida social durante o impulso civilizador. Para os próprios moribundos, isso significa que eles também são empurrados para os bastidores, são isolados (ELIAS, 2012, p.14).

Ainda sobre o conceito morte, o autor anteriormente citado esclarece que nas sociedades desenvolvidas este acontecimento está mais distante das pessoas. Isso acontece porque a alta expectativa de vida faz com que as experiências com a finitude sejam escassas ou aconteçam em hospitais ou outras instituições. Em tempos passados, era comum que as pessoas falecessem em casa e todos os familiares presenciassem o momento. Atualmente, transitamos pela vida sem ver um cadáver.

Farias, Santos e Patiño (2017) publicaram um trabalho sobre a morte e o processo de envelhecimento. Eles destacam que a velhice é um conjunto dos estados físico e mental, das relações sociais cultivadas ao longo da vida, das experiências culturais que o sujeito teve acesso e também da expectativa de vida que este indivíduo possui. Na visão desses pesquisadores:

A pessoa mais velha, na maioria das vezes, é definida como idosa quando chega aos 60 anos, independentemente de seu estado biológico, psicológico ou emocional. Entretanto, o conceito de idade é multidimensional e o processo de envelhecimento tem significados que extrapolam as dimensões da idade cronológica, como experiência heterogênea e individual. O idoso vivencia uma diversidade de experiências individuais que deve ser valorizada. É isso que Elias procura discutir em seu trabalho. Sua obra chama a atenção para **os sentidos do envelhecimento como consequência das experiências individuais, familiares e grupais vivenciadas ao longo da vida**. O prolongamento da expectativa de vida das populações tem gerado modificações, não apenas no perfil demográfico do mundo, mas também na percepção da pessoa em relação à vida, à saúde e suas relações com o processo de envelhecimento (FARIAS; SANTOS; PATIÑO, 2017, p. 09, grifo nosso).

Os teóricos outrora citados produziram discursos sobre a construção social do envelhecimento que estão permeados de subjetividade. Para enfatizar esse posicionamento,

salientamos os constructos teóricos da Análise de Discurso ao qual nos filiamos, quais sejam: *relações de sentido, relações de força e formação imaginária*, de Orlandi (2009). Em relação ao mecanismo *relações de sentido*, esta autora defende que não há discurso que não se relacione com outros, sejam dizeres passados ou futuros.

Logo, esses autores, ao produzirem sentidos sobre a temática basearam-se nas situações pessoais ou profissionais que vivenciaram, e em leituras que permearam seus contextos sócio-históricos. Nesse caso, há um fechamento de sentidos que se estabiliza por via das posições discursivas acadêmicas e que implicam determinadas relações de forças, considerando que o lugar de onde o sujeito fala proporciona respaldo ao que é dito por ele.

Desta forma, o realce que proporcionamos a esses teóricos se deve ao fato de possuírem reconhecimento em suas respectivas áreas, o que os autorizam a discutir a velhice, o envelhecimento e sua construção social. Esse mecanismo é denominado na Análise de Discurso de situação empírica. Trata-se da posição que a pessoa ocupa socialmente. Contudo, o que possui significado para esta metodologia de análise são as posições que os falantes ocupam no discurso, que são as projeções que fazemos das falas desses sujeitos e estão relacionadas ao contexto sócio-histórico e a memória social.

Para além da posição empírica, temos também o mecanismo das formações imaginárias, que “produz imagens dos sujeitos, assim como o do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica” (ORLANDI, 2009, p. 40). É este mecanismo que possibilita que os sujeitos produzam e reproduzam imagens sobre diferentes objetos discursivos. No caso deste estudo, tudo o que é e foi dito – interdiscurso (ORLANDI, 2009) – sobre a velhice em diferentes contextos históricos e sociais são interiorizados pelos sujeitos e materializados em seus dizeres, ou seja, no intradiscurso (ORLANDI, 2009). Nesse processo funcionam os mecanismos parafrásticos e metafóricos, bem como os descolamentos de sentido. Este último possibilita que o sentido sempre possa ser outro, como nos ensina a Análise de Discurso enquanto referencial teórico-metodológico.

Esses constructos apontados por Orlandi (2009) auxiliam o analista nas suas interpretações sobre os dizeres dos sujeitos e são fundamentais para compreender como o discurso se produz e se materializa. A *metáfora* liga-se à ideia das comparações e de que as palavras são substituídas umas pelas outras e isso faz com que os significados delas se modifiquem, materializando imaginários sociais/ideológicos. Em relação à *paráfrase*, o entendimento da autora é de que se trata de um processo no qual o sujeito, ao dizer, retoma a memória e aos dizeres passados (memória discursiva, interdiscurso), repete ou reproduz o mesmo. Em contrapartida, a *polissemia* remete ao deslocamento de sentido: proporcionar

outro significado a uma palavra que, normalmente, não o possuía, “[...] produzindo novos sentidos, efeitos do jogo da língua inscrito na materialidade da história” (ORLANDI, 2009, p. 39).

Do mesmo modo, a maneira pela qual uma pessoa vivenciará a velhice está em conformidade com a forma como viveu as fases anteriores da vida e os sentidos sobre ela produzidos socialmente, com os quais teve contato. A idade cronológica não é fator determinante para as atividades que uma pessoa pode ou não realizar, nem para os modos de significar seu próprio envelhecimento.

Não são todos os idosos que gostam de falar sobre suas memórias, que se sentem confortáveis em conviver com pessoas de gerações mais novas ou que, por comodismo, iniciaram a realização de sonhos pessoais e profissionais após os sessenta anos. As oportunidades (ou a ausência delas) durante a vida são fatores que influenciam nas posturas e percepções atuais.

Os sentidos sobre o que é ser idoso e sobre os desafios que este enfrenta são produzidos historicamente, relacionam-se com outros já existentes e se materializam na forma de imaginários (ideologias). A ideologia, para Orlandi (2009), permeia nossos dizeres. Isso acontece porque sujeitos, discursos e ideologias estão ligados, e, portanto, “[...] não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 2009, p.47). Desta forma, o que compreendemos acerca do posicionamento da autora é que os imaginários sobre a velhice se materializam nos discursos dos sujeitos sem que eles percebam.

Para que haja um discurso, ele precisa ser dito por alguém e este alguém sempre se respalda em uma ideologia para falar. Todavia, para que a ideologia tenha sentido, é necessário que ela tenha sido dita em algum momento da história, esquecida e falada novamente em outro contexto histórico e social. Então, o analista, com os conhecimentos e leituras que acumulou durante a sua trajetória, juntamente com a memória institucional, irá interpretar este objeto simbólico - que é o discurso.

No viés da educação no Ensino Superior, que de início foi pensada prioritariamente para atender o público jovem e proveniente das classes dominantes, ponderar sobre a presença de idosos das camadas populares como estudantes regulares dos cursos de graduação vai ao encontro do que discutimos neste tópico. A atitude desses longevos de iniciarem ou retornarem aos estudos é exemplo de como o processo de envelhecimento se diferencia cultural, social e historicamente. Seus discursos também se diversificam porque eles podem se basear em ideologias diferentes para falar, logo, diversas interpretações poderão ser feitas com base nos constructos citados por Orlandi (2009).

1.2 Os velhos, as velhas e velhice: imaginários e trajetórias sociais

Antes discutirmos os imaginários sociais acerca da velhice, é necessário dialogarmos sobre os diversos perfis de velhos e velhas presentes na sociedade. Britto da Motta (1999; 2010) esclarece que as particularidades dos integrantes da velhice estão além das experiências sócio-culturais que tiveram. Essa pesquisadora nos alerta para o fato de que mesmo que as experiências sociais tenham sido as mesmas, as posturas adotadas por esses sujeitos podem não ser. O gênero, a etnia, a classe social e a subjetividade de cada sujeito influenciam no perfil de idoso ou idosa que a pessoa se tornará.

Um exemplo para a ideia apresentada por Britto da Motta (1999; 2010) é o documentário “Não quero ser batom a vida toda”⁴, do Laboratório de Imagem Documental em Educação (LIDE) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Nesse trabalho são apresentados depoimentos de universitários sobre o acesso, a permanência e os desafios de estudar em uma universidade pública. Um deles é o de uma idosa, preta e de classe baixa. Ela relata que conhece pessoas da mesma condição social que a dela e que não consideram a universidade como um espaço para os velhos, os pretos e os pobres. Ao sobreviver no espaço universitário e reafirmar seu lugar como estudante de um curso de licenciatura, ela demonstra como sua compreensão sobre a realidade difere da de pessoas com experiências parecidas ou até iguais às dela e vai ao encontro das pesquisas de Britto da Motta (1999; 2010).

Britto da Motta (1999) também pontua a diferença nas trajetórias de vida entre idosos e idosas e justifica essa diversidade no gênero. A análise corrobora o que Goldemberg (2014) exemplifica em seu livro *A bela velhice*. Na pesquisa desta antropóloga, homens e mulheres com idade igual ou superior a sessenta anos e provenientes das classes média ou alta na cidade do Rio de Janeiro relatam acerca de suas vivências sobre a velhice.

Percebemos, de acordo com este trabalho, que o gênero influencia nessa experiência quando, por exemplo, as mulheres afirmam que é uma época de liberdade nos âmbitos pessoal e social e que é diferente de tudo o que viveram até aquele momento. Em contrapartida, os homens dizem que não sentem nenhuma diferença em relação à liberdade, mas que o aumento das horas de lazer faz com que sintam mais vontade de estar com a família. Esses relatos reafirmam as proposições de que as atuais idosas não tiveram as mesmas vivências sociais que os homens de mesma idade. Então, quando estão aposentadas ou não são mais

⁴ NÃO QUERO SER BATOM A VIDA TODA. Direção: Lide UFF. Niterói: Youtube. 2014. 25 min 03 seg. son. color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WZVsx2AveHU>. Acesso em: 15 abr. 2020.

responsáveis pelo trabalho de casa e o cuidado com os filhos e/ou marido, sentem-se livres (BRITTO DA MOTTA, 1999).

Acerca desse tema, Britto da Motta (1999) conclui:

Este é, certamente, o ponto nodal da diferença entre práticas e representações de velhas e velhos. Estes ficam mais “realistas” ou mais dominados pela “ideologia da velhice”, enquanto elas se deixam levar pelo entusiasmo dessa “liberdade” recém-conquistada e se tornam mais ativas, meio triunfalistas (BRITTO DA MOTTA, 1999, p. 211).

Corroborando essa perspectiva, o trabalho de Lima e Bueno (2009) aponta para o fato de que as idosas sofrem mais durante o processo de envelhecimento e a velhice do que os idosos. Para essas autoras, a constatação baseia-se em fatores sociais, culturais, pessoais e de saúde. Segundo Lima e Bueno (2009), as mulheres vivem por mais tempo que os homens, mas não necessariamente com maior qualidade de vida. Respalda-se essa afirmação no fato de que uma parcela considerável de mulheres não possui acesso a cuidado médico durante a vida (com destaque para o acompanhamento antes, durante e após as gestações) e trabalharam informalmente (logo, na velhice os recursos econômicos podem ser escassos e não suficientes para arcar com as necessidades que surgirão) (LIMA; BUENO, 2009).

Exposto brevemente os aspectos que diversificam os integrantes da velhice, pensemos como as famílias e as comunidades nas quais crescemos cuidam de seus idosos. Por sermos provenientes de diversos contextos, as respostas poderão ter semelhanças e diferenças. A atenção e o carinho que dispensamos aos longevos dependem da maneira pela qual concebemos a velhice. Se durante o nosso percurso de vida fomos expostos à ideia de que velhice é sinônimo de doenças e limitações, de ausência de beleza, de desvalorização social e de fim da vida produtiva, é natural que enxerguemos as pessoas que possuem sessenta anos ou mais por um viés negativo. Mas este não precisa ser permanentemente o nosso comportamento.

Vivemos em uma sociedade capitalista, na qual a produtividade e o consumo regulam as relações sociais. As pessoas são valorizadas por suas posses e não por sua essência. A produtividade liga-se à jovialidade e a uma rotina com muitos compromissos. O consumo excessivo abrange objetos, de roupas à tecnologia, e pontua a obrigatoriedade de ter e manter uma aparência sempre jovem e saudável. As propagandas exibidas pelas redes de televisão e por revistas, em especial, com foco no público feminino, enaltecem corpos magros e musculosos, pele sem rugas e cabelos sem fios brancos. Não há limite para a criação de

produtos e tratamentos de beleza que prometem a juventude eterna, bem como não há limite para os preços cobrados por eles.

Todavia, nessa mesma sociedade, o poder aquisitivo das classes sociais é variado e uma pequena parcela consegue adquirir os produtos oferecidos. O difícil acesso a esses produtos e o não enquadramento no perfil que o capitalismo enaltece provoca a exclusão dos sujeitos. Destacamos os idosos como um grupo etário que é alvo dessa anulação. Estamos vivendo a Revolução da Longevidade⁵, mas não aprendemos a envelhecer. Logo, por não termos acesso a este conhecimento, não nos preparamos conforme a sociedade esperava. Uma parcela significativa dos idosos brasileiros não possui acesso aos serviços de saúde e sociais e, por isso, depende da oferta pública.

O comportamento dos idosos que não consomem ou não se encaixam no perfil que o capitalismo julga adequado faz com que a sociedade, de forma geral, construa imagens sobre esse grupo. Esses imaginários podem ser equivocados porque não é considerado o contexto do qual os longevos emergiram e as oportunidades que tiveram no curso de suas vidas.

Acerca dessa perspectiva, ressaltamos Osório (2007), ao afirmar que os estereótipos que a sociedade construiu sobre os idosos estão se modificando de forma otimista. Para ele, os longevos começam a ser vistos como pessoas que almejam e procuram por novos papéis sociais e que possuem determinação para adaptar-se a situações que antes eram vistas por eles como desconfortáveis. Para este autor:

Encontramos sujeitos com maior independência, com grande margem de autonomia e, ao mesmo tempo, interessados em diferentes aspectos da realidade, desde a política até aos avanços das novas tecnologias, novas formas de participação e de modelos de consumo, ao que se associa um alto nível de atividade que os idosos desenvolvem, apesar de não serem remunerados (OSÓRIO, 2007, p.14).

Anteriormente, o processo de envelhecimento era compreendido apenas como uma fase de transição entre a pessoa empregada e a aposentada. Sem nenhum tipo de estímulo ao desenvolvimento intelectual e criativo do idoso, o resultado era a vivência de uma velhice parada, frustrada e sem descobertas. A atual concepção sobre o processo de envelhecimento

⁵ De acordo com o documento *Construindo o Futuro do Envelhecimento*, produzido pelo Centro Internacional de Longevidade - Brasil, o termo Revolução da Longevidade designa a transformação pela qual nosso país está passando. A população brasileira está vivendo por mais tempo, todavia o país não está preparado nos quesitos saneamento básico, saúde, educação, transportes, moradia e emprego para acolher os idosos e idosas. Diferentemente dos países europeus que primeiro enriqueceram e só depois envelheceram, o Brasil envelhece antes de conseguir oferecer às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos condições iguais para que todos envelheçam de forma satisfatória.

vai além. Nesta proposta, são ofertadas ao público idoso atividades em diferentes âmbitos do desenvolvimento, entre eles, o educacional (OSÓRIO, 2007).

Osório (2007) afirma que o processo de envelhecimento não está, necessariamente, atrelado às doenças. Existe o declínio fisiológico (o desgaste natural dos órgãos, células e tecidos) e a doenças, mas são fenômenos que podem ou não acontecer concomitantemente. Logo, esta afirmação desconstrói o estereótipo de que a velhice é sinônimo de uma saúde enfraquecida. Aposentados, saudáveis e com tempo disponível, os idosos retornam ou iniciam os estudos mostrando que estão envelhecendo de forma ativa e na contramão dos estereótipos que os consideram “atrasados” ou “parados”.

Para colaborar com a desconstrução de sentidos que interpretam os idosos como “pessoas atrasadas”, pontuamos a aposentadoria⁶. Consideramos este episódio marcante para o envelhecimento porque, ao se aposentar, existe a possibilidade de diminuição das relações sociais e, por vezes, do rendimento financeiro e, inevitavelmente, do consumo. Osório (2007) afiança que este período vital necessita de atenção para que os idosos não sejam marginalizados. O autor pontua que os programas de educação continuada podem auxiliar neste aspecto. Essas opções beneficiarão aqueles idosos que, após aposentados, tenham interesse em atualizar seus conhecimentos, continuar aprendendo e convivendo com pessoas de outras gerações.

Ao pensarmos nos estereótipos produzidos sobre a velhice, recordamos do que nos informa Osório (2007). Para ele, um ponto de vista detectado pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2015, p. 33) é que a sociedade, por vezes, compreende a velhice como “a doença, a dependência e a falta de produtividade”. Todavia essa forma de enxergar a realidade não é unânime, mesmo em um país em desenvolvimento como o nosso. Uma parte do público idoso consegue manter-se ativa por meio, por exemplo, de atividades de voluntariado e esta é uma contribuição importante para a sociedade (OSÓRIO, 2007).

Ainda na opinião deste pesquisador, é necessário inserirmos os idosos na sociedade para aproveitar tudo o que eles podem oferecer e, ao mesmo tempo, ofertar os benefícios os quais eles têm direito e oportunizar experiências que os desenvolvam intelectual e

⁶ Em 2019 foi aprovada, no Brasil, a Nova Previdência que, segundo seus defensores, se justifica pela constatação de que os brasileiros estão vivendo por mais tempo e de que a taxa de natalidade está cada vez menor. Logo, na visão deles é necessário que as pessoas permaneçam por mais tempo em atividade laborativa para sustentarem as aposentadorias daqueles que não podem mais trabalhar. Todavia, não concordamos com a forma como a Nova Previdência foi construída por não considerar que a velhice é uma fase heterogênea e que, mesmo vivendo mais, uma parcela dos idosos não possui condições de saúde adequadas para trabalhar por mais tempo do que o estipulado anteriormente. Tampouco concordamos com a redução dos valores da mesma, uma vez que, ao envelhecermos, é natural precisarmos mais dos serviços de saúde, pois nem todos são oferecidos gratuitamente.

criativamente. Ao envelhecer, precisamos de mais tempo para desempenharmos algumas funções; contudo, acumulamos experiências que podem ser compartilhadas com as gerações mais novas e somos capazes de aprender independente da nossa idade. Osório sustenta que:

Este paradigma assume uma abordagem intergeracional que reconhece a importância das relações familiares e a ajuda dos membros e das gerações de uma família. Ao mesmo tempo, desafia a perspectiva tradicional de que a aprendizagem é para as crianças e para os jovens. O novo paradigma reclama programas que apoiem a aprendizagem em todas as idades e que permita a entrada e saída das pessoas do mercado de trabalho, para que assumam responsabilidades em diferentes épocas da vida. Neste paradigma defende-se a harmonia entre as gerações e o reconhecimento que proporcionará mais segurança aos idosos (OSÓRIO, 2007, p. 34).

Acerca desta citação, pontuamos os benefícios que as Universidades Abertas à Pessoa Idosa (Unapi) proporcionam aos seus frequentadores (no terceiro capítulo abordaremos a ideia detalhadamente). Os idosos aprendem sobre temas de seu interesse pessoal e desenvolvem-se em diversos aspectos. Os monitores e professores conhecem, na prática, sobre o processo de envelhecimento e têm a oportunidade de compreender melhor o que é viver a velhice. Na experiência dos programas que integram gerações não existem perdas ou desvantagens.

Mediante o exposto, percebemos que o modo de funcionamento da nossa sociedade interfere na ótica pela qual os idosos são vistos e compreendidos. E que ela, como um todo, tem um papel significativo na transformação que desejamos. Para que os idosos sejam incluídos é preciso que existam ações e políticas que os atendam. E para que essa inclusão aconteça é necessário que idosos e não idosos tenham ideias que correspondam à realidade acerca da velhice.

1.2.1 Velho ou velha: compreensões e preconceitos

Durante a escrita deste trabalho e após as avaliações dos professores que compuseram nossa banca de avaliação no Seminário de Dissertação⁷, fomos alertados para o fato de que durante todo o texto havíamos nos referido às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos sem os denominarmos de *velhos* ou *velhas*. Ao ponderarmos sobre o desenvolvimento

⁷ No Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal de Viçosa (UFV), existem três momentos de avaliação do trabalho. O primeiro deles é denominado Qualificação do Projeto de Pesquisa, que acontece para os estudantes bolsistas em até 12 meses após o início da concessão da bolsa de estudos. O segundo momento é o Seminário de Dissertação, que acontece no quarto período do curso e apresenta o trabalho feito até aquele momento. E o terceiro é a Defesa da Dissertação - última etapa, na qual é exposto todo o trabalho.

deste trabalho, percebemos que a maioria dos autores consultados não utilizavam tais termos. No lugar deles, encontramos *idoso*, *idosa*, *terceira idade*, *longevo* ou *longeva*.

Refleti acerca deste posicionamento e compreendi que em minha experiência pessoal não denominava os *velhos* da minha família como *velhos* porque, para eles, trata-se de uma nomeação pejorativa. De acordo com a opinião de alguns, o termo *velho* (ou *velha*) lembra que a idade cronológica está avançada e que, por isso, a finitude se aproxima. Castro (2017) colabora com essa ideia ao inferir que o fato de negarmos o processo de envelhecimento pode relacionar-se ao medo que possuímos de sermos identificados com características negativas. Este é o viés pelo qual parte da sociedade brasileira enxerga os idosos.

Para refletir sobre os termos *velha* e *velho*, propomos o trabalho de Rozendo e Justo (2011). Eles pontuam que essas duas denominações possuem o estigma do envelhecimento acompanhado de doenças, perdas e limitações físicas. Todavia, no decorrer da história da humanidade, a compreensão não foi sempre essa (DEBERT, 2012). O termo *velho* começou a ser visto de forma pejorativa, de acordo com os autores, “junto com o desenvolvimento dos meios de produção capitalista e se incrustaram nas idades avançadas da vida com imagens vinculadas à invalidez para o trabalho” (ROZENDO; JUSTO, 2011, p. 145).

Essa afirmação está de acordo com o que apresentamos no tópico anterior, acerca da influência do sistema econômico capitalista na maneira pela qual idosos e não idosos percebem a velhice. Se no capitalismo, como mencionamos, só tem valor o que é novo ou quem está constantemente produzindo, é de se esperar que os termos *velhos* e as *velhas* simbolizem apenas aspectos negativos por não se enquadrarem no que o sistema econômico valoriza (RODRIGUES; SOARES, 2006). Logo, isso também justifica o motivo pelo qual as pessoas da minha família que possuem sessenta anos ou mais não gostam de ser chamadas de *velha* ou *velho*.

Rozendo e Justo (2011) também estabelecem a diferença entre os termos *velho* (*a*) e *terceira idade*. O primeiro, também explicado por nós anteriormente, simboliza socialmente o estereótipo de doenças, decadência física e mental, isolamento social e solidão (ROZENDO; JUSTO, 2011; RODRIGUES; SOARES, 2006). O segundo refere-se à parcela de pessoas com mais de sessenta anos que são “idosos ativos, inclusive sexualmente, aptos a desafios, e novas experiências, com poder aquisitivo suficiente para driblarem os estigmas e os sinais estéticos do envelhecimento” (ROZENDO; JUSTO, 2011, p. 146).

Rodrigues e Soares (2006) salientam que o termo *terceira idade* foi criado na França, em 1962. Surgiu como uma alternativa para caracterizar os sujeitos com idade igual ou superior a sessenta anos que participavam ativamente da rotina social sugerida pelo

capitalismo. Desta maneira e com a oferta de serviços disponíveis, carrega em si a ideia de que apenas a própria pessoa é a responsável pelo seu processo de envelhecimento, eximindo a sociedade, o Estado e as experiências pessoais de qualquer responsabilidade ou influência (RODRIGUES; SOARES, 2006).

Nosso posicionamento é o de que a responsabilidade pelo processo de envelhecimento não é apenas individual. Se fosse assim, teríamos que ignorar a diferença entre as classes sociais, as questões culturais e de gênero e as experiências pessoais. Na sociedade brasileira existem diversas velhices e estas são produto das experiências pessoais, culturais e sociais (DEBERT, 2012). Portanto, acreditar e propagar a ideia de que o envelhecimento saudável é unicamente responsabilidade de quem envelhece nos parece, minimamente, cruel.

Notamos que a diferença entre os termos está embasada social e culturalmente, mas, principalmente, no preconceito em relação à idade (DEBERT, 2012). Ao aceitarmos a denominação *terceira idade* como certa, estamos respaldando que ser *velho* é errado ou ruim e que a única velhice percebida como adequada é a que nega as características físicas e psíquicas do envelhecimento e a forma como cada um pode (ou escolhe) envelhecer.

No posicionamento adotado por Rozendo e Justo (2011) também surge um paralelo entre o sistema capitalista e a velhice. O que sobra do consumo e que não possui nenhuma utilidade social transforma-se em lixo, é colocado à margem ou, em termos coloquiais, é “deixado de lado”. Assim também são os idosos que não querem ou não podem participar do grupo denominado *terceira idade*. São “deixados de lado” porque usaram seu direito de escolher como envelhecer ou porque não tiveram outra escolha.

No tópico anterior, pontuamos como o sistema econômico vigente em nossa sociedade interfere na forma como os longevos são vistos. Para colaborar com esta perspectiva, mencionamos uma apresentação do projeto TED (*Technology, Entertainment and Design*) da escritora norte-americana Ashton Applewhite. Nesta apresentação ela defendeu que a sociedade na qual vivemos precisa ser mais inclusiva para quem vivencia a velhice e que, para a mudança ocorrer, ela precisa começar na mente das pessoas. No vídeo divulgado, a ativista se posiciona contra o preconceito em relação à idade e afirma: “Não é a passagem do tempo que faz envelhecer ser muito mais difícil do que deveria. É o preconceito de idade” (APPLEWHITE, 2017, s.p.).

Ela também reitera que a sociedade, de uma forma geral, cria desconfortos em relação ao processo de envelhecimento e à velhice porque o capitalismo sobrevive de novos mercados. Logo, pessoas satisfeitas com sua aparência não buscarão formas de consumo para resolver desconfortos. Na nossa compreensão, quanto mais descontentes as pessoas estiverem,

mais produtos e serviços consumirão. Todavia, o capitalismo não diminuirá o enfoque nos aspectos negativos do envelhecimento/velhice e a insatisfação da população será algo recorrente. Esse viés também é compartilhado por Ferrigno (2002), ao assegurar que os estigmas que depositamos nos idosos baseiam-se nessa compreensão sobre nossas vivências. Adiante, aprofundaremos neste assunto.

Ainda sobre a ideia de que a velhice vai além de processos biológicos, Castro (2017) assinala que é necessário nos lembrarmos dos fatores sociais que implicam no tipo de velhice que teremos, tais como o econômico, familiar, gênero, genético e a forma como vivenciamos as etapas anteriores da nossa vida. Quando reconhecemos essa dimensão da velhice, entendemos que a ideia de disseminar, a qualquer custo, a obrigatoriedade de todas as pessoas - idosas ou não idosas - terem e buscarem um envelhecimento ativo pode ser um equívoco. Aqueles que não conseguem fazê-lo ou não o desejam são discriminados por essa escolha e isso pode agravar o preconceito em relação à idade (idadismo).

No Brasil consideramos idoso, conforme está explícito no Estatuto do Idoso (2003), a pessoa que possui idade igual ou superior a sessenta anos. Contudo, este critério é socialmente variável. Desta forma, também são variáveis as características que são ou não “aceitáveis” para eles (CASTRO, 2017). Nas palavras dessa autora:

Nas individualizadas e flexíveis formações identitárias que caracterizam a atualidade, prevalece de um modo geral o ideário do “envelhecer bem” associado ao manter-se ativo, bem disposto – e jovem. No binarismo normativo e hierárquico entre velhos e não-velhos que permeia a construção social da juventude como padrão desejável, os jovens estão associados a atributos como saúde, jovialidade e beleza. Para os mais velhos, reservam-se as conotações desagradáveis como a fragilidade física e/ou mental na senescência e a incapacidade de cuidar de si próprio (CASTRO, 2017, p. 46).

As informações de Castro (2017) contribuem para pensar os motivos pelos quais os idosos que conheço não gostam de ser chamados de *velhos*. Quem gostaria de ser comparado à fragilidade, perda de vigor/beleza e a ser dependente de outro para cuidados básicos com a própria saúde? A velhice, na nossa sociedade, está impregnada desses estereótipos, logo, os *velhos* também.

Essa concepção sobre a compreensão da velhice faz surgir entre nós o idadismo (preconceito em relação à idade). Este pode aparecer tanto de forma explícita quanto implícita. Na primeira forma, nos referimos, por exemplo, aos discursos que escutamos, nos quais há a ligação entre a velhice e a ideia de que quem está nessa fase da vida não consegue aprender mais nada ou que o idoso precisa descansar ou apenas ficar em casa. No segundo

aspecto, citamos as publicidades de produtos de beleza que apresentam as rugas e os cabelos brancos como inimigos mortais dos homens e, especialmente, das mulheres.

Os idosos com os quais convivemos e/ou conhecemos são diferentes entre si e essa diversidade abrange a forma de se vestir, as atividades de lazer e até as relações sociais que eles mantêm. Também percebemos isso pela maneira como filmes e séries atuais retratam os idosos. A série *O Método Kominsky* (2018) nos mostra a história de um idoso que é professor de teatro e que possui uma “ficante”⁸. Além disso, ele consome bebidas alcoólicas com regularidade e compartilha dicas de como conquistar as mulheres com seu amigo, também idoso e recém viúvo. O filme *Elsa e Fred* (2005) relata a história de amor de um casal de idosos que possuía costumes diferentes, mas que optaram por viver um relacionamento amoroso, independente das doenças e limitações que podem aparecer nessa faixa etária.

O combate ao idadismo deve ser um esforço social e precisa estar presente nos diversos âmbitos da nossa vida. Para isso, além da dedicação pessoal, são necessárias campanhas, projetos e ações que demonstrem que ser *velha* ou *velho* - *idosa* ou *idoso*- é apenas vivenciar uma fase da vida e não uma doença a ser combatida a qualquer preço. Ao executarmos essa empreitada, também estamos incentivando o convívio intergeracional de forma solidária e respeitosa, uma vez que as pessoas de idades diferentes perceberão que podem aprender e ensinar (CASTRO, 2017).

Rodrigues e Soares (2006) assinalam que o idadismo está relacionado a uma disputa por lugares no mercado de trabalho. O envelhecimento é visto de forma particular por cada sociedade e época histórica. Portanto, o viés pelo qual os velhos são percebidos relaciona-se com a maneira como eles são compreendidos em suas relações sociais, sejam elas na família ou no trabalho. Neste âmbito e, considerando o sistema econômico que rege a sociedade brasileira, entendemos que os idosos são enxergados de forma negativa porque o sistema perpetua que só possui valor quem produz e eles, por diferentes motivos, não podem (ou não querem) mais trabalhar (RODRIGUES; SOARES, 2006).

Ou ainda, querem continuar trabalhando, mas esbarram no contingente de pessoas jovens que querem e/ou precisam do mesmo emprego. Desta maneira, como a maioria da população mundial ainda é formada por pessoas não idosas, estas excluem socialmente os velhos (por meio de imaginários sociais e ações), fazendo-os perder espaço no mercado de trabalho, na família e em suas relações sociais. A disputa para ver quem continuará

⁸ Gíria para designar parceiros de relacionamentos amorosos no qual não há compromisso.

produzindo - ou produzindo mais - faz com que os velhos sejam compreendidos, majoritariamente, por características negativas (RODRIGUES; SOARES, 2006).

Com a intenção de combater o idadismo, Castro (2017) nos relata que os meios de comunicação possuem essa função. Ao fornecerem informações verídicas sobre a velhice e o processo de envelhecimento, informam as pessoas sobre esses temas. Esta autora ainda nos recorda que o idadismo pode fazer com que tenhamos dois tipos de comportamentos.

O primeiro é a aversão ao ser idoso que, não raro, culmina em violência física, psicológica, patrimonial, entre outras. O segundo é a infantilização dele: ao tratarmos como crianças, estamos destituindo-lhes de sua autonomia e responsabilidade pela própria vida e ações. Sobre este tema, Castro conclui que “[o] paternalismo condescendente frequentemente dispensado aos mais velhos pode ter como pressuposto implícito o estereótipo que realça a dependência dos mais velhos” (CASTRO, 2017, p. 49).

Corroborando a disseminação de informações sobre a velhice, Castro expressa ainda que:

A dimensão pública da velhice demanda uma série de orientações e intervenções por parte dos aparelhos de Estado e organizações públicas e privadas. As recomendações priorizam três aspectos: a) a participação dos mais velhos no processo de desenvolvimento; b) a promoção da saúde e bem-estar na velhice; c) a criação de ambiente propício e favorável (CASTRO, 2017, p. 51).

Em relação ao primeiro tópico, compreendemos que se trata de incluir os longevos em ações que os façam sentirem-se úteis ao contribuírem com a sociedade em diferentes aspectos. Por exemplo, oportunizar que eles contem sobre suas vivências em diferentes espaços sociais para perpetuar ensinamentos históricos e culturais, uma vez que, por acumularem anos de vida, possuem informações para compartilhar (RODRIGUES; SOARES, 2006).

O segundo nos remeteu à ideia de que a velhice é uma fase diferente da juventude e que precisa ser reconhecida em suas particularidades. Quando promovemos a ideia de que velhice não é sinônimo de doenças, e que rugas, flacidez e cabelos brancos fazem parte do processo de envelhecimento, colaboramos para que os idosos sintam-se mais felizes com a idade e com os corpos que possuem.

Por último, ao acolhermos a ideia de que existem diferentes formas de envelhecer - física e psicologicamente - e ao adaptarmos os ambientes físicos para os longevos que necessitam, favorecemos todos os que se encontram nessa faixa etária e os que ainda não fazem parte dela.

Aprimorando nossa perspectiva sobre o preconceito em relação à velhice, trazemos o posicionamento de Ferrigno (2002). Este autor nos mostra que os estigmas, comumente aplicados a grupos de minorias sociais, ligam-se também aos idosos. O estigma pode ser compreendido como uma marca ou característica que deprecia a imagem de alguém e confirma como “normal” aquelas pessoas que não a possuem (FERRIGNO, 2002).

Em relação aos longevos, podemos entender que este estigma pode ser uma característica física (as rugas, por exemplo) ou uma nova forma de experienciar a velhice (como a aposentadoria). Na concepção de Ferrigno:

De acordo com Goffman, a estigmatização produz a desumanização do estigmatizado. Ninguém foi sempre velho, mas em certo momento torna-se velho. Então, podemos dizer, seguindo essa linha de raciocínio, que o velho deixa de ser humano, pois deixa de ter alguns atributos de alguém qualificado como um normal ou, no mínimo, passa a ser “menos humano” do que os mais jovens (FERRIGNO, 2002, p. 51).

Podemos compreender o posicionamento anterior pela ideia de que os estigmas e, por consequência, os preconceitos provenientes deles e que são atribuídos aos idosos relacionam-se à ideia de que vivemos em uma sociedade na qual *o novo, a produção e o consumo sem limites* ditam o que é ou não relevante. Então, se o idoso não se encaixa nesses três aspectos ele é, erroneamente, percebido como menos humano do que uma pessoa que é nova, que está produzindo bens e produtos e consumindo todas as novidades que o mercado oferece (RODRIGUES; SOARES, 2006).

De acordo com Ferrigno (2002), a pessoa que é estigmatizada reage a essa condição aceitando-a. De acordo com ele, o longevo que sofre o estigma pode reagir de diferentes maneiras. A primeira é tentando corrigir a característica que lhe deu aquele estigma. No caso dos idosos, este mesmo autor menciona as cirurgias plásticas e outros tratamentos estéticos rejuvenescedores que fazem com que eles sejam expostos a profissionais que, por vezes, intencionam apenas aferir lucros financeiros. Essa observação nos remeteu aos possíveis riscos para a saúde dos idosos que se submetem, sem desejarem, àquela modificação. Eles podem colocar em risco a saúde apenas porque as características físicas do envelhecimento não são socialmente admiradas.

Ainda em relação aos comportamentos de aceitação, Ferrigno (2002) escreve que os idosos também podem usar a sua condição de estigmatizado para conseguir benefícios sociais. Por vezes, alguns longevos podem fazer uso das dificuldades que surgem durante a velhice (sejam elas falsas ou verdadeiras) para ter vantagens nos diversos âmbitos sociais. Também

há idosos que usam de sua condição de pessoa que acumulou muitas experiências ao longo da vida para falar o que é certo e o que não é. Entretanto, Ferrigno (2002) nos lembra que não bastam as vivências; é necessário aprender com elas.

O quarto comportamento de aceitação que Ferrigno (2002) menciona é o isolamento do idoso. Devido aos sentimentos negativos que o estigma pode suscitar neles, os longevos optam por não saírem de casa ou saem o mínimo possível e diminuem a convivência social e familiar. Nas palavras do autor, trata-se de uma “literal saída do mundo” (FERRIGNO, 2002, p. 52).

Conforme expomos, o idadismo é um preconceito comum e que pode influenciar negativamente na forma como os próprios idosos se reconhecem. Ele se origina de alguns fatores, como, por exemplo: a falta de informações sobre o processo de envelhecimento e a velhice, o enaltecimento ao que é jovem em detrimento do que é velho, e a ausência do convívio intergeracional, que faz com que as gerações mais novas não compreendam a relevância de se conviver e aprender com aqueles que acumularam mais experiências (CASTRO, 2017; FERRIGNO, 2002).

Compreendemos que os termos *velha* e *velho* são relacionados mais comumente à forma pejorativa de se perceber as pessoas que possuem idade igual ou superior a sessenta anos. Baseamo-nos nos autores citados anteriormente para inferirmos que essa relação acontece porque, na perspectiva do capitalismo, todo produto que é ultrapassado por outro é tido como obsoleto, sem utilidade e que pode ser substituído. Logo, é natural enxergarmos nossas relações sociais pelo mesmo viés. É natural, mas não concordamos com essa visão.

Acreditamos que é imperativa a mudança na forma de perceber a velhice e o envelhecimento e defendemos a necessidade de um esforço conjunto entre o poder público, as instituições e cada um de nós para que isso ocorra. Desta maneira, nesta dissertação utilizaremos os termos *velha*, *velho*, *longeva*, *longevo*, *idosa* e *idoso* por entendermos que não podemos idealizar a velhice como uma época na qual todos possuem as mesmas oportunidades. Tampouco queremos negar as características físicas, financeiras, culturais e sociais daqueles que a integram ou eximir o Estado e a sociedade de suas responsabilidades.

Logo, não utilizaremos o termo *terceira idade* porque não concordamos com o que ele representa. Ele ficará restrito às citações diretas. Afirmar a condição de ser *velha* ou *velho* é uma escolha - necessária e política - para que a sociedade os perceba com empatia, sem preconceitos e como pessoas constituídas de direitos.

1.2.2 Os idosos como protagonistas de suas vidas

Como expomos no item anterior, os idosos constituem-se um grupo etário e social que é alvo constante de estereótipos negativos. Então, por serem socialmente vulneráveis, característica que se intensifica se forem das camadas populares, são necessárias políticas públicas e serviços específicos para atender às suas singularidades. Entretanto, precisamos ponderar sobre as necessidades desse público no momento de propor e construir as oportunidades.

Devido a todas as especificidades elencadas, não é viável desenvolver e implementar políticas sem a opinião dos principais interessados. Um legislador de 30 anos, mesmo que possua uma visão otimista sobre a velhice e tenha empatia pelas pessoas que estão vivenciando esta fase da vida, não é um idoso. Ele não tem as preocupações e necessidades dessas pessoas porque não faz parte deste grupo etário. Por vezes, o que ele acha adequado, os idosos podem considerar dispensável.

Osório (2007, p. 27) nos adverte que existem dois modelos de políticas destinadas aos idosos. O primeiro é o *modelo ideológico*⁹ que é embasado “pelos dados estatísticos que todos os dias nos são dados pelos censos”. O segundo é denominado como *modelo sócio-histórico*, que concebe o idoso como uma construção social. Alicerçamos este trabalho neste último modelo por considerarmos os longevos como pessoas que, mesmo possuindo a mesma idade, têm perfis e interesses particulares, o que inviabiliza a generalização.

Corroborando esta perspectiva, o autor escreve que o processo de envelhecer é um desafio para cada sociedade e que não existe um único modelo que todas devem seguir. O que precisa ser posto em prática é a inserção dos idosos e da temática da velhice na vida social porque essas ações fazem com que esses sujeitos sejam (re)conhecidos como de fato são e não com base em interpretações ingênuas ou discursos totalizantes.

Ao pensarmos sobre as políticas sociais que beneficiarão os idosos é fundamental consultá-los. Devido à bagagem social acumulada ao longo dos anos, particularidades culturais e desejos pessoais desses sujeitos, as necessidades são diversificadas. Portanto, as políticas precisam considerar as distintas compreensões que os idosos possuem e ouvi-las (OSÓRIO, 2007). Colaborando com esta perspectiva, lembramos que as Instituições de

⁹ Relacionamos este modelo ao papel da ideologia na Análise do Discurso. A ideologia presente na sociedade se materializa na linguagem, levando o sujeito a um assujeitamento. O modelo ideológico de políticas para os idosos se pauta nos dados fornecidos por pesquisas, ou seja, pelo que está visível e é possível mensurar. Todavia, não podemos esquecer as particularidades que esses sujeitos possuem, as quais só são possíveis de se conhecer por meio do funcionamento discursivo, no qual se produzem e se textualizam suas compreensões.

Ensino Superior - IES, públicas ou particulares, que desejam criar ou implantar Universidades Abertas à Pessoa Idosa (Unapis), precisam perguntar aos idosos quais atividades devem ser ofertadas. Como se trata de uma oportunidade educacional que não é obrigatória, ela só terá adesão se eles perceberem que as atividades estão em coerência com o que buscam.

Osório pontua que as políticas sociais voltadas ao público idoso devem se ater a alguns princípios, quais sejam:

[...] independência, respeito pelas suas condições de vida, participação nas políticas que afetam o seu bem-estar, cuidados de saúde, auto-realização (recursos educativos, culturais, espirituais e recreativos) e levar uma vida digna livre da exploração e de maus tratos físicos e mentais (OSÓRIO, 2007, p. 45-46).

As propostas listadas pelo autor demonstram como elas devem ser abrangentes para atenderem ao público idoso. Isso reflete a heterogeneidade dos perfis e reforça os direitos que as legislações que apresentaremos no terceiro capítulo determinam. A relação das atividades oferecidas pela Unapis, elencadas adiante, também vão ao encontro desta fala.

Consideramos pertinente que todos os sujeitos envelheçam com o aprendizado de protagonizar a própria vida. Mas sabemos, também, que se trata de uma questão social, transmitida de geração em geração e não são todas as famílias que possuem esta compreensão para ensinar aos seus. As práticas de socialização, assim como o capital cultural, diferem de acordo com a classe social, capital cultural, grau de escolarização da família, entre outros (THIN, 2006). Se todas as pessoas tivessem acesso ao ensinamento de serem protagonistas da própria vida, envelheceriam cientes do direito de fazerem suas próprias escolhas e, ao exporem suas vontades e anseios, se sentiriam parte de uma construção coletiva de ações que beneficiariam o seu grupo etário.

1.3 A gerontologia no campo da educação de idosos: contribuições para o debate no âmbito da construção social

Ao analisarmos a experiência do envelhecimento e o campo interdisciplinar da Gerontologia, constatamos a relação entre eles por abordarem aspectos relativos à saúde, sociabilidade e à educação e, por isso, não podem ser dissociados. De acordo com Neri (2014), o termo *Gerontologia* foi cunhado pela primeira vez em 1903 pelo biólogo ucraniano Elie Metchnikoff. Este pesquisador percebeu que, conforme as pessoas permaneciam por mais tempo na velhice, os estudos e pesquisas sobre o envelhecimento ganhavam maior

notoriedade. Então, com a disseminação dos cuidados com a saúde, as pessoas viveriam mais e, conseqüentemente, haveria a necessidade de um campo de estudo específico.

Salientamos ainda que de acordo com Neri (2014), o termo Gerontologia significa o estudo do idoso ou da velhice (do grego *geron* = velho e *logia* = estudo ou conhecimento) e uma das suas divisões é a Gerontologia Social, que se concentra na análise dos impactos das mudanças, políticas e práticas sociais em relação aos idosos. Sobre a definição de Gerontologia, Neri esclarece:

Gerontologia é o campo interdisciplinar que tem como objetivos descrever e explicar as mudanças típicas do processo do envelhecimento humano e suas relações com determinantes genético-biológicos, psicológicos e socioculturais. Interessa-se pelo estudo das características dos idosos, bem como pelas várias experiências de velhice e envelhecimento ocorridas em diferentes contextos socioculturais e históricos. Abrange aspectos do envelhecimento normal e patológico. Compreende a consideração dos níveis atuais e do potencial para o desenvolvimento. Em seu aspecto aplicado, a gerontologia interessa-se pela solução dos problemas de ordem física, social e psicológica associados ao envelhecimento e pela promoção da qualidade de vida na velhice em indivíduos e populações (NERI, 2014, p. 186).

Se um dos interesses da Gerontologia são as experiências sobre a velhice que acontecem em diferentes contextos sociais, culturais e históricos, compreendemos que ela tem diálogos recorrentes com a Educação, uma vez que os processos educacionais estão presentes em distintos cenários socioculturais e históricos.

1.3.1 A Gerontologia Educacional

Segundo Neri (2014), o termo *Gerontologia Educacional* foi pensado pela primeira vez em 1976 pelo professor David Petterson. Na ocasião, o objetivo era integrar “instituições e os processos de educação com o conhecimento sobre o envelhecimento e as necessidades dos idosos” (NERI, 2014, p. 198). Em 1980, este professor reconsiderou o conceito e o modificou. Na nova concepção, a Gerontologia Educacional objetiva a aplicação dos conhecimentos acerca da educação e do envelhecimento com a intenção de melhorar a vida dos velhos.

Corroborando esta opinião, citamos Martín:

[...] Gerontologia Educativa está relacionado com o objectivo de *positivar* o envelhecimento e a velhice, acentuando possibilidades do ser humano, seja qual for o seu momento cronológico vital. Para tal, é necessário dar ênfase e

considerar as ideias de potencialidade cognitiva, de aprendizagem ao longo da toda a vida e a noção de envelhecimento activo (MARTÍN, 2007, p. 57).

Nesta afirmação percebemos a abrangência da Gerontologia Educacional e destacamos alguns aspectos do processo de envelhecimento bem-sucedido: ser socialmente ativo, possuir uma visão otimista da vida e de si próprio e desempenhar harmônica e independentemente as funções de vida diária (MARTÍN, 2007).

Para alcançar tais propósitos, ressaltamos o processo educacional. É por meio do ensino e aprendizagem que conseguiremos nos instruir para sermos idosos mais saudáveis física e psicologicamente. Também por meio da educação poderemos auxiliar os longevos que não tiveram as mesmas oportunidades que as nossas e ainda requerer aos governos federal, estadual e municipal políticas públicas que resguardem os direitos dos idosos, em especial, dos que possuem poucos recursos financeiros.

Ainda em 1980, de acordo com Neri (2014) e Martín (2007), a Gerontologia Educacional foi dividida em três pilares: o primeiro é a *educação de e com os idosos* por meio de programas educacionais que considerem as características desse grupo etário, o segundo é a *educação sobre e para envelhecer* (incluindo idosos e não idosos), e o terceiro é a *formação em Gerontologia*.

De início, explicamos que o primeiro pilar refere-se aos processos de ensino e aprendizagem, que são oferecidos ou construídos conjuntamente entre o idoso e o professor, ou pelo idoso e seus pares. Esta abordagem pode acontecer tanto no ensino formal, informal ou não formal¹⁰.

Sobre a construção de processos de ensino e aprendizagem que o primeiro pilar determina, Freire (1994) faz sua colaboração ao afirmar que uma das características de uma pedagogia emancipadora é não ser uma educação bancária. Para este autor, quando o educador possui a concepção de que o educando é apenas um aprendiz, ele deposita os conhecimentos nas mentes dos aprendentes e não se preocupa com a experiência que esses trazem para o ambiente escolar. Esta é, então, a educação bancária.

Realçamos, neste capítulo, a heterogeneidade da velhice. Desta forma, ao desenvolvermos processos educativos para os idosos é preciso escutá-los porque cada um será

¹⁰ De acordo com Gohn (2006, p. 28), é possível classificar os processos educativos da seguinte maneira: “[...] a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não-formal é aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas”.

o conjunto de suas vivências anteriores e da maneira pela qual enxergam a sociedade atualmente. A perspectiva freireana de que a educação deve ser elaborada juntamente *com* o educando e não *para* o educando apoia o primeiro pilar da Gerontologia Educacional e pode ser compreendida como um auxílio para os profissionais que trabalham com idosos.

Para colocar em prática este pilar, Martín (2007) assegura que devemos partir da realidade na qual o idoso se encontra e trabalhar com uma metodologia dialógica, privilegiando a convivência no grupo e propiciando à pessoa idosa o protagonismo nas ações (FREIRE, 1994). Essas orientações nos remetem ao planejamento das atividades ofertadas. Elas devem estar em consonância com as necessidades dos longevos e, antes de elaborá-las, a equipe pedagógica tem a atribuição de escutar as vontades e desejos deles. Dessa forma, o público idoso terá vontade de participar das ações por perceber sua contribuição na construção das mesmas e por estas serem coerentes com o que procuram.

O segundo pilar apresentado por Martín (2007) contempla a educação que é direcionada a toda a sociedade para que as pessoas aprendam a envelhecer, sejam elas idosas ou não. Sobre os formatos que essa educação pode acontecer, o autor exemplifica:

[...] se trabalha na sala de aula com crianças e se explica o sentido do envelhecimento, quando se dão a conhecer as formas de vida tradicionais e actuais dos idosos e as alterações físicas que os anos acarretam, etc., quando se desenvolvem programas de carácter intergeracional, quando se preparam adultos para enfrentar o momento da reforma, quando se concebe um anúncio publicitário que oferece uma visão positiva dos idosos, quando se fomenta um tratamento digno e se reconhecem os direitos dos idosos, quando se informa e se forma a família sobre o curso de uma doença, os cuidados paliativos que deverão ser considerados no caso de um idoso doente e sobre como enfrentar a morte natural (MARTÍN, 2007, p. 54).

Concordamos com este autor quando ele afirma que a escola auxilia na diminuição ou na extinção dos preconceitos em relação aos idosos e promove mais respeito na relação entre as gerações. Essa mudança de atitudes acontece por ser um local no qual a maioria do público-alvo ainda está construindo sua cidadania, portanto, é o momento ideal para apresentar conceitos, experiências e formas diferentes de enxergar as pessoas mais velhas. Os temas envelhecimento e relações intergeracionais podem ser trabalhados dentro da Ética, que é um dos temas transversais que compõem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998).

Ao crescerem com uma ideia benéfica sobre a terceira fase da vida e dos que transitam por ela, se tornarão adultos e idosos socialmente responsáveis por este grupo etário que é alvo constante de discriminações.

Também destacamos outra forma de colocar este pilar em prática: a troca de experiências entre estudantes da Educação Básica e idosos. O tamanho das famílias brasileiras está diminuindo e essa constatação deve-se, em parte, a inserção da mulher no mercado de trabalho (CARDOSO, 2011). Ao assumir, concomitantemente, funções pessoais e profissionais, elas optam por diminuir a quantidade de filhos. Nesta perspectiva, acrescentamos que a carreira profissional pode levá-las a residir em cidades distintas de seus pais e isso produz deslocamento no imaginário social de que os idosos da família sempre serão cuidados por suas filhas, netas ou noras (CARDOSO, 2011).

De acordo com este cenário, o convívio entre crianças e idosos da mesma família torna-se escasso. E as escolas, quando promovem a convivência entre as gerações, estabelecem uma relação na qual há somente benefícios e ganhos. De um lado, o aprendizado sobre a história e cultura do local onde se vive; de outro, a atenção e o carinho que podem faltar da família de origem. Dos dois lados: o respeito que é devido a toda pessoa. Estas vivências podem ser visitas com os estudantes a uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) ou o convite a um idoso para ir à instituição escolar e falar sobre as tradições culturais da região.

O terceiro pilar proposto por Martín (2007) aponta para a capacitação dos profissionais para trabalhar com o público idoso nos diferentes campos. Ao refletirmos anteriormente sobre a velhice ser um conjunto de experiências que foram colecionadas ao longo da vida, constatamos que as vivências diversificam-se. Portanto, é natural que cada sujeito experiencie a velhice de uma maneira. Logo, é necessário que os profissionais que desejam trabalhar com este público qualifiquem-se adequadamente para exercer suas funções, sejam eles cuidadores, médicos, psicólogos, turismólogos, gestores, nutricionistas, dentistas, professores, entre outros (MARTÍN, 2007; NERI, 2014).

Martín enumera diferentes modalidades nas quais este pilar pode ser aplicado:

[...] a formação de formadores, o desenvolvimento de programas curriculares, a planificação e a direcção de programas, serviços, etc.; utilização de determinadas estratégias e metodologias didácticas adaptadas ou específicas; o estudo e identificação de talentos, competências e qualificações necessárias para trabalhar com idosos, a formação gerontológica de trabalhadores e de voluntários; o papel a desempenhar pelos diferentes profissionais e as suas necessidades, profissiogramas, etc. (MARTÍN, 2007, p. 55).

Nesta ótica, refletimos sobre a relação entre o processo de envelhecimento e os estudantes do Ensino Superior. Ponderamos acerca dos imaginários que os futuros

profissionais se filiam ao pensarem a velhice. Será que se sentem estimulados a ofertarem seus serviços ao público com idade igual ou superior a sessenta anos? Quais sentidos eles construíram sobre os idosos durante a vida?

Ressaltamos a necessidade de, durante o percurso universitário, ser ofertado aos graduandos disciplinas e oportunidades de estágios que os façam ponderar sobre a velhice, bem como conviver com o público idoso. Questionamos se, por exemplo, futuros professores, médicos, dentistas ou educadores físicos estão preparados para atender à heterogeneidade deste grupo etário. Em que medida as instituições de Ensino Superior adequam seus currículos para que seus egressos atendam com eficiência aos idosos?

Ainda no âmbito educacional, recordamos a inserção dos idosos nos ambientes formais de ensino. O primeiro é a Educação de Jovens e Adultos (EJA), na qual os idosos, além de possuírem baixa ou nenhuma escolaridade, convivem com colegas de sala de gerações mais novas. O segundo é a presença deles nas salas de aula de uma universidade juntamente com os alunos regulares da graduação.

Para atender aos idosos frequentadores da EJA é preciso que o docente possua metodologias didáticas específicas. Por tratar-se de um público que não teve a oportunidade de estudar na época regular e, adicionando-se a particularidade de ser idoso, é útil que, durante a sua formação básica, o professor tenha se preparado para tal.

No segundo ambiente de ensino, o público também possui idade igual ou superior a sessenta anos, todavia, tem, no mínimo, o Ensino Médio completo. Alguns estão iniciando os estudos universitários, enquanto outros retornam aos bancos escolares após a aposentadoria. Este panorama nos mostra que a diversidade existente entre eles faz com que os professores universitários precisem de formação complementar para atendê-los.

Expressamos estes contextos para demarcar a necessidade de que as IES se atentem para a formação dos professores que trabalham nelas ou daqueles que colocam no mercado de trabalho. O aumento da longevidade e o gozo de saúde física e mental faz com que os idosos procurem por atividades que preencham o tempo livre e as educacionais são escolhidas por promoverem bem-estar emocional, aumento nas relações sociais e motivação constante para a aprendizagem (CACHIONI *et al.*, 2014).

1.3.2 A Educação Gerontológica

Como mencionado no início deste texto, o campo da Gerontologia é recente e se iniciou em 1903. Então, é compreensível que alguns conceitos ainda não estejam

completamente definidos. Posteriormente ao agrupamento feito por David A. Petterson, o inglês Frank Glendenning sugeriu mudanças (NERI, 2014). Para ele, a Gerontologia Educacional compreenderia a aprendizagem de adultos maduros e idosos e entraria em cena a Educação Gerontológica que abrangeria a formação dos profissionais ligados à Gerontologia no que tange aos cursos de graduação e pós-graduação (NERI, 2014).

Contudo, a concepção de Gerontologia Educacional que adotaremos nesta dissertação é a proposta por David Petterson, por considerá-la mais abrangente e especificar os âmbitos nos quais os trabalhos acerca do processo de envelhecimento podem ocorrer (NERI, 2014). Acerca do conceito de Educação Gerontológica, nossa escolha será a sugerida por Both (2001) porque a proposição dele complementa o pilar *educação sobre e para envelhecer*.

Both (2001) argumenta sobre a necessidade das escolas promoverem a *Educação Gerontológica*. Essa sugestão baseia-se no fato de que as instituições de Educação Básica são eficazes por reunirem crianças e jovens na faixa etária em que estão construindo sua cidadania. Ele também menciona que os estudantes são multiplicadores de comportamentos e, conseqüentemente, compartilharão os aprendizados com a família.

A ideia de Both (2001), ao usar a escola como um espaço de valorização do idoso, baseou-se na experiência com um asilo no estado do Rio Grande do Sul, no qual as famílias haviam abandonado seus idosos alegando não possuírem recursos financeiros, tempo ou paciência para eles. Neste exemplo, os idosos ficavam sob os cuidados de uma senhora que não recebia salário e não possuía nenhum direito trabalhista. O asilo funcionava com doações de particulares, uma vez que a administração municipal não oferecia nenhuma contribuição e as famílias dos asilados, quando podiam contribuir, só o faziam para os seus entes.

Para Both (2001), a Educação Gerontológica deveria abarcar a valorização da velhice e das relações intergeracionais. A intenção é fortalecer os laços entre as gerações para que os episódios de preconceito etário se extingam ou diminuam. Também são objetivos: estimular o interesse em cuidar dos familiares idosos e educar a população para reivindicar ao poder público as políticas necessárias para contemplar os longevos que não possuem condições financeiras de prover o próprio sustento, ou que não possuam familiares que possam fazê-lo.

1.3.3 Contribuições da Gerontologia Educacional e da Educação Gerontológica: síntese necessária

Após abordarmos essas definições, compreendemos que a Gerontologia Educacional (com suas divisões de campos de trabalho) e a Educação Gerontológica contribuem

positivamente no modo como a sociedade percebe a presença dos idosos nos espaços formais e não formais de educação. Isso acontece porque ambas elencam atitudes e propostas que colocam a pessoa idosa como protagonista do seu percurso de vida.

Essas duas áreas de estudos também destacam a necessidade de que o tema *envelhecimento* e outros que dele se originam sejam trabalhados não apenas nas escolas, mas na sociedade como um todo. As políticas públicas que são pautadas nessas áreas do conhecimento trazem os idosos para o centro da sociedade e, se antes não os encontrávamos nos espaços educativos, após a disseminação dos pilares da Gerontologia Educacional, são frequentadores assíduos e também estimulam os colegas a participar. A pesquisa de Cachioni *et al.* (2015) respalda nossa afirmação ao pontuar sobre o crescimento dos programas de extensão Unapis. Segundo os autores, no Brasil, a primeira Universidade Aberta à Pessoa Idosa começou a funcionar em 1980, e em 2004 o número de Unapis em atividade era de duzentas.

A autoestima que a pessoa idosa constrói (ou reconstrói) ao se alfabetizar ou prosseguir nos estudos universitários, ao aprender sobre seus direitos ou estabelecer laços sociais com pessoas da mesma idade, mais jovens ou mais velhas são, a nosso ver, contribuições emancipadoras para a desmistificação dos estereótipos negativos sobre a velhice. Quando eles se comportam como protagonistas de suas vidas, mostram à sociedade que são um grupo heterogêneo e que necessitam de serviços, políticas e aprendizados específicos.

Os estudos em Gerontologia Educacional e Educação Gerontológica também se constituem como um apoio para pensarmos a inserção do público idoso como estudantes regulares dos cursos de graduação. Nossa conclusão deve-se, principalmente, em relação ao terceiro pilar da Gerontologia Educacional. Ao estabelecer a necessidade de uma formação específica para os profissionais que trabalham com o público idoso, recordamos os docentes universitários que possuem estudantes idosos matriculados em suas disciplinas.

Como explicitaremos no terceiro capítulo, a Universidade, em um primeiro momento, foi pensada e criada para atender ao público jovem proveniente das classes superiores. Então, a formação profissional que os docentes tiveram acesso contempla essencialmente esses alunos. Todavia, ao se depararem com universitários com idade igual ou superior a sessenta anos e de baixo poder aquisitivo os professores podem se sentir desafiados.

O público idoso, além de possuir extensa bagagem cultural e social, pode precisar de mais atenção por parte do professor durante o processo de ensino e aprendizagem. Essas particularidades podem ser em relação, por exemplo: ao manuseio de aparelhos eletrônicos e

ao acesso aos ambientes virtuais das universidades, a utilização, por parte do docente, de microfones ou de um tom de voz mais alto. No aspecto da estrutura física, é de responsabilidade da instituição de ensino a implantação de corrimões e elevadores e a atenção para o calçamento em torno dos prédios universitários, que devem estar em condições adequadas.

Ao pensarmos sobre as questões metodológicas e pedagógicas, notamos como a assimilação do conceito de Gerontologia Educacional é útil para investigarmos e analisarmos as falas que emergem desse público. Notamos que os idosos estão se inserindo como estudantes regulares nas universidades, mas é básico oferecer oportunidades de aprendizado e inserção compatíveis com as suas singularidades.

1.4 Eliminação branda: o acesso dos idosos ao contexto educativo universitário

Com o intuito de dialogarmos sobre o conceito de *eliminação branda* propomos a compreensão de Bourdieu e Champagne (2007). Eles afirmam que os estudantes das classes populares, em alguns casos e por razões sociais, não conseguem acompanhar o ritmo de aprendizado que as instituições escolares adotam porque não foram socializados para aquelas atividades.

Podemos trazer um caso simulado para representá-la. Imaginemos um estudante idoso, proveniente da camada popular que, quando jovem não teve incentivo da família para estudar e, tampouco, a oportunidade de frequentar a escola. Dessa maneira, é natural que esse estudante não possua internalizado o hábito do estudo. Por questões que estão além da sua vontade e dedicação aos estudos, ele também não consegue dividir seu tempo para executar mais de uma atividade durante um mesmo período, pois, durante as vezes que frequentou a escola, nunca foi alertado para a necessidade dessa organização para o seu êxito acadêmico, seja porque seus pais não sabiam como funcionava o ambiente escolar ou porque os próprios agentes escolares não o orientavam nesse sentido.

Essas descrições, somadas ao fato de ser um aluno que, em decorrência da idade, pode necessitar que os professores modifiquem as metodologias utilizadas nas aulas, faz com que esse estudante de graduação possa integrar o processo que Bourdieu e Champagne (2007) denominaram como *eliminação branda*. Os autores ressaltam:

Os alunos e os estudantes de famílias pobres têm todas as probabilidades de conseguir, no final de uma longa escolaridade, muitas vezes paga com grandes sacrifícios, nada mais do que um diploma muito desvalorizado. Se

fracassarem, o que continua sendo o destino mais provável para eles, estarão destinados a uma exclusão sem dúvida mais estigmatizante e total que no passado: mais estigmatizante na medida em que tiveram, na aparência, "suas chances", e que a instituição escolar tende a definir cada vez mais, a identidade social; e mais total, na medida em que uma parte cada vez maior é reservada de direito, e ocupada de fato pelos detentores, cada vez mais numerosos, de um diploma (o que explica também o porquê do fracasso escolar ser vivenciado como uma catástrofe, até nos ambientes populares) (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 2007, p. 483).

Entendemos que as mesmas instituições que colaboraram para o ingresso desses alunos precisam também atentar-se para a permanência e a apropriação do conhecimento a que estes estudantes têm direito. Na sociedade desigual na qual vivemos, os diplomas possuem pesos diferentes para o mercado de trabalho. Se nenhuma medida for tomada para que os certificados desses discentes tenha o mesmo valor daqueles que conseguem se inserir e acompanhar as atividades escolares com facilidade, as instituições de ensino contribuirão para que no seu interior haja excluídos e para que os sujeitos permaneçam nas classes sociais de origem (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 2007).

Mencionamos, no início deste capítulo, a nossa convicção de que a velhice é uma construção social. Então, se temos perfis diversos de idosos, as necessidades deles também serão distintas. Dentre elas, o acesso à educação formal. A presença de estudantes idosos nas universidades pode fazer com que passem pela situação denominada pelos autores. Eles procuram os cursos de nível superior por vontade de aprender novos conteúdos, conviver com pessoas mais jovens ou para se formarem em uma profissão e exercê-la. Isto posto, é necessário ponderarmos de que forma as universidades contribuem para a efetivação do direito dos idosos de frequentarem o nível superior de ensino.

Como exprimimos anteriormente, a velhice ainda é compreendida de forma pejorativa em alguns discursos e práticas e, em decorrência disso, os nossos questionamentos em relação à *eliminação branda* são: os docentes universitários estimulam os idosos a participarem de atividades acadêmicas extras? Eles possuem as mesmas oportunidades de concorrer a bolsas de estudos em projetos acadêmicos quanto os estudantes mais novos? Os professores estão preocupados com o processo de ensino e aprendizagem dos alunos que possuem sessenta anos ou mais? Como se processa o diálogo com os estudantes idosos e até que ponto eles são reconhecidos em seus direitos? Os docentes, em suas aulas, consideram as especificidades e demandas desses grupos de estudantes?

Essas questões nos fazem ponderar sobre a vivência dos estudantes idosos e a presença da *eliminação branda*. Acreditamos que promover aos idosos o acesso ao Ensino Superior é

uma política pública necessária para a sociedade na qual vivemos. Mas, paralelamente, precisamos nos atentar para a qualidade desse acesso. Se é oportunizado a eles ligar-se às universidades públicas enquanto estudantes regulares, por que não estimulá-los a participarem da mesma em tudo o que ela oferece e acolhê-los em suas singularidades?

1.5 Uma breve discussão

No decorrer deste capítulo, intencionamos demonstrar como cada um de nós constrói sua concepção de velhice, a compreensão de teóricos que estudaram o envelhecimento e a velhice sobre, respectivamente, esse processo e etapa da vida, os imaginários que nós, enquanto sociedade, criamos, aprendemos e reproduzimos sobre os idosos (muitas vezes trata-se do idadismo), a necessidade de ouvir suas demandas para desenvolver e implantar políticas e atividades condizentes com o que precisam, o conceito de *eliminação branda* que podem permear a realidade dos idosos que são universitários, os reforços de Paulo Freire (1994) sobre conscientização e luta pela emancipação e os três pilares da Gerontologia Educacional com a contribuição da Educação Gerontológica.

Alicerçamos este trabalho na ótica de que cada pessoa e sociedade enxerga e vivencia a velhice de formas diferentes. Os autores que escolhemos produzem novas compreensões sobre a pessoa idosa e a velhice baseados nas experiências às quais foram expostos, na forma como a sociedade em que cresceram tratava os idosos e nas imagens que foram divulgadas sobre a respectiva fase da vida. Relacionamos este tópico com os idosos universitários, tema desta dissertação, porque de seus discursos pode emergir a ideia que possuem da velhice e deles enquanto pessoas idosas. As compreensões serão singulares porque são produzidas por pessoas provenientes de diferentes contextos sócio-históricos e culturais, e com diferentes vivências.

Para contribuir com a ideia acima, expusemos o contexto da sociedade brasileira que é pautada no sistema econômico capitalista. O aumento da longevidade - ao menos para a população proveniente das camadas populares - não foi acompanhado de instruções sobre como viver melhor. Não são todas as pessoas idosas de hoje que aprenderam atitudes mais saudáveis com seus familiares porque a expectativa de vida desses não foi alta ou porque não seus pais não detinham este conhecimento. Logo, sem preparação e com poucos recursos financeiros, os longevos, muitas vezes, não conseguem acompanhar o consumo que o capitalismo instituiu como certo.

Alguns longevos se comportam de modo oposto ao que é sugerido diariamente pelos meios de comunicação. Este posicionamento pode fazer com a velhice seja percebida equivocadamente, como uma época de atrasos, acomodação e limitações. Na realidade, trata-se de um grupo social e etário heterogêneo que possui demandas e necessidades específicas. Uma delas é a educacional. Dessa forma, os idosos que frequentam as universidades como estudantes regulares dos cursos de graduação contribuem para desconstruir a percepção de que são pessoas paradas ou acomodadas.

Esses mesmos idosos também devem protagonizar suas existências. Defendemos esta afirmação por tratar-se de um grupo específico, portanto, as pessoas mais capacitadas para falarem sobre seus desejos e anseios são elas mesmas. Ao participarem da elaboração das ações que irão atendê-las, sentem-se responsáveis, úteis e ativas devido à participação social. Este protagonismo deve estar presente no âmbito universitário, uma vez que apenas o estudante idoso sabe quais adaptações ele precisa para um desenvolvimento escolar exitoso. Escutá-lo é um dever do docente que está preocupado em oferecer a todos os estudantes um processo de ensino e aprendizagem e oportunidades de crescimento iguais.

Ao ingressarem no Ensino Superior, os idosos que não foram privilegiados com o incentivo aos estudos e com práticas familiares que favoreceram a longevidade escolar podem conviver com situações que os façam experimentar a *eliminação branda*. Nesta hipótese, se quando crianças ou jovens não aprenderam a ter organização ou ritmo de estudo, na velhice, caso a universidade não se atente para esta particularidade, terão dificuldades para acompanhar as atividades acadêmicas. O episódio descrito também pode promover a conscientização e emancipação descritas por Freire (1994).

Para finalizarmos, os três pilares da Gerontologia Educacional são aspectos que nos auxiliam a pensar como a sociedade está se preparando para envelhecer e como acolhe aqueles que entram na terceira fase da vida. Na perspectiva do ingresso dos alunos idosos como estudantes regulares de graduação, ponderamos se o processo educativo é pensado junto com eles, se as universidades possuem ações ou promovem eventos objetivando diminuir o preconceito etário entre seus discentes, docentes, funcionários e com a comunidade externa e se os professores universitários e demais profissionais que trabalham na instituição são capacitados ou se existe a preocupação em se capacitar para atender a este público no que lhes couber.

Corroborando o segundo pilar, o conceito de Educação Gerontológica nos fornece subsídios para refletirmos como as instituições de ensino podem contribuir para tornar o olhar

sobre a velhice mais acolhedor, menos preconceituoso e fortalecer as relações entre as gerações.

2 TEORIA DO RECONHECIMENTO DE AXEL HONNETH

“A velhice tem uma beleza que lhe é própria. A beleza das velhas árvores é diferente das belezas das árvores jovens”¹¹

Para pensarmos sobre os desafios que os idosos que iniciam ou retornam aos estudos no nível superior encontram em suas trajetórias acadêmicas, utilizaremos a *Teoria do Reconhecimento* (HONNETH, 2003). Neste capítulo, vamos nos referir às possíveis categorias de experiências que os idosos podem relatar sobre as vivências no âmbito universitário. Estas estão permeadas por respeitos e desrespeitos tanto por parte das IES, enquanto instituições, quanto por parte daqueles que a compõem (alunos, professores e demais funcionários).

Essa teoria discorre sobre as estratégias de reconhecimento que as pessoas utilizam para serem aceitas, inseridas e internalizadas no corpo social ao qual pretendem pertencer. E, para os idosos universitários - bem como para qualquer grupo social, o reconhecimento nas três esferas descritas por Honneth (2003) pode promover um desenvolvimento acadêmico exitoso tanto como profissional quanto como ser humano.

A proposta teórica ligada ao reconhecimento se inscreve no campo de estudo da ética. O principal livro de Honneth se chama *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*, e evidencia os aspectos éticos e políticos do objeto de estudo. A opção por esse marco teórico, em detrimento das correntes marxistas, é a sua abordagem filosófica, sociológica e psicológica em torno de conflitos valorativos sobre as questões éticas e políticas em relação à inclusão dos idosos que não se resume aos aspectos econômicos e da esfera do direito - reducionismos reflexivos comuns aos teóricos do marxismo.

Para contextualizar as atuais lutas pelo reconhecimento, Honneth (2003) estudou as teorias do filósofo Georg Wilhelm Friededich Hegel, do psicólogo social George Herbert Mead e da psicanálise neofreudiana de Donald Winnicott, propondo uma releitura crítica do reconhecimento na qual todas as pessoas, ao longo da vida, buscam experiências sociais e psíquicas em três etapas: a primeira é a do Amor, a segunda é a do Direito e a terceira é a da Solidariedade.

As teorias sociais que se fundamentam na ideia de reconhecimento têm como axioma fundamental o fato de que a maneira como as pessoas se veem, bem como suas identidades,

¹¹ ALVES, Rubem. *As cores do crepúsculo: a estética do envelhecer*. 3. ed. Campinas: Editora Papirus, 2002, p. 77.

são construídas nas relações intersubjetivas durante sua trajetória social. “Em nenhuma outra teoria, a ideia de que os sujeitos humanos devem sua identidade à experiência de um reconhecimento intersubjetivo foi desenvolvida de maneira tão consequente sob os pressupostos naturalistas como na psicologia social de George Herbert Mead” (HONNETH, 2003, p. 125). Mead, ao reler Hegel, compartilha dos pressupostos teóricos de que não existem discursos sobre o “eu” individualizados, gerados espontaneamente pela consciência ou experiência dos sujeitos, mas são construídas pelas narrativas dos agentes sociais com os quais os sujeitos interagem. A noção que temos de nós mesmos é construída na narrativa dos pais, irmãos, amigos, professores, na igreja, no trabalho, nos meios de comunicação, etc.

Concretamente, os discursos dos idosos entrevistados, falando sobre suas experiências, nada mais são do que discursos socialmente construídos durante suas trajetórias. Para Orlandi (2009), os sujeitos são influenciados pela ideologia na qual estão imersos. Isso quer dizer, por exemplo, que os imaginários sociais acerca da velhice que permeiam uma determinada sociedade irão influenciar a maneira como os não idosos se comportarão diante dos idosos, como os idosos se veem e como ambos enxergam o processo de envelhecimento no âmbito dos direitos e oportunidades sociais.

Nessa concepção, nos discursos proferidos pelos idosos entrevistados são produzidos sentidos entre eles e o pesquisador que os escuta. Esses sentidos são permeados pela ideologia que circunda os entrevistados e o entrevistador, pelos estudos científicos existentes sobre o tema e pela metodologia de análise utilizada e que, neste trabalho, é a Análise do Discurso de linha francesa.

A teoria do reconhecimento formulada por Hegel entende que a coesão social não se origina por um contrato social, conforme concebido pelos liberais, nem por uma característica biológica, como defendem os jusnaturalistas do direito, mas em relações sociais baseadas na *eticidade* - ou seja, em relações éticoafetivas originadas na primeira infância. Buscamos, em um nível afetivo e racional, a aceitação e reconhecimento de nossos pais, amigos, professores, padrões, etc.

De acordo com Honneth (2003), o desrespeito é uma forma de reconhecimento recusado. Quando ele ocorre, deixamos de enxergar o outro como ele é - com suas especificidades - e, ao não o reconhecermos, conseqüentemente, negamos sua existência enquanto igual a nós. O desrespeito em cada esfera suscita sentimentos específicos que contribuem negativamente para a imagem que cada pessoa tem de si. Compreendemos que eles acontecem como consequência dos imaginários que permeiam nossa sociedade e que nos fazem analisar, julgar e nos comportarmos com o outro sem o conhecermos verdadeiramente.

Sobre esse tema, Gisela Castro (2017), ao caracterizar o preconceito contra a idade (idadismo), apresenta uma forma de discriminação que influencia na maneira como nos comportamos diante das pessoas idosas, onde percebemos muita semelhança com as estratégias excludentes de desrespeito.

No âmbito do Amor, Honneth (2003) insere como características do desrespeito os maus-tratos e as violações; no do Direito, as privações de direitos e exclusões; e, na Solidariedade, as degradações e as ofensas. Todavia, o respeito em cada uma dessas temáticas faz emergir sentimentos de reconhecimento que são específicos de cada uma. No que se refere ao Amor, o indivíduo tem a autoconfiança (que origina em reconhecimento afetivo), no Direito encontramos o autorrespeito (que referencia as relações jurídicas) e na Solidariedade a autoestima (que promove a valorização social) (HONNETH, 2003).

Exposta esta introdução acerca da Teoria do Reconhecimento, nos próximos tópicos abordaremos cada uma das três esferas separadamente.

2.1 A esfera do Amor

Segundo a leitura de Albornoz (2011) sobre os trabalhos de Axel Honneth (2003), a autora compreende que a esfera do Amor abarca as relações de afeto e gera a autoconfiança. Ela destaca que as relações de amor não devem ser compreendidas segundo o senso comum, reduzido a relação íntima sexual entre parceiros, mas como relações primárias, que são as relações entre pais e filhos, “na medida em que elas consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas” (HONNETH, 2003, p. 159).

O amor se inicia nas primeiras relações do bebê com a sua mãe, ou com aquele que faz o papel maternal: é a pessoa que acolhe, alimenta e conversa com essa criança. Esse vínculo social é fortalecido pelo afeto amoroso, de desejo da mãe pelo bebê e do bebê pela mãe. Essa relação de mútua alegria e aceitação será reproduzida nas demais relações parentais no círculo familiar. Amor é cuidado, carinho, alegria por estar vivo, é fazer parte de um grupo que te aceita e acolhe pelo simples fato de existirmos e estarmos vivos (HONNETH, 2003).

O amor representa, para Hegel, a primeira etapa do reconhecimento recíproco, “porque em sua efetivação os sujeitos se confirmam mutuamente na natureza concreta de suas carências, reconhecendo-se assim como seres carentes” (HONNETH, 2003, p. 160). O amor possui um conflito intrínseco em seu *modus operandi*, de aceitação e negação. A criança luta para ser aceita por seus pais, porque os ama e não pode viver sem eles. Não é possível, para uma criança, viver sozinha, isolada do mundo, como sugere suas fantasias nas crises de

ansiedade. A criança se esforça para parecer com os seus pais, se identificar com o grupo ao qual pertence. Ela se esforça para desejar e gostar daquilo que os seus próximos desejam e gostam.

Entretanto, ela também luta para fazer valer um desejo que contraria a expectativa de seus pais - como brincar no parquinho com crianças desconhecidas. A mãe do bebê tem receio, medo, não quer ficar parada naquele local. O bebê, por sua vez, entra em conflito para fazer valer a sua vontade. A criança contraria o desejo a mãe. Se ela ceder, a criança irá para o chão brincar, ser ela mesma. Entretanto, ela ficará ansiosa, pois não tem certeza que sua mãe vai lhe aceitar de volta. Se a relação for bem sucedida, quando a brincadeira terminar, o bebê voltará para o colo de sua mãe. Ambos irão para casa, pois o bebê foi aceito, mesmo contrariando sua mãe. Honneth (2003) explica que esses conflitos primordiais existem em todas as relações amorosas: identificação como grupo e, simultaneamente, busca pela singularidade.

Para Honneth é a experiência do amor do outro e da confiança no amor do outro que proporcionará a base emotiva para que o sujeito reivindique seus direitos e tenha satisfação em participar da vida social, pois “[...] só aquela ligação simbioticamente alimentada, que surge da delimitação reciprocamente querida, cria a medida da autoconfiança individual, que é a base indispensável para a participação autônoma na vida pública” (HONNETH, 2003, p. 178).

Os idosos brasileiros podem ser considerados um grupo social que sofre opressões devido ao tratamento pejorativo que muitos recebem. Inferimos que este comportamento baseia-se na ideia do sistema capitalista de que só possui valor quem produz, consome e “acompanha as novidades” e de que só é belo aquilo (ou quem) é novo. Acerca desta última ideia, lembramos a variedade de publicidade a que estamos expostos - em revistas, canais de televisão e redes sociais - que enaltecem a juventude eterna.

Para exemplificar nossa afirmação, lembramos que em meados de 2019 o aplicativo *FaceApp* ofereceu aos usuários de Android e Iphone um filtro que modificava as fotos e os tornava mais velhos, acrescentando principalmente rugas e cabelos brancos (ALVES, 2019). A brincadeira de envelhecer fez com que emergisse discursos preconceituosos acerca das imagens de quem utilizava o filtro. Recordo-me de ler - em perfis de mulheres famosas na rede social *Instagram* - comentários pejorativos em relação às características físicas que vêm junto com a velhice e sobre o lugar social que os idosos ocupam atualmente.

Também com a intenção de exemplificar a ideia de que a velhice é uma fase apenas de perdas, a revista *Galileu*, em uma matéria publicada em 30 de julho de 2019, publicou o título:

Cientistas estudam formas de “curar” o envelhecimento (SCIULO, 2019). O texto apontava o envelhecimento como sinônimo de doenças e as pesquisas promissoras de cientistas americanos para desenvolver maneiras dos seres humanos viverem por mais tempo, mas sem os efeitos da velhice. Os efeitos, listados na publicação, referenciavam apenas às limitações e perdas que podem ocorrer - em menor ou maior grau - nesta fase da vida.

Devido a ideias que podem emergir dos exemplos mencionados, ao ingressarem em uma IES, alguns idosos podem sentir-se desconfortáveis, uma vez que no imaginário social a Instituição de Ensino Superior é percebida como um local pensado e criado apenas para as pessoas mais jovens, e que as características da velhice e do processo de envelhecimento são todas ruins. Quando o docente manifesta interesse em acolher esses alunos e suas trajetórias de vida pessoal e profissional, ele possibilita que esses mesmos estudantes falem sobre suas necessidades e desejos, e então torna-se possível a construção do reconhecimento na esfera do Amor.

Nessa mesma esfera de reconhecimento, incluímos o desafio da convivência entre as gerações. Quando um idoso, seja no ambiente educacional ou qualquer outro, não se sente estimado pelas pessoas com as quais convive é possível que tenha a confiança em si mesmo abalada (HONNETH, 2003).

Por vezes, se esse idoso nasceu e cresceu em um ambiente no qual os desrespeitos físicos e verbais contra os longevos eram recorrentes, então, pode considerar que o tratamento desrespeitoso é normal, visto que não foi apresentado a ele outra realidade. Contudo, se teve a vivência da troca recíproca de amor na infância, ele terá a consciência de que merece ser respeitado em suas particularidades. Ao encontrar na universidade desprezo e preconceito em decorrência da sua faixa etária, pode ter atitudes que denunciem esse desconforto.

Ainda na perspectiva do idoso universitário, o número de pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, matriculados como estudantes regulares, é ínfimo. Então, a presença deles ainda pode causar espanto ou admiração.

Quando o longevo encontra na família o apoio para iniciar ou retornar aos estudos, ele sente que seus desejos são valorizados no ambiente no qual tem suas primeiras relações sociais (a experiência recíproca do amor). E isso os encoraja a permanecer na universidade. Entretanto, como as velhices são diversas e são um reflexo de todas as vivências acumuladas (KARPF, 2014), a ausência desse apoio pode não ser um empecilho para o longevo.

Os três exemplos que citamos foram escolhidos porque corroboram, quando a experiência do idoso é positiva, a construção e manutenção da sua autoconfiança. Essa característica proporciona o reconhecimento afetivo, que fará com que sintam que estão sendo

respeitado nessa esfera. A autoconfiança é benéfica em todas as fases da vida de uma pessoa porque faz com que a mesma enfrente seus desafios com menos medo de não lograr êxito.

2.2 A esfera do Direito

A segunda forma de reconhecimento para Honneth (2003) é a esfera do Direito, que gera o autorrespeito. Para o autor, o sujeito só se reconhecerá como portador de direitos quando compreender que o outro lhe confere direitos e deveres. Ainda segundo Honneth (2003), o reconhecimento jurídico é dividido em dois: os reconhecimentos jurídico e social. O primeiro liga-se ao fato de que todo ser humano deve ser reconhecido como tal pelo simples fato de ser humano. O segundo refere-se ao respeito que a sociedade proporciona ao sujeito baseando-se em critérios que ela julga relevante.

Em relação ao público longo-vejo, as ações de desrespeito que sofrem na esfera do Direito podem ser, por exemplo, a não aceitação dos mesmos nos cursos universitários pela instituição, pelos professores, pelos estudantes, nas atividades de estágios e no não cumprimento do Estatuto do Idoso. Manifestações públicas preconceituosas de ironia ou repúdio baseadas na idade também podem se enquadrar em situações de desrespeito nesta esfera quando constroem ou privam do exercício de um direito.

No que se refere ao idadismo, alguns idosos se deparam com discursos de que estão *velhos* para frequentar uma universidade, que estão “doidos” por retomarem os estudos ou são questionados pelo motivo de estudar uma vez que não obterão nenhuma vantagem com essa ação. Estas falas - tanto de idosos quanto de não idosos - nos remetem à ideia de que uma parcela da sociedade ainda não reconhece a velhice como uma fase da vida na qual podemos iniciar ou retornar ao nível superior de ensino e tampouco compreende que os benefícios desses estudos vão além de transformar-se em uma profissão ou incremento na aposentadoria: a universidade proporciona a todos os seus estudantes uma formação humana que é relevante tanto quanto a profissional.

Como expomos no primeiro capítulo, uma parcela considerável da sociedade na qual vivemos entende que apenas o que é novo possui valor. Podemos inferir que esta ideia relaciona-se mais com as idosas, uma vez que a maioria das propagandas que defendem a existência da beleza apenas na juventude é direcionada ao público feminino. Então, se é um desafio ser mulher e idosa nos diversos âmbitos sociais, é mais desafiador ser mulher, idosa e universitária.

Para ilustrar nossa afirmação, trazemos a pesquisa de Fernandes e Garcia (2010), que demonstraram os diferentes sentidos que a velhice e o processo de envelhecimento suscitam em homens e mulheres e que estas compreensões se diferenciam de acordo com o gênero. Entre os diversos aspectos analisados, a *feiúra na velhice* foi apontada pelas entrevistadas. As autoras ressaltam que, ao mesmo tempo em que as idosas sentem-se feias - esse sentimento, no entendimento das pesquisadoras, relaciona-se à concepção social de que só o novo é belo - elas também se valorizam por adquirir *experiência* com os anos vividos.

Ainda em relação a questões de gênero, recordamos a experiência de mulheres que foram proibidas de estudar por seus pais porque, na visão destes, elas aprenderiam a escrever para se corresponderem com namorados. Após o casamento, foram novamente proibidas de frequentar o ambiente escolar pelos maridos sem nenhuma justificativa ou com a ideia de que alguém precisava cuidar da casa e dos filhos. Mas, com o crescimento deles e a experiência da viuvez ou divórcio, essas mulheres que, durante toda a vida, vivenciaram relações de opressão, começam a realizar seus sonhos e, entre estes, o estudo universitário.

Algumas podem escutar que estão buscando experiências fora do ambiente familiar para *arrumar namorado* ou que o fato de iniciar os estudos *é uma palhaçada*. Trata-se de um comportamento patriarcal que, há muito, permeia nossas relações sociais (ANGELIN, 2014) e a forma como enxergamos as idosas. Existem aquelas que ainda não perceberam que estudar é um direito que possuem e que maridos, pais, amigas e filhos não podem opinar sobre esta escolha. Felizmente, outras deixaram o ambiente domiciliar e a função de cuidar dos netos (percebida por alguns como uma tarefa natural) para vivenciar o *campus* de uma universidade.

No tocante aos desafios e responsabilidades para o idoso tornar-se um universitário, pontuamos que eles podem escutar a expressão: “você está roubando o lugar dos jovens”. A nosso ver, trata-se de uma expressão errônea, uma vez que ele e qualquer outra pessoa possuem o direito de frequentar uma instituição pública de Ensino Superior se assim desejarem. Elas são financiadas com o dinheiro de todos os contribuintes, portanto, receber e acolher todos os que querem estudar nas mesmas deveria ser visto como um direito e não um favor.

Honneth (2003) nos afirma que, quando um grupo social sofre a exclusão de seus direitos ou a sociedade não garante ou não aplica o cumprimento deles, ou ainda os direitos e deveres conferidos a eles são diferentes das regras destinadas a outro grupo de sujeitos, a segunda forma de reconhecimento é desrespeitada. Diante disso, uma luta pelo reconhecimento deste aspecto pode emergir. Pensemos em outro caso possível, no qual um

grupo de idosos que não pode estudar na juventude e que, agora aposentados e com tempo disponível, demandam políticas públicas para iniciarem a vida escolar.

Nesse sentido, e de acordo com a esfera do Direito (HONNETH, 2003), reafirmamos que os idosos precisam conscientizar-se dos seus direitos de iniciar ou retornar aos estudos. Bem como seus direitos de frequentar o ambiente social que desejarem e não apenas o educacional. As mulheres que são idosas hoje, via de regra, não tiveram a oportunidade de estudarem quando eram mais novas e, ao se depararem com essa possibilidade, aquelas que querem, devem fazê-lo.

Para Honneth (2003), o engajamento social em prol do cumprimento de um determinado direito só acontece quando todos os sujeitos que integram o referido grupo social percebem esta inadequação ou falta de aplicação da lei. “Viver sem direitos individuais significa para o membro individual da sociedade não possuir chance alguma de construir um autorrespeito” (HONNETH, 2003, p. 196). O sujeito só se forma enquanto sujeito social quando a comunidade o reconhece nas três esferas. Quando uma delas é desrespeitada ou violentada, gera-se um sentimento de solidariedade que acarreta em uma luta pelo reconhecimento.

A partir do momento que os longevos reconhecerem esses desrespeitos como um comportamento que afeta todo o grupo e não apenas a um sujeito em específico, a probabilidade de adesão à luta coletiva torna-se maior. Quanto mais pessoas engajadas - idosos e não idosos - em diminuir ou extinguir o idadismo, melhor para a sociedade. Afinal, imaginamos que todas as pessoas prefiram envelhecer em uma sociedade que respeite os longevos em todos os aspectos, porquanto a única alternativa para não chegar à velhice é morrer antes.

2.3 A esfera da Solidariedade

Segundo Honneth (2003), a Solidariedade advém de uma autorrelação de reconhecimento e apreço dos membros de um grupo em que se está inserido. Ela se inicia no sentimento de pertencimento e unidade do grupo familiar e, posteriormente, se estende às identificações emocionais com os sentimentos nacionalistas, o apego aos times de futebol, a denominação religiosa, aos grupos de militância social e etc. É uma relação interativa em que os sujeitos tomam interesse, de modo recíproco, por seus modos distintos de vida, já que se estimam de maneira simétrica.

A esfera da Solidariedade, responsável pela autoestima, remete à aceitação dos valores individuais que são estabelecidos em um consenso pela comunidade a que pertence ou se identifica (HONNETH, 2003). Esses valores variam histórica e socialmente e, desta forma, a autoestima resultante desse processo também é variável.

O papel da solidariedade entre os idosos que frequentam as universidades se estabelece em dois movimentos distintos, positivo e negativo. O primeiro movimento, de positividade, é a busca dos idosos pela estima e reconhecimento dos colegas e professores enquanto estudantes universitários. Eles buscam estabelecer um vínculo mais profundo, originado pela esfera do Amor, onde todos sintam aquele membro como igual e digno de ser inserido. É quando o preconceito a um estudante idoso é sentido como um preconceito que atinge todos os estudantes não idosos.

O segundo movimento, de negatividade, é a identificação solidária com os outros estudantes idosos que enfrentam os mesmos problemas e situações de desrespeito. É quando os idosos, mesmo que frequentando cursos diferentes, sentem-se igualmente desrespeitados pelos problemas enfrentados por um único estudante, vítima de preconceito. Honneth explica que,

Essa proposta explica também a circunstância de o conceito de “solidariedade” se aplicar até o momento precipuamente às relações de grupo que se originam na experiência resistência comum contra a repressão política; pois aqui gera de súbito um horizonte intersubjetivo de valores no qual cada um aprende a reconhecer em igual medida o significado das capacidades e propriedades do outro (HONNETH, 2003, p. 209).

O filósofo aponta que a solidariedade se torna manifesta nas relações de grupo que se originam de circunstâncias conflituosas, como em lutas sociais que defendem comportamentos não convencionais. Os exemplos atuais de solidariedade nas universidades brasileiras ocorrem nos movimentos sociais que defendem as mulheres, os homossexuais, os indígenas e os afrodescendentes. Para Honneth, “relações dessa espécie podem se chamar “solidárias” porque elas não despertam somente a tolerância para com a particularidade individual da outra pessoa, mas também o interesse afetivo por esta particularidade” (HONNETH, 2003, p. 211).

A luta dos idosos pela aceitação (Amor) e pela igualdade de experiência e oportunidades (Direito) no percurso pela universidade precisa contar com o sentimento e as manifestações de solidariedade dos colegas idosos e não idosos. “É por isso também que só as relações sociais que tínhamos em vista com o conceito de ‘solidariedade’ podem abrir o

horizonte em que a ocorrência individual por estima assume uma forma isenta de dor, isto é, não turvada por experiências de desrespeito” (*Idem*).

Para ilustrar o que Honneth (2003) compreende acerca da esfera da Solidariedade, exemplificamos com um sujeito idoso que possui dificuldades para se locomover ou enxergar e não possui nenhum auxílio da instituição de ensino para realizar suas atividades acadêmicas e/ou é discriminado por essa condição particular pelos professores ou colegas. Essas limitações podem ser tanto em decorrência do próprio processo de envelhecimento ou de questões relativas a acidentes. Quando outros idosos - que também são universitários - percebem essa ofensa como um desrespeito também a eles, estamos diante de uma luta pelo reconhecimento na esfera da Solidariedade.

Para reconhecer esse grupo social em seus direitos é necessário que a IES perceba que a velhice é uma construção social e pessoal (DEBERT, 2012). Dois idosos estudantes do mesmo curso de graduação podem ter demandas diferentes. A nosso ver, é necessário sensibilidade para acolher a diversidade.

A velhice é compreendida de acordo com a cultura da sociedade que a circunda. Para alguns povos, os idosos são pessoas sábias, enquanto que, para outros, são um peso social que deveria ficar recluso ao ambiente doméstico (DEBERT, 2012). Atualmente, uma parcela da sociedade brasileira compreende os longevos como pessoas que não têm o direito de estudar, e que ao frequentar a universidade como estudantes regulares estão ficando “doidos” e “tomando o lugar dos jovens”¹², uma vez que no imaginário social o entendimento é que o velho - ou velha - não possui nenhuma utilidade social.

Como exprimimos, a velhice ainda é exposta de forma pejorativa em alguns discursos e práticas e as esferas elaboradas por Honneth (2003) - Amor, Direito e Solidariedade - nos ajudam na compreensão de como os idosos são percebidos na atualidade. Desse modo, a teoria honnethiana contribui para a análise dos discursos dos universitários entrevistados, na medida em que estes estão situados em um espaço educacional que, como discutiremos no terceiro capítulo, foi pensado e criado, primeiramente, para o público jovem e proveniente das classes dominantes.

Portanto, a inserção de alunos que possuem características que vão de encontro com as estabelecidas para um *universitário ideal* - como, por exemplo, os idosos - pode fazer com que estes sujeitos vivenciem experiências desrespeitosas nas três esferas mencionadas.

¹² Essas compreensões emergiram nos discursos das idosas, respectivamente Ipê 4 e Ipê 11, entrevistadas para esta pesquisa.

3 A UNIVERSIDADE PÚBLICA E SUA FUNÇÃO SOCIAL

“Mas agora, de repente, essa árvore de outros espaços irrompe no meio do asfalto, interrompe o tempo urban de semáforos, buzinas e ultrapassagens [...]”¹³

As Universidades Públicas são tradicionalmente reconhecidas como espaços da classe dominante e nos quais ela difunde sua ideologia, cultura e posturas (RIBEIRO, 1969; VIEIRA-PINTO, 1986; BUARQUE, 2000). Diante deste papel social e político, os discentes que são provenientes das classes populares, ou de toda a comunidade que a circunda, costumam não se identificar como parte da instituição.

A Constituição Federal (CF/1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1988) apresentam prescrições que reafirmam o compromisso da universidade com a sociedade em relação à formação profissional ou humana dos estudantes. Assim, também os conceitos de conscientização (FREIRE, 1994) e de emancipação (VIEIRA-PINTO, 1993) completam esse ponto de vista porque nos mostram que os conhecimentos adquiridos no ambiente universitário podem ir além do viés profissional.

Explorado o campo de melhorias que as Instituições de Ensino Superior (IES) proporcionam aos seus estudantes, neste capítulo discutiremos: a função social da universidade e sua trajetória, o compromisso com a formação - humana e profissional - dos graduandos; a conscientização e emancipação proporcionadas pelo ambiente universitário e o posicionamento das legislações brasileiras acerca das obrigações das IES em relação à comunidade em torno da mesma.

3.1 A função social das Universidades Públicas: trajetórias e discussões

A função da universidade na sociedade transformou-se de acordo com o contexto sócio-histórico (RIBEIRO, 1969; TRINDADE, 2012). As primeiras universidades, surgidas na Europa, no século XII, estavam relacionadas com a religião católica. Naquela época, a concepção social era de que todos os aspectos da vida cotidiana eram intrínsecos à figura de Deus e, portanto, os ensinamentos ministrados por elas seguiam esta direção (TRINDADE, 2012).

¹³ ALVES, Rubem. **As cores do crepúsculo: a estética do envelhecer**. 3. ed. Campinas: Editora Papirus, 2002, p. 48.

As Instituições de Ensino Superior (IES) foram fundadas no Brasil em 1808. Anteriormente, aqueles que podiam estudar precisavam se deslocar até Portugal para concluir sua formação. As primeiras ofertas em solo brasileiro eram dirigidas às áreas de ciências da saúde e defesa do país (TRINDADE, 2012) e destinadas à formação da elite financeira.

Transcorrido mais de cem anos do início das universidades no Brasil, Vieira-Pinto (1986) pontua que, na década de 1960 a maioria dos sujeitos que participavam do corpo docente e discente era proveniente das camadas mais abastadas. As classes populares, em raras ocasiões, conseguiam frequentar esse espaço como estudantes. Neste contexto histórico, as pessoas com baixo poder aquisitivo dentro de uma universidade, em sua maioria, pertenciam ao grupo dos auxiliares de serviços gerais.

Para Ribeiro (1969) e Vieira-Pinto (1986), as instituições de ensino refletem a estrutura social dividida em classes econômicas. Essa divisão e as lutas decorrentes dela se materializam no ambiente universitário. Para exemplificar, é comum vermos estudantes oriundos de camadas socialmente desprivilegiadas debaterem com os docentes acerca dos valores cobrados pelos refeitórios universitários ou das condições das moradias estudantis que são de responsabilidade da universidade.

De acordo com Vieira-Pinto (1986, p. 32), na perspectiva da manutenção da divisão de classes, “a universidade funciona como o viveiro natural da classe dominante, que nela encontra as condições ideais para se reproduzir.” Abordar conteúdos que não colaboram para que os discentes reflitam sobre a realidade da qual vieram faz com que os poucos representantes das classes populares que conseguem ingressar no Ensino Superior não se revoltam com a realidade social e, assim, domesticados, comportem-se como os professores desejam:

Assim procedendo, cremos ter razão em apresentar a seguinte definição da essência da universidade no Brasil, atualmente: a universidade é uma peça do dispositivo geral de domínio pelo qual a classe dominante exerce controle social, particularmente no terreno ideológico, sobre a totalidade do país (VIEIRA-PINTO, 1986, p. 19).

Além dos conhecimentos acadêmicos que visam perpetuar o domínio das classes altas, esse autor lembra que a cultura produzida dentro das universidades tem a finalidade de promover os ideais das classes dominantes. Na época em que escreveu o livro, por conseguinte, não era comum a existência de programas de incentivo e permanência para as classes baixas cursarem o Ensino Superior.

Ponderamos sobre o impacto que os idosos detentores dos conhecimentos oriundos da cultura popular podem provocar na universidade. A presença dos universitários idosos provenientes das camadas populares pode causar estranhamento porque eles não abrangem o público esperado em uma IES: são velhos e não fazem parte das classes médias e altas. Todavia, os conhecimentos que trazem consigo complementam as aulas, as atividades didáticas e enriquecem o repertório cultural dos colegas e professores, visto que a diversidade cultural brasileira é grande e por isso há um constante aprendizado.

Nos últimos anos, as políticas de inclusão universitária, sobretudo as relativas às ações afirmativas, criadas a partir de 2003 no governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, possibilitaram que as classes populares acessassem e permanecessem nas instituições. Entre elas, destacamos: a expansão de universidades e Institutos Federais (IFs) e, conseqüentemente, o aumento de vagas; o Programa Universidade para Todos (Prouni); Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies); Sistema de Seleção Unificada (Sisu); Programa de Bolsa Permanência (PBP); e a Lei de Cotas (lei nº12.711/2012) (BRASIL, 2014).

Os estudantes provenientes das camadas populares, ao se inserirem e permanecerem no *campus*, exprimem seus traços e características culturais e sociais tornando-o um espaço multicultural e heterogêneo. Costumes e pensamentos diversos e manifestações artísticas são compartilhados. A cultura que emana do povo disputa espaço com a cultura da elite e torna os espaços propícios para reflexão e diálogos que vão além das disciplinas curriculares.

Para colaborar com esta perspectiva, relembremos as atuais políticas no âmbito da educação que foram implementadas pelo Governo Federal. Enquanto no governo anterior as ações estimulavam a permanência e o prolongamento dos estudos para as camadas populares, no governo atual há a diminuição dos investimentos na Educação Superior. Embora não tenhamos intenção de, explicitamente, abordar esses projetos políticos direcionados à Educação, é importante sinalizar a existência de um projeto de precarização e privatização da Educação Pública, como efeito de políticas neoliberais¹⁴.

O estudante da camada popular é proveniente de um contexto social e cultural diferente daquele no qual a universidade está inserida; logo, existe uma diferença entre o que

¹⁴ Com a intenção de exemplificar essa ideia, relembremos que o atual governo federal, no decorrer do ano de 2019, atacou a Educação Superior pública e gratuita pelos investimentos que elas recebem. As agências de fomento como, por exemplo, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cortaram bolsas de estudos de graduandos e pós-graduandos. Essa ação interfere diretamente na origem social do público estudantil que frequentará e permanecerá na universidade e na qualidade das pesquisas que são desenvolvidas, uma vez que muitos discentes não podem arcar com os custos de uma dedicação exclusiva aos estudos.

é ministrado nas salas de aula universitárias e as demandas desse aluno. Essa diferença torna-se mais evidente quando ele tem idade igual ou superior a sessenta anos.

Quanto mais acesso as camadas populares tiverem ao Ensino Superior, maiores as chances de se conscientizarem das relações de opressão que vivem (no exemplo dos velhos, destacamos o preconceito em relação à idade ou idadismo), de estimularem familiares e amigos a ingressarem na universidade e de lutarem para que as pesquisas e serviços desenvolvidos em seu interior também beneficiem os seus. Exposta a nossa concepção, questionamos: por que o atual governo federal manteria políticas que trouxessem benefícios aos mais pobres e aos idosos?

Vieira-Pinto nos auxilia a pensar em algumas respostas:

Sabendo-se que, entre nós, a universidade é uma peça do dispositivo geral de domínio de certa classe, fica desde logo encontrada a resposta: só pode se gerar no âmbito universitário, ser protegida e defendida por ele, a cultura que corresponda aos interesses de tal classe. Ou seja, a cultura que exprima as relações sociais de trabalho convenientes a essa classe, não crie embaraços jurídicos, ideológicos ou técnicos à afirmação de seus direitos, não exponha, pelos recursos da arte, os aspectos da realidade que demonstram o malefício da dominação daqueles grupos, e, portanto, repudie, recalque e aniquile todas as ideias surgidas das massas não ligadas às poderosas universidades (VIEIRA-PINTO, 1986, p. 40-41).

O autor responde à pergunta que fizemos anteriormente. O cenário que o Ensino Superior vivencia é alarmante. Nesta concepção, apenas as pessoas provenientes das classes altas possuem direito ao estudo e os pobres permaneceriam em sua camada social de origem. Estes só entrariam em uma universidade para exercerem cargos com baixa remuneração como, por exemplo, o de auxiliar de serviços gerais. Convivemos, diariamente, com retrocessos na Educação - e em outras áreas também - por isso consideramos pertinente o diálogo sobre o acesso às universidades.

Vieira-Pinto (1986), ao debater a questão do acesso e permanência à universidade pública, afirma que o ponto inicial para compreendê-la é entender a causa de algumas pessoas a acessarem e outras não. Essa consideração vai ao encontro do atual debate político, envolvendo discursos em vários espaços de produção de sentido, sobre quem pode ou não frequentar o ambiente universitário público, pago com dinheiro dos contribuintes de todo o país.

Recentemente, em julho de 2019, o atual ministro da educação lançou o programa Future-se, destinado à Educação Superior. Este projeto prevê, entre outras ações, a aproximação entre universidade e empresas privadas com a aparente intenção de promover

maior autonomia para as primeiras (PERA; MENEZES, 2019). Contudo, o que compreendemos sobre este programa é que se trata de uma iniciativa para sucatear ainda mais a educação universitária, pois, escancarar as portas das IES para os investimentos privados pode fazer com que elas trabalhem, prioritariamente, para atender aos interesses do mercado e não às necessidades da população brasileira. Por esta ação, inferimos que a política do atual governo federal é a de que as IES, juntamente com seus docentes e discentes, estejam a serviço e sejam financiados pelo capital privado, retirando do governo a responsabilidade pela sua manutenção e produzindo conhecimento para atender interesses pontuais.

Dados esses exemplos, vimos que o Ensino Superior público privilegia os conhecimentos e a cultura que estejam em concordância com seus objetivos. Logo, os processos seletivos priorizarão esses ensinamentos e posturas. Portanto, aqueles que não aprenderam ou não tiveram contato com estas vivências enfrentarão desafios para acessarem a universidade. Em essência, podemos afirmar que a universidade, ao se posicionar como instrumento da classe dominante, age como Aparelho Ideológico do Estado (AEI), na perspectiva Althusseriana (ALTHUSSER, 1980) porque promove uma dominação sutil das classes populares. De acordo com Althusser (1980), o AEI funciona, primeiramente, pela ideologia. Neste caso, a repressão é um mecanismo sutil e caracteriza-se por ser psicológica.

Para este autor, nossa sociedade possui um AEI para cada âmbito social, inclusive, no ambiente escolar, independentemente do nível de ensino. A ideologia que predomina nas universidades é da classe dominante porque, como expomos anteriormente, esta instituição foi pensada e criada por ela. Portanto, o AEI presente na mesma trabalhará de acordo com seus interesses. No nosso entendimento, a intenção é privilegiar a cultura das classes abastadas e excluir os pobres do ambiente universitário ou fazer com que não se sintam confortáveis frequentando este espaço social. Ou, o que consideramos mais maléfico, mascarar as relações de opressão existentes na sociedade promovendo a falsa compreensão de que se trata de algo natural.

A função do AIE é a reprodução do exercício de poder por quem está no papel de dominante (ALTHUSSER, 1980). Dentro das universidades, a dominação não acontece por meio da repressão física, mas pelo adestramento psicológico de que apenas os interesses e necessidades das classes dominantes possuem valor ou que o Ensino Superior deve ser destinado apenas aos jovens.

Corroborando este ponto de vista, exemplificamos com a seguinte situação: existem dois universitários idosos, sendo um proveniente das camadas populares e o outro, das classes com alto poder aquisitivo. O primeiro, ao ingressar na instituição, sente-se desconfortável

com os comportamentos que percebe porque não correspondem aos seus anseios. O segundo não identifica esses problemas, pois tudo o que vivencia - das ideias às ações - complementa o que ele experienciou durante toda a sua vida. Essa diferença é proveniente da atuação do Aparelho Ideológico do Estado, que faz com que a universidade reproduza as conveniências daqueles que exercem o poder social.

Também exemplificamos, mais uma vez, essa atuação com a presença de dois universitários: um jovem e o outro velho. Como expomos no primeiro capítulo, o idadismo está presente na nossa sociedade e a compreensão errônea de que jovens são superiores aos idosos insere-se na cultura universitária. Quando a IES reproduz este imaginário (seja pelos discursos ou ações), ela inibe a construção dos laços sociais entre as gerações e a riqueza que pode surgir dessa troca.

Vieira-Pinto (1986, p. 23) problematiza o papel exercido continuamente pelas universidades na promoção das diferenças e desigualdades sociais/econômicas, afirmando que, em sua essência, essas instituições, como instrumento de classe dominante, exercem “a função de **distinguir entre toda a população em idade de estudos superiores** quais os elementos que nela podem ingressar e quais delas são expulsos” (grifo nosso). Nesse processo, ocorre o que ele denomina de *fenômeno da expulsão*, pois

(...) não se trata de simples ‘proibição’. Os ‘alunos que não entram’ na universidade só tem este destino porque as condições da sociedade brasileira atuam positivamente sobre eles, impedindo-os de alcançar os requisitos mínimos de cultura para a etapa mais alta dos estudos (VIEIRA-PINTO, 1986, p. 23).

As contribuições deste autor estimulam nossa reflexão sobre a existência de uma idade adequada para ingressar no Ensino Superior. Entendemos que todo estudante, após a conclusão do Ensino Médio, se assim o desejar, pode ingressar em uma IES. Todavia, a mesma sociedade que financia a Educação Pública também limita o acesso dos candidatos à universidade. Isso acontece, por exemplo, durante os processos seletivos que pedem de todos os candidatos conhecimentos e posturas comuns àqueles que durante todo o percurso escolar tiveram acesso a bons professores, escolas e ao capital cultural denominado como da classe dominante.

A discussão sobre o cunho ideológico dos discursos e práticas sociais que acabam legitimando a exclusão das classes populares à universidade, incluindo os idosos por serem considerados como investimento sem retorno a um modelo de sociedade capitalista, nos

permite considerar que há a necessidade de se reformar a universidade pública e seu papel social.

De acordo com Ribeiro (1969) e Vieira-Pinto (1986), a universidade precisa ser reformada porque é explícito que ela não cumpre com o seu papel. Anteriormente à década de 1960, sua função principal era conferir o grau máximo de ensino aos representantes das classes altas que a procuravam. Entretanto, quando as camadas populares e os idosos começam a explorar esse ambiente, eles percebem que o ensino ministrado pouco contribuía para responder seus anseios. O novo público universitário possuía demandas diferentes do anterior e a universidade precisaria adaptar-se.

O fato de a universidade se constituir como instrumento ideológico da classe dominante, no sentido Althusseriano citado anteriormente, faz com que inverta seu papel: no lugar de promover a libertação social e intelectual dos que dela procuram, aprisiona pensamentos e domestica ações. Para Vieira-Pinto, as instituições universitárias “por suas relações com a classe dominante (...) não se dedica ao que seria sua tarefa meritória e própria - a de preparar o espírito das jovens gerações para o melhor conhecimento do Brasil, dos seus problemas e dos meios de resolvê-los” (VIEIRA-PINTO, 1986, p. 35).

A primeira pergunta a ser respondida, de acordo este autor é: ‘Para quem a universidade deve ser reformada?’. A segunda é ‘Que tipo de universidade deve ser instituída?’. E a terceira: ‘Como organizá-la?’. A solução para a primeira questão foi descrita anteriormente. A universidade pública brasileira é mantida pelos impostos que a sociedade paga, então, consideramos que todos os contribuintes - jovens, velhos, ricos e pobres - sem exceção, devem receber os benefícios.

Com relação aos idosos, é preciso observar que, no Brasil e em diversas outras partes do globo, há um elemento ainda mais desafiante para a sociedade e para as universidades, pois estes estão permanecendo por mais tempo após os sessenta anos (OMS, 2015). Após contribuírem durante toda a vida para a manutenção dos serviços básicos da sociedade, espera-se que usufruam dos investimentos feitos.

O aumento da expectativa de vida pode ser uma das alternativas para pensar sobre os públicos os quais a universidade pode destinar sua atenção e serviços. Confirmando essa direção, Vieira-Pinto considera que “reformar a instituição significa exatamente fazê-la passar ao serviço de novas classes e forças sociais, aquelas que até agora não foram beneficiadas nem pensam em receber qualquer proveito direto da universidade” (VIEIRA-PINTO, 1986, p. 71).

Para a resposta da segunda questão deve-se refletir acerca do público que utilizará seus serviços. A velhice não é experienciada pelas pessoas da mesma forma (DEBERT, 2012). Então, o nível de autonomia dos idosos é variável e isso faz com que os serviços dos quais precisem sejam diferentes. Da alfabetização e letramento para administrarem a própria vida sozinha - efetuar serviços bancários, utilizar o transporte público e tomar os remédios certos nos horários recomendados - à atuação em programas de atividades físicas, oficinas para aprender a utilizar aparelhos eletrônicos e a frequência e participação em aulas dos cursos de graduação juntamente com estudantes mais novos. Para pensar e criar os serviços, é preciso olhar para a sociedade que está localizada em torno da instituição e não apenas a comunidade universitária.

No que tange à organização da universidade reformada, deve-se basear sua estruturação nas duas respostas anteriores. A forma de seu funcionamento e ambiente físico precisa ser condizente com o público ao qual ofertará seus serviços (VIEIRA-PINTO, 1986). Para este autor, a reforma universitária verdadeiramente atenta às necessidades de cada tempo-histórico e às necessidades de todos os seus cidadãos precisa debater a organização prática dos cursos, sua natureza e suas finalidades.

Na perspectiva das pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, chamamos a atenção para a organização física e estrutural de seus espaços, pois um ambiente apenas com escadas e sem corrimão e calçadas sem nivelamento pode dificultar o acesso dos mesmos, bem como de outros estudantes que necessitam de maior acessibilidade. No âmbito psicossocial, observamos em alguns discursos já proferidos por professores, alunos e funcionários que enxergam apenas as desvantagens de ser idoso posicionam-se com preconceito diante deles e influenciam na percepção que os idosos possuem de si¹⁵.

Deste modo, consideramos fundamental que as IES, ao oferecerem os serviços da universidade aos idosos, se atentem para a valorização desse convívio. Principalmente, ao considerarmos que, durante as relações intergeracionais, o aprendizado entre os envolvidos é frutífero se houver empatia e respeito (CARDOSO, 2011). Quando a comunidade universitária não possui esse entendimento, é necessário difundi-lo para a acolhida dos longevos.

¹⁵ Constatamos essas situações durante uma pesquisa de Iniciação Científica coordenada pelo prof^o Arthur Meucci e que está sob o registro CAAE nº 69762917.5.0000.5153. A necessidade de uma estrutura adequada aos idosos foi observada na prática de uma atividade física dentro da universidade por uma frequentadora do Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI). Esta idosa participava de uma atividade do PMTI e, devido à calçada desnivelada, tropeçou e seus óculos quebraram em seu rosto, fazendo muitos cortes. A segunda situação chegou ao nosso conhecimento em uma conversa informal com um idoso que era estudante de um dos cursos do Centro de Ciências Biológicas e que foi estimulado por um professor a deixar os estudos por não conseguir, naquele momento específico, executar uma postura que determinada atividade exigia.

Explicitados os passos que devem nortear a reforma da universidade, Ribeiro (1969) e Vieira-Pinto (1986) complementam que ela só irá acontecer se for pensada e executada pelos estudantes. Eles defendem este posicionamento porque os educandos provenientes das classes médias e baixas percebem que os conhecimentos apreendidos no âmbito universitário não são condizentes com a realidade da qual vieram, tampouco os ajudam a compreendê-la. Para que a reforma aconteça, é necessário interromper o processo de reprodução da classe dominante no ambiente universitário e fazer a escolha de outros conteúdos que proponham aos alunos novas formas de compreender a realidade. Assim,

Aos estudantes cabe, evidentemente, o principal papel neste processo transformador da universidade porque são eles os primeiros a compreender as ideias como as que estamos enunciando e a lutar por elas. Não é de se esperar que os grupos de professorais tenham a revelação da realidade de si mesmos, pois tudo conspira contra essa revelação, que não depende da acuidade intelectual ou de critério moral, mas lhes é tornada impossível pela sua situação de grupo privilegiado, cumulado de favores pelas classes econômicas dominantes, que lhes sustentam o ócio e o parasitismo em troca dos favores que deles recebem consubstanciados no papel alienador e repressivo que desempenham em relação à consciência das massas estudantis (VIEIRA-PINTO, 1986, p. 15-16).

Como vimos, o autor faz uma crítica ao papel que os professores vêm exercendo historicamente nas universidades, qual seja, o de mantenedores do *Status Quo*, na medida em que se sentem invadidos em seus privilégios. Nesta posição, com todos os benefícios e reconhecimento acadêmico que possuem, não desejam desfazer-se deles em prol dos que mais precisam das vantagens oferecidas pela universidade. Entretanto, não são todos docentes que agem desta maneira e existem aqueles profissionais que lutam para a construção de um novo modelo de educação.

A reforma da universidade justifica-se porque a instituição não cumpre efetivamente a sua função primordial, que é pesquisar e desenvolver ações que atendam o cotidiano da população brasileira como um todo (RIBEIRO, 1969).

Para Vieira-Pinto (1986), uma reforma universitária que atenda a toda a população precisa combater o desprezo pela formação de profissionais que desejam atender com excelência às classes sociais mais baixas. Para ilustrar a constatação de que a universidade - ainda que com ressalvas - trabalha em prol das classes dominantes, o autor denuncia o termo que faz referência aos conhecimentos ministrados nas universidades: *Ensino Superior*. O acesso a este grau de ensino distingue os que o possuem dos que não têm permissão para tal, e isso reflete no comportamento social. Os sujeitos que não o têm, sentem-se excluídos da

universidade e, por vezes, não sabem que a principal função dela é servir à sociedade de forma geral.

Nesse sentido, não há que se lutar somente pela reforma, “mas pelo conhecimento, ‘reconteúdo’ da universidade” (VIEIRA-PINTO, 1986, p. 80). O autor insiste que a universidade só será de fato democrática quando não houver mais a divisão entre os sujeitos que são predestinados a cursarem o Ensino Superior e aqueles que não o são. É inevitável que este privilégio, assim como o de trabalhar para beneficiar apenas as classes altas ou aceitar que apenas os jovens tornem-se estudantes universitários, seja combatido quando se almeja uma sociedade mais justa.

3.1.1 Sobre a tríade ensino, pesquisa e extensão nas Universidades Públicas

Analisada a ideia de que a universidade apenas desempenhará seu papel social de forma justa após a sua reforma, aprofundamos o debate abordando os três eixos principais que a constituem: o ensino, a pesquisa e a extensão. Compreendemos a necessidade de direcionar esses pilares para assuntos que sejam socialmente relevantes, assim como instigar a comunidade universitária a escolhê-los.

A função social da universidade não pode se restringir à formação de profissionais com alto nível de excelência. Apenas capacitar profissionalmente àqueles que a buscam parece diminuir os serviços que ela pode e deve oferecer. Essas instituições de ensino pautam seus trabalhos em três funções básicas: ensino, pesquisa e extensão, mas, de acordo com Buarque (2000), não é o bastante: também é necessário incluir a democracia e a prática cultural.

Consideramos que é pelo desempenho concomitante dos pilares existentes, sem a disputa que comumente acontece entre eles no âmbito universitário, que se inicia a compreensão sobre qual é a função social da universidade.

Não é raro constatar que a docência na universidade pública é relegada por alguns docentes. Isso acontece porque o que evidencia a carreira docente no exterior não é o número de aulas que os professores ministram nos cursos de graduação. O que afaga o ego de muitos é o reconhecimento pelos resultados de suas pesquisas científicas em revistas internacionais e a quantidade de títulos acadêmicos colecionados (BUARQUE, 2000).

Todavia, o concurso a que se submetem para ingressar no Magistério Superior é para suprir o cargo de Professor Assistente ou Professor Adjunto (BRASIL, 2012). Desta forma, quando a própria universidade não valoriza o cargo que eles ocupam, os educadores priorizam

outras funções e deixam o ensino à deriva. Esses professores se esquecem de que o ensino que negligenciam é o mesmo que os auxiliou na trajetória profissional, culminando na aprovação do concurso público.

Sobre a função de professor universitário, é importante lembrar que seu encargo principal é ministrar aulas e espera-se que estas sejam condizentes com o salário que recebem e com o investimento que, em muitos casos, o Estado brasileiro depositou em suas carreiras (BUARQUE, 2000). O segundo é que parte considerável do total de alunos de uma universidade pública é formada por pessoas provenientes da camada popular e que têm no ensino universitário a única oportunidade de transformar sua realidade.

Atualmente, uma parcela pequena desses estudantes possui sessenta anos ou mais e podem ou não desejam aprender uma profissão. Eles buscam novas experiências pessoais e culturais. E têm os mesmos direitos tanto quanto o aluno que ingressou no Ensino Superior com a intenção de formar-se profissionalmente. O docente precisa atentar-se para as diferentes demandas do público que ingressa na universidade para elaborar as metodologias e atividades eficazes para suas aulas.

Conforme Vieira-Pinto (1986), uma parcela dos conteúdos ensinados e aprendidos em uma universidade está associada aos interesses da classe social à qual ela está subordinada. Quando o ensinamento não está relacionado às vivências do educando, ele deixa de ser uma informação útil e emancipadora. Daí o caráter não neutro de toda ação educativa, que precisa ser considerado nas análises sobre as IES e suas propostas de ensino, pesquisa e extensão.

Em relação à pesquisa, Buarque (2000) declara que, sem ela, a universidade não existiria. Isso acontece porque as universidades foram criadas com a intenção de também solucionar os problemas sociais nos diferentes âmbitos. E é por meio dos resultados dessas pesquisas e da publicização dos mesmos que cumpre esta função. Entretanto, alguns docentes e discentes confundem-se ao considerá-la superior ao ensino e à extensão. As universidades brasileiras e seus profissionais têm, como exemplo, os países desenvolvidos; neles, a publicação em revistas conceituadas e apresentações em congressos especializados são as ações mais valorizadas.

Buarque (2000) aponta para a atenção que as universidades brasileiras precisam ter em relação às pesquisas que desenvolvem. Ele afirma que estas são repetições de trabalhos anteriores e que isso acontece porque existe uma preferência em relação a este pilar. Ainda na visão deste autor, os professores e alunos importam-se pouco com a qualidade ou ineditismo; desejam realizá-las, analisar os resultados e publicá-los. Quanto maior o número de pesquisas,

mais bem vistos no exterior. O retorno que o trabalho proporcionará à sociedade não é o mais relevante.

Contrapondo essa perspectiva, ponderamos sobre os assuntos que são temas desses trabalhos. Os docentes possuem autonomia para escolherem os assuntos que eles pesquisarão e suas escolhas estão respaldadas pelos objetos que possuem relevância social e pelas temáticas que são de interesse dos mesmos. Logo, a formação que o professor universitário recebeu ao longo da sua carreira interfere diretamente nas suas opções. As universidades públicas são financiadas pela sociedade brasileira, logo, priorizar trabalhos que almejam o bem-estar das classes populares e de minorias socialmente vulneráveis (por exemplo, os idosos) é devolver em forma de soluções e serviços os investimentos feitos.

O trabalho que é feito dentro das universidades ajuda a moldar o perfil dos futuros profissionais brasileiros. Um estudante de classe baixa, ao acessar o Ensino Superior, pode se deparar com uma realidade completamente diferente da sua. Se ele encontra apenas professores que atuam em prol das demandas das classes altas, a tendência é incorporar formas de pensar e agir que estejam a favor dos interesses das classes privilegiadas - esquecendo-se da sua classe social de origem - conforme afirma Vieira-Pinto:

[...] é utilizado como disfarce para a propositada intenção do ensino alienado: a de destruir no estudante pobre ou procedente das camadas populares o espírito de luta pelas ascensão coletiva de sua classe aos planos superiores da cultura, isolando-o, e levando-o a crer que é ele, como indivíduo, que deve adquirir o conhecimento que almeja, deste modo desarticulando-o no seu papel, desintegrando-o do meio, e inutilizando-o para a luta social, justamente porque o 'converteu' em aspirante individual à cultura, o que, traduzido em termos objetivos, significa que o ajustou aos interesses do grupo dominante (VIEIRA-PINTO, 1986, p. 29).

Completando essa ideia, Buarque relembra que a responsabilidade pelo perfil profissional dos estudantes é também do mercado: “Por sua vocação democrática, a universidade deseja reduzir a desigualdade, ajudar a resolver os problemas dos excluídos, mas, cativa do mercado que orienta as vocações dos alunos e as pesquisas dos professores, ela se dedica apenas às minorias privilegiadas” (BUARQUE, 2000, p. 59).

Além de privilegiar os interesses das classes mais abastadas, os estudos e pesquisas, desenvolvidos nas universidades, podem excluir temas como a velhice e o processo de envelhecimento. Assim, deixam de oportunizar que os discentes idosos trabalhem como bolsistas ou voluntários nesses projetos. Isso pode acontecer porque existe o imaginário social de que, ao envelhecermos, não temos mais utilidade na sociedade. Então, por que investir tempo e recursos financeiros com temas e pessoas que não proporcionam retorno social?

Entretanto, esse posicionamento inibe a construção do aprendizado social que a IES pode proporcionar. Consideramos benéfica a convivência entre gerações em projetos universitários porque é uma maneira de os envolvidos aprenderem sobre diferentes formas de se resolver os imprevistos que aparecem durante a pesquisa, o respeito por ideias diversas e metodologias de trabalho.

Ainda em relação às universidades, percebe-se que existe uma hierarquia entre os centros de ensino e seus cursos e esta é construída do lado de fora das instituições, adentrando às mesmas por meio das concepções e posturas de alunos e professores. Buarque cita como exemplo os cursos de licenciatura:

O magistério do ensino básico é muito mais mal remunerado do que as funções em outros setores, o que faz com que as licenciaturas sejam relegadas na preferência dos alunos. Mas há uma responsabilidade por parte das universidades, que poderiam forçar todos a uma formação de licenciado. Mesmo que depois, por culpa do mercado, isso não fosse aproveitado, algum impacto provocaria. Sem falar que a universidade estaria, assim, tentando cumprir sua função (BUARQUE, 2000, p.187).

O desinteresse em um pilar para a predileção por outro demonstra como alguns profissionais universitários ainda não compreenderam que a função primordial da instituição é beneficiar a sociedade. Para que isso ocorra, é essencial que a pesquisa, o ensino e a extensão trabalhem com temas e metodologias adequadas ao ambiente no qual a universidade está inserida e ao público que a procura.

Ofertar serviços que a comunidade tenha interesse e necessidade é uma ação coerente com os propósitos das IES. Sobre isso, Buarque exemplifica, apontando que “o abandono do ensino em benefício da pesquisa é talvez o maior dos sintomas de equívoco e perda de rumos de uma universidade que, fora de sintonia, olha muito mais para o exterior do país do que para o interior do país” (*Idem*).

O terceiro pilar que auxilia a universidade no cumprimento de sua função social é a extensão. É por meio das ações de extensão que a comunidade universitária conhece o local e o contexto social na qual está inserida. Trata-se de converter os ensinamentos aprendidos em sala de aula em ações para beneficiar a comunidade que vive em torno da instituição (RIBEIRO, 1969). Quanto a isso, as palavras de Buarque são esclarecedoras: “A atividade de extensão é o caminho básico para a universidade descobrir o mundo e para o mundo descobrir a universidade” (BUARQUE, 2000, p. 137).

Como exemplo, citamos a Universidade Federal de Viçosa (UFV) que promove ações de extensão com ênfase no público idoso da cidade. Temos conhecimento, até o momento, de

quatro programas sobre este tema. Junto à administração municipal, ela mantém o Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI)¹⁶. A Unidade Interdisciplinar de Estudos em Desenvolvimento Humano do Departamento de Economia Doméstica (Uniedhs/DED)¹⁷ também realiza atendimento a um grupo de idosas e oferece cursos com ênfase no idoso e seu (sua) cuidador (a). O Departamento de Educação Física (DES)¹⁸ oferta um programa de atividade física para pessoas a partir de quarenta anos e o Departamento de Educação (DPE) mantém o Núcleo de Educação de Adultos (NEAd)¹⁹, que ministra aulas no âmbito da educação formal para aqueles que não puderam estudar na juventude e também promove a inclusão digital de seus alunos.

Anualmente, durante a Semana do Fazendeiro, que ocorre nas dependências da Universidade Federal de Viçosa, há um projeto de extensão denominado Troca de Saberes. Neste, pessoas jovens e velhas de diferentes contextos socioculturais convivem e participam de diversas atividades durante os três dias do evento. É uma oportunidade de compartilhar conhecimentos culturais, agroecológicos e experiências. O diferencial dessa ação extensionista é a convivência entre as gerações que acontece, a nosso ver, com maior ênfase e que auxilia no aprendizado sobre respeito, solidariedade e empatia²⁰.

As atividades do PMTI²¹ e da Uniedhs possuem reconhecimento porque a maior parte do público que as frequenta é composta por pessoas provenientes das classes populares, negras, de baixa escolaridade e com idade superior a sessenta anos. Nestes ambientes, as propostas abrangem atividades de dança/esportivas, artesanatos, consultas médicas, aulas de língua inglesa²², entre outras. Estes programas se justificam porque se tratam de um grupo muito vulnerável aos preconceitos de classe, etário e de raça. De acordo com o exposto no

¹⁶ HISTÓRICO do programa municipal da terceira idade (PMTI). **Centro de Referência da Assistência Social de Viçosa - MG**. Viçosa, 31 mar. 2007. Disponível em: <http://crasvicosa.blogspot.com.br/2010/08/pmti-realiza-festa-em-homenagem-aos.html>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

¹⁷ UNIEDHS/UFV. **Facebook**, Viçosa. Disponível em: <https://www.facebook.com/uniedhs/>. Acesso em: 08 jul. 2019.

¹⁸ PROJETO de Educação Física oferece ginástica a pessoas de meia e terceira idades. **UFV multicampi**, Viçosa, 26 jan. 2017. Disponível em: https://www2.dti.ufv.br/ccs_noticias/scripts/exibeNoticia.php?codNot=26510&link=corpo>. Acesso em 20 jul. 2019.

¹⁹ NEAD 30 anos. **Núcleo de Educação de Adultos**. Viçosa. Disponível em: <http://www.nead30anos.ufv.br/>. Acesso em: 12 out. 2018..

²⁰ TROCA de saberes. Semana do Fazendeiro. Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: http://www.semanadofazendeiro.ufv.br/?page_id=150. Acesso em: 05 abr. 2020.

²¹ VIÇOSA. [Lei nº 1.828/2007]. **Dispõe sobre a criação e funcionamento do PMTI**. Viçosa, MG: 2007. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/v/vicosalei-ordinaria/2007/182/1828/lei-ordinaria-n-1828-2007-dispoe-sobre-o-reconhecimento-e-funcionamento-do-programa-municipal-da-terceira-idade-de-vicosae-da-outras-providencias>. Acesso em: 05 out. 2018.

²² CURSO de extensão em Língua Inglesa - CELIN. **Projeto de Ensino de Inglês tem sua aula inaugural nesta quinta-feira, 26/04**. Viçosa, 27 abr. 2018. Disponível em: <https://celin.prelin.org.br/noticia/projeto-de-ensino-de-ingles-para-idosos-tem-sua-aula-inaugural-nesta-quinta-feira-2604>. Acesso em: 27 nov. 2018.

trabalho de Minó, Souza e Farias (2013), consideramos que essas atividades, oferecidas pela universidade, podem promover a autonomia e autoestima dos participantes. De posse desta experiência, os educadores e educandos podem sugerir pesquisas científicas e cursos que, de fato, beneficiarão a população que mais precisa.

Do ponto de vista da integração entre os pilares pesquisa, ensino e extensão, é possível resgatarmos a função da Universidade aqui discutida, que é a de devolver à sociedade brasileira os resultados de seus trabalhos de forma a beneficiar aqueles que mais necessitam dos serviços públicos.

Entretanto, Buarque (2000) lembra que, devido às demandas da atual sociedade brasileira, só a pesquisa, o ensino e a extensão não são suficientes para cumprir tal propósito. A universidade precisa extrapolar os saberes que são compartimentados para “ser um centro de estímulo às reflexões sobre os problemas do mundo” (BUARQUE, 2000, p. 203). Não é socialmente justo que ela esclareça quais são as principais doenças que acometem os idosos que moram próximos a ela e não faça nada a respeito.

Nessa perspectiva, a instituição de Ensino Superior precisa, igualmente, refletir sobre o contexto que a cerca e, nesta ação, questionar teorias e conceitos e formular novos (BUARQUE, 2000; GUSTIN, 2012). Gustin (2012) ressalta que é pela conexão entre o ensino, a pesquisa e a extensão que a universidade produz conhecimentos e os reverte em resultados benéficos para a sociedade. A proposição de novas ideias estará em acordo com o tipo de sociedade que se deseja construir e, por isso, a indicação de momentos de reflexão para sua elaboração.

Quando o objetivo é uma sociedade na qual os idosos sejam incluídos e respeitados, sugerimos pensar na maneira como os não idosos os tratam. Qual ação a universidade pode fazer para que os longevos se sintam parte da sociedade? Será que manter programas de extensão que colaborem com a construção da autoestima é suficiente? Promover ações que trabalhem as relações intergeracionais com os discentes, docentes e funcionários não idosos também é uma opção? As questões levantadas exemplificam o *colocar-se no lugar do outro* e sugerimos que este pensamento poderia fazer parte da comunidade universitária.

3.1.2 As Universidades como promotoras de novas ideias

O espaço universitário, na sociedade brasileira, é um local no qual se encontra uma grande diversidade cultural. Como não são todas as cidades que possuem universidades públicas, é normal que os estudantes universitários se mudem para as localidades onde este

tipo de serviço é oferecido e, devido a isso, o ambiente do Ensino Superior é um local onde aparecem muitos costumes, linguagens e posicionamentos políticos. Ele também passa por constantes remodelações, uma vez que a convivência entre estudantes, professores e funcionários de origens sociais distintas promove aprendizados e reavaliação de valores.

Para Ribeiro (1969), Buarque (2000) e Gustin (2012), um dos papéis das universidades é tornar-se um ambiente propício para a criatividade, a proposição de novas ideias e a contestação de conceitos que permanecem intocáveis há muito tempo. A convivência entre pessoas de crenças, valores e idades distintas faz com que as IES sejam ambientes propícios para gerar saberes, ideias e ações que auxiliem na construção de uma sociedade mais justa e solidária para todos e não apenas para os que frequentam a instituição. No que tange à velhice, as trocas intergeracionais proporcionam conhecimentos culturais, históricos e pessoais valiosos para a desmistificação de que essa fase da vida seja sinônimo de doenças e invalidez. Nas palavras de Buarque, “a universidade tem um papel permanente: gerar saber de nível superior para viabilizar o funcionamento da sociedade. Esse papel se manifesta de forma diferente, conforme o tipo de sociedade que se deseja” (BUARQUE, 2000, p. 216).

Para este autor, é útil que a geração de conhecimentos de nível superior esteja em consonância com o que a sociedade precisa. Percebe-se, então, que a comunidade universitária deve estar em contato com a sociedade em torno dela. Para que se produza um saber útil, é necessário ter ciência das lacunas e isso acontece por meio de diálogos com as pessoas que não estão inseridas na universidade, na observação das carências sociais e, também, pelos programas de extensão citados anteriormente.

Se a cada ano a sociedade brasileira aumenta sua expectativa de vida, as universidades se constituem em instrumentos para gerar saberes relacionados ao público idoso e aos aspectos sociais, culturais, educacionais e biológicos da velhice. Todavia, mesmo que os institutos de pesquisa constatem a longevidade dos brasileiros, recorda-se que a experiência da velhice é construída socialmente (DEBERT, 2012). As pessoas não vivenciarão esta fase da mesma forma e este fato decorre das experiências que colecionaram ao longo da vida. Então, compreendemos que, para a universidade articular seus conhecimentos à intenção de beneficiar os idosos, precisa conhecer o contexto sócio-histórico dessas pessoas, mas também avaliar quais crenças e estereótipos se (re)produzem sobre eles. Essa reflexão pode ser uma via para a construção de uma sociedade menos preconceituosa e mais empática.

De acordo com o exemplo dado, ao perceber que cada grupo de idosos vive uma realidade diferente, a comunidade universitária notará que as IES não podem ser iguais. Cada

universidade torna-se singular ao atender as demandas e propor soluções para aqueles que moram nos seus arredores. Na concepção de Buarque, “o país exige universidades diferentes. Se todas fossem iguais, não seriam todas necessárias; bastaria uma só, grande” (BUARQUE, 2000, p. 183).

Ao promover discussões sobre novas ações e ideias em campos do conhecimento pouco discutidos no âmbito universitário - como a velhice e o processo de envelhecimento - professores, alunos e funcionários contribuem com a postura de estimular a criação de uma sociedade na qual os esforços universitários beneficiem os que são, por diferentes motivos, socialmente desprivilegiados.

3.1.3 O papel das universidades de/na formação dos sujeitos

O percurso universitário na experiência de um estudante é um momento singular. Deparar-se com uma escolha profissional e perceber que se trata de sua futura profissão ou de um equívoco nos indica que os anos dedicados aos estudos superiores podem ter muitas surpresas e estranhamentos. Para além da opção profissional, a convivência com pessoas de outros contextos sociais e culturais pode transformar pensamentos e posturas e interferir diretamente no perfil pessoal e profissional dos egressos.

Essas surpresas e estranhamentos são mais evidentes quando o universitário possui sessenta anos ou mais. A experiência, para o universitário idoso, pode ser permeada por desconfortos visto que, ao acessar o Ensino Superior, sem a necessidade ou a vontade de aprender uma nova profissão, pode provocar nos demais o questionamento sobre o motivo dele estar ali. Soma-se, a isso, a convivência em um lugar que não foi concebido para os velhos frequentarem como estudantes e então as indagações sobre a presença do idoso na universidade podem ser constantes.

No tópico anterior nós abordamos a necessidade de uma combinação harmônica entre os três pilares bases da universidade - ensino, pesquisa e extensão - e como esta favorece a qualidade dos serviços que a instituição pode ofertar. Compreendemos que os estudantes também precisam experienciar as ações desses pilares para que concluam seus cursos com a formação profissional, mas também a humana. Nesse processo, acreditamos ser importante a construção de estratégias que promovam a conscientização e a emancipação social. Essas considerações serão abordadas a seguir.

3.1.3.1 Sobre a formação profissional e humana

Buarque critica a maneira pela qual as IES priorizam o ensino formal em detrimento da emoção pessoal que o aprendizado proporciona e do conhecimento acerca das mazelas sociais que contribuem para as desigualdades brasileiras: “A universidade ensina todos os nomes de todos os rios, mas anula nos alunos a capacidade de emocionar-se ao ver um deles. Ensina por que a economia se desequilibra, mas leva cada aluno a ignorar que há nomes por trás do desemprego criado” (BUARQUE, 2000, p. 37).

Concebemos que no âmbito da formação profissional estão inseridas ações e posturas que auxiliam o estudante universitário a desenvolver-se na atividade de trabalho à qual está se propondo. São exemplos: contestar conceitos e ideias socialmente entendidas como verdades absolutas; propor, nos projetos que se envolve, ideias inovadoras para solucionar os problemas da sociedade na qual está inserido e assimilar que os investimentos feitos em uma universidade pública são provenientes da sociedade brasileira, portanto, devem ser reinvestidos nela, focando-se nas camadas populares e grupos que são alvo de algum tipo de preconceito.

Se não é raro encontrar nas salas de aulas das universidades professores que há dez anos utilizam o mesmo material didático do início de suas carreiras, então, também não é estranho deparar-se com ideias e posturas que parecem imutáveis. A universidade é um local onde encontramos considerável diversidade cultural e, por isso, o embate respeitoso de ideias pode ser estimulado entre os estudantes, entre os professores e entre estes e aqueles (GUSTIN, 2012). É a reflexão a respeito da própria prática, da experiência do outro e da realidade circundante que proporciona condições para minimizar o medo e a vergonha sobre a criação de novos saberes/posturas e formas de analisar a realidade (BUARQUE, 2000).

Acerca disso, Buarque sustenta:

Em vez de sintonia de ideias preconcebidas, é preciso incentivar, ao máximo, o respeitoso confronto de ideias. Isso exige comportamento inteiramente diferente dos que atualmente vigoram na universidade. É preciso que alunos e professores percam a preferência pelo monólogo e assumam a procura do enfrentamento teórico, através do diálogo firme, mas respeitoso, entre posições divergentes (BUARQUE, 2000, p. 77).

Tanto quanto o desafio acerca do diálogo entre discentes e docentes, propomos que a universidade estimule os futuros profissionais retornarem a toda a sociedade serviços de

qualidade e não somente aqueles que podem pagar vultosas quantias em dinheiro (BUARQUE, 2000). Para este autor,

Em uma sociedade de transição, como a do Brasil, para cumprir seu papel social, de formar o saber necessário para a construção da sociedade desejada, a universidade tem de se adiantar: realizar uma reforma em sua estrutura, no seu conteúdo e na sua prática de ensino, sem perder de vista seu compromisso específico de servir ao social, com o saber que gera. (*Ibidem*, p. 218).

A colocação de Buarque (2000) é clara ao afirmar que as universidades têm sua responsabilidade na formação da sociedade na qual está inserida. E para servir o social é necessário reformular os conteúdos ministrados para que atendam as demandas que surgem em torno da instituição. Como exemplo, mencionamos uma comunidade na qual os idosos estão vivendo por mais tempo, contudo, com a saúde física e psicológica debilitadas. Consideramos pertinente que a IES que está inserida neste local atente-se para tal particularidade no momento de propor disciplinas, por exemplo, para os cursos no âmbito da saúde e educação. Para complementar nosso exemplo, Gustin explica:

As universidades deverão se preocupar com indivíduos emancipados que sejam capazes de construir suas carreiras em sintonia com as demandas e opções sociais e possuir habilidades suficientes para adequar seu conhecimento às características de uma sociedade do bem-estar e da convivência, aos grupos profissionais e aos novos tipos de organizações sociais. Entendidas como trajetórias sociais, essas carreiras deverão pressupor, portanto, o re-pensamento e a reinvenção democrática. Para que isto se dê, o estudante não deve ser um sujeito conformado aos conteúdos e procedimentos estatuídos. As potencialidades de crítica, até mesmo de rebeldia e de desvio devem tornar esse profissional um ser capaz de, no mínimo, ter consciência da complexidade e do enredamento social que o cerca e competência para decodificá-los (GUSTIN, 2012, p.170-171).

Ribeiro (1969) define a necessidade das universidades se aterem à formação humana de seus discentes. Sugerimos, por exemplo, que o professor formado por ela domine todas as teorias para alfabetização e letramento de educandos na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Todavia, apontamos que este conhecimento misture-se à sensibilidade para escutar um aluno que trabalhou o dia todo e que chegará à escola com suas disposições físicas e psicológicas exauridas. É necessário olhar para o público que receberá o serviço como seres humanos e não meros recebedores (BUARQUE, 2000).

Este modo de ver a realidade também passa pelo uso da linguagem acadêmica. Os projetos que são financiados dentro das IES, além de contribuírem com o currículo daqueles

que o executam, intencionam reverter os investimentos financeiros em vantagens para a sociedade. Então, a comunidade não acadêmica precisa ter clareza do que está sendo desenvolvido com o dinheiro público - como uma forma de prestação de contas. Para isso, aconselhamos que os docentes e discentes adequem o linguajar do ambiente acadêmico à realidade social dos beneficiários (BUARQUE, 2000).

Ao percorrer o ambiente universitário, encontramos cartazes, propagandas e diferentes grupos culturais, coletivos e Centros Acadêmicos (CAs) que exploram o *campus* para desenvolver suas atividades. Os estudantes que se interessam possuem diferentes oportunidades gratuitas de aprimoramento como ser humano. O contato com ideias distintas provoca reflexão sobre como é estar no lugar do outro.

Na opinião de Vieira-Pinto (1986), quando o estudante ingressa na universidade, se depara com um dilema que envolve escolher entre a adequação ao que os professores – como representantes da classe dominante - esperam dele ou compor os grupos que se mobilizam em abrir espaços para a cultura popular e os que compõem a mesma. Contudo, em decorrência dos obstáculos que podem enfrentar ao disponibilizar tempo para participarem desses espaços, muitos passam os quatro ou cinco anos de seus respectivos cursos dedicando-se, apenas, à formação profissional. Buarque corrobora essa ideia ao pontuar:

E, ao lado de cada atividade diretamente acadêmica, o universitário deve usar o espaço da universidade como uma oportunidade para complementar sua aventura de ser humano. Em todos os momentos, a universidade pode ser um centro de realização existencial, mas, raramente, desde sua fundação há mil anos, viu-se uma época tão rica de possibilidades que facilitassem tal aventura - desde que o universitário perca o apego à rotina, não fique prisioneiro das dificuldades da crise e usufrua dos desafios propostos (BUARQUE, 2000, p. 127).

Diante da exposição sobre as formações que a universidade faculta aos seus alunos, questionamos se os discentes - jovens ou velhos - acessam os aprendizados profissional e humano de forma igualitária. Ao ingressarem em uma instituição de ensino pública, subtende-se que alguns desejam uma profissão, contudo, outros não. Todavia, nos dois casos, será que há demanda por tornar-se um ser humano mais empático e solidário? Vieira-Pinto enfatiza que o universitário deve estudar, mas, ao mesmo tempo, necessita participar das ações políticas e culturais que são oferecidas no *campus* e na comunidade em torno dele:

Deverá estudar, é evidente, mas não deve ser tão somente um ‘estudante’, sob pena de incorrer no crime de deserção dos combates relativos aos problemas fundamentais do seu país, de ser acusado do feio pecado do egoísmo, ele que, como indivíduo, foi premiado na loteria social com a sorte

grande de ingressar numa carreira universitária. A função de estudar é por essência a do estudante; mas só é a única no país onde se tenha realizado a plena humanização do trabalho, onde pequenas minorias não usufruam mais os bens criados pelo povo todo, deixando na miséria legiões de explorados, de doentes, de ignorantes (VIEIRA-PINTO, 1986, p.68).

O espaço universitário proporciona ao estudante a conscientização acerca da sociedade e esta complementa a formação profissional que ele tem acesso. A relação entre esses dois pilares faz com que o aluno enxergue a realidade social de uma forma mais solidária, optando, durante e após a sua graduação, por práticas profissionais e pessoais mais democráticas e que atendam a toda a sociedade.

3.2 Universidade como espaço de conscientização e de emancipação

No âmbito das formações humana e profissional, as IES também podem contribuir para a promoção da conscientização e da emancipação social. Entendemos que a forma como cada estudante fará este percurso é subjetiva e decorrerá das experiências acumuladas antes do ingresso na universidade. De acordo com Vieira-Pinto (1986), a universidade foi idealizada e é gerida pela classe dominante, então, os saberes que ela ensina acabam por reproduzir as desigualdades sociais e de classe.

O conceito de conscientização dialoga com a perspectiva Freireana, para a qual os oprimidos apenas se conscientizarão por meio do diálogo. Para Freire (1994), a emancipação social implica o reconhecimento, pelos sujeitos, de sua situação de oprimidos. É só a partir desta ciência que podem se libertar e também aos seus opressores (FREIRE, 1994).

O docente que tem o diálogo como parte de suas aulas desperta nos discentes a criticidade acerca da sua realidade. Ele ensina o conteúdo curricular definido previamente, ao mesmo tempo em que demonstra que o domínio do mesmo é a base para que se emancipe socialmente. Nessa perspectiva, também podemos incluir os idosos universitários que, por vezes, percebem o desrespeito aos seus direitos ao frequentarem uma IES. O tratamento diferente e a falta de oportunidades iguais às dos estudantes mais novos fazem com que eles empreendam lutas pelo reconhecimento de seus direitos.

A universidade, por constituir-se como um local de disputa de poder, torna-se terreno fértil para explorar as ideias freireanas. Educadores que acreditam dominar todo o conteúdo, e que não precisam aprender mais, praticam a educação bancária descrita por Freire (1994). Segundo o filósofo da Educação, nesta metodologia apenas o educador detém o conhecimento e o educando é o 'recipiente' onde será depositado o conteúdo. Não há troca de conhecimento,

não há interesse em conhecer a história e as vivências que o aluno traz consigo para aproveitá-las nas aulas. Essa forma de ensinar inibe a troca de conhecimentos, que poderia ocorrer entre universitários jovens e velhos e, entre professores e estudantes, empobrecendo culturalmente a experiência no Ensino Superior. Quando o educador pratica este tipo de educação, ele domestica o educando, tornando-o dócil e submisso às vontades das classes dominantes.

Para completar o posicionamento de Freire (1994), colocamos luz sobre o conceito de emancipação de Vieira-Pinto (1993). Nele, o autor afirma que a educação escolar varia histórica, cultural e socialmente e que pobres e ricos possuem acesso a educações diferentes porque essas decorrem dos interesses das classes dominantes. Essa afirmação também é compartilhada por Vieira-Pinto (1986) ao destacar que todas as classes sociais estão inseridas na universidade; a grande diferença é a posição em que se colocam no seio da luta de classes.

O conceito de emancipação relaciona-se com a educação quando as classes dominantes, que são as que escolhem o que será ministrado nas instituições de ensino, optam por limitar às classes populares conteúdos que as façam permanecer socialmente onde estão. Sobre isso, Vieira-Pinto afirma:

O conteúdo da educação - tal como a forma - tem caráter eminentemente *social*, e portanto, *histórico*. É definido para cada fase e para cada situação da evolução de uma comunidade. Por conseguinte, deve atender primordialmente os interesses da sociedade. Se está é democrática, os interesses dominantes tem que ser os do povo, e se consideramos um país em esforço de crescimento, tem que ser os de suas populações que anseiam por modificar sua existência (VIEIRA-PINTO, 1993, p. 43).

A esfera da Educação Superior, ao selecionar os conteúdos que serão ministrados nos cursos, define a forma como desejam que os graduandos atuem na sociedade (BUARQUE, 2000; VIEIRA-PINTO, 1993). Quanto mais acesso aos processos educativos formais, maior será o nível de criticidade do estudante em relação às experiências e situações sociais e culturais apresentadas a ele. Ao se conscientizar do seu papel enquanto ser social e transformador da realidade na qual vive, ele se emancipa e auxilia aos seus no mesmo processo:

O homem que adquire o saber, passa a ver o mundo e a si mesmo deste outro ponto de vista. Por isso se torna um elemento *transformador* de seu mundo. Essa é a finalidade essencial da educação. Tal é a razão de que todo movimento educacional tenha consequências sociais e políticas (VIEIRA-PINTO, 1993, p. 49).

Tanto a conscientização quanto a emancipação contribuem para a construção da cidadania. Para Gustin (2012), a cidadania sustenta a democratização da universidade e todas as relações de diversidade física, cultural e social que ela abrange. Esta compreensão pode ser ampliada para a formação dos idosos que frequentam a universidade, seja no âmbito do ensino formal ou dos programas de extensão da universidade. Como sabemos, a universidade foi criada para e pela elite jovem, então, uma instituição submissa às classes dominantes e criticada por não olhar para a vulnerabilidade social presente na realidade brasileira pode cultivar estereótipos negativos sobre a velhice. Desta forma, exercitar a cidadania, construída através da conscientização e da emancipação, é uma alternativa para contrapor essa situação.

3.3 O Ensino Superior e as legislações

Após a análise da função social da universidade e sua responsabilidade na formação dos estudantes, buscamos nas legislações brasileiras subsídios para analisar as determinações sobre a conscientização e emancipação proporcionadas pela universidade. A intenção foi investigar se havia consonância entre as mesmas e os autores estudados. Para tanto, selecionamos a Constituição Federal de 1988 (CF) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei nº9. 394/1996).

Na CF, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é abordada e garantida no Artigo 207. A garantia da indissociabilidade entre essas três instâncias na lei máxima do país indica a relevância dessa articulação nas IES. Conforme Buarque (2000) e Vieira-Pinto (1986), quando a comunidade universitária privilegia um em detrimento do outro, ela não consegue enxergar amplamente as necessidades da sociedade que está em seu entorno.

A ausência da escuta e de diálogos atentos com as classes populares e grupos socialmente desprivilegiados (como os idosos) dificulta a percepção sobre suas necessidades e, assim, os projetos propostos e financiados podem não ser os mais adequados. Entendemos que esta mesma ausência de atenção por parte dos professores em salas de aula inibe o comportamento e questionamentos dos estudantes que ingressaram na universidade ávidos por descobrir as respostas para os problemas da sua realidade social. Tais posturas podem limitar as possibilidades de compreender as relações entre a cultura elaborada universitária e a sua vida cotidiana.

O texto da LDB/1996 corrobora os argumentos de Buarque (2000), Vieira-Pinto (1986; 1993) e Gustin (2012) em relação à universidade proporcionar aos seus estudantes tanto a formação profissional, quanto a humana. No artigo 43 está descrito as intenções do

Ensino Superior e essas relacionam-se com as formações supracitadas, o estímulo à contestação de ideias e conceitos, a divulgação dos resultados das pesquisas à população em geral, ao destaque para os programas de extensão como ações para devolver à comunidade os investimentos feitos, o conhecimento sobre a comunidade que vive em torno da universidade para proposição de serviços adequados a ela e a disseminação, valorização e respeito às diversas culturas que transitam pelo ambiente acadêmico.

A redação desse artigo é esclarecedora:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (Incluído pela Lei nº 13.174, de 2015) (BRASIL, 1996, s/p).

O inciso VII apresenta a proposta de que o nível superior de educação deve atuar em prol da melhoria do ensino na Educação Básica. Este apontamento demonstra a mesma atenção que Buarque (2000) expressou. Os docentes universitários, com o apoio de suas instituições, devem entusiasmar os discentes a seguirem a licenciatura. A legislação ressalta a necessidade das universidades proporem ações para estreitar os vínculos entre os dois níveis. Pensar estratégias com o objetivo de conquistar os universitários para lecionarem na Educação Básica constitui-se um desafio, uma vez que o Estado não os valoriza financeiramente.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019, o aumento do índice de analfabetismo no Brasil está relacionado à faixa etária. Quanto mais idoso é o grupo etário, maior a taxa de analfabetismo. Em 2018, o índice de analfabetos entre as pessoas com sessenta anos ou mais era de 18,6%, ou seja, aproximadamente seis (6) milhões de pessoas.

Ainda em relação à LDB, o artigo 53 referencia a proposta da reforma da universidade estimulada por Vieira-Pinto (1986). As questões ‘para quem a universidade deve ser reformada?’, ‘que tipo de universidade deve ser instituída?’ e ‘como organizar a universidade?’ encontram respaldo na legislação. Ela atribui e assegura autonomia às IES para efetuar modificações e ações que auxiliam a responder essas perguntas. No artigo 53 desta mesma lei está escrito que:

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; (Regulamento)

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;

VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;

[...]

VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;

[...]

Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos;

II - ampliação e diminuição de vagas;

III - elaboração da programação dos cursos;

IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão;

V - contratação e dispensa de professores;

VI - planos de carreira docente (BRASIL, 1996, s/p).

A leitura das legislações ratificou as convicções abordadas anteriormente, demonstrando que existe concordância entre a opinião dos autores e a compreensão do Estado

brasileiro sobre a função da universidade e do perfil profissional de seus egressos. Reiterar essas informações é um auxílio para que a comunidade universitária se conscientize sobre suas responsabilidades com a sociedade brasileira, sem eximir, sobretudo, as responsabilidades do Estado de promover a garantia do que está exposto em suas legislações.

3.4 Os programas de extensão Universidade Aberta à Pessoa Idosa

Percebemos que existe coerência entre os apontamentos dos autores que consultamos e as determinações legais acerca da função social da universidade, que é a de reverter à sociedade os investimentos feitos e contribuir para a formação humana e profissional de seus egressos. Então, após esta constatação, averiguamos o que as legislações determinavam sobre o acesso e permanência dos idosos no ambiente universitário, uma vez que este é o tema deste trabalho.

Nossa atenção destinou-se à CF/88, à Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB), à Lei nº 8.842/1994 (Política Nacional do Idoso - PNI) e à Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso - EI). De uma forma geral, essas quatro (4) legislações abarcam medidas que protegem e inserem os longevos nos âmbitos social, cultural, profissional e educacional.

A CF/88 reconheceu a relevância e a gratuidade dos processos educativos para aqueles que não puderam estudar na juventude e dos programas de amparo social e familiar para os idosos (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação colabora com este viés e valoriza em seu texto a experiência extraescolar do idoso, os processos de ensino e aprendizagem ao longo da vida e o acesso gratuito à modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) a todos que desejarem (BRASIL, 1996).

Segundo Cielo e Vaz (2009), a PNI foi a primeira legislação que atendeu especificamente às demandas do público idoso. Além de reafirmar o que pontuamos no parágrafo anterior, o texto legal ressaltou a disseminação de informações sobre o processo de envelhecimento nos âmbitos social e de saúde, a proposição de diferentes formas de convívio entre as gerações, capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais das áreas de Geriatria e Gerontologia e o apoio a estudos e pesquisas sobre o envelhecimento e a velhice (BRASIL, 1994).

Em 2003, o governo federal criou o Estatuto do Idoso, que é a legislação mais recente direcionada a este grupo social. Na nossa compreensão, é a que direcionou maior atenção para

pensarmos e percebermos o idoso além das características que o envelhecimento provoca na saúde.

Como diferencial em relação às legislações que mencionamos, mas corroborando a ideia de que o idoso deve ter a oportunidade do convívio social e não apenas o doméstico, o EI elenca o direito de frequentarem ambientes educacionais, culturais, esportivos e de lazer que respeitem suas particularidades, o acesso a programas educativos que contemplem suas especificidades em relação ao currículo, metodologia e/ou material didático, a abordagem pelos diferentes níveis de ensino formal sobre assuntos relacionados à velhice para que haja valorização dos idosos e diminuição do preconceito etário e o estímulo à criação de Universidades Abertas à Pessoa Idosa (Unapis) (BRASIL, 2003).

De todas as propostas, destacamos o **Artigo 25** do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) por colaborar com a perspectiva do idoso universitário. Ele determina o estímulo por parte do poder público e a criação sob responsabilidade das instituições de Ensino Superior dos programas de extensão denominados Universidades Abertas à Pessoa Idosa:

Art. 25. As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais. (Redação dada pela lei nº 13.535, de 2017).

Parágrafo único. O poder público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual. (Incluído pela lei nº 13.535, de 2017) (BRASIL, 2003, s/p).

Em relação a este programa educacional, ao final do ano de 2017, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI) enviou um ofício ao Ministério da Educação para que o órgão orientasse as instituições de Ensino Superior que possuíam o programa educacional em questão, pela substituição da nomenclatura *Universidade Aberta à Terceira Idade (Unati)* para *Universidade Aberta para as Pessoas Idosas*, conforme consta no Estatuto do Idoso. Esta mudança, de acordo com o ofício, foi requerida porque o termo *terceira idade* é percebido socialmente de forma pejorativa “levando a invisibilidade da pessoa idosa enquanto sujeito” (BRASIL, 2017, s/p).

Acerca da criação deste programa de extensão, Vellas e Rozendo (2015) afirmam que a primeira Unapi foi criada pelo professor Pierre Vellas na Universidade de Toulouse 1, na França, em 1973. Este foi o primeiro registro que tivemos acesso sobre a presença de discentes com idade igual ou superior a sessenta anos em uma Universidade. Inferimos que,

anteriormente, eles poderiam acessar o espaço acadêmico, mas não existiam políticas públicas ou programas de incentivo.

O surgimento desse programa vincula-se à constatação de que a expectativa de vida estava aumentando e, naquela época e local, havia um grande contingente populacional denominado *baby boom*, que iria envelhecer e que, por isso, necessitaria de políticas públicas zeladoras do bem-estar físico e psicológico (VELLAS; ROZENDO, 2015).

As Unapis desembarcaram no Brasil como projetos de extensão de universidades públicas ou privadas, no início da década de 1980. Desde então, a quantidade de programas dessa natureza cresce constantemente. Evidenciamos algumas características desses programas: por vezes são gratuitos; em alguns as turmas só recebem pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos; em outros, os idosos e alunos regulares da graduação estudam juntos; alguns programas oferecem cursos de idiomas, atividades físicas, história da arte, aulas de dança, oficinas de memória/psicologia, entre outros. Essa variedade no formato e atividades acompanham as diversas maneiras de se vivenciar a velhice (INOUYE *et al.*, 2018)

Diversos pesquisadores enumeram os benefícios que as Unapis proporcionam aos seus frequentadores. Para eles, constituem-se espaços de formação pessoal e profissional, de trocas intergeracionais e de constante aprendizado para os participantes. As vantagens proporcionadas vão ao encontro da responsabilidade das universidades para com a sociedade e estimulam os aspectos educacional, físico, social, mental e cultural dos idosos. Esta atividade extensionista contribui para inserir na universidade um grupo social que adquiriu visibilidade recentemente (LIMA, 2001; TONI, 2011; D'ALENCAR, 2011; FRANCO; BARROS JÚNIOR, 2013; CACHIONI *et al.*, 2015; GIL, 2015; ASSIS, DIAS; NECHA, 2016; INOUYE *et al.*, 2018; LOLLI; LOLLI; MAIO, 2014; BAPTISTA, 2018).

Ainda em relação a este programa de extensão, Britto da Motta (1999) nos recorda que é, em sua maioria, frequentado por mulheres. Além de terem uma expectativa de vida maior que a dos homens, inferimos, de acordo com o artigo desta autora, que os programas culturais, educacionais e de lazer oportunizam a elas experiências que, por vezes, não tiveram durante a vida em decorrência dos afazeres domésticos e cuidados com a família.

Ponderamos acerca de não serem todos gratuitos. Como alertamos no primeiro capítulo, a velhice é uma construção social e, portanto, cada comunidade e pessoa se relacionará com a mesma diferentemente. As Unapis são oferecidas por instituições de Ensino Superior públicas e particulares e isso é uma evidência de que seus serviços e o público que as frequentam são distintos.

Britto da Motta (1999) nos afirma que a principal característica desse programa são os processos de educação ao longo da vida, mesclados com o aumento das relações sociais. Logo, trata-se de uma experiência benéfica para todos aqueles que desejam envelhecer com saúde física e mental. Todavia, alguns programas exigem do participante o pagamento de uma mensalidade. Portanto, aqueles que não podem arcar com os custos não usufruem dos benefícios oferecidos. Esses programas ao mesmo tempo em que beneficiam alguns idosos, colocam outros à margem.

Ao refletirmos sobre a responsabilidade das universidades públicas em reverter à sociedade os investimentos feitos, entendemos que o mais adequado seria que as Unapis fossem totalmente gratuitas e, assim, idosos e idosas de qualquer classe social pudessem frequentá-la. Para tanto, não basta que exista apenas a demanda por parte dos idosos: também é preciso investimentos financeiros para custeá-las e interesse dos docentes e graduandos em acolher os longevos em uma instituição que, a princípio, não foi pensada e criada para eles.

3.5 Considerações sobre o capítulo

A universidade pública possui responsabilidade profissional, pessoal e social com a comunidade na qual está inserida. Entretanto, não foi sempre que desempenhou essas funções com o intuito de beneficiar as camadas populares e os grupos que são socialmente marginalizados. De instrumento ideológico da classe dominante - com frequência da maioria de pessoas provenientes da classe alta - a ambiente criativo e propício para contestar ideias e conceitos e, frequentado por estudantes das camadas populares (jovens ou velhos), a universidade atual modifica-se para acolher grupos sociais que por muito tempo não foram notados.

Para além da transformação do público alvo, os novos conteúdos, a organização curricular e extracurricular, docentes, discentes, funcionários, atividades de pesquisa, ensino e extensão precisam harmonizar-se com as demandas da comunidade. Acreditamos que é desta forma que a instituição de Ensino Superior cumprirá com seu encargo social.

As legislações brasileiras compilam diretrizes que incumbem as instituições de Ensino Superior de fornecerem aos seus estudantes formação profissional e humana. Desse modo, há um imperativo legal que reitera essa obrigação e influencia no cumprimento da mesma. Assim, também essas mesmas determinações e outras específicas para a população com idade igual ou superior a sessenta anos conscientizam a comunidade em geral para os direitos e deveres dos longevos como, por exemplo, a criação das Universidades Abertas à Pessoa

Idosa. Também apontam para a responsabilidade pessoal, cultural, moral, de saúde e, principalmente, educacional que as universidades possuem em relação a eles.

Então, questionamos se a universidade pública cumpre com seu encargo social de atender as demandas das pessoas provenientes das camadas populares, mas também dos estudantes idosos. Muito se evoluiu no percurso da inserção dos menos favorecidos socialmente no âmbito educacional e as políticas públicas determinadas nas legislações contribuíram para esta acolhida.

Todavia, há ainda lacunas em relação à efetivação desse direito. Para que haja o cumprimento, de fato, e o incentivo à permanência dos mesmos, é necessário que a comunidade universitária compreenda que a inserção de grupos menos favorecidos socialmente ou a destinação de serviços oriundos de suas pesquisas às camadas populares e à velhice não são uma prestação de favor: é um direito previsto em lei. Também é relevante que a população idosa conheça seus direitos e questione quando notar que não estão sendo cumpridos.

Nesse sentido, afirma-se que a trajetória dessas pessoas no ambiente universitário ainda enfrentará desafios. Contudo, o reconhecimento legal de que é necessário e benéfico incluí-los no ambiente educacional favorece, auxilia e estimula a transpor os empecilhos.

4 AS PESQUISAS SOBRE IDOSOS E UNIVERSIDADE: UM TEMA AINDA SILENCIADO

“[...] pois na minha caminhada para o trabalho passo por um ipê-rosa florido. A beleza é tão grande que fico ali parado, olhando sua copa contra o céu azul. E imagino que os outros encarcerados em suas pequenas bolhas metálicas rodantes, em busca de um destino, devem imaginar que não funciono bem”²³

Para justificarmos a relevância científica desta dissertação, optamos por pesquisar os trabalhos que abordam a temática dos idosos como estudantes regulares de uma universidade. Nosso objetivo foi averiguar se a temática era explorada por outros pesquisadores e se os universitários com idade igual ou superior a sessenta anos sentem-se incluídos e reconhecidos como tais em outros contextos sociais e culturais.

De início, estipulamos quais termos seriam pesquisados. Nossas escolhas foram: *idosos e Ensino Superior*, *idosos e educação superior* e *idosos e universidade*. Justificamos essas opções porque demonstram exatamente quem são o público e o âmbito educacional da pesquisa. Delimitamos nossos resultados entre os anos de 2014 a 2019 por compreendermos que a função da pesquisa científica é apresentar resultados recentes e porque, como explicado no primeiro capítulo, no ano de 2017 o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) solicitou às universidades que mudassem o nome dos seus programas de extensão de Universidade Aberta à Terceira Idade para Universidade Aberta à Pessoa Idosa. Desta forma, buscamos observar se a mudança da nomenclatura interferiu na quantidade de trabalhos desenvolvidos e sob qual ótica os idosos seriam vistos.

Ainda, refinamos nossas investigações com o idioma nos atentando apenas à Língua Portuguesa por ser a língua que temos domínio. O local de pesquisa foi o Portal de Periódicos Capes/Ministério da Educação (MEC) por agrupar considerável diversidade e quantidade de trabalhos e por permitir refinar nossas buscas para encontrarmos artigos que estivessem em consonância com o critério de seleção. Nossa opção por pesquisar apenas artigos deu-se porque o tempo disponível para esta pesquisa era de 24 meses, portanto, o tempo disponível para o levantamento bibliográfico era limitado.

O nível foi o Superior Revisado por Pares, uma vez que nossa intenção era pesquisar artigos que tivessem tido sua qualidade atestada por especialistas. Nosso critério de seleção para cada agrupamento de palavras foi a *inclusão e reconhecimento de idosos brasileiros*

²³ ALVES, Rubem. *As cores do crepúsculo: a estética do envelhecer*. 3. ed. Campinas: Editora Papirus, 2002, p. 47.

como estudantes regulares de graduação em instituições de Ensino Superior no Brasil. Em relação ao tipo de material, nosso foco foram os artigos. A seleção foi feita em duas etapas. A primeira consistiu na leitura dos títulos e resumos. Após, caso ainda houvesse dúvidas, era feita uma leitura do artigo na íntegra e, se não se encaixasse no critério de seleção, era excluído.

Cada dupla de termos originou uma extensa lista de resultados e percebemos a escassez de artigos que abordassem nossa temática. Elaboramos um quadro para as três (3) pesquisas. A maioria dos resultados abrangia os idosos, mas tendo como foco a saúde física e mental. Quando abordavam os processos educacionais, os remetiam à Universidade Aberta à Pessoa Idosa. Essa constatação nos faz refletir sobre as poucas pesquisas que versam acerca dos idosos universitários. Será que os poucos resultados decorrem do fato dos pesquisadores considerarem que eles não frequentam o ambiente universitário como estudantes regulares? A seguir, apresentamos os resultados compilados:

Quadro 02: As pesquisas sobre a inclusão de idosos como universitários.

Termos	Data da publicação	Idioma	Nível	Local	Data da pesquisa	Tipo de Material	Total de resultados	Artigos selecionados
Idosos e Ensino Superior	2014 a 2019	Língua Portuguesa	Superior Revisado por Pares	Portal de Periódicos Capes/MEC	11 de setembro de 2019	Artigos	341	02
Idosos e Educação Superior	2014 a 2019	Língua Portuguesa	Superior Revisado por Pares	Portal de Periódicos Capes/MEC	11 de setembro de 2019	Artigos	407	01
Idosos e Universidade	2014 a 2019	Língua Portuguesa	Superior Revisado por Pares	Portal de Periódicos Capes/MEC	12 a 13 de setembro de 2019	Artigos	1.715	01

Fonte: Elaborado por esta pesquisadora a partir de dados coletados no Portal de Periódicos da Capes.

Acerca dos resultados obtidos da pesquisa com os descritores *Idosos e Ensino Superior* emergiram dois resultados: *História de vida de idosos no Ensino Superior: percursos inesperados de longevidade escolar* (REIS, MEIRA, MOUTINHO, 2018) e *Ensino*

Superior: A importância da educação acadêmica universitária para a pessoa idosos (STANGHILIN, 2017). Nas duas outras pesquisas esses resultados se repetiram: o primeiro na pesquisa com os termos *Idosos* e *Universidade* e o segundo na qual elegemos os termos *Idosos* e *Educação Superior*.

Dentre os temas que emergiram, escolhemos seis para discutirmos e estes foram definidos porque apareceram como respostas para as três investigações anteriores, logo, possuem destaque ao procurarmos pelo tema *idosos*.

A opção por explorá-los se deu também por serem assuntos que nos interessam para além do âmbito profissional e por estarem, de alguma forma, relacionados ou na direção oposta ao perfil dos idosos que conhecemos/convivemos e porque alguns desses temas permearam os discursos dos idosos entrevistados para esta pesquisa. São eles: a saúde física e mental dos idosos; a sexualidade, a orientação sexual e o aumento de casos da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) em pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos; a preparação para a aposentadoria, as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs); os cuidadores de idosos e as relações intergeracionais vistas pela ótica do idoso.

4.1 Contribuições das pesquisas

Os resultados confirmaram nossas suspeitas de que no âmbito do envelhecimento o tópico mais abordado faz referência à saúde dos idosos, seja física ou mental. Isso nos fez refletir sobre a forma como eles são vistos socialmente. Por que o quesito saúde predominou? Será que enxergamos a velhice apenas como uma fase de doenças e limitações mentais? Pelos resultados encontrados, podemos inferir que ainda é grande o número de pesquisadores que direcionam seus esforços para isso. Compreendemos que se trata de uma matéria necessária, mas alertamos para o fato de que nesta fase há outros temas que precisam de atenção para que o processo de envelhecimento ocorra de forma completa e satisfatória.

As necessidades da pessoa idosa também abrangem os aspectos sociais, culturais, econômicos e educacionais (LIMA, 2001; DOLL, 2007). Em relação ao último, Doll (2007) nos alerta para que as atividades propostas estejam, de alguma maneira, ligadas ao perfil psicológico e aos valores e objetivos da pessoa idosa. O posicionamento deste autor confirma o que exprimimos no segundo capítulo sobre a necessidade de que as atividades que atendam aos idosos considerem suas singularidades.

Se a quantidade considerável de artigos relacionados à temática da saúde não nos surpreendeu, o contrário aconteceu quando emergiram trabalhos que referenciavam os

aspectos da sexualidade, orientação sexual e o aumento de casos de AIDS, em especial, entre idosas. Esse viés nos direciona para uma das áreas do processo de envelhecimento que tende a ser menosprezada durante a terceira fase da vida por preconceito ou timidez.

De acordo com Santos (2013), em diferentes fases históricas o ato sexual está ligado à juventude e à beleza física, uma vez que é nesta fase da vida que os seres humanos comumente se reproduzem. Durante a velhice, o sexo deixa de ser visto como uma função biológica natural, uma vez que os corpos não atendem mais às expectativas sociais do que é considerado jovem, belo e com potencial para a reprodução.

Ao analisarmos a colocação da autora concordamos que é preciso direcionar pesquisas para a temática porque a ideia de que *velhice e função sexual* não podem se ligar desencadeia posturas preconceituosas em relação à pessoa idosa. Também refletimos, como explorado no terceiro capítulo, se o fato dos idosos serem vistos pelo estereótipo do *atraso* ou do *não acompanhar as novidades* contribuiu para os poucos resultados encontrados nessas temáticas.

Em relação aos trabalhos que apontam o aumento de diagnósticos confirmados da AIDS em idosas, cogitamos a possibilidade de não terem o hábito de utilizar preservativos porque, durante a vida adulta, não sentiram essa necessidade ou por desconsiderarem a possibilidade de serem infectadas por doenças. Contudo, uma vez que emergiram, mostram a necessidade de os programas públicos de saúde construírem ações para interromper o aumento de casos.

No que se refere ao âmbito da sexualidade e orientação sexual após os sessenta anos, ilustramos com a menção da série *Grace and Frankie* (Netflix). Os maridos de ambas terminaram os casamentos para ficarem juntos, uma vez que estavam apaixonados e mantinham uma relação em segredo há vinte anos. Após os divórcios, elas precisaram dividir a residência e, juntas, montaram uma pequena empresa na qual o único produto eram vibradores para mulheres acima dos sessenta anos. A empresa surgiu da necessidade delas: os que estavam no mercado não as atendiam satisfatoriamente e causavam desconfortos.

Ao pensarmos sobre como a mídia retrata os atuais idosos, comparamos com os que convivemos na nossa infância. A diferença demonstra e confirma como a velhice é construída social, cultural e historicamente (DEBERT, 2012). De acordo com Santos (2013), cada sociedade atribui diferentes níveis de importância às etapas do desenvolvimento humano. Desta forma, as diversas concepções de velhices resultam dessas construções e influenciam nos nossos comportamentos e sentimentos ao nos depararmos com abordagens diferentes daqueles com que estamos acostumados.

Ainda na perspectiva de uma velhice heterogênea, os resultados sobre a *preparação para a aposentadoria* nos recordaram a necessidade do processo de envelhecimento ser acompanhado de um projeto de vida (GOLDENBERG, 2014). Essa relação aconteceu porque ao aposentarmos, temos mais tempo livre. E como estamos permanecendo por uma maior quantidade de anos durante a velhice²⁴, é preciso que a ocupemos com atividades que colaborem com nosso desenvolvimento físico e psicológico e que nos satisfaçam pessoalmente porque esta é uma conduta eficaz para permanecermos saudáveis (SOARES; SARRIERA, 2013).

Mirian Goldenberg constatou em suas pesquisas que homens e mulheres brasileiros buscam caminhos diferentes para inventar uma ‘bela velhice’. Acerca do posicionamento dos entrevistados, Goldenberg (2014) ressalta: buscar o significado da existência, valorizar a liberdade, almejar a felicidade, cultivar as amizades, viver intensamente o presente, aprender a dizer não, respeitar as vontades e as paixões, vencer os medos, aceitar a idade que se tem, dar muitas risadas e encontrar um projeto de vida.

Para corroborar a preparação para a aposentadoria e, conseqüentemente, um envelhecimento saudável, destacamos como meta estabelecer um projeto de vida. Ao envelhecermos, nossas rotinas se modificam: aposentamos, familiares e amigos morrem, filhos casam-se e mudam-se, além de todas as mudanças físicas e psicológicas que nos cercam. Se antes o nosso projeto de vida era a nossa profissão ou cuidar dos filhos, vamos nos sentir incomodados, uma vez que nenhum, nem outro estarão ao nosso alcance.

Desta forma, criar novos hábitos e rotinas nos parece um propósito de todos aqueles que almejam um envelhecimento saudável. O projeto de vida precisa nos conectar com a nossa essência, com aquilo que verdadeiramente somos e não com os cargos/funções que, temporariamente, ocupamos. E se a velhice é uma construção social/pessoal, o projeto de vida também será.

Por meio do emprego estabelecemos relações sociais e custeamos nosso sustento. Ao nos aposentarmos, nosso foco de atenção se diversifica e essas relações podem diminuir uma vez que não estaremos em contato diário com os antigos colegas de trabalho. Também existe a possibilidade de termos uma queda nos rendimentos financeiros, o que pode dificultar a manutenção do mesmo patamar social e de serviços essenciais como os de saúde, lazer e alimentação.

²⁴ Com as novas regras estabelecidas pelo atual governo federal, os brasileiros e brasileiras terão que trabalhar por uma quantidade maior de anos para se aposentarem. Essa determinação não considera a heterogeneidade da velhice, logo, os idosos com menor poder aquisitivo e que não tiveram condições de se preparar para envelhecer, física e psicologicamente, são os mais penalizados.

França e Soares (2009) indicam que a preparação para a aposentadoria deveria ocorrer ao longo de toda a vida. As autoras também sugerem que tenhamos um projeto de vida, que pode ser elaborado no decorrer da mesma ou em programas educativos para futuros aposentados para serem colocados em prática após a aposentadoria. Este deve ser adequado à nova rotina. Todavia, sabemos que não são todas as pessoas que conseguiram se preparar para envelhecer, e uma quantidade ainda menor são as empresas que oferecem este tipo de assistência aos seus funcionários. Desta forma, não consideramos pertinente responsabilizar apenas o indivíduo sobre essa necessidade. Os governos e organizações precisam fazer a parte que lhes cabe.

As autoras supramencionadas ainda nos alertam sobre os idosos que, após aposentados, desejam continuar inseridos no mercado de trabalho, seja para complementar a renda, por gostar da profissão ou por desejarem manter suas relações sociais. A heterogeneidade da velhice faz com que as pessoas tenham interesses e necessidades distintas, portanto, a sociedade precisa adequar-se para acolher os idosos que desejam sentirem-se ativos profissionalmente após aposentados (FRANÇA; SOARES, 2009).

No que tange ao âmbito do cuidado, as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) e seus moradores foram sugeridas como resultados em nossas pesquisas por óticas diversas. As diferentes abordagens nos recordaram o livro *Tentativas de se fazer algo da vida*, de Hendrik Groen (2016). Trata-se de um idoso holandês morador de uma instituição de longa permanência que escreve um diário sobre a sua rotina e a de seus amigos. O contexto sociocultural é o holandês, mas existem semelhanças com os artigos que apareceram nas buscas, como, por exemplo: o medo das quedas por idosos institucionalizados, a solidão em moradores de asilos e o lazer e as atividades físicas na percepção dos longevos moradores de ILPIs. As aventuras são descritas com humor e ironia.

Os artigos que apontaram essa temática também nos fizeram ponderar sobre os motivos que levam os idosos a morarem em ILPIs. Debert (2012) e Camarano (2007) nos afirmam que as mudanças sociais interferem na escolha dos idosos ou de seus familiares pela institucionalização. Dentre essas transformações, citamos o ingresso e a permanência das mulheres no mercado de trabalho e o acúmulo de funções por parte delas faz com não tenham tempo disponível para o cuidado com os familiares longevos (DEBERT, 2012; CARDOSO, 2011; CAMARANO, 2007).

Na perspectiva indicada por Both (2001) e Camarano (2007), os motivos das famílias institucionalizarem seus idosos seriam a falta de recursos financeiros, a saúde precária do

idoso, a ausência de serviços médicos na localidade, os preconceitos sobre os integrantes da velhice e as relações de afeto fragilizadas.

Para Camarano (2007, p. 170), as modificações sociais instituem novas modalidades de residências para os longevos. As ILPIs ainda são percebidas como um espaço de “depósitos de idosos” e as famílias que optam por institucionalizarem os seus, salvo exceções, são socialmente acusadas de não desempenharem o papel que lhes cabe. Contudo, de acordo com a autora, precisamos ponderar se o círculo familiar possui condições de cuidar de seus entes.

Cada vez mais é necessário que se diversifique as opções de moradias para os idosos e o poder público deve contribuir com programas assistenciais nos âmbitos educacional, cultural, social e de saúde (CAMARANO, 2007). A heterogeneidade da velhice demonstra que cada um de nós, ao envelhecermos, precisará de atendimentos específicos que, por vezes, nossas famílias não conseguirão arcar. Desta forma, a residência em uma ILPI poderá ser uma realidade.

Corroborando o viés do cuidado com os longevos, os resultados também indicaram o trabalho dos cuidadores de idosos no que tange à formação profissional, estratégias de cuidado, perfil social e desgaste físico e psicológico. Ao envelhecermos, podemos ser acometidos por algumas doenças que são típicas dessa faixa etária. Então, nesses casos, é necessária a presença de uma pessoa capacitada que compreenda e atenda às limitações físicas ou psicológicas que podem nos acometer.

Bohm (2013) nos lembra que existem dois tipos de cuidador: o formal e o informal. Os formais são aqueles que escolheram a atividade como uma profissão. Os informais se tornaram cuidadores pelas circunstâncias e exigências que a vida apresentou. Nas famílias que não podem contratar formalmente um cuidador, quem assume o posto geralmente é um familiar desempregado ou uma filha, nora ou neta que “só trabalha em casa” ou “que aceitou abrir mão de sua vida profissional”. Ponderamos a necessidade do poder público de ofertar capacitações para eles, bem como programas que visem o cuidado físico e mental dos próprios cuidadores, uma vez que a rotina de trabalho é desgastante (BOHM, 2013).

Essas informações nos mostram que a profissão de cuidador de idosos precisa de atenção, todavia, o atual governo federal não compartilha do nosso posicionamento. Em 22 de maio de 2019, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei do ex-deputado Felipe Bornier (PROS/RJ), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 11/2016, que reconhecia e regulamentava a profissão dos cuidadores de idosos, infantil, de pessoa com deficiência e de pessoa com doença rara (BRASIL, 2016). Entretanto, a iniciativa foi vetada pelo presidente

em exercício que, em sua justificativa, alegou que as condições impostas ao desempenho da profissão restringiam o livre exercício profissional (BRASIL, 2019). Analisamos que a falta de conhecimentos acerca do processo de envelhecimento e das singularidades da velhice nortearam a conduta do referido presidente. A postura prejudica os cuidadores que não possuem seus direitos trabalhistas respeitados e que acumulam funções que vão além do cuidado com a pessoa idosa (BOHM, 2013).

Outro eixo do processo de envelhecimento que apareceu nas nossas buscas foram as relações intergeracionais sobre o ponto de vista dos idosos. No primeiro capítulo, abordamos as contribuições do segundo pilar da Gerontologia Educacional para que o processo de envelhecimento ocorra de forma saudável. Nossa sugestão foram as relações intergeracionais, uma vez que a convivência com os idosos contribui para a construção de uma mentalidade com o mínimo ou nenhum preconceito em relação a eles.

Ao emergirem sob o ponto de vista do longo, inferimos que são benéficas para eles se forem pautadas no respeito e empatia. Lima (2008) registra que as primeiras relações intergeracionais são experienciadas na família, entre os avós, filhos e netos. Essa autora nos alerta para o posicionamento dos atuais avós frente às demandas que socialmente sempre foram conferidas a eles.

Ainda é possível encontrar avós que cuidam e zelam pelos seus netos em todos os âmbitos: social, cultural, afetivo, financeiro e de saúde. Eles assumem, por diferentes motivos, as responsabilidades que em um primeiro momento eram dos pais, tornando-se mais presentes na vida das crianças/adolescentes do que os próprios progenitores.

Todavia, há aqueles que não assumem essa tarefa na sua totalidade. As oportunidades sociais, culturais e educacionais disponíveis, o aumento da expectativa de vida, a evolução dos remédios e dos tratamentos de saúde contribuem para que os idosos enxerguem a etapa vital na qual se encontram como um momento de realizar as atividades que, durante toda a vida, não puderam colocar em prática, de experimentar novos *hobbies* e, em alguns casos, de exercer uma nova profissão (LIMA, 2008).

Neste sentido, a literatura nos demonstra a possibilidade de crianças que convivem com idosos e que são ensinadas a ter uma atitude positiva em relação a eles tornarem-se adultos que compreendam a velhice como uma época de constante desenvolvimento e que possuem comportamentos pautados no respeito e solidariedade em relação à pessoa idosa (LUCHESE; DUPAS; PAVARINI, 2012). Por terem mais anos de vida acumulados, os longevos tornam-se guardiões das histórias da família e contribuem para que as gerações mais novas aprendam sobre a sua história pessoal e do local onde residem.

Existem também as relações intergeracionais, que estão além da família e que acontecem, por exemplo, nos programas sociais com foco no público idoso. Lima (2008) afiança que estes são alternativas que propiciam uma concepção positiva sobre o envelhecimento por fazerem com que a velhice seja presenciada na prática. As Unapis, que abordamos resumidamente no primeiro capítulo, se enquadram neste exemplo, bem como as ações desenvolvidas pelas escolas de Educação Básica que intencionam a aproximação entre idosos e crianças.

Lima (2008) elenca uma série de benefícios que os programas proporcionam tanto para os idosos, quanto para os mais novos. Em relação aos longevos: o aumento da autoestima e melhoria da saúde, as oportunidades de transmitir seu conhecimento de mundo para as gerações mais novas e a maior aceitação e compreensão sobre o comportamento dos jovens atuais. Para as crianças e adolescentes: a melhoria do relacionamento com os mais velhos de uma forma geral, com ênfase na troca de afeto e com maior atenção às necessidades deles e interesse em auxiliá-los.

Ressaltados alguns temas que serviram como critério de exclusão, vamos nos ater aos que se incluíram no critério de seleção. Encontramos dois resultados nas pesquisas e cada um deles se repetiu duas vezes. Isso confirma a escassez de trabalhos acerca da temática *idosos brasileiros como estudantes regulares de graduação em instituições de Ensino Superior no Brasil*. A repetição dos artigos nos sugere que são poucos os pesquisadores que possuem interesse em estudar o tema ou que, por motivos diversos, não o fazem.

Como esclarecemos, delimitamos o período das publicações por abranger o ano de 2017 e esta ser a data de mudança da nomenclatura *Terceira Idade* para *Pessoa Idosa*. Nossa expectativa foi a de que este marco influenciasse na quantidade de trabalhos sobre os processos de inclusão e reconhecimento da pessoa idosa no ambiente universitário, mas não foi o que constatamos. Nos próximos subtópicos, dialogaremos com os dois resultados encontrados.

4.1.1 A realidade dos idosos em Guanambi

Na avaliação preliminar, consideramos que dois artigos estavam em consonância com o nosso critério de seleção. Eles são: Reis, Meira e Moitinho (2018) e Stanghilin (2017). O primeiro trabalho já era conhecido por nós e neste as autoras destacaram a história de vida de três idosos estudantes regulares dos cursos de graduação de instituições de ensino na cidade de Guanambi (Bahia). Então, ele atendeu ao nosso critério de seleção.

O segundo pautou-se em uma pesquisa bibliográfica descritiva sobre o tema e não entrevistou idosos universitários como o outro trabalho. Na seleção inicial tivemos a impressão de que este artigo trataria dos longevos enquanto estudantes regulares da graduação. Todavia, ao nos aprofundarmos, percebemos que a autora considerou a denominação *educação universitária* como sinônimo de *Universidade Aberta à Terceira Idade*.

Como abordado ao longo desta dissertação, a frequência dos idosos nesses programas de extensão é uma das formas dos mesmos terem acesso à educação proporcionada pelas universidades, mas a educação universitária não se restringe a isso e não é este o nosso foco. O trabalho que propomos investiga os processos de reconhecimento e inclusão dos idosos que são estudantes regulares dos cursos de graduação. Desta forma, exploraremos as contribuições que o trabalho de Reis, Meira e Moitinho (2018) pode nos oferecer.

Este artigo se originou de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que foi apresentado em 2017 no curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), sob a orientação da professora Sônia Maria Alves de Oliveira Reis. A pesquisa abordou a história de vida, anseios e medos de três estudantes universitários com idade igual ou superior a sessenta anos, moradores de Guanambi.

As autoras pesquisaram todas as instituições de Ensino Superior da cidade: Universidade do Estado da Bahia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Faculdade de Guanambi, Universidade Salvador - Pólo EAD; Universidade Norte do Paraná - Virtual e Universidade Paulista. Do total de 5451 matrículas, apenas quatro (4) correspondiam a alunos idosos. Destes, três eram do sexo masculino e um do sexo feminino. Somente a idosa não aceitou participar da pesquisa. A seguir, elaboramos um quadro descritivo sobre os sujeitos pesquisados.

Quadro 03: Características dos idosos da pesquisa de Guanambi.

Instituição de Ensino Superior	Sexo	Idade	Curso	Período
Campus XII da Uneb	Masculino	76	Educação Física	9º período
Universidade Salvador	Masculino	60	Ciências Contábeis	9º período
Faculdade de Guanambi	Masculino	60	Direito	9º período

Fonte: Elaborado por esta pesquisadora com base no artigos encontrados.

A metodologia de análise dessa pesquisa foi a elaboração das histórias de vida de idosos que são estudantes regulares dos cursos de graduação. Diferentemente, a nossa será a Análise do Discurso proposta por Orlandi (2009). A intenção desta dissertação é compreender os dizeres dos nossos entrevistados, através da relação entre metáfora, paráfrase e polissemia na produção de relações de sentidos sobre a velhice e os estudos universitários. Este trabalho contribui com o nosso na medida em que nos faz questionar em quais aspectos a realidade dos idosos universitários de Viçosa e de Guanambi se aproximam ou se diferem.

A trajetória escolar dos idosos baianos foi um reflexo das experiências pessoais, culturais e profissionais que tiveram ao longo da vida. Indagamos se os longevos mineiros que tiveram vivências similares possuem o mesmo entendimento sobre a convivência universitária e como seus contextos sociais interferem nessa compreensão.

Para os idosos pesquisados, a experiência da educação universitária foi benéfica em todos os aspectos. Eles reconhecem que venceram desafios para ingressar e permanecer no Ensino Superior. Afirmaram, também, que o apoio da família e dos amigos é essencial para que continuem os estudos e, após o término da graduação na qual se encontravam, possuíam o desejo de cursar outras (REIS; MEIRA; MOUTINHO, 2018).

As autoras pontuaram que esses idosos conseguiram adaptar-se às características do Ensino Superior porque, durante toda a vida, buscaram experiências que os auxiliaram na construção da autonomia. Desta forma, conseguiram expor suas dificuldades aos professores para que, por exemplo, modificassem um pouco a metodologia para a compreensão de alguns conceitos. A situação financeira e a estrutura familiar estável também facilitaram cursar uma graduação após os sessenta anos (REIS; MEIRA; MOUTINHO, 2018).

Ao encontrarmos apenas o trabalho das pesquisadoras, inferimos que a escassez de pesquisas sobre os idosos universitários pode ser justificada com a hipótese de que ainda são poucas as matrículas de pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos em nível superior. O trabalho de Reis, Meira e Moutinho (2018) demonstrou isso na cidade de Guanambi.

4.2 A realidade dos idosos nos três *campi* da UFV

Corroborando essa perspectiva, verificamos que a Universidade Federal de Viçosa possui uma situação parecida com a de Guanambi. Investigamos os três *campi* localizados em Minas Gerais - Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba - e montamos tabelas com dados que nos

foram fornecidos, via correio eletrônico, por um servidor da Pró-Reitoria de Ensino (PRE) da UFV e com informações encontradas no *site* da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PPO) da referida instituição.

Nossos objetivos, ao apresentar os dados referentes às matrículas da UFV, são: comparar o número de pessoas com idade menor e maior que sessenta anos que ingressam na instituição e desta maneira inferir um dos motivos pelos quais o tema a *inclusão de idosos como estudantes regulares de cursos de graduação* é pouco explorado.

Quadro 04: A quantidade de idosos matriculados na UFV entre 2014-2019.

Ano	Campus	Total de matrículas	Matrícula de pessoa idosa	Idade ao ingressar na UFV	Sexo	Curso
2014	Florestal	2104	1	62	Masculino	Tecnologia em Gestão Ambiental
2014	Viçosa	22038	1	68	Masculino	Letras
2014	Viçosa	22038	1	61	Masculino	Agronegócio
2014	Viçosa	22038	1	61	Masculino	Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza
2014	Rio Paranaíba	3963	Nenhuma	-	-	-
2015	Florestal	2214	1	67	Masculino	Tecnologia em Gestão Ambiental
2015	Viçosa	21975	1	60	Feminino	Economia Doméstica
2015	Viçosa	21975	1	67	Feminino	Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza.
2015	Rio Paranaíba	3811	Nenhuma	-	-	-
2016	Florestal	1383	Nenhuma	-	-	-
2016	Viçosa	21520	1	70	Feminino	Ciências Sociais
2016	Viçosa	21520	1	76	Feminino	Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza.
2016	Rio Paranaíba	3739	1	62	Feminino	Ciência e Tecnologia de Alimentos
2017	Florestal	2552	1	60	Masculino	Administração
2017	Viçosa	21766	1	63	Masculino	Agronegócio

2017	Viçosa	21766	1	61	Feminino	Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza
2017	Rio Paranaíba	3767	Nenhuma	-	-	-
2018	Florestal	2656	Nenhuma	-	-	-
2018	Viçosa	22041	1	61	Feminino	Pedagogia
2018	Rio Paranaíba	3851	1	64	Feminino	Ciência e Tecnologia de Alimento
2019	Florestal	2740	1	64	Masculino	Agronomia
2019	Viçosa	22120	Nenhuma	-	-	-
2019	Rio Paranaíba	3913	1	66	Masculino	Ciências Contábeis
2019	Rio Paranaíba	3913	1	72	Feminino	Ciências Biológicas

Fonte: Elaborado por esta pesquisadora e construído com dados fornecidos, via correio eletrônico, por um servidor da Pró-Reitoria de Ensino da UFV e com informações encontradas no *site* da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento da referida instituição.

De acordo com o Quadro 04, notamos que a quantidade de idosos matriculados é diferente da quantidade de estudantes não idosos e da parcela de longevos na sociedade brasileira. Indagamos quais seriam os motivos desse índice: será que os idosos não possuem vontade de ingressar no Ensino Superior? Ou eles não conseguem aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)?

Acerca do ENEM, construímos o quadro a seguir com as informações sobre a quantidade de pessoas idosas (idade superior a sessenta e um anos) que se inscreveram no exame nacional entre os anos de 2009 e 2018 e o total geral de inscritos. Escolhemos este concurso porque o resultado é utilizado, entre outras finalidades, para o ingresso em IES públicas no Brasil nos cursos de graduação. Os anos elencados são os que estão disponíveis para consulta no *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e a delimitação de 61 anos também acompanha o critério exposto no endereço eletrônico.

Quadro 05: Idosos inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Ano	Total de pessoas com idade superior a 61 anos inscritas	Total geral de inscritos
2009	4.962	4.148,720

2010	5.132	4.626,094
2011	5.672	5.380,856
2012	6.596	5.791,065
2013	8.796	7.173,563
2014	12.384	8.722,248
2015	10.685	7.746,427
2016	13.021	8.627,367
2017	9.619	6.713,341
2018	8.704	5.513,747

Fonte: Os dados foram retirados do *site* do INEP e organizados pela autora desta dissertação.

Os dados referentes às inscrições no ENEM mostram a diferença entre o número de idosos e de não idosos inscritos no concurso. Ponderamos se o pequeno número de idosos inscritos - em comparação com o número total de candidatos - possui ligação com o imaginário social de que na universidade só podem estudar pessoas jovens. Como a demanda pelo ingresso no Ensino Superior é pequena - quando comparada a das pessoas não idosas - é de se esperar que a quantidade de idosos matriculados nas IES seguirá a mesma linha.

Os resultados que emergiram na pesquisa de Reis, Meira e Moutinho (2018) e o levantamento que fizemos sobre as matrículas nos três *campi* da UFV demonstram o pouco acesso que os longevos possuem aos espaços acadêmicos.

A constatação do pequeno número de matrículas de graduandos idosos na Universidade Federal de Viçosa, com destaque para o *campus* de Viçosa, contribui para justificar o nosso trabalho. A análise dos discursos dessas pessoas podem revelar ações relacionadas às vivências dentro da instituição de ensino que contribuem para limitar a inclusão e o reconhecimento desses estudantes.

4.3 As pesquisas encontradas sobre a temática e as lacunas

Os poucos resultados que encontramos para as pesquisas no Portal de Periódicos Capes/Ministério da Educação são coerentes com a quantidade de matrículas de estudantes idosos no nível superior de ensino, tanto na cidade de Guanambi/Bahia quanto no contexto da Universidade Federal de Viçosa. A porcentagem de idosos inscritos no ENEM também denuncia que estes ainda não demandam a inclusão no ambiente acadêmico como estudantes

regulares tanto quanto os não idosos, mas não nos esclarece os motivos.

Inferimos que os resultados encontrados no estado do conhecimento comprovam as estatísticas que apresentamos. O número de idosos que procura e ingressa no Ensino Superior no Brasil ainda é modesto, portanto, a maioria das pesquisas pauta-se em aspectos da velhice que possuem maior demanda por parte dos longevos e visibilidade social.

Elencamos seis temas que classificamos nos critérios de exclusão com a intenção de demonstrar a diversidade dos resultados. Explicitamos, juntamente com o único trabalho que atendeu a seleção, informações a nível nacional e sobre a realidade de onde esta pesquisa desenvolve-se para contextualizar e amparar os benefícios do nosso trabalho.

Desta forma, percebemos que a inclusão de idosos como graduandos em IES é um assunto que ainda não foi devidamente explorado. Mesmo que o número de idosos universitários seja reduzido se comparado aos não idosos, torna-se necessário ouvi-los. Esta ação é útil para que possamos entender como é a experiência de frequentar, durante a velhice, um ambiente social que, primeiramente, foi pensado e criado para atender pessoas jovens.

5 A PESQUISA: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO, PERCURSOS E BUSCA DE NOVAS COMPREENSÕES SOBRE O TEMA

“Gosto de Ipês de forma especial. Questão de afinidade. Alegram-se em fazer as coisas ao contrário”²⁵

Esta pesquisa enquadra-se nos moldes da pesquisa qualitativa em perspectiva discursiva (ORLANDI, 2009; PÊCHEUX, 1990). A Análise do Discurso proposta por Michel Pêcheux compreende que a ideologia manifesta-se na linguagem do sujeito e este é condicionado pelo contexto sócio-histórico no qual ele se situa. O autor ainda certifica que o sujeito não consegue perceber no seu próprio discurso o quão ele está assujeitado por uma ideologia, independente de qual seja. Esta linha da AD corrobora a ideia de que os discursos não podem ser entendidos como falas isoladas, mas como dizeres que emanam de determinados contextos sociais e históricos.

Ser assujeitado pela ideologia significa que a pessoa vai produzir discursos que estão condicionados pelas concepções e imaginários sociais sem que ela perceba. No entendimento de Orlandi (2009), para que o discurso exista, ele precisa ser proferido por alguém. Os dizeres que serão emitidos por essa pessoa baseiam-se na ideologia que está presente nos locais que ela vive. E, ao falar, ela vai repetir essas mesmas ideias, muitas vezes naturalizando-as.

Para compreender os discursos dos idosos sobre a sua integração e sua inserção na universidade, utilizamos determinados constructos teórico-metodológicos da Análise de Discurso (AD): condições de produção, interdiscurso, mecanismo de antecipação, relação de sentidos, relação de forças, formações imaginárias, intradiscurso, ideologia, discurso, interpretação, metáforas, paráfrases e polissemias. A seguir, vamos explicá-los.

Acerca das *condições de produção*, Orlandi (2009) nos afirma que ela abrange os sujeitos, a situação e a memória e que pode ser dividida em duas: condições de produção *estritas* e *amplas*. A primeira abarca as pessoas que estão proferindo os discursos e o contexto situacional imediato no qual aqueles dizeres emergem. As condições de produção *amplas* referem-se aos contextos sociais, históricos e ideológicos que aqueles sujeitos vivem (ou vivenciaram) e nos quais suas falas foram ditas.

Para essa autora, a memória presente nas condições de produção é sinônimo de *interdiscurso*. Este é também chamado de memória discursiva. Trata-se de um dito anterior

²⁵ ALVES, Rubem. **As cores do crepúsculo**: a estética do envelhecer. 3. ed. Campinas: Editora Papirus, 2002, p. 47.

que foi esquecido pelo sujeito. Orlandi (2009) assevera que o interdiscurso - aquilo que foi esquecido - influência na maneira como a pessoa percebe a situação na qual se encontra e como exterioriza sua compreensão e relações entre as palavras.

O *mecanismo de antecipação* na concepção de Orlandi (2009) remete ao comportamento que o entrevistado possui de querer dizer aquilo que o entrevistador deseja escutar. Ao regular a conversa (entrevista), este mecanismo interfere diretamente no que é dito e, posteriormente, interferirá no material discursivo que será analisado.

As *relações de sentido*, propostas pela mesma autora, nos recorda de que todos os dizeres estão interligados, seja com ditos anteriores ou com aqueles que ainda serão. O discurso não tem fim e, a todo momento, é permeado pelos dizeres sociais. A posição que um sujeito ocupa em um determinado discurso produz *relações de força* (ORLANDI, 2009), ou seja, dependem da posição ocupada pelos sujeitos no processo discursivo. A posição é, portanto, um lugar que o sujeito ocupa, gerando uma série de mecanismos que incidem sobre os modos de dizer e sobre as compreensões construídas pelos interlocutores.

O mecanismo de antecipação, as relações de sentido e de força estruturam as *formações imaginárias* (imaginários), que são as ideias e concepções que fazemos da fala dos sujeitos e que estão de acordo com a conjuntura social e histórica no qual emergem.

Se o interdiscurso, como mencionamos, é a memória (o dizer que foi dito e esquecido), o *intradiscurso* é, para Orlandi (2009), o que dizemos em determinado momento e nas condições sócio-históricas que vivenciamos.

A ideologia na AD peuchetiana absorve o sentido Althusseriano, envolvendo os imaginários que estão presentes em uma sociedade sobre diferentes temas (ORLANDI, 2009). Podemos inferir, desse modo, que os *discursos* estão estritamente relacionados à ideologia porque trazem consigo as ideias e concepções sociais. A *interpretação* é um mecanismo que o analista utiliza para significar os dizeres de seus entrevistados e pauta-se nos constructos da AD, nos estudos existentes sobre a temática e no contexto social, histórico e cultural do qual o analista compreende a realidade.

Nesse processo de análise é fundamental compreender o funcionamento das *metáforas*, das *paráfrases* e da *polissemia* (ORLANDI, 2009). Nas *metáforas*, encontram-se os dizeres que são analogias e comparações. As *paráfrases* são os ditos que se apoiam em palavras diferentes para exprimir uma mesma ideia e a *polissemia* envolve os deslocamentos de sentido em relação aos dizeres dominantes ou aos sentidos que são esperados no processo intersubjetivo, em qualquer situação de produção de sentidos. Em síntese, a *polissemia* é o que se difere do que é dito pela maioria no processo de repetição parafrástica.

Acreditamos que esses conceitos contribuem para a compreensão dos discursos dos sujeitos da pesquisa. Ressaltamos que a subjetividade da pesquisadora é considerada, e que outros pesquisadores, ao utilizarem o mesmo referencial teórico, poderão tecer considerações diferentes sobre os relatos dos idosos.

5.1 Condições de produção da pesquisa

5.1.1 Condições de produção amplas

Para que haja efetivamente a compreensão dos sentidos produzidos pelos idosos sujeitos desta pesquisa é fundamental que se analise o contexto social e histórico no qual o discurso se materializa. Para tanto, foi necessário desenvolvermos uma ampla leitura de trabalhos que abordam a temática em estudo com a intenção de compreendermos as concepções sociais acerca da velhice e do processo de envelhecimento, os pilares e as contribuições da Gerontologia Educacional e da Educação Gerontológica para nosso estudo, a Teoria do Reconhecimento de Honneth (2003), a função da universidade pública na atualidade, os benefícios que essas instituições podem promover aos idosos por meio de seus programas de extensão e os trabalhos que se debruçaram sobre a inclusão e permanência dos idosos universitários.

Todo esse material, lido e utilizado no texto da dissertação, faz parte do processo de estabelecimento das condições de produção amplas da pesquisa que, conforme Orlandi (2009), condicionam o modo como são produzidos os ditos e os silêncios no funcionamento discursivo.

Dentro do contexto amplo devem ser considerados os elementos que derivam da formação da sociedade e das instituições, bem como os acontecimentos ressignificados pelo discurso dos sujeitos na história (ORLANDI, 2009). Para analisar os discursos dos idosos, precisamos refletir sobre o ambiente educacional no qual eles estão inseridos, o motivo de iniciarem ou retornarem aos estudos na velhice e quais os sentimentos que nutriram ao longo da vida pelos processos educativos da educação formal. Inferimos que, ao nos atentarmos para essas especificidades, a análise dos discursos terá maior coerência.

5.1.2 Condições de produção estritas

Consideramos que a metodologia de uma pesquisa deve ser elaborada e apresentada com atenção, uma vez que, por meio dela, outros pesquisadores saberão o caminho que percorremos e poderão fazê-lo para verificar ou contestar nossos resultados. Dentro dessa parte, a definição dos sujeitos pesquisados e dos contextos dos quais eles emergem é necessária para facilitar o processo de compreensão.

Orlandi (2009) afirma que as condições de produção envolvem os sujeitos e a situação, ou seja, a relação que estes estabelecem com os contextos dos quais produzem seus dizeres, fazendo funcionar a memória discursiva (interdiscurso).

As condições de produção dividem-se em *estritas* e *amplas*. As amplas foram explicitadas no item anterior. Portanto, trataremos nesse tópico das estritas, das quais fazem parte as *circunstâncias de enunciação* que, segundo Orlandi (2009, p. 30) “[...] é o contexto imediato”. Este é composto pelos sujeitos, espaço e o tempo no qual os discursos se produzem.

Os participantes desta pesquisa são os estudantes dos cursos de graduação da UFV, do *campus* Viçosa, da Universidade Federal de Viçosa que, em 2019, possuíam idade igual ou superior a sessenta anos. Justificamos esse critério etário pelo que está estabelecido no Estatuto do Idoso (lei nº 10.741/2003), o qual afirma em seu artigo 1º que regulamentará os direitos que devem ser assegurados às pessoas que tenham sessenta anos ou mais.

No nosso primeiro contato com a Pró-Reitoria de Ensino, conseguimos informações sobre os idosos que eram estudantes regulares da universidade. Optamos por mencionar o Centro de Ciências ao qual estavam vinculados porque, ao expormos os cursos, eles poderiam ser identificados nas menções deste trabalho, ao longo da análise feita sobre seus discursos. Na sequência, apresentamos o quadro que no qual organizamos esses dados:

Quadro 06: Idosos Universitários do *campus* Viçosa.

Identificação	Centro de Ciências	Sexo	Idade
Idoso 1	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH)	Feminino	78
Idoso 2	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes(CCH)	Feminino	72
Idoso 3	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH)	Masculino	70

Idoso 4	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH)	Feminino	69
Idoso 5	Centro de Ciências Agrárias (CCA)	Masculino	64
Idoso 6	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH)	Feminino	62
Idoso 7	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH)	Masculino	61
Idoso 8	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH)	Masculino	61
Idoso 9	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH)	Masculino	60
Idoso 10	Centro de Ciências Exatas (CCE)	Masculino	60
Idoso 11	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH)	Feminino	60
Idoso 12	Centro de Ciências Agrárias (CCA)	Masculino	60

Fonte: Elaborado por esta pesquisadora, com base nos dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Ensino, via correio eletrônico.

Contatamos os idosos da lista, entretanto, não foram todos que nos retornaram e um deles havia trancado a matrícula. Os idosos que nos responderam e aceitaram participar da pesquisa foram: Idosa 1, Idosa 2, Idosa 4, Idoso 5, Idosa 6, Idoso 7 e Idosa 11, perfazendo um total de 07 sujeitos participantes

Optamos pela Universidade Federal de Viçosa porque é uma instituição na qual a maioria dos estudantes é jovem e que possui como principal atribuição capacitar a pessoas para ingressarem no mercado de trabalho. Todavia, os discursos que analisaremos são de pessoas aposentadas ou não, que podem querer ou não ingressar no mercado de trabalho após a concluírem a graduação, e que possuem limitações físicas naturais da faixa etária na qual se encontram.

Diante do exposto, compreendemos que o grupo escolhido, ao se inserir em uma IES pública, desafia a sociedade a percebê-los como pessoas portadoras do direito de estudar, uma vez que não se encaixam no padrão de graduando que frequenta o Ensino Superior na idade regular.

5.1.2.1 Quem são esses idosos?

As pesquisas que envolvem seres humanos precisam se atentar para que a identidade de seus pesquisados não seja exposta. Por essa razão, elegemos nomes fictícios, pois consideramos fundamental proteger os idosos que, gentil e gratuitamente, cederam parte de seu tempo nos confiando suas memórias, medos e anseios.

Ao ler o livro *As cores do crepúsculo*, de Rubem Alves (2002), me deparei com um capítulo sobre os Ipês. Estas árvores são as minhas preferidas desde a infância. A característica que mais chama minha atenção é o fato de que, antes de mostrarem toda a exuberância de suas flores, elas perdem todas as folhas, dando a impressão de que estão perto da morte. Entretanto, dias depois aparecem as coloridas flores, que encantam a todos que passam por elas.

Alves (2002) compara os Ipês às outras árvores. Para o autor, eles estão na direção contrária. As outras exibem sua beleza na primavera e aproveitam as temperaturas e chuvas do verão para chamar atenção dos observadores. O Ipê faz o contrário. Sua magnitude se apresenta no inverno, justamente em uma estação pouco propícia para o desenvolvimento das plantas.

A comparação de Alves (2002) me fez lembrar dos idosos universitários que participaram desta pesquisa. Eles retornaram aos bancos escolares após a aposentadoria ou quando os filhos cresceram, ou ainda nunca deixaram de estudar.

O imaginário social compreende que a velhice é um momento de inatividade, de não produzir nada e de reclusão. Todavia, os sete entrevistados mostraram-se como os Ipês: fazem o contrário do que se esperam deles. Enquanto a sociedade os denomina “doidos” por estarem estudando depois dos sessenta anos, eles colorem o *campus* Viçosa da UFV com sua presença, desejos, questionamentos e sonhos. Assim também são os Ipês - árvores - que enfeitam a avenida principal da instituição e os canteiros gramados dos prédios durante os meses de maio a meados de setembro.

Esta é a justificativa para a escolha do primeiro nome dos entrevistados: eles serão os nossos Ipês. Para que saibamos identificar seus discursos, optamos pelo uso de numerais cardinais na mesma ordem em que aparecem no Quadro 06. No quadro seguinte (7), apresentamos a maneira como serão mencionados no decorrer deste trabalho e, também, um agrupamento de informações que julgamos pertinentes para indicar o perfil social de nossos entrevistados de forma que, somando-se às análises, nosso leitor compreenda melhor esses sujeitos.

Quadro 07: Os idosos participantes da pesquisa.

Os idosos participantes da pesquisa											
Identificação	Sexo	Idade em 2019	Centro de Ciências matriculado	Possuem filhos graduados?	Educação Básica	Trajetória escolar	Forma de ingresso	Experiência educacional	Profissão	Estado civil	Etnia
Ipê 1	Feminino	78	CCH ²⁶	Sim	Não informado	Ensino Médio	ENEM ²⁷	Possui graduação completa	Professora primária	Não informado	Não a conheço
Ipê 2	Feminino	72	CCH	Sim	Escolas públicas	Ensino Médio	Sequência	Possui Normal Superior	Professora primária	Casada	Não a conheço
Ipê 4	Feminino	69	CCH	Sim	Escolas públicas	Cesec ²⁸	ENEM ²⁹	Primeiro curso de graduação	Dona de casa	Casada	Morena/Negra
Ipê 5	Masculino	64	CCE ³⁰	Não	Escolas públicas	Ensino Médio	ENEM ³¹	Possui Doutorado completo	Engenheiro	Solteiro	Não o conheço
Ipê 6	Feminino	62	CCH	Sim	Escolas públicas	Ensino Médio	ENEM ³²	Possui Normal Superior	Dona de casa	Não foi informado	Não a conheço
Ipê 7	Masculino	61	CCH	Sim	Escolas públicas	Ensino Médio	Portador de Diploma	Possui Doutorado completo	Professor	Casado	Branco
Ipê 11	Feminino	60	CCH	Sim	Escolas públicas	Ensino Médio	ENEM ³³	Primeiro curso de graduação	Assistente administrativo	Viúva	Morena

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com informações fornecidas pela Pró Reitoria de Ensino e proferidas pelos idosos e idosas em seus discursos.

²⁶ Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

²⁷ A estudante ingressou na instituição por Ampla Concorrência.

²⁸ Centro Estadual de Educação Continuada (Cesec): opção educacional para jovens, adultos e idosos que desejam concluir seus estudos.

²⁹ A estudante ingressou na instituição por Ampla Concorrência.

³⁰ Centro de Ciências Exatas.

³¹ O estudante ingressou na instituição pela cota destinada à estudantes de escolas públicas com renda superior à 1,5 salário por pessoa da família.

³² A estudante ingressou na instituição pela cota destinada à estudantes de escolas públicas com renda inferior à 1,5 salário por pessoa da família.

³³ A estudante ingressou na instituição por Ampla Concorrência.

5.1.3 A construção do *corpus*: a entrevista

Para poder investigar os discursos dos sujeitos idosos universitários, utilizamos como técnica a entrevista semiestruturada. Estas foram gravadas e transcritas durante a pesquisa guarda-chuva *Peixes Fora D'água: A Luta Pelo Reconhecimento entre os Idosos Alunos da Universidade Federal de Viçosa*, coordenada pelo Prof. Dr. Arthur Meucci, coorientador deste trabalho, e registrada no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFV: CAAE nº 85690418.4.0000.5153. A emenda da nossa pesquisa também foi aprovada pelo mesmo comitê sob o registro nº 3.331.228.

As entrevistas foram realizadas de acordo com a rotina dos entrevistados, uma vez que as atividades universitárias demandam horários diferentes para cada um deles e não conseguiríamos reuni-los ao mesmo tempo (DUARTE, 2002; ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNADJDER, 1998). De acordo com Gerhardt *et al.* (2009), nesse tipo de entrevista é possível que o entrevistador faça outras perguntas ao entrevistado para compreender melhor o que ele está dizendo, assim como o entrevistado pode falar sobre assuntos relacionados à temática. Coerentemente à AD, ela possibilita maior abertura para a produção de sentidos.

As entrevistas foram agendadas pela estudante bolsista da Iniciação Científica (IC)³⁴ com os idosos universitários na sala 208, do Departamento de Educação. Contudo, alguns solicitaram outros locais e foram atendidos. Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em duas vias: uma foi entregue a eles, e a outra ficou sob a responsabilidade do professor orientador da IC.

Os dados foram gravados e armazenados em um gravador profissional da SONY, modelo ICD-PX240, em formato MP3, em modo de gravação de 128kbps, de propriedade do pesquisador-coordenador da pesquisa. A transcrição do áudio foi realizada pela pesquisadora bolsista da IC. Os arquivos de MP3 contendo as entrevistas serão deletados um ano após o término da pesquisa.

Bogdan e Biklen (1994) e Ludke e André (1996) afirmam que as entrevistas podem causar possíveis desconfortos e que estes podem ser minimizados quando o pesquisador informa aos participantes da intenção do trabalho e utilização dos dados, que poderão desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, que terão seu anonimato preservado e que a participação não acarreta nenhum tipo de remuneração. Todos esses cuidados foram tomados no momento das entrevistas.

³⁴ Nossos agradecimentos à estudante Gabriela Cunha Barbosa pela contribuição a este trabalho.

Solicitamos à Pró-Reitoria de Ensino a relação da quantidade de estudantes com idade igual ou superior a sessenta anos que estavam regularmente matriculados na UFV. Os sujeitos foram informados e convidados para a pesquisa via correio eletrônico por intermédio da mesma Diretoria. Como não obtivemos êxito nessa abordagem e na relação de estudantes fornecida pela instituição havia os cursos nos quais eles estavam matriculados, contatamos as secretarias dos respectivos departamentos para convidarmos os idosos presencialmente.

Minha participação nesta pesquisa de IC aconteceu no momento de coleta de dados. Pessoalmente conheci o Ipê 7, a Ipê 4 e a Ipê 11. Em relação ao Ipê 7, auxiliiei a contatá-lo. A entrevista da Ipê 4 foi feita e transcrita por mim, e a da Ipê 11, foi apenas feita por mim e a transcrição ficou sob responsabilidade da estudante bolsista da IC. No quadro 07, apresentado anteriormente, as informações elencadas foram selecionadas de acordo com o que os idosos falaram em suas entrevistas e também com o que nos foi informado, via correio eletrônico, por um funcionário da Pró-Reitoria de Ensino. Como não fui a responsável pela maioria das entrevistas, precisei me ater às informações que foram proferidas nos discursos.

As questões da entrevista foram: 1. Como você descreve sua relação com a Universidade Federal de Viçosa? 2. Você percebeu modificações no seu comportamento após sua inserção no ambiente universitário? 3. Como você se sente em relação ao tratamento deferido por professores e colegas? 4. Você já sofreu preconceito devido à idade no ambiente universitário? 5. Qual sua opinião sobre a inserção dos idosos na UFV? 6. Você apoia a criação de uma Universidade Aberta à Pessoa Idosa³⁵? 7. O que você acha que a universidade poderia fazer para receber melhor o público idoso? 8. Você teve apoio da família e dos amigos para cursar o Ensino Superior? 9. Como foi sua trajetória escolar até chegar à universidade? São as respostas dessas entrevistas que compreendem o *corpus* analisado nesta pesquisa.

5.2 Entrevistas: mecanismo de antecipação e violência simbólica

Para a realização das entrevistas, consideramos importante ressaltar os conceitos de mecanismo de *antecipação* e de *violência simbólica*, os quais são bases para que elas aconteçam e sejam analisadas com coerência e ética.

O mecanismo de *antecipação* (ORLANDI, 2009) traz a ideia de que, ao dizer, o sujeito possui a capacidade de colocar-se no lugar do seu interlocutor. Logo, o que o sujeito

³⁵ No modelo proposto, os estudantes idosos frequentariam as mesmas aulas que os universitários mais novos, seriam admitidos por ordem de inscrições e não haveria nenhum custo.

diz em situação de entrevista relaciona-se com o sentimento que ele deseja despertar em seu interlocutor e essa ação regula a argumentação entre os discursos. A pessoa vai dizer ou silenciar intencionando despertar efeitos diversos no ouvinte. Acerca desse esclarecimento, destacamos:

Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Este espectro varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto (ORLANDI, 2009, p. 39).

Ao analisar as entrevistas, é necessário atentarmos para este mecanismo porque os entrevistados não emitiram seus dizeres sem nenhuma intenção. Ao responderem às questões da entrevistadora, intencionavam produzir algum efeito na interlocutora.

Em relação à *violência simbólica*, Bourdieu (2007) afirma que ela pode estar presente na experiência da entrevista. O autor ressalta que se trata de uma vivência assimétrica de poder, uma vez que o ‘poder’ está nas mãos do entrevistador e, em alguns casos, não há negociação prévia com o entrevistado sobre o que será abordado. É também de Bourdieu o destaque para a diferença social entre entrevistador e entrevistado: “Essa dissimetria é redobrada por uma dissimetria social todas as vezes que o pesquisador ocupa uma posição superior ao pesquisado na hierarquia das diferentes espécies de capital, especialmente do capital cultural” (BOURDIEU, 2007, p. 695).

Os participantes das entrevistas integram um grupo de pessoas com idade igual ou acima de sessenta anos. Então, é possível que se sintam constrangidos ao se depararem com uma estudante de graduação mais nova e, momentaneamente, ocupando uma posição social acima da deles. Bourdieu (2007, p. 695) elenca algumas medidas para extinguir (ou ao menos minimizar), “a *violência simbólica*³⁶ que se pode exercer” nestas ocasiões, mas afirma que todas as estratégias têm limitações. Para isso, a sugestão do autor é de que

(...) somente à medida que ele (*o pesquisador*) tem de se objetivar a si mesmo que pode, ficando no lugar que lhe é inexoravelmente destinado no mundo social, transportar-se em pensamento ao lugar onde se encontra seu objeto [...] e tomar assim seu ponto de vista, isto é, compreender que se estivesse como se diz, no seu lugar, ele seria e pensaria, sem dúvida, como ele (BOURDIEU, 2007, p. 713).

³⁶ De acordo com Mauger (2017), a expressão *violência simbólica*, na teoria de Pierre Bourdieu, está relacionada às formas de dominação que fazem com que o sujeito se autocensure e autoexclua. Esta se exerce no âmbito das significações sociais, culturais e pessoais que os dominados constroem sobre si e sobre o mundo.

Como ressaltado anteriormente, as entrevistas que analisaremos não foram realizadas pessoalmente pela pesquisadora responsável por esta dissertação porque este projeto é um prolongamento de uma pesquisa de IC. Todavia, ao refletirmos acerca das mesmas, precisamos nos conscientizar sobre as diferenças culturais que existem entre os sujeitos e quem fará as análises e quais efeitos os dizeres despertam em nós.

A diferença de idade entre a pesquisadora deste trabalho e eles é considerável, portanto, temos que nos atentar para que essa característica não faça com que os rotule, positiva ou negativamente. Assim, ponderar que, se tivéssemos as mesmas experiências e no mesmo contexto social-histórico, pensaríamos da mesma forma e teríamos as mesmas atitudes, fará com que analisemos as entrevistas com o mínimo de expectativas possível acerca dos discursos que serão produzidos.

5.3 A análise: do *corpus* às compreensões

Para explicar como acontecerá a metodologia de análise nesta pesquisa, elucidamos o papel do analista pesquisador à luz da Análise do Discurso proposta por Orlandi (2009). Para esta autora, o analista pesquisador deve “[...] compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2009, p. 15). Em outras palavras, o pesquisador que pretende analisar os discursos deve atentar-se para o sentido do dito e do não-dito pelo sujeito, sempre lembrando que o sujeito, sua história, memória e o contexto sócio-histórico no qual ele se posiciona interferem no dizer, no silêncio e na escolha das palavras utilizadas nos seus dizeres.

Esclarecido esse ponto, afirmamos que, segundo Orlandi (2009), o primeiro passo para desenvolver uma análise é definir o *corpus* a ser utilizado. Quando determinamos o *corpus*, conseqüentemente, optamos pelos discursos que serão analisados. Para a sua definição, Orlandi (2009) observa a relevância do *dispositivo de análise*, que são os constructos que nortearão o trabalho do analista pesquisador e de como dispositivos diferentes conduzem a resultados também diferentes. Reiteramos que o material bruto coletado para esta pesquisa é composto pelas sete entrevistas, que foram feitas para a pesquisa de IC denominada *Peixes fora d'água: a luta pelo reconhecimento entre os idosos alunos da Universidade Federal de Viçosa*. Ao analisá-lo, nos atemos aos objetivos da nossa pesquisa e às metáforas proferidas por eles: o recorte que se configurou é o *corpus*.

O analista deverá, portanto, construir seu dispositivo analítico baseando-se nos objetivos da sua pesquisa. Na nossa pesquisa, a construção do dispositivo baseou-se no

segundo objetivo: ii) Investigar como os estudantes idosos matriculados na Universidade Federal de Viçosa compreendem seus processos de inserção nos cursos de graduação.

O primeiro e terceiro objetivos não foram analisados com aporte direto na AD, embora sejam fundamentais para compreender as condições de produção do tema e o mecanismo de produção de imaginários, no qual se produzem diferentes modos de ver e viver a velhice. Sobre isso, Orlandi destaca: “Por isso o dispositivo analítico pode ser diferente nas diferentes tomadas que fazemos do *corpus*, relativamente à questão posta pelo analista em seus objetivos. Isto conduz a resultados diferentes” (ORLANDI, 2009, p. 64).

Orlandi (2009) pontua que a análise e a interpretação de um *corpus* não se esgotam porque o discurso sempre vai ligar-se a dizeres passados e futuros e, a cada recorte, surgirão interpretações distintas. Orlandi ainda assinala que: “A análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do *corpus* e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza” (*Idem*).

A partir do dispositivo de análise, apreciamos o material bruto coletado, o qual Orlandi (2009) também o define como *superfície linguística*. Muitos discursos podem emergir, mas se eles não correspondem aos objetivos da pesquisa, não deverão ser analisados. Feita essa avaliação, o *corpus* será considerado *objeto discursivo*. A partir dessa denominação, de acordo com Orlandi (2009), o *corpus* está *de-superficializado*. Nas palavras da autora, a *de-superficialização* consiste em:

Justamente na análise do que chamamos materialidade linguística: o como se diz, o quem diz, em que circunstâncias, etc. Isto é, naquilo que se mostra em sua sintaxe e enquanto processo de enunciação (em que o sujeito se marca no que diz), fornecendo pistas para compreendermos o modo como o discurso que pesquisamos se textualiza (ORLANDI, 2009, p.65).

A próxima etapa do *corpus* é sua conversão em *processo discursivo*. Segundo Orlandi (2009), a partir do momento que o analista esboça a relação das *formações discursivas* de um dizer com a ideologia presente no contexto sócio-histórico e com a memória, o *corpus* é considerado *processo discursivo* e então o pesquisador poderá compreender os sentidos desse dizer. Sobre essas etapas, Orlandi confirma que:

Pelo seu trabalho de análise, pelo dispositivo que constrói, considerando os processos discursivos, ele (o analista) pode explicitar o modo de constituição dos sujeitos e de produção dos sentidos. Passa da superfície linguística (*corpus* bruto, textos) para o objeto discursivo e deste para o processo discursivo. Isto resulta, para o analista com seu dispositivo, em mostrar o trabalho da ideologia. Em outras palavras, é trabalhando essas etapas da

análise que ele observa os efeitos da língua na ideologia e a materialização desta na língua (ORLANDI, 2009, p.68).

Para finalizar a compreensão sobre o processo de análise, avaliamos como essencial esclarecer o conceito *formação discursiva*. Geremias (2016) elucida que este, primeiramente, foi cunhado por Foucault e, posteriormente, reformulado por Pêcheux. O significado que apresentamos encontra-se na obra de Orlandi (2009, p. 43): “A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada - determina o que pode e deve ser dito”. Por essa razão, os sentidos dos dizeres não existem por si mesmo, mas em decorrência da ideologia e de quais palavras ou silêncios o sujeito escolhe para se expressar.

Em decorrência desse conceito, é preciso considerar, no processo de análise, que: i) o sentido de uma palavra dependerá da posição e do modo como foi utilizada no discurso, ou seja, que o seu sentido estará relacionado com a *formação discursiva* na qual a palavra se insere; ii) a mesma palavra pode ter sentidos distintos nos discursos de dois ou mais sujeitos. Isso acontece porque são utilizadas em *formações discursivas* distintas e porque os sujeitos e os contextos sócio-históricos dos quais se produzem também são diferentes (ORLANDI, 2009).

Três construtos abordados por Orlandi (2009) são relevantes para que o analista realize suas interpretações sobre os dizeres dos sujeitos e são fundamentais para compreender como o discurso se produz e se materializa: *metáfora*, *paráfrase* e *polissemia*.

A *metáfora* liga-se à ideia de que as palavras são substituídas umas pelas outras e isso faz com que os significados delas se modifiquem, materializando imaginários sociais/ideológicos. Em relação à *paráfrase*, o entendimento da autora é que se trata de um processo no qual o sujeito, ao dizer, recorre à memória e aos dizeres passados (memória discursiva, interdiscurso), repete ou reproduz o mesmo. Em contrapartida, a *polissemia* remete ao deslocamento de sentido: proporcionar outro significado a uma palavra que, normalmente, não o possuía e, de acordo com Orlandi “[...] produzindo novos sentidos, efeitos do jogo da língua inscrito na materialidade da história” (ORLANDI, 2009, p. 39).

Em primeiro momento, tivemos acesso a todas as entrevistas que estavam transcritas e fizemos uma leitura minuciosa das mesmas. Após, elaboramos o Quadro 08 e selecionamos todas as metáforas (analogias, comparações) que apareceram nos discursos de cada um dos idosos. Não as escrevemos nos próximos quadros devido ao volume de informações contidas

nesta dissertação, e porque a intenção dos mesmos é demonstrar a metodologia de forma mais clara.

Quadro 08: As metáforas presentes nos discursos dos idosos.

Idosos entrevistados	Metáforas (comparações e analogias)
Ipê 1	
Ipê 2	
Ipê 4	
Ipê 5	
Ipê 6	
Ipê 7	
Ipê 11	

Fonte: Elaborado por esta pesquisadora.

Após essa primeira seleção, retornamos ao nosso segundo objetivo e à literatura sobre a velhice e o imaginário social sobre a mesma, os idosos e o processo de envelhecimento e, ao ler novamente as metáforas, estabelecemos os efeitos de sentido que se produziram nos momentos das entrevistas.

Tendo realizado o trabalho de-superficialização do *corpus* e metaforização, organizamos os discursos que se repetiam e que produziam um mesmo sentido (paráfrases), para que, depois disso, pudéssemos analisar seus deslocamentos, ou seja, novas leituras (polissemias) e modos de perceber a velhice e a participação dos idosos na universidade.

Durante as análises foram se materializando distintas temáticas, quais sejam:

- 1) **Estereótipos sobre a velhice** - A velhice como sinônimo de reclusão à esfera doméstica e de inatividade e o imaginário de que o idoso, quando retoma ou inicia os estudos, é louco e só quer chamar a atenção.
- 2) **Relações Intergeracionais** - O idoso como sujeito que ensina e aprende e a relação entre ele e seus colegas de sala.
- 3) **O apoio da família e dos amigos** - O estímulo e o apoio para estudar.
- 4) **Consciência das mudanças biológicas que ocorrem durante o processo de envelhecimento** - A compreensão de que o corpo se transforma biologicamente.

- 5) **Valor social do estudo e da universidade** - O prazer de frequentar uma universidade e estudar.
- 6) **Questões relativas à gênero e papéis sociais** - O preconceito em relação à mulher idosa que retoma os estudos na velhice.
- 7) **Desafios e responsabilidades para um idoso voltar ou iniciar os estudos em uma universidade** - Os imaginários sobre como deveria ser a rotina de um idoso que frequenta a universidade.
- 8) **Relação com os professores** - As relações de afetos e desafetos entre os idosos e seus professores e os desrespeitos sofridos.
- 9) **Tecnologias** - As facilidades e dificuldades em relação ao uso das tecnologias.
- 10) **Idosos com deficiências e a acessibilidade da UFV** - A inclusão dos idosos que possuem deficiências físicas e o posicionamento da instituição frente à essa necessidade.

A seguir, demonstramos no Quadro 09 apenas um dos temas que se materializou no processo de análise, exemplificando como organizamos e construímos as análises dos discursos de-superficializados.

Quadro 09: Os dizeres dos idosos selecionados de acordo com cada constructo e a interpretação sobre os mesmos.

Estereótipos sobre a velhice - A velhice como sinônimo de reclusão à esfera doméstica e de inatividade e o imaginário de que o idoso, quando retoma ou inicia os estudos, é louco e só quer chamar a atenção.		
Idosos entrevistados	Os discursos	A interpretação
Ipê 1		
Ipê 2		
Ipê 4		
Ipê 5		
Ipê 6		
Ipê 7		
Ipê 11		

Fonte: Elaborado por esta pesquisadora.

A próxima etapa foi a busca da compreensão dos textos dos entrevistados, fazendo funcionar os nossos gestos de interpretação, amparados nos dispositivos de análise envolvendo a metáfora, a paráfrase e a polissemia. Os discursos materializados foram

organizados e discutidos por temas que se repetiram, originando tópicos a serem discutidos pela pesquisadora em relação com a teoria e suas interpretações. Baseamo-nos na metodologia da Análise do Discurso para respondermos o segundo objetivo deste trabalho: *ii) Investigar como os estudantes idosos matriculados na UFV compreendem seus processos de inserção nos cursos de graduação.*

O terceiro objetivo - *Sugerir ações para o fortalecimento das políticas de reconhecimento dos idosos no âmbito da UFV* - será respondido na última seção deste trabalho, porque compreenderá a nossa consideração acerca do estudo realizado se baseará nas demandas dos idosos entrevistados.

5.4 Os temas das entrevistas sob o viés da Teoria do Reconhecimento

No segundo capítulo, dialogamos com Axel Honneth (2003) acerca da sua *Teoria do Reconhecimento* e elencamos experiências que podem ser vivenciadas pelos idosos em IES e que, ao mesmo tempo, também incluem-se nas três esferas de reconhecimento: a do Amor, do Direito e da Solidariedade.

Após a de-superficialização e construção dos temas que se materializaram nos discursos dos entrevistados, elaboramos o Quadro 10, no qual organizamos os discursos em torno das esferas de reconhecimento.

Quadro 10: Constructos que emergiram dos discursos agrupados de acordo com a Teoria do Reconhecimento.

Esferas de Reconhecimento	Amor	Direito	Solidariedade
Formas de desrespeito	Maus-tratos e violação	Privação de direitos e exclusão	Degradação e ofensa
Auto relação prática	Autoconfiança	Auto respeito	Autoestima
Chaves de interpretação	-Inclusão -Aceitação -Pertencimento -Diferenciação -Identidade	-Igualdade -Respeito ao próximo -Direitos -Deveres -Regras iguais	-Sensação de pertencimento -Identificação com os demais

Temas que emergiram das entrevistas	<ul style="list-style-type: none"> -Relações intergeracionais -O apoio da família e dos amigos - Relação com os professores -Tecnologias -Consciência das mudanças biológicas que ocorrem durante o processo de envelhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> -Estereótipos sobre a velhice -Questões relativas à gênero e papéis sociais -Desafios e responsabilidades para o idoso tornar-se estudante universitário 	<ul style="list-style-type: none"> -Idosos com deficiência e acessibilidade na UFV -Valor social dos estudos e da universidade
--	---	--	--

Fonte: Elaborado por esta autora.

Optamos por relacionar os discursos transformados em tema com a perspectiva de Axel Honneth (2003). Esta escolha aconteceu porque, ao estudarmos sua teoria e os temas que emergiram nas falas dos idosos, percebemos que a maioria destes deles dialogavam com as estratégias de reconhecimento que podem emergir nas três esferas de reconhecimento às quais denominamos como *chaves de interpretação* e que estão elencadas no quadro anterior.

Todavia, em decorrência dos imprevistos que acontecem durante uma pesquisa, escolhemos analisar apenas um constructo de cada uma das esferas porque os vinte e quatro meses concedidos não foram suficientes para a demanda de trabalho. Portanto, os temas analisados serão: *relações intergeracionais* (Amor), *estereótipos sobre a velhice* (Direito) e *idosos com acessibilidade e deficiência na UFV* (Solidariedade). Eles foram escolhidos porque os dizeres proferidos pelos entrevistados nesses temas demonstraram a heterogeneidade comum a essa fase da experiência humana (DEBERT, 2012; KARPF, 2014).

De acordo com Honneth (2003), todas as pessoas desejam ser reconhecidas nas três esferas: Amor, Direito e Solidariedade. Quando este reconhecimento não acontece, ocorrem formas de desrespeitos que são respectivas de cada uma delas. No âmbito do Amor, temos os maus tratos e violações. Na perspectiva do Direito, a privação de direitos e exclusão. E na Solidariedade, a degradação e a ofensa. Todavia, quando somos reconhecidos nessas esferas, emergem sentimentos correspondentes a cada uma. No Amor, temos a autoconfiança; no âmbito do Direito, o autorrespeito e na Solidariedade, a autoestima.

6 O DESABROCHAR DOS IPÊS: ENTRE OS DIREITOS, A LUTA POR RECONHECIMENTO E AS POSSIBILIDADES DE ESTUDAR

“A despeito de toda a nossa loucura, os ipês continuam fiéis à sua vocação e beleza e nos esperarão tranquilos”³⁷

Este capítulo é dedicado às análises dos discursos dos idosos Ipês. Assim como a árvore Ipê enfeita o *campus* com sua beleza, nossos idosos chamam a atenção ao tecer contribuições que nos permitem ponderar acerca da velhice que vivem e de como queremos viver as nossas.

Com o intuito de preservar a identidade dos mesmos, optamos por suprimir todas as possíveis identificações que emergiram nos seus dizeres. O número de estudantes idosos da UFV é pequeno, portanto, é fácil identificá-los se deixarmos pistas. Desta maneira substituímos quaisquer informações que pudessem facilitar a identificação deles por *nome, característica, cargo, local e data*.

Reiteramos que nossas análises basearam-se no tripé Análise do Discurso proposta por Orlandi (2009), a teoria sobre o tema e as interpretações da pesquisadora responsável por esta dissertação. Nesse processo, decidimos utilizar como subtítulos dos temas analisados dizeres que foram pronunciados pelos sujeitos na situação de entrevista. Buscamos, com isso, visibilizar as vozes desses idosos e seus modos de dizer.

Destacamos, ainda, que alguns discursos apresentados podem ser analisados por mais de uma esfera, ou seja, eles não são estáticos e podem permear tanto o âmbito do Amor, do Direito ou Solidariedade. A opção pelo agrupamento dos constructos justifica-se na nossa compreensão acerca da teoria de Honneth (2003) sobre as chaves de interpretação apresentadas no Quadro 10. Como a Análise do Discurso de Orlandi (2009) afirma que um dos pilares para a interpretação dos dizeres é o entendimento do pesquisador sobre a teoria, nos sentimos seguros em reunir os temas da maneira como apresentaremos.

6.1 Relações com a esfera do Amor: “Às vezes, a gente banca até a mãezona deles”

Nossas interpretações acompanharão o que expomos no quinto capítulo acerca dos temas que elegemos para análise. Na esfera social denominada Amor (HONNETH, 2003), o interdiscurso que analisaremos faz referência às *relações intergeracionais*.

³⁷ ALVES, Rubem. *As cores do crepúsculo: a estética do envelhecer*. 3. ed. Campinas: Editora Papirus, 2002, p. 48.

O primeiro interdiscurso que analisamos é referente às *relações intergeracionais*. Acerca dele, apenas a Ipê 4 não expôs nenhum comentário. Iniciaremos pelas paráfrases que, segundo Orlandi (2009), referenciam os dizeres que falam sobre o mesmo assunto, mas com palavras (metáforas, comparações, analogias) diferentes.

Em um primeiro momento, encontramos paráfrases nos discursos de Ipê 7, Ipê 2 e Ipê 11. Cada um deles mencionou sobre a relação paternalista/maternalista que possuíam com os colegas de sala mais novos. As Ipê 6 e Ipê 1 também produziram paráfrases ressaltando suas dificuldades em relação aos trabalhos que os professores solicitam que sejam feitos em grupo.

As polissemias, ainda de acordo com Orlandi (2009), são os dizeres que se diferem do que é dito pela maioria. Na análise dos ditos, observamos que eles se diversificaram e abrangeram os assuntos: negação da velhice, idadeísmo, competitividade entre mulheres, desrespeitos, o aprendizado com as diferenças sociais, entrosamento entre colegas de vários cursos e a troca benéfica de responsabilidades no trabalho em grupo.

Cardoso (2011) nos informa que, além das relações intergeracionais auxiliarem na inserção social do idoso, outro benefício é o cuidado e o carinho que pode surgir entre as partes, visto que as diferentes experiências oferecem auxílios em situações que uma ou outra não têm familiaridade. Essas atitudes podem emergir tanto dentro da própria família quanto em espaços sociais, como os da área da Educação (CARDOSO, 2011). Como exemplo, citamos, respectivamente, os dizeres do Ipê 7 e da Ipê 2:

Igual, a gente vai fazer trabalho em grupo: ‘Não, o *nome* que vai ser o coordenador geral aí, ele é que põe moral no negócio, é ele que fala, dá bronca e tal’. **Então eu posso falar, posso dar bronca** [...] ‘Pô *nome*, você tá enrolando demais você não fez’. ‘Pô *nome*, esse mês eu tô tão no sufoco’. ‘Pô cara, mas aí nós vamos levar ferro aqui’. ‘Não, pode deixar que eu vou fazer’. **Puxo orelha né** (Ipê 7, homem, grifo nosso).

E eu tive colega lá da minha cidade que foi colega da minha filha mais nova, então a gente fez, assim, **um laço de amizade muito grande** porque, assim, aquele **laço de amizade igual de filho**, sabe? Ele me chama de *nome*, **ele de vez em quando vai tomar café comigo** (Ipê 2, mulher, grifo nosso).

Inferimos por essas falas que a vivência acumulada ao longo dos anos possui valor, uma vez que é benéfica para resolver situações nas quais os mais jovens não possuem experiência, e a diferença entre as idades pode fazer com que os mais velhos ocupem momentaneamente o lugar destinado aos pais ou avós. O dizer de Ipê 11 respalda nossa análise: “**Às vezes a gente banca até a mãezona deles, às vezes chama atenção** [...]”.

Percebemos pelos dizeres de Ipê 7 e Ipê 2 que eles sentem-se reconhecidos na esfera do Amor no que tange às experiências descritas. Na visão de Honneth (2003), o sujeito sente-se como parte de um grupo quando é aceito na sua diferença. Por meio das leituras das entrevistas completas, depreendemos que a diferença dos idosos universitários da UFV é a experiência de vida. Nossa inferência baseia-se no relato de que foram aceitos por seus colegas de sala e acolhidos como universitários e, ao mesmo tempo, suas particularidades - experiência de vida - foram valorizadas.

Ainda na perspectiva das paráfrases, Ipê 6 e Ipê 1 alegaram serem vítimas de preconceito em relação à idade (idadismo). A Ipê 6 declara: “No primeiro ano do curso, em *data*, quando os professores falavam assim, ‘Ah, reúne um grupo aí para fazer trabalho’, **eles sempre reuniam as panelinhas deles e me deixavam de lado** (Grifo nosso).

Essa afirmação de Ipê 6 nos fez pensar sobre o motivo dos colegas não a convidarem para os trabalhos em grupo. O curso da Ipê 6 defende e estimula a solidariedade e empatia com o outro. No entanto, pela fala dela não é o que percebemos. Ponderamos sobre a forma como esses colegas de sala percebiam a velhice: será que cresceram com uma visão negativa da mesma? Será que conviveram com idosos ao longo de suas vidas? Por que em dois cursos do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH) os idosos são acolhidos e mantêm relações de carinho e afeto com os mais novos e em outro (do mesmo Centro) são colocados à margem?

Para diminuir ou até extinguir o preconceito em relação à idade, a sugestão de Both (2001) nos parece adequada para o contexto descrito pela Ipê 6. Espera-se que as escolas, desde a Educação Infantil, ofereçam conteúdos sobre o processo de envelhecimento e sobre a velhice e, ao mesmo tempo, promovam o relacionamento entre os estudantes e idosos da comunidade. Para este autor, a ação constrói uma percepção mais benéfica e respeitosa do que é ser idoso e faz com que as atitudes que tenhamos para com os longevos ao longo da nossa vida sejam mais solidárias.

O idadismo é uma forma de preconceito que, após estudarmos a teoria de Honneth (2003), podemos elencar como um desrespeito na esfera do Direito. Para este filósofo, quando as regras de um grupo social funcionam para alguns membros e para outros não, estamos diante de um desrespeito que pode culminar em uma luta social.

No exemplo do idadismo, na teoria a sociedade aceita os velhos - haja vista a quantidade de legislações sobre a temática em nosso país. Entretanto, a prática não é cumprida porque eles não são aceitos integralmente na sua diferença, que pode ser a experiência de vida, a beleza de assumir as rugas e cabelos brancos ou o fato de não aceitarem

ficar reclusos em suas casas após a aposentadoria. No relato de Ipê 6 ficou claro que a universidade aceitou o seu direito de ser estudante universitária: ela foi aprovada no ENEM e por isso se matriculou. Todavia, não a reconheceu em sua diferença (a experiência de vida), uma vez que era excluída dos trabalhos em grupo.

A Ipê 1 também enfatiza: “É a maneira de você até se conhecer melhor, mostrar aquele pensamento que você tem, acabar ‘**Ah, ela é velha, não sabe nada**’, ‘Não, *nome* sabe, *nome* sabe e vai querer fazer parte do nosso grupo’” (Grifo nosso).

Ipê 1 é estudante de um curso que, pelo que vemos sobre as ações, eventos e discursos no ambiente acadêmico, preocupa-se em acolher os grupos socialmente oprimidos. Todavia, o que ela expõe vai ao encontro do que observamos no dia a dia universitário: a estudante relata ter dificuldades de trabalhar com seus colegas de sala porque - socialmente - existe a ideia de que o velho não sabe de nada e não tem nada para ensinar.

O posicionamento dessa idosa nos remete à Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire (1994), no qual ele afirma que a educação das classes ou grupos oprimidos deve ser pautada no diálogo. Se o processo educativo acontecer desta forma, a construção do conhecimento será um trabalho em conjunto. Todos os envolvidos se sentirão parte e perceberão que a luta pela sua emancipação é, também, responsabilidade dele. Mas, segundo Ipê 1, não é o que acontece na sua rotina universitária.

O excerto de Ipê 1 pode ser lido como uma tentativa de conseguir reconhecimento na esfera do Amor. Nossa interpretação deu-se porque Honneth (2003) afirma que a base de toda relação amorosa bem-sucedida liga-se à ideia da aceitação mútua das qualidades individuais. E, pelo dizer da universitária, ficou claro que ela não é aceita pelos colegas de sala em sua característica (a experiência) e que essa aceitação é um desejo dela. Inferimos também que, durante a infância, essa idosa teve a experiência bem-sucedida do vínculo amoroso na sua família, pois consegue perceber este desrespeito e se posicionar quanto ao seu desejo de mudança.

Soma-se a isso o fato de que a mesma faz parte de um grupo socialmente desprivilegiado na nossa sociedade: o ser mulher e velha ao mesmo tempo. Cumpre lembrar que o idadismo pode se apresentar em relação à estética da pessoa envelhecida, ao seu nível de saúde física e mental ou até à sua condição de aposentado (FERRIGNO, 2002).

Os imaginários que permeiam a sociedade fazem com que enxerguemos os idosos de acordo com as referidas lentes e não com o que são de fato. Desta maneira, não valorizamos suas experiências pessoais e culturais e deixamos de aproveitar suas contribuições nos diversos âmbitos da nossa vida como, por exemplo, o educacional.

Ingressando no campo dos deslocamentos de sentidos, em relação aos dizeres dos entrevistados, optamos, por uma questão de organização devido à heterogeneidade com que se materializaram - organizá-los em experiências positivas e negativas. Para a compreensão do que entendemos por experiências positivas e negativas recordamo-nos da Teoria do Reconhecimento. Na visão de Honneth (2003), quando o sujeito não é reconhecido nas três esferas sociais podem emergir formas de desrespeitos: maus-tratos (Amor), privação de direitos e exclusão (Direito) e degradação e ofensas (Solidariedade). Elencamos, como experiências positivas, aquelas nas quais os referidos desrespeitos não emergiram. No âmbito das negativas estão compiladas as situações nas quais verificamos os desrespeitos que podem ser produzidos quando uma das três esferas não é reconhecida.

No cenário das vivências que consideramos negativas, iniciamos com os relatos do Ipê 7 sobre sua negação em relação à ser idoso: “Costumo dizer **‘Ah, não sou idoso não, tô mais novo que vocês aqui’**. Eu entrei no espírito, entrei com aquele propósito de entrar no espírito da turma” (Grifo nosso).

Ao ponderarmos sobre esse dito, questionamos quais motivos o faria negar sua idade. Será que ele faz isso porque se sente desconfortável com a diferença etária entre ele e os colegas? Paralelamente a essa colocação, lembramos que a mídia explora a aparência dos idosos de forma pejorativa, afinal nega sua estética (rugas, cabelos brancos e flacidez não são bem vistas) e elege como ideal apenas as velhices que são socialmente ativas (CASTRO, 2017).

Inferimos que a negação da idade pelo Ipê 7 pode ter esse entendimento porque ele também pontua:

Eu costumo brincar com o pessoal, **‘eu continuo vivo, eu tô vivo’**. **Quando a gente vive no meio de jovem, a gente tem que rejuvenescer e também, pra você sobressair ali no meio. ‘Pô, mas você vai pras festas, você vai pros rocks?’**. **‘Menos, não é assim também não’** (Grifo nosso).

Interpretamos por este discurso do Ipê 7 que negar a idade e adequar o comportamento ao que é aceito pela juventude é uma forma de sobrevivência no âmbito universitário. Na nossa concepção, isso pode ocorrer, como mencionado anteriormente, devido ao viés pelo qual a sociedade capitalista enxerga os idosos, com destaque para a percepção errônea de que eles em nada podem contribuir com os diversos âmbitos sociais.

Ipê 7 quer ser aceito por seus colegas mais jovens e, para isso, nega as características que a velhice confere aos sujeitos, ou seja, ele nega a sua diferença. O desejo de ser aceito entre os colegas nos remeteu a uma provável luta por reconhecimento na esfera do Amor

(HONNETH, 2003). Entretanto, a negação daquilo que o diferencia dos demais nos proporcionou a leitura de que o seu desejo de ser reconhecido nesta esfera não é enquanto idoso, mas como universitário. Nossa interpretação baseou-se na sugestão de que não se considera pertencente à faixa etária da velhice.

A Ipê 6 fala do acolhimento que recebeu de alguns colegas de sala mesmo que, como supracitado, tenha dificuldades em se inserir nos trabalhos em grupo. Ela ressalta que os colegas homens são mais afetivos do que as mulheres da turma. Nas palavras dela:

Igual um aluno hoje falou comigo, tem uns que me dão força demais, engraçado e sempre são os meninos. A minha irmã falou que as mulheres... Ela é psicopedagoga, que as mulheres têm ciúmes da mulher, ainda mais quando ela vê que a mulher tem força, e os homens não, os homens tenta ajudar, não tem esse ciúme, essa...essa competição. **Os únicos que me chamavam pra fazer trabalho, quando me viam triste porque eu tava sem turma, era o nome, é uns outros que já até saíram, muitos saíram [...]** (Ipê 6, mulher, grifo nosso).

Ao lermos seu relato, nos recordamos de que a condição da mulher na nossa sociedade é, estruturalmente, permeada por imaginários preconceituosos. Por serem mulheres, enfrentam o machismo. Por serem idosas, o idadismo. E quando essas duas características se combinam, a experiência de ser mulher pode ser mais desafiadora. É desafiadora porque vivemos em uma sociedade sexista que enaltece que a juventude feminina deve ser eterna: seja no conteúdo transmitido pelas redes de televisão, seja na publicidade expostas em revistas femininas.

Por esses imaginários, interpretamos que a nossa sociedade compreende as pessoas, com destaque para as mulheres, que não vivenciam um processo de envelhecimento *ativo* (leia-se viajar com amigos, fazer inúmeros procedimentos estéticos para disfarçar o tempo já vivido, por exemplo) não estão envelhecendo de forma satisfatória (GOLDEMBERG, 2014). Todavia, reiteramos nossa posição de que não existe uma forma certa ou errada de envelhecer; o que existe são condições de existência socialmente desiguais que fazem com que existam diferentes velhices.

De acordo com as leituras que fizemos de Honneth (2003), depreendemos que, quando alguns membros de determinado grupo social aceitam os outros em suas particularidades, estamos diante da experiência exitosa do vínculo amoroso. No exemplo de Ipê 6, o preconceito em relação à sua condição de idosa foi superado por alguns colegas que a convidaram para trabalhos em grupo. Desta maneira, interpretamos que ela obteve reconhecimento na esfera do Amor.

Ainda em relação aos desrespeitos enfrentados, Ipê 1 nos alerta para a situação que vivenciou junto aos seus colegas de sala. Por vezes, os estudantes do seu curso precisam dormir em locais cedidos pela universidade para desenvolverem suas atividades. Por ser idosa, a Ipê 1 considerou errado dormir no colchão no chão enquanto as colegas mais novas dormiam na cama, uma vez que não havia cama para todos.

Na percepção da Ipê 1, quando há um impasse entre duas pessoas, aquela com idade maior possui preferência. Contudo, este não foi o entendimento das suas colegas. Concluímos, desse discurso, que as formas como essas pessoas cresceram e foram educadas diferem. Para além da diferença de idade, a diversidade cultural e social também traz aspectos que precisam ser considerados ao propormos políticas públicas para as relações entre gerações.

Para além da diversidade cultural, ponderamos sobre a experiência descrita pela Ipê 1, no que toca à questão do direito do idoso sobre ter preferência ou prioridade em situações sociais. Geralmente, percebemos que este direito se efetiva, por exemplo, em filas, atendimentos em hospitais/bancos, entre outros. Questionamos se a UFV oferece tratamento prioritário ou preferencial aos seus universitários idosos: eles possuem preferência na fila do Restaurante Universitário (RU)? Na Biblioteca Central (BBT) existe um caixa específico para devolução de livros para quem possui idade igual ou superior a sessenta anos - ou que possua alguma necessidade de atendimento especial? Nos setores administrativos da universidade, os quais fornecem senhas para atendimento, os idosos têm acesso a atendimento prioritário?

Comprendemos que nossas posturas e comportamentos, mediante a velhice e os idosos, são influenciados pela concepção que construímos sobre eles ao longo da nossa experiência. Mas esse entendimento não é estático e modifica-se de acordo com nossas vivências. Portanto, quando frequentamos ambientes que valorizam os velhos, temos a oportunidade de rever nossos comportamentos para com eles e, de uma forma geral, com a velhice. Dessa maneira, quando a IES valoriza a diferença de seus estudantes idosos, ela influenciará na forma pela qual eles serão tratados por toda a comunidade acadêmica.

Se no dizer anterior Ipê 1 destaca seus direitos enquanto pessoa idosa, no excerto que apresentamos a seguir, ela parece justificar sua exclusão dos grupos de trabalho devido ao fato de ter mais de sessenta anos: “Aí eu falei assim, ‘Mas Professora, em qual turma que eu vou?’. ‘Não, não, o grupo já tá todo formado’. [...] **Eu não tenho complexo não, e não que você é melhor que eu... Porque eu já fui nova também, não já?. Não já fui nova, não já?**” (Grifo nosso).

Ao perguntar para a professora de qual turma ela participaria e, escutar que os grupos estavam todos formados, Ipê 1 disse não ter *complexo* (não se sentir inferior) porque já foi

nova um dia. A maneira pela qual lembrou a própria juventude nos fez pensar que, de certa forma, justifica a exclusão por não ser mais nova. Inferimos que, inconscientemente, ela acredita que apenas os jovens podem chamados para os trabalhos em grupo ou possuem direito à convivência social.

No primeiro excerto da Ipê 1, notamos dois tipos de desrespeito: um na esfera do Amor, outro na do Direito. De acordo com Honneth (2003), o reconhecimento na esfera do Amor só vai acontecer quando houver a aceitação de nossas características individuais. Essa aceitação deve ser mútua, ou seja, entre todos os envolvidos. Ipê 1 esclarece que não houve o reconhecimento da sua condição de idosa, logo, não houve o reconhecimento na esfera do Amor. Essa interpretação também é condizente com o segundo dizer desta idosa, no qual sugere não ter sido chamada para o grupo de trabalho devido a uma característica individual (a idade).

No que se refere à esfera do Direito, a teoria honnethiana elucida que, quando as regras são diferentes para sujeitos de um mesmo corpo social, privilegiando uns em detrimento de outros, o conflito em questão insere-se neste âmbito. O fato de não existir camas em número suficiente para todos os estudantes fez com que Ipê 1 expusesse seu desconforto com o desrespeito ao direito de ser vista como os universitários mais novos.

Para finalizar essa parte, o Ipê 5 demonstra entender que seus professores não podem ser questionados:

Eu não vejo... **Quer dizer, alguns professores chamam de senhor né, aí fica chato, alguns colegas... Mas pros colegas eu peço né, ‘pára com isso, eu sou coleguinha de vocês’.** Mas é, tudo tem um... Eu não vejo discriminação assim (Grifo nosso).

Percebemos que Ipê 5 trata professores e colegas de maneiras diferentes. Por que ele pede para os colegas não o chamarem de ‘senhor’ e não faz o mesmo pedido aos professores? Esse comportamento nos faz imaginar que a trajetória escolar percorrida por este idoso até a universidade pode ter sido permeada por situações educacionais tradicionais. O fato de não se sentir à vontade para solicitar aos professores uma mudança no tratamento proferido a ele pode relacionar-se com o imaginário social - difundido até a primeira metade do século passado - de que apenas os professores detinham o conhecimento.

Ao nos depararmos com a experiência descrita pelo Ipê 5, recordamos de Freire (1994) quando ele alerta para a necessidade do diálogo na sala de aula e de escutar com atenção as necessidades dos estudantes. Inferimos que, na época da infância do idoso, os processos de ensino e aprendizagem provavelmente eram pautados na ideia de que o aluno era

um recipiente vazio e que não possuía nenhum conhecimento relevante para trocar com o professor e/ou com os outros colegas. A nosso ver, quando o educador acredita nessa proposta, ele está defendendo e praticando uma educação repressora. Freire (1994) declara que a educação nunca é neutra e que o educador é um dos responsáveis por fazer com que os processos educativos emancipem os educandos ou os reprimam.

Isto posto, podemos depreender que o comportamento deste universitário está de acordo com o que aprendeu ao longo de sua trajetória escolar. Ao iniciar os estudos em uma época na qual os alunos não possuíam o direito de opinar ou falar sobre suas preferências em relação aos diversos âmbitos do processo educativo, ele aprendeu a não questionar as ordens e o tratamento recebido. Percebemos o quão enraizado estava este aprendizado, uma vez que, ao cursar uma graduação com idade superior a sessenta anos, ele ainda não conseguia expor suas necessidades aos docentes.

No que concerne à teoria de Honneth (2003), o dizer do Ipê 5 insere-se como um conflito na esfera do Amor e nos remeteu ao mesmo discurso do Ipê 7. O agrupamos dessa maneira porque notamos que Ipê 5 deseja ser aceito pelos colegas de sala como um deles (como universitário) e *ser aceito como os demais* é uma das justificativas para que exista a luta pelo reconhecimento na esfera do Amor. Assim como Ipê 7, inferimos que Ipê 5 não se reconhece como idoso porque solicita aos colegas de sala que não utilizem o tratamento que é socialmente oferecido aos idosos porque ele - Ipê 5 - é um *coleguinha*. Esse discurso nos forneceu a leitura de que ele deseja ser aceito como universitário e não como idoso.

Apesar dessas percepções, que apontam para um olhar preconceituoso em relação aos estudantes mais velhos, há interpretações nos textos dos sujeitos entrevistados que se deslocam, materializando efeitos de experiências positivas nas relações estabelecidas no ambiente universitário. Exemplificamos e discutimos com o excerto da entrevista do Ipê 7.

Escrevi assim: **‘Viver é conviver com as diferenças. Assinado nome’**. **Tem gente que não sabe viver com as diferenças não, eu aprendi muito no curso de nome é isso aí, das informações, das situações comunicacionais né, porque se não tiver isso, não tem diálogo, não tem nada, não tem...** (Grifo nosso).

Ipê 7 afirma que um de seus aprendizados no curso foi a convivência com o que é diferente dele. O curso deste idoso é conhecido no ambiente universitário pela heterogeneidade sociocultural de seus estudantes. E ele construiu sua carreira profissional em uma área de conhecimento diferente de onde estava inserido no momento que nos concedeu esta entrevista. Logo, inferimos que, por ser um ambiente diverso do que trabalhou a vida

inteira, esse aprendizado foi relevante a ponto de mencioná-lo em seu discurso. Esse aprendizado é reiterado por Both (2001) e Cardoso (2011), que destacam que duas gerações podem aprender muito se houver respeito e empatia pela experiência alheia.

Sobre os aprendizados que a frequência em um curso superior pode oferecer, Ipê 5 nos demonstrou que uma das suas experiências foi o respeito com os comportamentos das gerações mais novas. Ele mencionou sua estranheza em relação à quantidade de vezes que seus colegas se ausentam da sala durante as aulas e o comportamento dos calouros. Acerca deste segundo episódio, o universitário diz:

Não, acho que a diferença principal que tem é nessa convivência com os colegas dependendo do [...] **Quando você tá na pós-graduação o relacionamento é diferente, as pessoas se comportam de maneira diferente do que o pessoal da graduação, isso aí [...] Isso aí, é inegável.** Como eu fiz mestrado, fiz doutorado e duas especializações né, quer dizer mais recente quando se compara. **Aí você vai fazer disciplina com calouro né, fica muito diferente** (Ipê 5, homem, grifo nosso).

A bagagem pessoal, cultural, social e intelectual desse estudante faz com que ele perceba a diferença em estudar nos diferentes níveis de ensino. Todavia, na opinião do mesmo, isso não é sinônimo de desrespeito por parte dele.

Em sua entrevista, Ipê 5 reitera que, de alguma forma, se incomoda com algumas posturas dos mais novos mas, ao mesmo tempo, reconhece a necessidade de se adaptar a elas visto que estão em um espaço de convivência social. O posicionamento desse universitário nos fez retomar a ideia anteriormente exposta de que ele traz consigo ensinamentos aprendidos no início de sua vida escolar. Na primeira metade do século XX, os estudantes que desejassem se ausentar da sala de aula precisavam solicitar licença ao professor. Atualmente, como o próprio Ipê 5 expôs, essa prática ocorre com naturalidade, visto que os alunos saem de sala sem pedir licença ao docente. Ele nos conta: “**Então esse tipo de coisa eu acho muito estranho**, mas também eu que tenho que me adaptar né, eu não faço isso não. **Então esse tipo de coisa, para mim, eu acho um absurdo. Parece que é normal pra eles**” (Grifo nosso).

Os dizeres dos Ipê 7 e Ipê 5 nos mostram um aprendizado que estes universitários tiveram no ambiente universitário e que, pelo que compreendemos do principal livro de Axel Honneth (2003), pode ser encaixado na esfera do Amor. Não se trata de uma luta deles pelo reconhecimento enquanto idosos universitários, mas de duas narrativas sobre o modo como o estabelecimento de vínculos amorosos beneficia a todos os envolvidos. Os posicionamentos deles em aceitar e respeitar os colegas de sala em sua diferença liga-se ao que Honneth (2003) propõe sobre o reconhecimento nesta esfera social. Para que ele ocorra, é preciso é

desconstruir o preconceito em relação a determinado sujeito e aceitá-lo como ele é. Na nossa interpretação, estas foram as atitudes dos idosos universitários.

Estas falas também se assemelham ao que Gustin (2012) pontuou sobre a universidade não ser apenas um local onde se ensina o conhecimento direcionado ao exercício de uma profissão. Ipê 7 e Ipê 5, ao cursar uma graduação, estavam adquirindo os ensinamentos importantes para aquelas áreas de formação. Contudo, também aprenderam posturas que serão importantes para seus desenvolvimentos pessoais.

Diferentemente das Ipê 1 e Ipê 6, que relataram que a dificuldade de fazer os trabalhos em grupo pode estar atrelada à faixa etária, o Ipê 5 enfatiza que enfrenta o mesmo obstáculo, mas não o credita à sua idade. Para ele, isso acontece por não ter proximidade com os colegas, visto que algumas disciplinas da graduação são feitas por estudantes de diversos cursos.

Agora mesmo que eu saí dessa aula, o professor pediu para fazer um trabalho em grupo de quatro, mas como não é a primeira vez, já é o segundo trabalho que ele pediu em grupo, aí eu já gritei lá pra menina lá da frente, porque essa entrou comigo da primeira vez, então ela é mais conhecida. **Ela também tá desentrosada dos outros, mas não é questão de idade, é porque tá desentrosada dos outros. Aí eu falei, ah vamos continuar fazendo grupo? Aí tem uma outra lá que é do curso de nome, e não do curso de nome, que tá lá perdida na primeira vez, então ela também continua no mesmo grupo. Então acho que existe sim esse problema de fazer coisa em grupo, mas não por causa da idade não, acho que o problema é de eu ter entrado com uma turma que praticamente já tá terminando e eu tá aí fazendo a disciplina com várias turmas né, de vários anos separado.** Eu não sei o nome de todo mundo, talvez até para eles saberem o meu nome é muito fácil né. Então existe isso aí, mas eu não acho que em função de idade (Ipê 5, homem, grifo nosso).

O posicionamento do Ipê 5 nos fez pensar se as idosas, no âmbito da UFV, sofrem mais preconceito do que os idosos. Ou se pelo fato dele possuir algumas pós-graduações e estar mais familiarizado com a rotina universitária, não interpreta a realidade - que é parecida - da mesma forma.

Ipê 5, diferentemente das Ipê 1 e Ipê 6, que elencaram dificuldades para serem reconhecidas na esfera do Amor quando o assunto são os trabalhos em grupo, não vê nenhuma atitude desrespeitosa. Essa inferência respalda-se no seu dizer anterior, no qual se autodenomina como *coleguinha*. Como abordamos anteriormente, nossa interpretação é a de que ele não se vê como idoso. Então, não existem motivos para ele considerar que a dificuldade de encontrar pessoas para realizar trabalhos em grupo decorra da sua faixa etária.

Para finalizar este tópico, a Ipê 11 relatou que seu entrosamento é maior com os colegas de sala que possuem idade mais próxima da sua, porque os mais jovens possuem

atividades com as quais ela não está familiarizada, como as baladas³⁸. Entretanto, essa preferência pelo aspecto das formas de convivência social não influencia negativamente na formação dos grupos de trabalho. Nas palavras da Ipê 11:

Porque o que eu notei nos jovens hoje, que eu falo muito com meus meninos, é que eles não têm paciência pra ler, não têm [...]. **Eles são muito impacientes em leituras. Não é que eles não sabem ler, é que eles não têm aquela coisa de sentar, de ler, de tentar entender o que o texto tá falando, eles querem tudo imediato. Então aí eu acho no trabalho de grupo a gente tenta fazer aquela troca, eles vão para parte da tecnologia e a gente vai pra parte do [...].** Mesmo com as outras colegas minhas, que têm mais essa faixa etária, a gente faz essa troca (Grifo nosso).

Ipê 11 pontuou uma característica do trabalho em grupo que é, a nosso ver, relevante para as relações intergeracionais, pois cada componente do grupo contribui com seus conhecimentos. Essa idosa demonstra gostar muito de ler, mas possui alguma dificuldade com aparelhos tecnológicos. Então, nos trabalhos em grupo que participa, ela é a responsável pelas leituras enquanto os colegas cuidam da parte tecnológica.

Ferrigno (2016) nos informa que, atualmente, as principais atividades que os mais jovens ensinam aos idosos são em relação aos conhecimentos tecnológicos. Esta também foi minha percepção ao desenvolver um trabalho com alunos do Ensino Médio de uma escola pública de Viçosa (Minas Gerais). Quando perguntei qual o principal ensinamento que transmitiam ao (à) seu (sua) idoso (a) preferido (a), a maioria dos estudantes afirmou que era o uso do telefone celular, computador e televisão.

Muito dos atuais idosos transitaram pela vida sem ter acesso aos aparelhos tecnológicos. Logo, com a oferta desses produtos, existem aqueles que desejam aprender a manuseá-los e/ou que precisam de auxílio para fazer uso de todas as suas possibilidades. Como o ambiente acadêmico é um reflexo da sociedade, é natural que os idosos universitários precisem usá-los.

A citação de Ipê 11 é um exemplo perfeito da definição honnethiana sobre o reconhecimento na esfera do Amor. Na compreensão de Honneth (2003), só existe a experiência do vínculo amoroso quando as partes aceitam reciprocamente as diferenças que trazem consigo. Ipê 11 nos forneceu o entendimento de que isso acontece em suas vivências, uma vez que ela aceita a impaciência dos colegas mais novos em interpretar textos, e eles aceitam a limitação dela no tocante ao manuseio dos aparelhos tecnológicos. Desta maneira,

³⁸ Gíria popular para designar festas ou eventos que atraem grande número de jovens e que acontecem à noite.

deprendemos que esta universitária sente-se reconhecida na esfera do Amor quando o tema são as *relações intergeracionais*.

Na análise desses discursos, é possível compreendermos que os idosos universitários da UFV aprendem e ensinam nas relações intergeracionais que se desenrolam dentro do *campus*, se submetem a alguns comportamentos apenas para estabelecerem laços de amizade e para serem aceitos entre os colegas de sala e professores e, em alguns momentos, não sentem que possuem o direito de cursar uma graduação.

Na perspectiva de Honneth (2003), o amor recebido e doado nas relações familiares é o primeiro movimento que auxilia na construção do amor próprio e da autoconfiança dos sujeitos. Desta maneira, quando o idoso tem a experiência de troca de afeto recíproca na infância, ele consegue se relacionar e confiar no outro. Honneth (2003) afirma que o vínculo social depende da experiência do Amor ter sido bem sucedida na infância. É apenas quando essa esfera está plenamente reconhecida que conseguimos reivindicar o atendimento dos nossos direitos nas outras, ou seja, participar da vida pública com autonomia (ALBORNOZ, 2011).

Quando a esfera do Amor não é reconhecida, o sujeito pode ter uma falta de confiança em si. Compreendemos que os dizeres de Ipê 1 e Ipê 6 - que mencionam a idade como empecilho para conseguirem um grupo de trabalho - podem ser um indicativo desse sentimento.

A partir dos excertos aqui analisados, percebemos que alguns idosos tiveram experiências na universidade que culminaram nos desrespeitos que Honneth (2003) elencou: maus tratos e privação de direitos. Contudo, eles conseguem percebê-los e denunciá-los. Desta maneira, inferimos que tiveram a vivência de troca de afeto recíproca na infância, uma vez que possuem autoconfiança para requerer seus direitos.

Honneth (2003) assinala que nós não decidimos nos ligar à sociedade, já que somos seres naturalmente sociais. Ao nascermos, já pertencemos a um grupo social - a família - e, como o transcorrer dos anos, acumulamos participações em outros grupos (escola, amigos e trabalho, por exemplo) e desejamos ser aceitos por eles.

Ao ingressar como universitário em uma IES, o idoso deseja realizar um sonho socialmente construído. Ele deseja ser aceito como estudante assim como as pessoas mais jovens. Mas, devido aos imaginários sociais pejorativos que pairam sobre a velhice, o idoso pode ser excluído da convivência social (CASTRO, 2017). Se a barreira do preconceito é ultrapassada, e parte dos colegas aceita os idosos como igual, mas respeitando suas particularidades, os longevos sentem-se parte daquele ambiente social.

A singularidade que diferencia o idoso dos demais estudantes e professores é a sua experiência. Percebemos isso nos excertos dos nossos entrevistados, ao mencionarem que as relações com as gerações mais novas são permeadas pela troca, valorização ou desvalorização de suas experiências. Essa característica se presentifica nos discursos porque a universidade, como já ressaltamos, não foi pensada primeiramente para receber idosos como estudantes regulares.

Todavia, um corpo idoso convivendo entre a maioria de jovens pode causar incômodo. Ao desejar ser aceito com sua experiência, isso o diferencia. Assim como possui a vontade de compartilhar a experiência acumulada no transcorrer dos anos (que é diferente das que os colegas de sala e os professores possuem), existe também a de ser aceito como universitário. Quando o preconceito, que leva à indiferença em relação à sua presença, é superado, a convivência transforma-se em um vínculo amoroso.

6.2 Relações com a esfera do Direito: “Estudar para quê? Você já tá velha”

O prosseguimento de nossas análises continuará por meio do diálogo com Axel Honneth (2003). Neste tópico, buscaremos relacionar os dizeres dos idosos entrevistados com as discussões do autor em torno da esfera do Direito e analisaremos o constructo *estereótipos sobre a velhice*.

O tema deste tópico foi o primeiro que chamou nossa atenção durante o processo de de-superficialização do corpus. Consideramos que esta afirmação, proferida por Ipê 1, está relacionada à maneira como, diariamente, somos expostos às ideias de que a velhice é somente uma fase de limitações físicas e psicológicas; que possuir um corpo envelhecido não é sinônimo de beleza; que, ao envelhecermos, devemos ficar reclusos à esfera doméstica; e que os idosos que buscam atividades extras são “doidos” ou “estão querendo aparecer”.

A primeira característica que elencamos foi a de que todas as idosas (Ipê 1, Ipê 2, Ipê 4, Ipê 6 e Ipê 11) comentaram ou reclamaram sobre a forma como as pessoas se comportam em relação à presença delas no ambiente universitário. Para Orlandi (2009), quando os sujeitos repetem os dizeres, mas de modos diferentes, estamos diante da formação discursiva denominada *paráfrase*.

Todavia, os idosos do gênero masculino que participaram da pesquisa (Ipê 5 e Ipê 7) não demonstraram nenhuma nuance desse desconforto em seus discursos, dando a entender que os desafios de retornar ou continuar os estudos são diferentes para homens e mulheres e estão relacionados ao contexto social e cultural mais amplo que condiciona, não somente o

que pode ser dito (por homens e por mulheres), quanto o que pode ser feito por eles, ou seja, suas ações e escolhas pessoais e profissionais. Esta perspectiva também é compartilhada por Britto da Motta (1999), ao pontuar que o processo de envelhecimento difere significativamente entre homens e mulheres devido às vivências culturais que são tradicionalmente impostas a cada um conforme o sexo biológico.

Entre as universitárias entrevistadas, duas características são comuns: o fato de serem mulheres e idosas concomitantemente. A pesquisa foi desenvolvida em um espaço social que, segundo Buarque (2000), Ribeiro (1969) e Vieira-Pinto (1986) foi pensado, primeiramente, para receber como estudantes os homens jovens provenientes das classe dominantes. Então, quando este público se modifica para idosas de camadas populares, há o estranhamento. Inferimos que, pelo fato dos outros entrevistados serem homens (mesmo que idosos), eles não experimentam o mesmo desconforto que as estudantes entrevistadas.

Britto da Motta (1999) ainda destaca que as mulheres que são idosas hoje tiveram uma trajetória com mais privações sociais do que os atuais idosos. Então, com a possibilidade de experimentar novos modos de viver, elas ingressaram no ambiente universitário. Compreendemos que a presença delas em um espaço no qual são diferentes da maioria fez com que fossem verbalmente atacadas pela sua condição de mulher e de velha.

Iniciamos as análises deste tópico com relação aos dizeres do Ipê 5. O mesmo parece não se importar muito com o que os outros pensam. Para ele, continuar estudando é uma forma de não ficar na ociosidade, e nem tanto por necessidade ou para superar limites antigos, como falta de oportunidade ou por contingências da vida atreladas ao que se esperava dele como homem. Ipê 5 diz: “Normalmente é aquela história, **não acredito que você tá fazendo isso até hoje. Aí eu costumo falar que é a falta de opção. E também para não ficar no ócio, né?**” (Grifo nosso).

No relato dele percebemos que as pessoas questionam os motivos de ainda estar estudando, mas não fazem nenhuma colocação pejorativa sobre sua atividade, diferentemente do que ocorre com as mulheres idosas. Outra diferença é que, enquanto a sociedade brasileira acredita que a velhice é sinônimo de ociosidade e de não produzir nada, o Ipê 5 continua estudando por não querer envelhecer no ócio.

No excerto de Ipê 5 não identificamos traços de desrespeitos na esfera do Direito. Honneth (2003) assinala que, quando há diferença nos direitos e deveres destinados a sujeitos pertencentes ao mesmo corpo social, esta esfera é desrespeitada e pode emergir uma luta pelo reconhecimento de determinado direito. Mas o que percebemos pela narrativa deste universitário é a curiosidade das pessoas em relação ao fato do idoso estudar até o seu atual

momento de vida. Ele não relatou nenhum comentário que questionasse sua presença em uma IES, portanto, na nossa interpretação, ele é reconhecido na esfera do Direito no que toca este tema.

O Ipê 7 tem uma trajetória profissional diferente de todos os outros entrevistados, pois o ambiente universitário não é estranho para ele. Muito provavelmente, por este motivo, não relatou nenhum desconforto em relação à sua condição de universitário ou a comentários pejorativos sobre a atividade estudantil após os sessenta anos.

Em relação às paráfrases, a Ipê 4, ao ser questionada se a proposta de uma Universidade Aberta à Pessoa Idosa era viável, disse que seria uma boa ideia, apesar das amigas a chamarem de “doida” por estar estudando no momento em que deveria descansar. Notamos que o círculo de amizades dessa idosa a desestimula em relação aos estudos. Identificamos a ideia de que o idoso, quando retorna a vida estudantil, é porque está “fora de si”, como se estudar durante a velhice se assemelhasse a uma infração, limitação ou doença psicológica. Acerca disso, ela diz: “Aaah [...] eu acho que sim. **Eu acho que todas elas falam que eu sou meio doida [...]**” (Ipê 4, mulher, grifo nosso).

Enquanto as amigas a desestimulam, Ipê 4 tenta fazer o inverso: convencer outras idosas a trilharem o mesmo caminho que o seu:

[...] aí eu falo, tem até uma que eu sou muito amiga dela mesmo, aí ela também só fez até a sexta série, aí eu falo com ela ‘vamos estudar, fazer o Enem, tem tanto curso bom lá’, aí ela não quer saber não [...]’ aí **não sirvo mais para isso não**, fala assim” (Ipê 4, mulher, grifo nosso).

O diálogo entre Ipê 4 e sua amiga nos remete ao imaginário social de que o velho não consegue mais aprender. Quando ela convida a amiga para voltar aos estudos - a amiga que também é idosa - diz que “não serve mais para isso”. Na nossa interpretação, demonstra a concepção de que o idoso é ultrapassado, atrasado (FERRIGNO, 2002). A palavra *mais* nos dá a entender que antes (quando era nova, por exemplo), ela poderia estudar, mas depois que envelheceu não pode.

O preconceito pelo qual a amiga da universitária enxerga a velhice é um viés comum na sociedade brasileira. Este entendimento errôneo sobre a velhice e seus representantes faz com que o tratamento dispensado aos idosos seja pontuado por indiferença em relação à presença deles no ambiente universitário. Desta forma, o conflito resultante deste desrespeito é inserido na esfera do Direito (HONNETH, 2003).

Um conflito pertence à esfera do Direito quando os membros de um grupo social não são tratados da mesma maneira. Isso quer dizer que quando alguns componentes têm regras

diferentes dos demais, que os privilegiam em alguma medida, há o desfavorecimento dos outros. Portanto, o tratamento desigual é uma das bases das lutas sociais travadas nesta esfera. E, no excerto de Ipê 4, isso fica claro quando ela afirma que a amigas a chamam de doida por estar estudando. Se o diálogo fosse com uma universitária mais nova, ela seria tachada por cursar o Ensino Superior?

Reafirmando a ideia social, que compreende a velhice como uma época pouco propícia para o estudo, reproduzimos o excerto de Ipê 1 sobre a opinião que as pessoas possuem sobre ela frequentar uma IES:

Na minha cabeça, **sabe o que que eu penso quando a pessoa fala, ‘Estudar para quê? Você já tá velha.’**, ‘Não minha filha, você não sabia não? Quando a gente vai morrer, a gente tem uma vaga lá no céu, a gente tava lá. Eu não vou capinar, quer dizer capinar mais, eu quero levar a água de Jesus (Ipê 1, mulher, grifo nosso).

A curiosidade sobre o motivo de estudar na velhice nos mostra o imaginário sobre a mesma: se você está velho, não tem motivos para estudar. Esta fase é socialmente percebida como sinônimo de não fazer nada de produtivo e que, por estar velha, não utilizará o conhecimento. Para responder às indagações sociais, a Ipê 1 utiliza termos e situações bíblicas que refletem sua devoção e fé.

Podemos perceber em seus dizeres que ela relaciona os estudos à melhoria na vida profissional e pessoal, uma vez que ela seria promovida de cargo (deixaria de capinar para atender Jesus pessoalmente). Os exemplos e comparações utilizados pela idosa nos fazem imaginar que é adepta e praticante da religião Católica.

A teoria de Vieira-Pinto (1986), acerca das questões que envolvem a universidade atual, corrobora a perspectiva da entrevistada. As camadas populares veem nos estudos uma alternativa para ascenderem econômica e socialmente. Mas, ao ingressarem nas IES, por vezes, não se sentem como parte da mesma, uma vez que os conhecimentos que trazem consigo não são os valorizados.

O imaginário de que o conhecimento acadêmico é superior ao popular decorre da ideia reproduzida nas universidades de que apenas o que é desenvolvido dentro das mesmas possui valor. Vieira-Pinto (1986) assinala que a distinção social que as universidades proporcionam aos seus egressos, com destaque para aqueles que possuem o título de doutor (a), faz que a comunidade os perceba da mesma forma. Estudar em uma universidade ainda não é um direito efetivamente conferido a todos, portanto, esta oportunidade pode ser vista não apenas por Ipê 1, mas pela sociedade em sua totalidade como uma forma de progressão social.

No exemplo de Ipê 1 notamos coerência com o que Honneth (2003, p. 179) comunica sobre a esfera do Direito: “[...] ensina a reconhecer os outros membros da coletividade como portadores de direitos, nós podemos nos entender também como pessoa de direito, no sentido de que podemos estar seguros do cumprimento social de algumas de nossas pretensões”. Ipê 1 possui consciência dos desrespeitos dos quais é alvo e, ao mesmo tempo, compreende que os direitos que valem para ela possuem a mesma validade para os demais idosos. Ou seja, ela almeja ser reconhecida como universitária e compreende que outras pessoas - idosos e não idosos - têm o mesmo direito.

A Ipê 2 também demonstra em seu discurso uma divisão entre as pessoas que apoiam ou não os seus estudos e reflexos de uma divisão social do trabalho. Segundo ela, os familiares a estimulam muito, mas alguns vizinhos e amigos questionam o motivo de estar estudando, uma vez que ela não irá receber mais por isso. Ipê 2 afirma:

É. ‘Ah, bobagem, o que você tá fazendo? **Você devia tá vendo televisão**’. Eu fico boba. Outros não, ‘Eu bato palma’, né, igual a *nome*, minha amiga de infância, ‘**Eu bato palma pra você, Ipê 2, porque eu não tinha coragem**’, mas a maioria fala ‘**Bobagem, Ipê 2 estudar para quê? Você vai fazer o que com isso? Você não vai ganhar mais dinheiro**’. Porque eu ganho como professora primária, né, dois mil e uns quebradinho só. Então todo mundo, ‘**Ah, bobagem ficar estudando, fazendo trabalho, indo para Viçosa**’. Quer dizer... Aí eu falo, ‘Gente, **eu faço isso como se fosse um hobby, é uma coisa que eu gosto, me satisfaz, pra satisfazer o meu ego**’ (Grifo nosso).

Nesse recorte, percebemos novamente a ideia de que o idoso não pode ter atividades fora do ambiente doméstico e que o ato de frequentar um curso de graduação é apenas para “ganhar mais dinheiro”.

A primeira interpretação está em consonância com o imaginário social de que as pessoas que não se enquadram no viés capitalista não fazem parte da sociedade. Os idosos se encaixam nesse exemplo quando assumem suas rugas e cabelos brancos, se aposentam e não são considerados mais como mão-de-obra e optam (ou são obrigados a optar por ausência de recursos financeiros) por não adquirir os novos produtos que são colocados diariamente no mercado. A segunda refere-se ao que Gustin (2012) assinala em seu trabalho acerca da ideia social de que a função da universidade é apenas a formação para o mercado de trabalho.

Sobre a perspectiva de a universidade ser uma instituição que oferece apenas a formação profissional, Buarque (2000) afirma que a atual função social da IES ultrapassa esse entendimento. As universidades transformaram-se em locais que oferecem, também, a formação humana. Isso decorre dos novos públicos que a acessam como estudantes e que

trazem consigo conhecimentos, culturas e anseios diversos. O compartilhamento dessas experiências promove a conscientização e o aprendizado sobre outras realidades sociais e culturais.

Percebemos uma semelhança entre o posicionamento dos amigos de Ipê 2 e a obra de Vieira-Pinto (1993). Eles acreditam que o estudo universitário destina-se apenas à formação profissional. Inferimos que este pensamento respalda-se no aprendizado que tiveram ao decorrer da existência. Vieira-Pinto (1993) afirma que a educação oferecida à sociedade é um reflexo da fase histórica na qual a mesma se encontra e reflete os interesses das classes dominantes. Portanto, em uma sociedade que historicamente reconhece as universidades como um local destinado somente ao aprendizado de uma profissão (RIBEIRO, 1969; VIEIRA-PINTO, 1986) é natural que se transmita isso em seus processos educativos. Esse entendimento pode justificar a postura dos amigos de Ipê 2.

Assim como Ipê 1, Ipê 2 também sente-se desrespeitada na esfera do Direito. Essas duas idosas apontam os preconceitos que sofrem em decorrência da idade. Inferimos que tiveram a experiência do vínculo amoroso na infância porque essa vivência é crucial para que o sujeito participe da vida pública com autonomia (HONNETH, 2003). Os amigos de Ipê 2 definem como uma bobagem o fato da idosa estudar porque ela não é nova e não usaria o conhecimento adquirido na universidade para nada. Percebemos que os direitos que valem para os universitários mais jovens não são os mesmos para essas estudantes. Então, de acordo com a teoria do filósofo alemão acima mencionado, existe uma luta pelo reconhecimento nessa esfera, pois ela emerge quando os direitos e deveres dos sujeitos envolvidos são diferentes.

Também direcionamos nossa atenção nesse dizer pela maneira como Ipê 2 vê sua inserção no ambiente universitário: uma experiência prazerosa, um *hobby*. Inferimos que ela não está preocupada em exercer a profissão para a qual está se preparando, mas em viver uma experiência que precisou protelar por muitos anos.

Conforme expomos no terceiro capítulo, anteriormente a ideia predominante era a de que o papel da universidade era a formação de profissionais para atuar no mercado de trabalho. Todavia, com as oportunidades de crescimento pessoal que permeiam o ambiente universitário, existem estudantes que ingressam na mesma com o mesmo objetivo de Ipê 2: adquirir conhecimentos e fazer uma atividade prazerosa. Nesse exemplo, a atividade de estudar.

Em relação à opinião sobre a inclusão de idosos como universitários na UFV, a Ipê 2 afirma que, no início, ficou um pouco constrangida em ser a única idosa da sala e porque no

imaginário social uma mulher idosa deveria ficar em casa zelando pelos afazeres domésticos e pelos familiares (BRITTO DA MOTTA, 1999). Nas palavras dela:

Eu quando cheguei, eu senti, assim, eu fiquei um pouco constrangida porque na minha sala só tinha eu, você entendeu? E eu senti, assim, como que vai ser visto? **Foi muito interessante que na aula de Filosofia, eu fui um dia atração. Eles me perguntando porque que eu tava ali.** Assim, não me lembro agora, mas uma série de perguntas, que eles **estavam achando estranho realmente porque, com certeza, mãe deles, nem uma tia, ninguém nunca pensou nisso, não é?** Então eu até achei interessante, foram muitas perguntas, sabe? Assim, eu acho que muitos acharam, assim, esquisito né? Não falaram nada não, mas pelas perguntas você nota. **É, a curiosidade, por que, né? Devia tá vendo televisão, fazendo crochê ou tricô, não é, tomando conta de neto [...]** (Ipê 2, mulher, grifo nosso).

Ipê 2 se autodenomina como “atração” por ser a única estudante com idade acima de sessenta anos em sua turma. Compreendemos a palavra atração como algo diferente, que causa alvoroço, que as pessoas querem ver porque é incomum. Ela reflete sobre a opinião dos colegas em relação à sua presença no ambiente universitário: “É, a curiosidade, por que, né? **Devia tá vendo televisão, fazendo crochê ou tricô, não é? [...]** **Tomando conta de neto...**” (Grifo nosso).

Nossa sociedade considera que a casa é o local onde os idosos, em especial as idosas, devem ficar. Ao encontrar um idoso que sai de casa para estudar e que não cumpre os papéis sociais que lhe são sugeridos, as pessoas que convivem com ele podem achar estranho, diferente.

O sentimento de vergonha ou constrangimento também é compartilhado pela Ipê 11, quando ela nos diz:

Olha no princípio eu ficava assim, meio, né. Mas depois eu falei assim: “Gente...”, eu **não estou querendo desmerecer os jovens, mas eles fazem tanta coisa que eles deveriam sentir vergonha e não sentem, porque que eu vou sentir, né?** Eu acho que cada um tem seu jeito, seu estilo de vida, o que é vergonhoso para eles não é para mim, eu não tô fazendo nada demais. Igual eu falo, no princípio assim, quando eu notava alguma coisa muito de leve, eu falava assim: “**Olha, eu não estou aqui ocupando lugar de ninguém, eu fiz o ENEM, eu conquistei a minha vaga, eu competi junto com os outros, então eu não estou, eu não entrei aqui por ‘QI’ (Quem Indica), ninguém me indicou, não tenho padrinho, eu entrei porque eu fui capaz de fazer a prova**”. Aí eu tava pensando assim, trabalhando o pensamento por esse lado, a gente agora tem amigas que tem vergonha [...] (Grifo nosso).

A universitária também exprime o sentimento de que, no início, se sentia um pouco envergonhada por estar cursando uma universidade e sua “defesa” era a de que seu ingresso

foi da mesma forma que os outros estudantes (pelo ENEM). Por que se envergonhar de estar ali? Por que se respaldar na ideia de que ninguém fez um favor a ela?

Nossa interpretação é a de a Ipê 11 considera que a universidade está fazendo um favor aos idosos em aceitá-los como alunos regulares. Todavia, a instituição só está cumprindo com sua obrigação de matricular todos os estudantes que foram aprovados no exame de seleção. Essa ideia nos remete ao imaginário social de que o idoso não possui motivos para retornar aos estudos e a Ipê 11 nos assevera isso quando fala: **“Existe isso, a nossa cultura é essa, não dá muita oportunidade, acha que idoso tem que ficar em casa, no canto, igual como diz o outro, às traças. Ficar ali amargurando a vida, pensando a vida”** (Grifo nosso).

Ipê 2 e Ipê 11 nos ofereceram outra perspectiva para pensarmos os desrespeitos na esfera do Direito. Trata-se da sutileza pela qual a sociedade destila seu preconceito sobre as pessoas que possuem sessenta anos ou mais. Na vivência de Ipê 2, os colegas de sala sentiram curiosidade em perguntar o que ela fazia em uma sala de aula universitária. Nós interpretamos essa curiosidade como um preconceito, uma vez que, se Ipê 2 tivesse a mesma idade dos colegas, eles não se sentiriam incomodados a ponto de questionar o que ela estava fazendo ali. Também sob esse viés, Ipê 11 afirma que “[...] quando eu notava alguma coisa muito de leve [...]” se justificava com a afirmação de que não estava ocupando o lugar de ninguém. Ponderamos sobre o motivo do questionamento acerca da sua presença em uma sala de aula universitária: se Ipê 11 fosse uma pessoa jovem, ela teria que se justificar?

Transpondo essas interpretações para a teoria de Honneth (2003), deduzimos que os direitos que valem para os universitários mais jovens não se destinam também a elas. A carência na efetivação dos mesmos faz com que, nesta esfera e em relação à presença delas na universidade, não sejam reconhecidas.

A Ipê 11, ao ser questionada sobre a inclusão de idosos em uma universidade, fez uma leitura sobre a temática que nos chamou a atenção:

É, isso aí é aquele caso que eu tava te contando, **porque o problema do idoso no Brasil, inclusive eu tava lendo até um artigo sobre isso, é que os nossos filhos crescem, formam família e nós continuamos a criar família para eles, a gente não, nós não paramos, entende?** Eu ainda ficava brava com meus filhos, quando eles estavam namorando, eu falava: “Olha, não arruma filho porque eu vi que não ia dar conta e só coloquei três, eu não sou obrigada a olhar filho para vocês”. Então assim, **eu acho que tem muito essa cultura:** “Ah, minha mãe olha, minha mãe...”. Eu conheço várias pessoas que vivem em função dos netos, anulou a vida, depois que os filhos cresceram, podia estar vivendo uma vida mais tranquila ao lado do marido, voltar àqueles tempos de namoro e tudo, e não pode. Não pode fazer uma

viagem todo o compromisso que vai fazer primeiro tem que saber se os netos não vão tá precisando, se o filho não vai tá precisando (Ipê 11, mulher, grifo nosso).

Ipê 11 retoma um papel social que, ainda, é tipicamente das idosas: auxiliar os filhos a criarem seus filhos (os netos) (CARDOSO, 2011). Essa visão corrobora o que discutimos no primeiro capítulo acerca dos imaginários que a sociedade determina para as pessoas que possuem sessenta anos ou mais (por exemplo, participar apenas do seu ambiente doméstico). A universitária defende que haja uma ruptura nessas tradições e justifica-se com dados científicos de artigos que leu. O discurso de Ipê 11 é um deslocamento em relação à perspectiva de que a velhice seja apenas uma espera da finitude. Ipê 11 demonstra fugir ao máximo do estereótipo de *idosa que cuida de todo mundo* e vai ser *a idosa que cuida das coisas dela*. Baseamos essa inferência na sua fala, que está a seguir:

Eu quero viver minha vida de uma maneira assim, **que eu me sinta realizada, que eu possa fazer alguma coisa para mim**. Eu acho que eu tenho essa oportunidade de vida, **viva para fazer alguma coisa para mim, pros outros, mas principalmente não me anular, é pra mim a vida**. Que eu dê minhas cabeçadas, que eu caia, mas é minha. Fica assim: “Virou adolescente”, e eu falei: **“Não, eu não virei adolescente, é a minha vida que eu quero”, entende?** É isso (Ipê 11, mulher, grifos nossos).

Pelo fato de ter iniciado os estudos universitários, a Ipê 11 é chamada de “adolescente”. Ao analisarmos esse discurso, notamos novamente a ideia de que só os novos podem estudar e, se um idoso quiser fazê-lo, ouvirá desrespeitos.

O ambiente universitário ainda está relacionado à juventude porque foi criado, primeira e prioritariamente, para ela (RIBEIRO, 1969; VIEIRA PINTO, 1986; BUARQUE, 2000). Entretanto, a pesquisa das autoras como Reis, Meira e Moutinho (2018) indica que o aumento da expectativa de vida da população brasileira, a qualidade de vida na velhice e o tempo livre poderão influenciar na decisão de outros idosos tornarem-se estudantes universitários.

Ainda tecendo uma comparação entre jovens e idosos, Ipê 11, ao ser questionada sobre o modo como se sentia ao frequentar uma sala de aula universitária, responde:

Eu já ouvi vários comentários: **“Ah, Fulano podia tá aposentado, tá tomando lugar”**, quando eu tomava eu trabalhava em escolas públicas, **“Tá tomando lugar de quem tá com mais capacidade”**. Às vezes não tá. A única capacidade que eu acho que o mais jovem tem é o dinamismo, porque eu acho que o conhecimento não é assim que ele não vá, mas eu **acho que para você adquirir um certo conhecimento você tem que ter uma bagagem de vida**. Não adianta você sentar no banco da escola, que você não vai aprender

assim. **É a vivência, é o cotidiano que vai te ensinando, que vai [...]** **Porque não é escola que vai te ensinar o verdadeiro conhecimento, é a convivência com o outro. Então eu acho que por aí o jovem é injusto quando ele pensa isso: “Tá ocupando o lugar”** (Ipê 11, mulher, grifos nossos).

Novamente, ela traz a ideia de a universidade está prestando um favor aos idosos. A expressão *Tá ocupando o lugar* remete à concepção de que só os jovens poderiam estar na universidade e que um idoso, quando ingressa na mesma, retira essa oportunidade. Ela defende que este pensamento é uma injustiça e se embasa na relevância do conhecimento que adquirimos com as experiências que vivemos para respaldar o lugar social que ocupa (o de estudante universitária).

Ao fazer esta contraposição, ela nos remeteu à ideia de Bourdieu (1983). Para este autor, quando classificamos uma pessoa como jovem ou como idosa, devido ao critério etário, estamos determinando as atividades que elas podem fazer ou não. Pelos discursos dos idosos, vimos que essa classificação existe e que os desrespeitos que escutam baseiam-se na concepção de que, a partir do momento que se é visto socialmente como idoso, você deve limitar suas atividades sociais.

Ipê 11 também nos relata dois episódios de preconceito sofrido em decorrência da sua idade. O idadismo - caracterizado pelo desrespeito a uma pessoa por ser velha - foi externalizado por meio de uma comparação com pessoas novas e pela ideia de que uma pessoa mais nova poderia estar no lugar dela.

Nossa interpretação é a que a condição para Ipê 11 estudar seria ser nova. Estes fatos se inserem na esfera do Direito (HONNETH, 2003) e o posicionamento de Ipê 11 demonstra que ela percebeu a diferença nos direitos dos estudantes universitários: os novos não precisam justificar o motivo de seu estudo, entretanto os velhos precisam fazê-lo a todo o momento. Honneth (2003) assinala que a existência de direitos diferentes dentro de um mesmo grupo social demonstra que o sujeito não foi plenamente aceito entre os demais. Logo, deduzimos que Ipê 11 não se sente aceita e/ou reconhecida neste aspecto. Nos dizeres de Ipê 6 encontramos o primeiro relato de preconceito explícito em relação à idade (idadismo), pois esta, ao ser questionada sobre a existência ou não do apoio da família em seu retorno aos estudos e sua relevância para ela, respondeu:

Aí eu comecei cair em depressão, **me sentindo excluída. Rejeitada por causa da idade.** Aí um dia eu virei e falei com eles assim, **‘Imagina se fosse suas mães que tivessem aqui, enfrentando essa sala com vocês, sendo excluída como vocês estão me excluindo? O que vocês achariam? Vocês iam gostar que sua mãe fosse excluída?’** Não. Tem uns que falam, **‘A tia é**

brava'. Não, eu sou clara [...]. **E este ano já melhoraram demais, já mudaram** (Ipê 6, mulher, grifos nossos).

Esta idosa é estudante de um curso que prega e estimula o trabalho coletivo e a solidariedade entre alunos e alunos e entre professores e alunos. Contudo, ficou claro que o preconceito em relação aos idosos pode existir em qualquer parte do ambiente universitário. Ela mostrou sua indignação com a forma como era tratada e os colegas de sala a consideraram “brava”. A colocação deles nos fez ponderar sobre o fato de que não a enxergavam como uma estudante que possuía os mesmos direitos que eles, mas que era uma pessoa mais velha “contando uma bronca”.

Ela ainda faz uma comparação com a mãe deles. Podemos entender essa postura como uma tentativa de sensibilização para ser acolhida. Essa comparação nos mostra a vontade de se sentir bem em um ambiente que, em um primeiro momento, não foi criado para as pessoas que estão na velhice frequentarem como estudantes regulares (VIEIRA-PINTO, 1986; BUARQUE, 2000). Acerca da comparação com as mães, reiteramos que Ipê 6 se apropria de uma posição discursiva imaginária que desperta o amor e o respeito. Pelo seu dizer, inferimos que ela gostaria de ser reconhecida dessa forma entre seus colegas de sala.

Um excerto que também pontuamos é a denominação brava que Ipê 6 recebeu dos colegas de sala. Relembramos que vivemos em uma sociedade patriarcal, na qual é imposto à mulher um comportamento dócil e sem a possibilidade de questionar as posturas da sociedade em relação a ela (ANGELIN, 2014). Logo, quando uma idosa reclama do tratamento recebido, ela causa desconforto nos colegas. Será que o fato de não aceitar a indiferença dos colegas é motivo para ser denominada como brava? Ou será que não esperavam uma reclamação de uma idosa?

Zaidman (2009) destaca que as relações que acontecem no ambiente escolar, por vezes, auxiliam na relação de dominação na qual a mulher é sempre a parte dominada, uma vez que a educação reflete o comportamento social. A autora questiona em que medida a escola atua como uma ferramenta emancipatória para as mulheres ou as mantém em posição de subordinação aos homens. Interpretamos que os colegas de Ipê 6 não estavam acostumados com mulheres que emitem opiniões sem a preocupação de agradar. Possivelmente, eles aprenderam - seja em suas relações na escola ou com a família - que mulheres não podem reclamar. Ao se posicionar, Ipê 6 desconstrói o estereótipo de docilidade que a sociedade depositou nas representantes do sexo feminino.

Ao ser alvo do idadismo, Ipê 6 nos mostrou que reconhece seu lugar enquanto estudante universitária, mas que não é percebida dessa forma pelos colegas de sala. Assim como Debert (2012) e Karpf (2014) pontuam sobre a velhice ser uma experiência pessoal e cultural, imaginamos que outros idosos poderiam concordar com os desrespeitos sofridos por Ipê 6 porque cresceram com a vivência de que as pessoas velhas não têm nenhum direito, exceto o de ficarem reclusas em suas casas.

A posição assumida por essa universitária nos lembrou da Teoria do Reconhecimento de Honneth (2003). O filósofo afirma que os sujeitos só conseguem reivindicar seus direitos na vida adulta quando, na infância, vivenciaram com êxito a experiência na esfera do Amor. O reconhecimento neste âmbito gera a autoconfiança e é esse sentimento que promove a autonomia necessária para participar da vida pública. A Ipê 6 nos mostrou ter essa autonomia ao denunciar a forma como era tratada.

A Ipê 1 confirma a existência do idadismo no ambiente universitário, ao nos responder sobre a relevância de frequentar a universidade. Para ela: **“É a maneira de você até se conhecer melhor, mostrar aquele pensamento que você tem,** acabar ‘Ah, ela é velha, não sabe nada’, ‘Não, *Ipê 1* sabe, *nome* sabe’ e **vai querer fazer parte do nosso grupo** (Grifo nosso)”

Ao mencionar sobre a relação com os colegas de sala e os trabalhos em grupo - uma metodologia muito utilizada em seu curso de graduação - a universitária assegura que estes são necessários para acabar com o imaginário social de que ela e os outros idosos não sabem de nada. Isso nos remeteu à ideia de que as relações entre gerações são relevantes para deslocar alguns imaginários que os jovens reproduzem sobre os idosos: a de que estes não podem aprender ou transmitir conhecimentos por serem velhos (CARDOSO, 2011; CASTRO, 2017).

A Ipê 1 ainda tocou no aspecto da coragem para frequentar uma universidade e nos afirma:

Foi, assim, gente que você vê que tem inveja, pessoa até de idade, não é gente nova não, **que não tem peito de enfrentar** o ENEM e de estudar [...] como nós estamos fazendo. Então [...] **eu gosto, é um hobby, falo pra ela, acumular conhecimento, isso é maravilhoso.** É, um vizinho ou outro, assim, que em vez de ficar alegre, [...] lá só eu que faço faculdade, universidade, porque lá não tem ninguém que faz, quem dizer, de velho, principalmente, né? Só eu. (Ipê 1, mulher, grifo nosso).

Ela também pontua sobre a coragem que, enquanto idosa, tem para enfrentar o ENEM e cursar uma faculdade e comenta sobre a inveja que outras pessoas podem ter de quem faz

isso. A fala dela nos instigou porque, na nossa concepção, entendemos que a coragem (nos dizeres dela “peito para enfrentar”) é um sentimento necessário para transpor desafios ou situações que possam causar medo.

Refletimos acerca do que a Ipê 1 vivenciou, até o momento da entrevista, em uma universidade federal, para afirmar que cursar uma graduação exige coragem. Também podemos interpretar nessa fala que o fato de o idoso frequentar um espaço que não foi destinado e, às vezes, não está adaptado para o mesmo, é um ato de coragem.

Ipê 1, ao mencionar que o retorno aos estudos é um *hobby*, nos lembrou a maneira como Ipê 2 encara sua experiência universitária. Para as duas idosas, o principal objetivo na universidade é a realização pessoal, e não necessariamente configuram aprender uma profissão para exercer no mercado de trabalho. De acordo com Buarque (2000), os estudantes atuais procuram as universidades não apenas adquirir conhecimentos profissionais, mas também para realizar sonhos antigos.

No que toca à teoria de Honneth (2003), interpretamos no excerto “[...] e vai querer fazer parte do nosso grupo [...]” que Ipê 1 reconhece que deveria ter os mesmos direitos dos estudantes mais novos e que deseja o cumprimento destes. O posicionamento dessa idosa nos remete ao sentimento de autoconfiança e do conhecimento acerca dos seus direitos e deveres enquanto universitária. Deste modo, deduzimos que ela inicia um processo de reconhecimento, mas que, para ser considerada uma luta por reconhecimento, é necessário que outros sujeitos percebam esse desrespeito. Para finalizar nossas interpretações acerca da esfera do Direito, a Ipê 11 comentou sobre o aspecto do mercado de trabalho, ao nos informar que esse é um questionamento das pessoas ao seu redor:

Tô falando assim as pessoas chegam perto de mim: **“Você pretende entrar no mercado de trabalho?”** Não, professores, colegas, mesmo o pessoal de fora e tal. Eu falo assim: **“Se tiver oportunidade tudo bem, estamos aí”, porque se eu tô vivendo tem que produzir, se eu tiver capacidade de produzir, eu tenho que produzir, é a lei, não é a lei natural? Você tem que produzir. Então se tiver oportunidade tudo bem, agora se não tiver pelo menos eu não perdi tempo, eu adquiri meu conhecimento** (Ipê 11, mulher, grifo nosso).

Outra percepção que essa idosa nos oferece é sobre acessar ou não o mercado de trabalho após o término da faculdade. Seu posicionamento é o de que, se a pessoa está viva e tem a oportunidade de produzir, ela deve produzir. Inferimos que este posicionamento relaciona-se à sua preocupação com as filhas - que à época da entrevista estavam

desempregadas - e pela influência do sistema econômico da sociedade (capitalismo) que comercializa a ideia de que só possui valor quem produz, vende e adquire produtos.

O excerto de Ipê 11 reitera a ideia de Ipê 1 e dos amigos de Ipê 2, expressadas anteriormente: a universidade só pode ser frequentada por aqueles que ingressarão no mercado de trabalho após o término do curso. Entretanto, para as duas idosas, o exercício da profissão não é o primordial. A inserção delas no ambiente universitário deu-se para a realização de um sonho e não necessariamente para adquirir nova recolocação profissional.

Para respaldar essa ideia, Gustín (2012) afirma que a tradição da universidade era oferecer conhecimentos apenas para o treinamento profissional. Mas, com a crescente expectativa de vida (OMS, 2015), a liberdade conquistada pelas idosas nos diversos âmbitos sociais (GOLDENBERG, 2014) e com as possibilidades e/ou benefícios de iniciar ou retornar os estudos (INOUYE et al., 2018), a universidade precisou se adaptar para receber um público que ainda é visto por muitos como estranho ao ambiente.

Como a universidade foi criada para instruir e formar jovens para o mercado de trabalho (RIBEIRO, 1969; VIEIRA-PINTO, 1986; GUSTÍN, 2012), ainda existe a ideia de que todas as pessoas que passam pelos bancos universitários precisam reverter o que aprenderam em serviços para a sociedade. Esquecemos que não existe apenas uma maneira pela qual isso pode ser feito, e que os benefícios que os estudos superiores trarão para a sociedade dependerão das experiências que o universitário teve ao longo da vida. Com o aumento da longevidade e com os novos arranjos sociais, o espaço universitário se constituirá - também - como um local propício para a construção de laços de amizade e oportunidade para a realização de sonhos e aprendizados.

Por essas análises, confirmamos que o ambiente universitário é mais hostil com as idosas do que com os idosos. Percebemos este tratamento como um prolongamento das atitudes às quais as mulheres são expostas em idades mais novas (ANGELIN, 2014) e da forma como a sociedade capitalista entende que tudo o que não é novo, moderno ou que está em permanente atividade deve ser substituído. As idosas entrevistadas se reconhecem como portadoras do direito de frequentar uma universidade e o reivindicam. Permitir que elas falem de suas dores e desafios é o primeiro passo para que possamos construir políticas públicas que irão transformar-se em atitudes e comportamentos mais humanos e empáticos.

Conforme elaboramos no segundo capítulo, as identidades são socialmente construídas, ou seja, são alicerçadas nas relações intersubjetivas presentes na trajetória social do sujeito. Então, só podemos afirmar que uma pessoa é idosa quando a sociedade a reconhece como tal e quando o sujeito em si se enxerga como idoso. Se uma dessas condições

não é atendida, há um conflito de identidade. Pelos dizeres dos entrevistados, percebemos que eles se reconhecem como idosos e o corpo social os enxerga da mesma maneira. Todavia, não há o reconhecimento na esfera do Direito.

Na perspectiva de Honneth (2003), o sujeito só tem o reconhecimento na esfera do Direito quando ele possui direitos e deveres atribuídos por um grupo, e que são os mesmos dos outros membros. Por exemplo, quando o idoso é aceito como estudante universitário, é oferecido a ele os mesmos direitos e deveres dos estudantes mais novos. Contudo, quando não existe essa aceitação, as regras do ambiente universitário não se aplicam aos idosos ou são diferentes.

Os discursos referentes ao idadismo - que apareceram nos discursos dos universitários - configuram-se como um conflito na esfera do Direito. As idosas ingressam como estudantes universitárias, mas não são aceitas porque não recebem o mesmo tratamento (não tem os mesmos direitos dos outros estudantes): são excluídas dos trabalhos em grupo, são questionadas pelo motivo de iniciar os estudos (irão trabalhar depois de formadas?) e o silêncio em torno da participação em projetos de ensino, pesquisa ou extensão - oportunidade educacional comum nas universidades - nos sugerem a ausência deste reconhecimento.

6.3 A relação com a esfera da Solidariedade: “Eles são indiferentes, eles não me enxergam como uma deficiente”

A terceira e última esfera da releitura de Axel Honneth (2003) é a da Solidariedade. Para estabelecermos um diálogo com a mesma, apresentaremos a discussão e análise dos excertos que emergiram nas entrevistas sobre o tema *idosos com deficiência e acessibilidade na UFV*.

Na análise dos excertos que materializaram questões relativas aos *idosos com deficiência e acessibilidade na UFV*, observamos que a maioria dos longevos universitários reconhece a necessidade de modificações na estrutura física da universidade. Assim como Debert (2012) e Karpf (2014), os sujeitos entrevistados afirmaram sobre a experiência do processo de envelhecimento ser heterogênea. Para tanto, eles se basearam em suas vivências pessoais para sugerir as modificações no quesito acessibilidade. Esse fato nos remete à perspectiva de que as velhices são singulares e que cada um dos longevos se referiu às necessidades que estão relacionadas com sua forma de viver e com as experiências colecionadas ao longo dos anos (OSÓRIO, 2007).

O único dizer que se desloca dessa compreensão é o da Ipê 4: “Não [...] acho que [...] escada eu não sei né? Porque tem algumas escadas né? (rs). **Mas acho que também não é assim que não dê para as pessoas subirem.** Passeio eu acho bom, não acho que atrapalha não” (Grifo nosso).

Nossa interpretação é a de que a estudante, por não ter dificuldade de locomoção, não consegue perceber que outras pessoas podem ter. Ao dizer “*Mas acho que também não é assim que não dê para as pessoas subirem.*”, deduzimos que ela não reconhece que, além das necessidades que são particulares de cada idoso, que a universidade também pode ter alunos que precisem de condições especiais para locomoção, independentemente da idade.

Contrapond a opinião de Ipê 4, de que as escadas não são um empecilho para os estudantes, o Ipê 7 nos contou que: “**Lá no departamento lá eu nem sei se tem elevador né, mas eu acho que não tem [...]. Eu vejo deficiente físico lá, tem uma menina lá que tem uma dificuldade, tadinha,** eu fico com uma dó quando tem que subir aquela lá escada do [...]” (Grifo nosso).

O exemplo mencionado por Ipê 7 demonstra que tornar os espaços da universidade mais acessíveis não beneficiará apenas os idosos, mas a qualquer pessoa que, momentânea ou permanentemente, esteja com alguma limitação de locomoção.

Ponderamos sobre o exemplo escolhido por ele e inferimos que pode estar relacionado ao que nos disse no tópico acerca das *relações intergeracionais*. Ipê 7 afirmou que um de seus aprendizados durante seu curso de graduação foi conviver com pessoas diferentes dele. O, estudante não possui nenhum problema de locomoção e ao ver uma colega se esforçando para superar um obstáculo físico que, para a maioria, é algo muito simples, sensibilizou-se a ponto de citá-lo.

Acerca da sugestão de melhorias de acessibilidade para os idosos, o Ipê 7 expôs:

Poderiam melhorar, isso aí tem muita coisa. **Vaga para idoso né,** aqui eu vejo vaga para deficiente, agora para idoso eu nunca vi, não tô lembrado de ter visto placas assim, **espaço reservado em estacionamento para idoso que seja próximo, próximo de banco, eu nunca vi não.** Eu acho que seria interessante (Grifo nosso).

Neste dizer, ele compara os direitos dos deficientes físicos e dos idosos ao relatar a ausência de vagas específicas para idosos nos estacionamentos da instituição. Deduzimos que as vagas de estacionamento reservadas para idosos é um direito que faz falta na sua rotina. Os outros idosos, talvez por não utilizarem carro próprio para frequentar a universidade, não se

atentaram para a comodidade que é uma vaga para o longo prazo próximo ao serviço que irá utilizar. Além, é claro, de ser um direito.

Em concordância com as chaves de interpretação que expomos no quinto capítulo, uma das características da esfera da Solidariedade (HONNETH, 2003) é a identificação de um membro com os demais daquele grupo em relação a um desrespeito sofrido. O exemplo utilizado por Ipê 7 é uma colega que possui dificuldades de locomoção, mesmo sendo mais nova que ele. Inferimos que o universitário se reconheceu como igual a ela porque, adiante, ele nos conta que precisou momentaneamente de um atendimento especial em relação à locomoção por parte da universidade e não teve. Ele a defendeu porque percebeu que a colega sofreu um desrespeito por uma condição que ele também teve. Ainda em relação à acessibilidade, o Ipê 7 fez o seguinte relato:

Ah, por exemplo, eu acho que idoso deveria ter preferência. Igual lá no PVB [Pavilhão de Aulas B], **porque colocar aula minha lá no terceiro andar? Põe os meninos, põe os calouros pra ir para lá né? Põe aula ali embaixo, no primeiro andar, no baixinho [...]** (Grifo nosso).

A nosso ver, esta comparação vai de encontro ao que ele disse em outro momento de sua entrevista, quando afirmou que se sentia mais jovem do que os colegas de sala. Se for assim, por que sugerir que as suas aulas sejam no térreo? Na nossa análise, em alguns momentos Ipê 7 reconhece que, devido à idade, precisa de algumas adaptações no seu dia a dia; em outros momentos, nega o tempo cronológico transcorrido do seu nascimento até o momento da entrevista. Castro (2017) nos auxilia na reflexão sobre o motivo do universitário se posicionar desta maneira. A autora pontua que a negação do processo de envelhecimento pode ser lida como uma tentativa de não ser visto pelas características negativas relacionadas à velhice que a mídia e a sociedade ressaltam diariamente. Logo, inferimos que Ipê 7 pode nutrir o medo dessa comparação. Ainda em relação à sua experiência com o acesso aos prédios da UFV, ele nos informou:

E no início das aulas em *data... data*, as aulas se iniciaram na segunda-feira em março de *data*, logo depois da Semana Santa. Semana Santa não, depois do Carnaval. Aí teve a quarta-feira de cinzas, na quinta-feira eu tive que fazer uma cirurgia e fiz a cirurgia e tive que ficar, por exemplo, 15 dias eu não podia ir na Universidade por causa de escada. **Eu mandei e-mail para o registro escolar, pedindo que trocasse as aulas que estavam em tal tal, pra tal andar, para o térreo porque durante pelo menos 40 dias era pra mim evitar ao máximo subir escada.** Eu já tinha a lá de casa que eu tinha que subir, que eu era obrigado ou então ficava na rua né, agora se pudesse evitar... **E simplesmente nem responderam o meu e-mail.** [...]. Não mudaram. Aí eu ia pela rampa ali mesmo, pela rampa do PVB (Ipê 7,

homem, grifo nosso).

Consideramos a possibilidade da mensagem não ter sido entregue devido a falhas tecnológicas, mas existe também a hipótese de que a solicitação de Ipê 7 tenha sido ignorada. Em caso de ela ter sido ignorada, esse comportamento institucional nos serve como um alerta para pensarmos qual o atendimento os idosos estudantes dos cursos de graduação possuem na instituição e o motivo que sustenta esse comportamento. A instituição atende alguns estudantes mais jovens em suas condições particulares de aprendizado, então, por que não atender ao pedido de um idoso que, momentaneamente, precisava diminuir sua locomoção?

O discurso de Ipê 7 pode ser analisado por dois vieses. No primeiro, no que toca à perspectiva honnethiana, os direitos e deveres que são atribuídos ao sujeito referenciam a esfera do Direito. De acordo com Honneth (2003), o favorecimento a um sujeito implica o desrespeito ao outro. Abordamos, neste trabalho, o atendimento que a universidade oferece a estudantes mais novos que necessitam de condições especiais de aprendizagem e que, a nosso ver, demandam esforços maiores do que uma simples troca de sala. Inferimos que, nessa ocasião - e considerando que a mensagem eletrônica foi entregue e lida pelo destinatário - que não houve o reconhecimento à esfera do Direito porque os mesmos direitos que são oferecidos aos estudantes mais jovens não são disponibilizados para os universitários idosos.

Em relação à esfera da Solidariedade, Ipê 7 também não foi reconhecido. Isso aconteceu porque o destinatário de sua mensagem eletrônica não se identificou com sua característica momentânea (a dificuldade de locomoção). Honneth (2003) informa que há a luta pelo reconhecimento nessa esfera quando um sujeito se sensibiliza por um ataque sofrido por outro membro do grupo por possuir a mesma característica, independente se gosta dele ou não. Dessa forma, o funcionário da universidade não o reconheceu como um universitário, visto que não se afetou com a solicitação e não a atendeu.

Diferentemente de Ipê 4 e do Ipê 7, a Ipê 2 pontuou outra perspectiva do quesito acessibilidade:

As salas, elas ainda estão um pouco fora desse padrão do século XXI, né, porque elas já são mais antigas, né, então hoje as aulas são... A prioridade é que você tem aulas numa mesa como essa [uma mesa maior com várias cadeiras ao redor], mas eu entendo, como é que um professor com 40 e tantos alunos, ele não tem condição de, no Brasil, nós não temos estrutura, o governo não nos dá estrutura para isso, não é? (Ipê 2, mulher, grifo nosso).

Essa comparação nos remeteu à profissão que Ipê 2 relatou que exercia antes de se aposentar: a de professora primária. Ela demonstrou compreender que as metodologias de

ensino e aprendizagem devem acompanhar as transformações sociais, mas que, em uma sala cheia de estudantes, é complicado que o docente faça mudanças radicais. Ao mencionar a responsabilidade do governo em contribuir para a melhoria da educação pública, Ipê 2 nos dá indícios de que reconhece que a educação de qualidade é atribuição tanto dos professores, enquanto profissionais responsáveis, mas também das administrações superiores.

A observação de Ipê 2 nos mostra um viés da velhice presente em Debert (2012): as experiências que adquirimos ao longo de nossa vida compõem a forma como vamos nos comportar e pensar a nossa velhice, a velhice do outro e a sociedade como um todo.

Para corroborar a ideia de que, ao envelhecermos, temos comportamentos e pensamentos diferentes sobre o mesmo assunto, trazemos um excerto da entrevista de Ipê 6 para respectiva análise:

Ela [a professora] não vê que eu tenho dificuldade, deficiência, ela não encara isso. Não entra assim na cabeça dela que eu tenho direito sabe. Eu tenho uma apostila do Estatuto de Deficiente, eu tenho uma apostila do Estatuto do Deficiente, os direitos que a gente tem. [...] **Eles não recusam, eles não... Eles são indiferentes, eles não me enxergam como uma deficiente.** Eu queria que os professores tivessem mais respeito e procurasse a ler o Estatuto do Deficiente, pra eles terem respeito aos deficientes. Eles não falam tanto que tem que ter respeito aos idosos, respeito ao racismo, respeito a quem é homossexual? Então que eles tenham respeito a quem tenha deficiência (Ipê 6, mulher, grifo nosso).

Ipê 6 é a idosa que, como expusemos anteriormente, sofreu um acidente quando jovem e ficou com sequelas, como ela mesma disse: “Muita gente criticava as minhas pernas, porque elas ficaram tortas, ela ficou uma mais curta do que a outra, eu manco um pouco e eu não ligo”. Ela afirma que, mesmo sendo notável sua condição particular de locomoção, os professores do seu curso não a reconhecem como deficiente e por isso não se preocupam em marcar as aulas em salas térreas e cita: “Cheguei lá no PVA [Pavilhão de Aulas A] **a aula não era no térreo não, tinha mudado lá para cima, que elas querem sala com cadeira móvel para fazer roda**, eles tem mania de fazer roda, tem que ficar igual índio” (Grifo nosso).

A comparação do desrespeito dos seus direitos - enquanto portadora de necessidades especiais - com os direitos de outras minorias sociais (como os negros, os homossexuais e os idosos), nos fez questionar sobre o motivo da instituição de ensino, bem como os professores, não se atentarem para suas particularidades e proporem soluções. Ipê 7 também contribuiu para esse questionamento quando solicitou mudança em sua sala de aula e não foi atendido, nem sequer respondido. Será que por serem idosos, esses estudantes só são vistos por esta característica? Será que ser idoso, no entendimento daqueles que se responsabilizam pelas

políticas de inclusão da universidade, não dá o direito de pleitearem e receberem atendimento particular no quesito *acessibilidade*?

Fizemos esta inferência porque é de nosso conhecimento que a universidade possui alunos surdos e cegos matriculados em seus cursos de graduação. Estes possuem respaldo, dentro das possibilidades da universidade, em suas atividades escolares: seja na tradução do intérprete de Libras, na tradução dos textos para o Braille ou na gravação de áudios. Também, por minha experiência pessoal, percebo que a maioria dos professores são sensíveis a esses estudantes e contribuem, no que está ao alcance deles, para que os mesmos se apropriem do conhecimento oferecido. E alguns desses professores são os mesmos de Ipê 6.

Analisamos o excerto anterior da Ipê 6, tanto pela esfera do Direito quanto pela da Solidariedade, mas com ênfase na segunda. Assim como interpretamos que o Ipê 7 não foi reconhecido na esfera do Direito, por não ter sua solicitação de mudança de sala aceita, a Ipê 6 não tem o mesmo atendimento que os estudantes mais novos em relação às suas limitações físicas. Portanto, deduzimos que também não possui reconhecimento neste âmbito.

No que tange à esfera da Solidariedade, Honneth (2003, p. 200) afirma que “a autocompreensão cultural de uma sociedade predetermina os critérios pelos quais se orienta a estima social [referente à esfera da Solidariedade] das pessoas, já que suas capacidades e realizações são julgadas intersubjetivamente [...]”. Em outras palavras, uma sociedade que vê o idoso como uma pessoa ultrapassada, que nada possui para ensinar ou para aprender e que rouba o lugar dos jovens ao ingressar em uma IES, como universitário, naturalmente não vai - ou terá dificuldades - para reconhecer os longevos nas particularidades que os diferem dos demais membros desse respectivo grupo. Percebemos o quanto a ausência desse reconhecimento é prejudicial para Ipê 6 quando ela comunica:

Não, é o que eu te falei *nome*, eu queria que tantos professores, quanto os colegas de turma, os outros docentes da Universidade [...] **Igual, as moças que são *cargo* lá do *nome* de lá, elas não são docentes, elas são terceirizadas né, mas elas tratam a gente tão bem, com tanto respeito, sabe?** Aqui no *nome* também, e o *cargo* não tem aquela [...] pra deficiência [...] (Ipê 6, mulher, grifo nosso).

Ao comparar o comportamento dos seus professores com os funcionários terceirizados da instituição, inferimos que Ipê 6 esperava que os primeiros tivessem outra atitude em relação à sua limitação física. Deduzimos, pelo seu dizer, que a universitária compreende que a formação profissional adquirida pelos docentes contribuiria para que os mesmos fossem mais empáticos em relação às suas limitações físicas. A comparação de Ipê 6 dialoga com a

teoria de Vieira-Pinto (1986, p. 14), ao pontuar que a principal função da universidade era “fabricar doutores [...]” e que a valorização excessiva que a instituição dedica a este título permeia o imaginário social e pode fazer com que as classes populares acreditem que tal distinção social liga-se, necessariamente, ao exercício de uma docência mais ética e solidária.

A visão que a universitária nos oferece dos professores nos faz imaginar sobre as experiências que estes acumularam no decorrer da vida sobre a velhice e suas particularidades. Both (2001) assinala que a maneira como nos relacionamos desde a infância com essa fase da vida moldará as lentes pelas quais enxergaremos os idosos quando formos adultos.

Recordamos também que a presença dos idosos como universitários ainda é um fato recente e, devido ao imaginário de que somente as pessoas jovens podem estudar em uma universidade (GUSTIN, 2012), inferimos que alguns professores ainda não despertaram para a necessidade de respeitar os alunos idosos como fazem com os mais novos.

Ainda sob este viés, destacamos que, pelo fato dos idosos não constituírem o principal grupo social de estudantes universitários, possivelmente não são lembrados no momento da elaboração das disciplinas que compõem o currículo que os atuais professores cursaram em suas graduações. Logo, sem um espaço formal para auxiliar na desconstrução dos preconceitos que por ventura os docentes trazem consigo, compreendemos como natural a postura deles. Todavia, compreender não é concordar. Colaborando com a perspectiva dos idosos que precisam de condições especiais para estudarem, apresentamos dois excertos da entrevista da Ipê 1:

Eu, por exemplo, eu tô fazendo isso pela fé, eu tô me arrastando menina, pra eu... Tinha um monte de aula, já mandei um monte pro inferno. **Eu não tenho ninguém que me ajude por causa da minha vista. Ou se eu faço alguma coisa, aí não faço mais o trabalho, é uma, entendeu?** Não vou fazer, então eu fico aqui. Eu só quero que leia pra mim, porque eu vou fazer, entendeu? Que leia pra mim, quem quiser leia, quer dizer, que paga, né? [...] normal, né? Então, mas mesmo assim, eu tô conseguindo (Ipê 1, mulher, grifo nosso).

Precisa fazer prova? Precisa fazer laudo médico? **Acho que independente, minha filha, independente, de você ter, ser aleijada, ter que andar com muleta, ou ser cega você precisa de um auxílio** (Ipê 1, mulher, grifo nosso).

No primeiro excerto, identificamos a luta de Ipê 1 para ser reconhecida na esfera do Amor. Pela leitura que fizemos de Honneth (2003), sua fala nos remete ao desejo de ser aceita em sua diferença (a dificuldade para enxergar). Entendemos que o reconhecimento dessa

diferença promoverá a autoconfiança necessária para que a idosa prossiga nos estudos e tenha êxito enquanto estudante universitária.

O segundo excerto nos remeteu à esfera da Solidariedade, porque nos mostrou o comportamento de Ipê 1 diante dos desrespeitos que ela e Ipê 6 são alvos no ambiente universitário. Conforme Honneth (2003), quando um sujeito de determinado grupo social é atacado por uma característica e os demais sentem-se igualmente ameaçados porque é algo que todos possuem e os membros se unem para ultrapassá-la, essa ação caracteriza a luta pelo reconhecimento na esfera da Solidariedade.

Percebemos, pelos dizeres de Ipê 1, que ela se identificou com as condições de Ipê 6 e se solidarizou. Percebemos, pela leitura e análise das entrevistas, que essas estudantes se estimam de forma recíproca, em especial, no que tange ao ambiente acadêmico. De acordo com o que abordamos no segundo capítulo, o movimento que a Ipê 1 fez para ser reconhecida nesta esfera abrange o movimento negativo: os idosos se solidarizam pelo desrespeito que um longo tempo sofreu.

Deduzimos que a ausência na efetivação do direito à assistência especial para acompanhar as atividades acadêmicas fez com que Ipê 1 reproduzisse a ideia social de que a pessoa, ao se aposentar, perde seus direitos. Ela declarou: **“A pessoa depois de certa idade não pode, não tem condição. Agora, a vida continua e ela tem todos direitos como qualquer um. Ela vota, eu voto, eu também, nossa hora, na nossa vida toda, mesma coisa aposentado, nossos direitos continuam”** (Grifo nosso).

Discutimos, nesse trabalho, o modo como o imaginário social perpetua a ideia de que a pessoa quando envelhece não possui mais utilidade (CASTRO, 2017; FERRIGNO, 2002). Inferimos que, ao não ter seu direito reconhecido, Ipê 1 percebeu a situação como uma vivência preconceituosa (idadismo) e, por isso, tenha proferido o dizer anterior.

A percepção de Ipê 1 pode ser um exemplo de desrespeito na esfera do Direito. Honneth (2003) esclarece que essa esfera é desrespeitada quando as regras que valem para alguns não possuem a mesma validade para outros. A idosa em questão cita o exemplo dos aposentados como uma comparação acerca da sua situação e de Ipê 6 na universidade. Compreendemos a construção dessa metáfora por este viés porque ela tem ciência de que estudantes mais novos são atendidos em uma situação similar à dela.

Contudo, Ipê 1 possui o auxílio de uma amiga que quando pode, faz as leituras dos textos para ela:

Graças a Deus, igual, ela usa óculos, mas ela [a amiga] tem a vistinha dela boa [...]. Mas **ela deita aqui comigo, ela lê para mim, aí eu começo a falar**, pergunta ela só, eu começo a falar sobre *nome*, sobre esse negócio de *nome*, isso aí não é fácil não, é muito difícil (Grifo nosso).

Ao exemplificar esse auxílio, Ipê 1 reafirma sua vontade em estudar. Todavia, ela avalia suas próprias dificuldades com a leitura. Na nossa análise, percebemos sua dedicação aos estudos, na medida em que ela diz dominar assuntos de grande complexidade. Podemos, igualmente, interpretar, a partir de suas leituras e percepções sobre a Universidade, o curso e as relações que estabelece com outros sujeitos, que há um desejo de obter reconhecimento na esfera do Amor. A amiga a respeita e a acolhe na sua diferença (faz a leitura dos textos), bem como a mãe aceita e leva o bebê para casa depois brincar no parque. Portanto, inferimos que Ipê 1 deseja que o reconhecimento nesta esfera se prolongue na relação com outros sujeitos que convive na universidade.

Assim como a diversidade de velhices, as condições de acessibilidade que os idosos podem necessitar também são diversas e abrangem tanto as relacionadas à locomoção como a pedagógica. Sobre esta segunda forma de acessibilidade, Ipê 1 informou:

Chega no primeiro dia de aula, tá um mapa lá, **'nome, vem ver', 'Como é que eu vou ver, se eu não enxergo?'**, falei assim mesmo, fiquei lá sentada. Eu não tenho... **Você bota o retroprojektor pra passar, entendeu, com a luz acesa, se a pessoa que é normal não vê direito... Tem que apagar. 'Ah, porque Fulano não quer que apague, Ciclano não quer que apague', tem que apagar, vai melhorar muito a visão.** Mas eu antes tava copiando do quadro, agora eu não [...] eu copio muito rápido, não dá nem pra copiar mais. É coisa assim, é muita dificuldade mesmo, muita humilhação, muita humilhação (Ipê 1, mulher, grifo nosso).

A comparação é interessante por sugerir modificações que não precisam de mais nenhum investimento financeiro da universidade e nem de capacitações profissionais para os professores. Basta que exista bom senso e empatia entre o docente, os estudantes e o universitário que necessita do atendimento especial. Ao tornar a metodologia adequada para aqueles que precisam ser atendidos em suas particularidades, todos os estudantes se beneficiam e têm seu processo de ensino e aprendizagem facilitados. Essa postura é um caminho para se pensar não só sobre políticas públicas para melhorar a experiência do idoso como estudante universitário, mas que promoverão o bem-estar de todos.

Neste dizer também notamos desrespeitos em relação à esfera do Direito e da Solidariedade. No primeiro âmbito, o fato de a única maneira de um estudante do curso se informar sobre as aulas ser a leitura demonstra que os alunos que, por qualquer motivo, não

podem ler são excluídos. Cumpre lembrar que Honneth (2003) destaca que, quando as regras não são iguais para todos os sujeitos há o desrespeito, por consequência, pode emergir uma luta social.

Em relação à Solidariedade, os estudantes mais novos não identificam alunos mais velhos como universitários porque não houve a compreensão do idoso em suas singularidades. Não há uma aceitação recíproca das qualidades individuais dos alunos. Deduzimos isso porque não houve um consenso sobre tornar a metodologia da aula adequada aos vários perfis de estudantes.

Assim como Ipê 6 alegou que os professores e colegas não enxergavam seu direito enquanto pessoas de necessidades especiais, Ipê 1 insistiu na ausência deste reconhecimento e elogiou a conduta do mesmo funcionário de um dos locais da universidade:

Ele falou assim, ‘Quem que você quer que bote no seu *lugar?*’, você vê que paraíso [...] porque eu falei assim, ‘Ah, não conheço ninguém, bota uma pessoa lá’, aí botava, falava assim que a *nome* ficava comigo porque a *nome* tinha problema na perna, eu falava né [...] Apesar que ela tem direito, né? Mas ninguém queria ver, direito meu, direito dela, né *nome*? Ninguém queria ver sua perna, que eu era velha, ninguém! Foi ele que, foi ele. Foi o cargo entendeu? (Ipê 1, mulher, grifo nosso).

Foi dada à Ipê 1 a possibilidade de escolher com quem queria compartilhar um determinado local da universidade e ela respondeu que a chance da escolha era um “paraíso”. De novo, a universitária faz menção à sua crença. A religião católica prega a ideia de que o paraíso é um local calmo, sem nenhum tipo de sofrimento e para o qual irão as almas das pessoas caridosas depois da morte. Essa metáfora nos fez pensar sobre os sentimentos que a estudante experiência na universidade, uma vez que em falas anteriores, ela disse ter passado por *humilhações* no ambiente acadêmico.

Novamente, o excerto de Ipê 1 nos remete aos desrespeitos nas esferas do Direito e do Amor. Em relação ao Direito, ela esclarece que não houve atenção por parte da universidade (enquanto instituição), tampouco dos professores e demais funcionários e/ou colegas sobre as condições especiais de acessibilidade às quais essas idosas têm direito. Então, se para Honneth (2003), o desrespeito na esfera do Direito abrange a diferença entre direitos e deveres que são oferecidos às pessoas que compõem o mesmo grupo social, inferimos que elas não são reconhecidas como universitárias nesta esfera. Nos baseamos no fato de que a universidade fornece condições de acessibilidade especiais à estudantes mais jovens e estas são semelhantes às que elas necessitam.

Em referência ao Amor, entendemos que a conduta do funcionário foi uma aceitação da condição de universitárias e um acolhimento das particularidades que trazem em decorrência de suas vivências. Mesmo que esta acolhida ao idoso não aconteça por todas as pessoas daquele grupo social, o fato de isso ocorrer por alguns - como no exemplo do funcionário - faz com que o longo sintam-se parte daquela experiência. Logo, com a superação de preconceitos que fazem com que o idoso não seja notado existe a possibilidade de reconhecimento na esfera do Amor.

Já na concepção do Ipê 5, percebemos que, em um primeiro momento, o termo *acessibilidade* estava relacionado apenas às pessoas que possuíam algum tipo de limitação física. Ele relatou: “Não, acho que tá tudo bem nesse sentido aí. Tinha alguns prédios aí que parece que tinha **que ter elevadores, mas isso é para deficiente né?! Fora isso, tá tudo bem**” (Grifo nosso).

Por esta fala, inferimos que ele não percebia que uma estrutura física acessível a pessoas com deficiência pode beneficiar também os idosos. Deduzimos que esse tipo de pensamento deve-se ao fato dele, enquanto idoso, não precisar de rampas ou elevadores para acessar os espaços universitários. Ou também pode ser uma tentativa de não se ver como idoso. O imaginário social enxerga que ser idoso é algo ruim: alguém apenas com doenças e limitações derivadas das mesmas, sem nada a ensinar para os mais jovens e/ou pessoas de mesma idade e tendo como principal atribuição ficar recluso ao ambiente doméstico (ora assistindo televisão, ora descansando).

Para respaldar a provável compreensão de Ipê 5, recordamos a teoria de Elias (2012), que afirma que a maneira pela qual uma sociedade percebe a morte influenciará na lente pela qual enxergará as pessoas que, via de regra, estão mais próximas de transpô-la - neste caso, os idosos. Na sociedade brasileira, a finitude é vista, na maioria das vezes, como um acontecimento ruim, portanto, ser idoso não é algo bom. A ligação entre velhice e características negativas também está expressa nos trabalhos de Castro (2017) e Karpf (2014) como justificativas das autoras sobre um dos motivos pelos quais os idosos não se enxergam como tal (ou não querem fazê-lo) e as pessoas que ainda não chegaram à velhice evitam, ao máximo, o surgimento das características físicas próprias dessa faixa etária.

Então, se o Ipê 5 não se vê como idoso, é natural que não identifique na estrutura da universidade formas de melhorar o acesso físico dos longevos à mesma. Desta maneira, se o requisito para que haja a luta pelo reconhecimento na esfera da Solidariedade é a sensação de pertencimento e identificação com os demais membros do grupo social (HONNETH, 2003),

deduzimos que neste exemplo não existe o desejo por mudança social uma vez que não há o reconhecimento enquanto idoso.

Todavia, Ipê 5 chamou a atenção para a necessidade de mobiliário mais confortável para os estudantes:

As carteiras, né? Parece que agora tão sendo, vão ser substituídas, né? **Muitas carteiras no PVA, principalmente, são de péssima qualidade,** agora estão sendo substituídas, né? [...] Aquelas salas, as primeiras salas do PVA, **elas são horríveis, aquelas fixas dentro daquela sala lá, apertadinha,** eu acho que lá... Dar uma melhorada naquilo ali, né? (Grifo nosso).

Os outros idosos pontuaram melhorias que estavam de acordo com suas trajetórias de vida e necessidades particulares, como podemos analisar a partir da leitura do texto das entrevistas completas. Se, antes, Ipê 5 não tinha nenhuma sugestão para tornar o *campus* mais acessível aos idosos, inferimos que a lembrança das cadeiras pode ter ligação com o desconforto que elas lhe causaram em algum momento.

Na mesma perspectiva das salas de aulas mais confortáveis, a Ipê 11 mencionou que:

Escada não ligo não, tranquilo, escada não ligo. O problema **eu acho que incomodou mais foi o calor,** aquelas lâmpadas, parecem que elas estão muito próximas, **dá impressão que você tá numa sauna, com aquelas janelinhas desse tamanhinho, nem uma, nada, nem ventilador, nem nada** (Grifo nosso).

Ao comparar uma das salas na qual teve aula com uma sauna, que é um ambiente quente e abafado, inferimos que a experiência de frequentá-la foi incômoda. Contudo, ao ser questionada sobre as caçadas da universidade, a estudante fez uma comparação com o centro da cidade de Viçosa e privilegiou a universidade:

Olha, eu creio. **Acho que ela está mais preparada que o centro da cidade. Uai, Viçosa é um caos, né? [...] Eu acho que a Universidade está muito mais equipada que o Centro [...]** É, eu acho muito mais tranquilo que lá em embaixo. **Lá embaixo de repente você tá andando, aí de repente um buraco na calçada, é terrível.** Aí tem aquele pessoal também que gosta de parar para conversar, né? Sala de visita, aí você tem que ficar esperando para passar porque às vezes tá passando carro. Aqui até que eu não tive esses problemas não, tranquilo. E olha que assim, principalmente a hora que agora a aula acaba, dá pra passar tranquilo. (Ipê 11, mulher, grifo nosso).

A analogia que Ipê 11 utilizou para dizer que o ambiente universitário é um local mais acessível ao idoso foi relevante porque contribuiu para ponderar sobre um dos objetivos

específicos deste trabalho³⁹. Se o Centro de Viçosa não está adequado e seguro para os idosos se locomoverem e se, como abordamos no terceiro capítulo, a função social da universidade, entre outras, é atender as demandas da comunidade ao seu redor, sugerimos como pauta de projetos de extensão a proposta de uma Cidade Amiga do Idoso (OMS, 2008).

Ao falarmos sobre Cidade Amiga do Idoso, não estamos pontuando uma política que nos fará bem apenas quando estivermos velhos. Proporcionar uma cidade sem obstáculos físicos e socialmente segura, por exemplo, beneficiará os que precisam de algum meio de locomoção especial e todos os outros grupos sociais que deixam de usufruí-la por medo de serem vítimas de quedas ou atos de violência.

A OMS (2008), em seu *Guia Global: Cidade Amiga do Idoso*, exemplifica que, quando os idosos sentem segurança na estrutura da cidade, eles procuram trabalhos voluntários para fazer porque não sentem receio em transitar pelas ruas. Com a experiência acumulada ao longo dos anos, eles têm muito a oferecer compartilhando sua experiência com outras gerações. Portanto, compreendemos a relevância deste tema para a comunidade em torno da universidade e, por isso, nossa sugestão como pauta de projetos de extensão.

A comparação da universitária entre a UFV e o centro de Viçosa nos remeteu ao âmbito do Direito, na teoria proposta por Honneth (2003). Ao reconhecer que as calçadas da universidade são mais adequadas aos idosos do que as da cidade, Ipê 11 demonstra saber a diferença entre o cumprimento ou não dos seus direitos enquanto idosa. Podemos considerar que, em alguma medida, ela sente-se reconhecida na esfera do Direito no que toca à acessibilidade da universidade. Este reconhecimento é parcial porque ela destacou o incômodo com a falta de ventilação das salas de aula.

O assunto deste tópico nos remeteu a uma das histórias da série *Grace and Frankie* (2015). Na sexta temporada, Grace se casa com Nick - um homem mais jovem - e se muda para a casa dele. Mas como Nick morava sozinho, a residência estava de acordo com as necessidades dele, que no seu atual momento de vida, não tinha nenhum tipo de limitação física.

Grace começa a perceber que a casa apresentava alguns obstáculos para quem possuía 80 anos e dificuldades de se levantar de assentos muito baixos. Na sala, ao se sentar no sofá, por vezes, precisou de ajuda do marido para levantar. No vaso sanitário também. E então, ela e Frankie viram que desta experiência poderia surgir um novo produto no mercado: um

³⁹ Sugerir ações para o fortalecimento das políticas de reconhecimento dos idosos na UFV.

assento para vasos que inclina e auxilia pessoas com a mesma dificuldade de Grace a se levantarem.

Escolhemos este exemplo porque percebemos que os idosos universitários passam por uma situação similar. Os estudantes jovens que frequentam a instituição não sentem a necessidade de mudança porque não precisam delas. Para eles, a UFV não oferece nenhum tipo de obstáculo. Entretanto, com o ingresso de alunos mais velhos, as dificuldades e desconfortos apareceram.

A nosso ver, este tópico dialoga sobre um conflito social que permeia, majoritariamente, duas esferas de reconhecimento: a do Direito e a da Solidariedade. Os idosos têm a consciência de que seus direitos não estão sendo cumpridos como determina as legislações ou que existe uma diferença entre as regras que são destinadas a eles e aos outros estudantes. Os entrevistados não ficam acomodados em relação ao que lhes incomoda e isso nos fez entender que são sujeitos que tiveram a experiência do vínculo amoroso na infância e por isso a autoconfiança para pontuar o que os desagrada. O não reconhecimento dos direitos dos idosos pode dificultar o desempenho acadêmico satisfatório e a apropriação do conhecimento que é ofertado.

No tocante à Solidariedade, Honneth (2003) assinala que só existe luta social pelo reconhecimento dessa esfera quando a maioria dos sujeitos de um determinado grupo social percebe o desrespeito sofrido como uma ação que os afeta diretamente. E para que isso ocorra, eles precisam se ver como pertencentes ao grupo.

No exemplo desta dissertação, o autor nos conta que isso só acontecerá quando o corpo social reconhecer aquele sujeito como uma pessoa idosa e quando a pessoa também se enxergar como idosa. Essa identidade é construída nas relações intersubjetivas da trajetória social. E o que pudemos observar de toda a análise deste tópico é que, em alguns momentos, os universitários sentem-se como idosos e em outros não. Desta maneira, interpretamos que a luta pelo reconhecimento na esfera da Solidariedade acontece em algumas circunstâncias.

6.4 Os Ipês e a Universidade Federal de Viçosa: para além dos desrespeitos

Nos três tópicos anteriores expomos os desrespeitos e a luta pelo reconhecimento que os universitários idosos da UFV experienciaram. Todavia, dos seus discursos também emanaram sentimentos positivos.

Ao escolhermos os dizeres a seguir, percebemos que as idosas e os idosos entrevistados utilizaram em seus discursos uma série de paráfrases de outros constructos

dispostos na rede discursiva, e que referenciam temáticas relativas à velhice e imaginários relativos a elas. De acordo com Orlandi (2009), essa formação discursiva faz alusão aos discursos que transmitem a mesma ideia, mas que utilizam palavras diferentes.

Tanto as universitárias, quanto os universitários, reconheceram a oportunidade de estudar na UFV como uma experiência positiva: seja pela melhora da saúde física e/ou mental, pela realização de um sonho antigo, pelas relações sociais que estabeleceram após o ingresso na mesma, ou pelo aprendizado pessoal e/ou profissional adquiridos.

Ao elencar esses discursos, buscamos olhar para eles a partir das categorias de Honneth (2003), dialogando, assim, com as teorias que nos deram suporte em todo o processo de construção e análise do *corpus*. Nossa intenção, com esse item, é apenas apresentar os discursos dos estudantes para desconstruirmos a possível ideia de que experienciaram apenas os sentimentos de falta de respeito e reconhecimento.

Ó eu sempre quis... sabe?! Aliás, às vezes eu fico pensando assim ‘ah, eu poderia’ ... ah, hoje eu me arrependendo de não ter tentado fazer um concurso, para universidade né?! Eu sempre tive. **Nossa, eu achava lindo quando eu tava caminhando de manhã, olhando essa menina bonita [...] Minhas duas filhas formaram aqui** (Ipê 4, mulher, grifo nosso).

[...] **a minha relação com a Universidade é de amor eterno**, cheguei aqui em 76, um menino ainda, aquele negócio todo e tudo que eu fui fazendo foi dando certo aqui dentro [...] (Ipê 7, homem, grifo nosso).

Então, eu procurei, assim, parece que eu mesma fui demorando agora com o TCC pra que eu continuasse aluna, sabe? **Pra eu poder vir aqui de vez em quando, sabe? Sentir aquele calor da Universidade e dos professores, que eu fiz, assim, uma amizade muito grande, sabe, com eles.** [...] É uma satisfação pro meu ego... **Eu tô morrendo, sentindo muita falta disso**, daquele horário de eu vir, dos trabalhos, das apostilas, de ler aquilo... (Ipê 2, mulher, grifo nosso).

Nossa é manter a mente ativa, é não ficar na ociosidade, **eu tinha depressão assim aguda ela melhorou assim 90% vamos dizer. É uma benção, né, que essa Universidade é uma maravilha!** [...] **Eu além de gostar de estudar, o meu sonho era ter um diploma superior, ainda mais aqui da UFV** (Ipê 6, mulher, grifo nosso).

Nós temos que dar exemplo, tem que haver um preparo, não só pra professores, como pra aluno também, **porque aqui nós estamos pra aprender, aprender o melhor pra ficar na sociedade. Você entende? Não é só você aprender A, E, I, O, U não, você aprender a escrever, você arranjar um emprego não, você tem que [...] outras pessoas também, e você tem que ter uma condição de ensinar uma outra pessoa que não tem condição**, entendeu? Isso é gostoso (Ipê 1, mulher, grifo nosso).

Confortável, aqui é igual casa, me sinto muito bem aqui. Tanto que eu consegui fazer cinco cursos aqui né, eu tô no sexto, isso que eu tenho dúvidas se eu vou terminar (Ipê 5, homem, grifo nosso).

[...] igual eu te falei, eu tinha quando eu via todo mundo se arrumando, pegando o livro... **Era a vida que eu queria pra mim,** eu lá dando uma de Amélia, valor nenhum, sabe? Se achando assim, ah... **Eu queria estar nessa vida, [...] é aquela lá que eu quero. [...] Eu acho que se eu não tivesse aqui, eu estaria tomando remédio para depressão, estaria com problema,** eu nem sei como é que está meu colesterol porque eu não tenho tempo de olhar colesterol (Ipê 11, mulher, grifo nosso).

De acordo com esses discursos, podemos compreender que, mesmo com as situações de desrespeitos elencadas, os Ipês da Universidade Federal de Viçosa nutrem sentimentos de simpatia pela instituição pelas oportunidades que a mesma ofereceu a eles e a seus filhos, seja no âmbito pessoal ou profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho analisamos os discursos de sete (7) idosos universitários, regularmente matriculados em cursos de graduação da UFV, *campus* Viçosa. Para isso, buscamos, no percurso da pesquisa, discutir os imaginários sociais sobre a velhice, pois compreendemos que estes são atravessados pela ideologia, ou seja, contribuem para o processo de produção de sentidos sobre a temática e incidem sobre o modo como os idosos significam suas experiências pessoais, incluindo aquelas vivenciadas na universidade.

Os estudos acadêmicos, no âmbito da Educação sobre os processos educativos durante a velhice sugerem que é necessário que os idosos se percebam como protagonistas de suas vidas e escolhas. Além disso, foi preciso considerar as contribuições da Gerontologia Educacional e da Educação Gerontológica para pensarmos sobre a forma como nós e a sociedade na qual vivemos entende e acolhe os longevos.

Em um segundo momento, abordamos as três esferas de reconhecimento propostas por Axel Honneth. Nossa explicação foi acompanhada de exemplos dos desrespeitos que os idosos universitários podem ser alvos. Com base nesse arcabouço teórico, analisamos o modo como o desrespeito para com os velhos, por ser construído socialmente, condiciona seus comportamentos e sentidos sobre o envelhecimento, afetando suas percepções sobre si e sobre seus direitos.

Para compreender a relação dos idosos com a Universidade, foi necessário nos reportarmos à história da criação das IES brasileiras e as diferentes funções sociais às quais se filiam. No âmbito do resgate histórico, pontuamos os benefícios que o ensino, a extensão e a pesquisa podem proporcionar à sociedade, compreendendo a universidade como espaço de construção coletiva de conhecimentos, valores e práticas.

Acreditamos ser de interesse público que as universidades brasileiras assumam seu compromisso com a formação profissional e humana de seus graduandos. Porém, para que isso ocorra, as IES devem proporcionar, além da formação para o mercado de trabalho, espaços de debate que promovam a conscientização da comunidade escolar universitária das relações de opressão presentes na sociedade, com vistas à emancipação social. Nesse sentido, são fundamentais conhecermos e nos apropriarmos das determinações legais acerca do Ensino Superior que corroboram a perspectiva de que o principal papel de uma universidade pública é devolver em forma de benefícios - seja na qualidade dos profissionais, seja na realização pessoal de seus egressos - o investimento financeiro que a sociedade depositou na mesma.

Após esta discussão, abordamos os trabalhos desenvolvidos por outros pesquisadores sobre o tema desta dissertação: a inclusão e a permanência dos idosos universitários nas instituições de ensino. A escassez de resultados nos fez refletir sobre o silêncio em torno de um grupo social que, por vezes, é considerado socialmente invisível. Exploramos o resultado encontrado e fornecemos informações sobre o número de idosos que ingressaram nos três (3) *campi* da UFV, entre 2014 e 2019. Nossa constatação, acerca dessa discussão, nos leva a inferir que os poucos resultados são o reflexo do número ainda reduzido de idosos regularmente matriculados no Ensino Superior.

O referencial teórico-metodológico que embasou a pesquisa foi a Análise do Discurso (AD), de linha francesa, tendo como principal representante Eni Orlandi. De acordo com os dados obtidos na Pró-Reitoria de Ensino da UFV, havia doze (12) pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos matriculados nos cursos de graduação. Contudo, somente sete (7) aceitaram participar das entrevistas. A análise do *corpus* passou pelo processo de superficialização, no qual buscamos identificar as analogias e metáforas que se produziram durante a realização da entrevista semiestruturada.

A partir de uma investigação sobre as paráfrases e polissemias, materializadas nos textos das entrevistas, buscamos compreender como os estudantes idosos matriculados na UFV compreendem seus processos de inserção nos cursos de graduação. Esse *corpus* foi analisado à luz das esferas do reconhecimento discutidas por Honneth: Amor, Direito e Solidariedade, contribuindo para interpretar o modo como os estudantes idosos da UFV se relacionam com a instituição e suas motivações particulares para o retorno à Universidade, bem como os desafios enfrentados e os sentimentos que acompanham todo o processo vivenciado.

Partimos da compreensão de que os imaginários sociais sobre a universidade e sobre a velhice se entrelaçam, incidindo sobre suas experiências universitárias e sobre o modo como interagem com os professores e os colegas de turma. Esses mesmos imaginários, ao se materializarem nos discursos, são importantes para melhor entender como esses idosos buscam superar os desafios culturais, cognitivos, físicos, emocionais e psicológicos encontrados no processo.

Considerando as etapas preliminares de compreensão das condições de produção amplas da pesquisa, envolvendo a temática dos idosos universitários e as teorias que contribuíram para o processo de análise do *corpus* selecionado, trazemos os principais resultados obtidos nessa investigação, que se basearam nas esferas do reconhecimento de Honneth (2003).

Na primeira esfera que mencionamos - a do Amor - analisamos os discursos dos sujeitos sobre as *relações intergeracionais*. Compreendemos que estas são marcadas por relações paternalistas/maternalistas (entre os longevos e colegas de sala), pelo sentimento de exclusão dos grupos de trabalho, pela ausência do reconhecimento do próprio sujeito enquanto idoso e das pessoas que convivem com ele, pelo aprendizado na convivência com os colegas mais jovens e pela aceitação mútua das características individuais entre as partes.

Durante a pesquisa, partimos do entendimento de que não é possível generalizar a velhice e o processo de envelhecimento. E, após as análises dos discursos que fazem referência, predominantemente, à esfera do Amor, e o também do Quadro 07 no qual elencamos informações que demonstram a diversidade das vivências, identificamos que cada um dos entrevistados possui experiências distintas e enxerga as mesmas pelo olhar que aprendeu com seus antepassados, com a cultura da sociedade na qual cresceu e estava inserido no momento da entrevista.

Desta maneira, não podemos afirmar que todos são reconhecidos na esfera do Amor, em relação ao tema analisado. Entretanto, os excertos nos levam a interpretar que os universitários que se veem como idosos conseguem perceber os desrespeitos sofridos e denunciá-los. Por esta leitura, deduzimos que possuem a autoconfiança necessária para participar da vida pública, portanto, na infância, tiveram êxito na construção do vínculo amoroso com os familiares.

Essas compreensões nos permitem sugerir à Universidade Federal de Viçosa que, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD), promova e incentive a participação de todos os estudantes - idosos ou não - em palestras e rodas de conversa que versem sobre os mitos do processo de envelhecimento e da velhice e sobre as vantagens as relações intergeracionais.

Também sugerimos o estímulo às atividades extra-acadêmicas, em grupos compostos por pessoas de idades diferentes, nos quais se efetivem ações que potencializem a autoestima dos idosos, por meio do conhecimento sobre seus direitos enquanto estudantes universitários. Entendemos que essas sugestões são relevantes porque, conforme discutimos no primeiro capítulo, não são todas as pessoas que cresceram com um olhar positivo sobre a velhice e os idosos.

A segunda esfera da Teoria do Reconhecimento é a do Direito. A partir desta, analisamos os excertos que fizeram referência aos *estereótipos sobre a velhice*. A partir de nossa análise, podemos afirmar que a sociedade, de uma forma geral, vê as idosas que retornam ou iniciam os estudos em uma universidade de forma pejorativa. Contudo, essa

mesma sociedade não percebe nenhum inconveniente se o idoso que é estudante de graduação for do sexo masculino.

No que concerne às idosas, percebemos que os comentários desestimuladores emanam - principalmente - de amigos. Elas são denominadas “doidas” por estudarem numa fase da vida que a sociedade geralmente compreende que deveriam descansar; são questionadas pelos motivos da frequência à universidade, uma vez que não auferirão lucros financeiros; e/ou se pretendem trabalhar na área na qual estão se formando; são alvos de atitudes preconceituosas de forma sutil; e também são acusadas de estar “tomando o lugar dos jovens”.

Ponderamos acerca da diferença de tratamento entre os idosos e as idosas, inferindo que os desrespeitos acontecem com elas porque, além de velhas, também são mulheres. Na sociedade brasileira, o patriarcalismo permeia o imaginário há séculos e faz com que se perpetue a ideia errônea de que a mulher possui menos direitos do que os homens.

Relativamente ao reconhecimento na esfera do Direito, nos parece adequado retomar a interpretação que fizemos em relação à esfera do Amor. Também percebemos a heterogeneidade da velhice nas interpretações sobre este tema, então não foi possível tecer as mesmas considerações para todos os entrevistados.

Acerca dos idosos do sexo masculino, inferimos que estes são reconhecidos na esfera do Direito. Para Honneth (2003), existe o reconhecimento nesta esfera quando todos os membros de um grupo social devem seguir as mesmas regras ou possuem os mesmos direitos e deveres. Os idosos, por não serem questionados ou serem alvo de situações preconceituosas, se assemelham aos universitários mais jovens, pois estes não precisam justificar sua presença em uma IES, tampouco são acusados de tomar o lugar de alguém.

Por outro lado, as idosas entrevistadas parecem não se sentir reconhecidas na esfera do Direito, no que tange aos *estereótipos sobre a velhice*. Elas denunciam as discriminações que sofrem por causa da idade (idadismo) e buscam superar os desafios por meio do estudo e da tomada de posição. O fato de se posicionarem acerca dos desrespeitos nos faz inferir que essas mulheres tiveram o reconhecimento na esfera do Amor na infância, uma vez que possuem autoconfiança para denunciar os preconceitos e requerer seus direitos.

Tendo em vista essas compreensões, indicamos que sejam desenvolvidas ações que tentem conscientizar todos os públicos da universidade - alunos, professores, funcionários, homens, mulheres, jovens e velhos - sobre os efeitos danosos das atitudes e concepções patriarcais.

Sabemos que o ambiente universitário é apenas uma extensão da sociedade e que a efetiva mudança de pensamento é um trabalho permanente. Mas, se no ambiente no qual

estudam, as idosas sentirem-se respeitadas e acolhidas em suas particularidades, a universidade cumprirá com uma de suas funções, que é a de promover a formação humana de todos os seus estudantes.

Na análise dos discursos que relacionamos à esfera da Solidariedade identificamos traços discursivos de ausência de reconhecimento nesse âmbito quando analisamos os excertos, que no trabalho com as paráfrases, fizeram remissão aos *idosos com deficiência e à acessibilidade na UFV*. Essa questão se materializou no texto das entrevistas, chamando a atenção para a necessidade de um atendimento especializado a esses estudantes. Cada longo apresentou aspectos e necessidades diferentes - como pode ser observado nos apontamentos sobre o que poderia ser melhorado na universidade, e que colaborou, novamente, para pensarmos o quão diversas são as velhices desses universitários. As sugestões abarcaram as condições de ventilação, iluminação e mobiliário das salas de aulas, reserva de vagas em estacionamentos para idosos, a ausência de elevadores nos prédios e o não reconhecimento das necessidades de condições especiais para o aprendizado que duas idosas.

Percebemos, por meio da análise, que os idosos, em sua maioria, identificam a ausência de seus direitos e que, ao denunciá-los, demonstram que o estabelecimento do vínculo amoroso na infância foi uma experiência exitosa.

De um modo geral, os resultados desta pesquisa nos permitem realizar algumas sugestões para um maior reconhecimento dos idosos universitários, tais como a necessidade: i) de que a Unidade de Políticas Inclusivas (UPI) reveja quais alunos realmente precisam utilizar seus serviços. Inferimos que a ausência desse respaldo faz com que os professores não compreendam as especificidades de aprendizagem desses estudantes; ii) de que seja dada atenção à estrutura física da UFV - acesso aos prédios, mobiliário e salas de aulas - pois esta possui parte de seus prédios construídos em uma época na qual não se esperava o ingresso de estudantes que precisariam de algum tipo de acessibilidade.

Com relação ao segundo indicativo, reiteramos a relevância do projeto Cidade Amiga do Idoso. Ele pode ser uma inspiração para a criação da *Universidade Amiga do Idoso*, a qual contemple em seus projetos estruturais a construção de rampas e a disponibilidade de elevadores em seus prédios, a utilização de carteiras mais confortáveis e espaçosas e a melhoria da ventilação e da iluminação das salas de aulas. Desse modo, a Universidade estaria contribuindo com a qualificação do processo de ensino e aprendizado de todos os universitários - idosos ou não.

No início desta dissertação elegemos como objetivo geral compreender as relações de reconhecimento que os alunos idosos da UFV mantêm com a mesma. Baseando-nos no que

foi exposto, compreendemos que os idosos universitários ainda não são reconhecidos em todas as esferas de reconhecimento propostas e temas analisados. Faltam-lhes o respeito pela sua condição de ser idoso e a aceitação do mesmo como igual em direitos. Contudo, reiteramos que o acolhimento proporcionado por alguns colegas e funcionários são as bases das lutas pelo reconhecimento social que podem culminar no reconhecimento desejado. Logo, as propostas de fortalecimento para o reconhecimento dos idosos podem funcionar como uma direção caso a UFV deseje reconhecer, verdadeiramente, esse grupo social, e para que esse mesmo grupo se sinta portador de reconhecimento.

Diante do exposto, acreditamos que nosso trabalho contribui para o debate sobre a construção de uma sociedade que reconheça os idosos como portadores de direitos e deveres, tanto quanto as pessoas mais novas. Almejamos, também, a desconstrução de preconceitos em relação ao idoso, ao processo de envelhecimento e à velhice porque acreditamos que os imaginários sociais sobre estes temas influenciam positiva ou negativamente na forma como as pessoas, que possuem idade igual ou superior a sessenta anos, são tratadas. No âmbito da ciência, pretendemos contribuir para pensar - e respeitar - o novo lugar que os idosos estão procurando para envelhecer. O ambiente universitário é um desses espaços e, além dos benefícios à saúde física e mental, é necessário que as IES se atentem para os direitos deste público.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana Guerra. As esferas do reconhecimento: uma introdução à Axel Honneth. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 14, n.01, p. 127-143, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172011000100010. Acesso em: 02 mar. 2018.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. (Tradução de Joaquim José de Moura Ramos). Lisboa: Editora Presença, 1980.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNADJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

ALVES, Paulo. FaceApp: sucesso de filtro de velho faz outros apps ficarem populares. **Tech Tudo**. 17 jul. 2019. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/listas/2019/07/faceapp-sucesso-de-filtro-de-velho-faz-outras-apps-ficarem-populares.ghtml> . Acesso em: 15 abr. 2020.

ALVES, Rubem. **As cores do crepúsculo: a estética do envelhecer**. 3. ed. Campinas: Editora Papirus, 2002.

ANGELIN, Rosângela. Direitos humanos das mulheres e movimentos feministas nas sociedades multiculturais: uma leitura a partir da perspectiva teórica do reconhecimento e da redistribuição de gênero em Axel Honneth e Nancy Fraser. CONGRESSO INTERNACIONAL DA FACULDADE EST. **Anais do Congresso Internacional da Faculdade EST. São Leopoldo: EST**, v.2, 2014. p. 444-458. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/viewFile/248/213>. Acesso em: 20 fev. 2020.

ASSIS, Marcela Guimarães; DIAS, Rosângela Corrêa; NECHA, Ruth Myssior. A universidade para a terceira idade na construção da cidadania da pessoa idosa. *In*: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (orgs). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.p. 199-209.

BAPTISTA, Simone Nogueira. **Gerontologia educativa: a educação como mecanismo capaz de conceber empowerment à pessoa idosa**. 2018. Dissertação (Mestrado em Gerontologia Social). Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Portugal, 2018.

BOGDAN, Roberto; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**. (Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista). Porto: Porto Editora, 1994.

BOHM, Verônica. Do casulo para o voo: o desafio do trabalho com cuidadoras de idosos. *In*: SANTOS. Sueli Souza dos; CARLOS, Sérgio Antônio (orgs.). **Envelhecendo com apetite pela vida: interlocuções psicossociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. p.129 - 147

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3.ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BOTH, Agostinho. **Educação Gerontológica: posições e proposições**. Erechim: São Cristóvão, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos da Educação**. (Organização de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani). Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. (Tradução de Miguel Serras Pereira). Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. *In*: BOURDIEU, Pierre. (org.) **A miséria do mundo**. (Tradutores Mateus S. Soares Azevedo, Jaime A. Clasen, Sérgio H. de Freitas Guimarães, Marcus Antunes Penchel, Guilherme J. de Freitas Teixeira, Jairo Veloso Vargas). Petrópolis: Vozes, 2007. p. 693-731.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. *In*: BOURDIEU, Pierre. (org.) **A miséria do mundo**. (Tradutores Mateus S. Soares Azevedo, Jaime A. Clasen, Sérgio H. de Freitas Guimarães, Marcus Antunes Penchel, Guilherme J. de Freitas Teixeira, Jairo Veloso Vargas). Petrópolis: Vozes, 2007. p. 481-486.

BRASIL. [A democratização e expansão da educação superior no país entre 2003-2014]. **Ministério da Educação**. Brasília, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 05. out. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.772 de 28 de dezembro de 2012. **Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal e dá outras providências**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112772.htm Acesso em: 05 jul. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional da Pessoa Idosa. **Substituição de Nomenclatura**. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm . Acesso em 29 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.741.htm >. Acesso em 15 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm . Acesso em: 29 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasília, DF, 2012. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm . Acesso em: 03 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994. **Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.** Brasília, DF, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L8842.htm Acesso em: 05 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria do Ensino Fundamental, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2019.

BRASIL. PLC nº 11/2016, 20 mai. 2016. **Cria e regulamenta as profissões de Cuidador da Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara e dá outras providências.** Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4037414&ts=1567533680221&disposition=inline>. Acesso em: 21 set. 2019.

BRASIL. Veto nº 25/2019. **Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 11 de 2016.** Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7977840&ts=1568724108416&disposition=inline>. Acesso em: 21 set. 2019.

BRITTO DA MOTTA, Alda. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos Pagu.** Campinas, n.13, p. 191-221, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635327>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRITTO DA MOTTA, Alda. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre envelhecimento. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, mai./ago, 2010, p. 225-250. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000200005. Acesso em: 12 abr. 2020.

BUARQUE, Cristovam. **A aventura da universidade.** 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2000.

CACHIONI, Meire; DELFINO, Laís Lopes; YASSUDA, Mônica Sanches; BATISTONI, Samila Sathler Tavares; MELO, Ruth Caldeira de; DOMINGUES, Marisa Accioly Rodrigues da Costa. Bem estar subjetivo e psicológico de idosos participantes de uma Universidade Aberta à Terceira Idade. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia.** Rio de Janeiro, v. 3, n.20, p. 340-352, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbagg/v20n3/1809-9823-rbagg-20-03-00340.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2018.

CACHIONI, Meire; ORDONEZ, Tiago Nascimento; BATISTONI, Samila Sathler Tavares, LIMA-SILVA, Taís Bento. Metodologias e estratégias pedagógicas utilizadas por educadores de uma Universidade Aberta à Terceira Idade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 81-103, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/45741>. Acesso em: 01 mar. 2018.

CAMARANO, Ana Amélia. Instituições de longa permanência e outras modalidades de arranjos domiciliares para idosos. *In*: NERI, Anita Liberalesso. (org). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC, 2007. p. 169-190.

CARDOSO, Andréia. Ribeiro. **Avós no Século XXI: mutações e rearranjos na família contemporânea**. Curitiba: Juruá Ed., 2011.

CASTRO, Gisela G. S. Precisamos discutir sobre o idadismo. **Mais 60: estudos sobre o envelhecimento**, São Paulo, v. 28, n. 57, p. 38-55, mai./ 2017. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/11196_PRECISAMOS+DISCUTIR+SOBRE+O+IDADISMO. Acesso em: 12 dez. 2019.

CENTRO INTERNACIONAL DE LONGEVIDADE - BRASIL. **Construindo o Futuro do Envelhecimento**. IV Fórum Internacional da Longevidade. Rio de Janeiro, RJ: ILC, Brazil, 2019. Disponível em: http://ilcbrazil.org/portugues/wp-content/uploads/sites/4/2019/03/RELAT%C3%93RIO-FINAL_VI-F%C3%93RUM.pdf. Acesso em: 30 mar. 2020.

CIELO, Patrícia Fortes Lopes Donzele; VAZ, Elizabete Ribeiro de Carvalho. A legislação brasileira e o idoso. **Revista CEPPG/CESUC**, Catalão, n. 21, p. 33-46, fev./2009. Disponível em: http://www.portalcatalao.com/painel_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/temp/d69c5c83201f5bfe256b30a1bd46cec4.pdf. Acesso em: 01 mar. 2018.

CÔRTE, Beltrina. “Com que roupa” eu vou envelhecer? **Mais 60 - Estudos sobre o Envelhecimento**, São Paulo, v. 28, n. 70, p. 08-23, abr. 2018. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/12554_COM+QUE+ROUPA+EU+VOU+ENVELHECER. Acesso em: 01 mai. 2018.

CURSO de extensão em Língua Inglesa - CELIN. **Projeto de Ensino de Inglês tem sua aula inaugural nesta quinta-feira**, 26/04. Viçosa, 27 abr. 2018. Disponível em: <https://celin.prelin.org.br/noticia/projeto-de-ensino-de-ingles-para-idosos-tem-sua-aula-inaugural-nesta-quinta-feira-2604>. Acesso em: 27 nov. 2018.

D’ALENCAR, Raimunda Silva. Velhice e educação ao longo da vida: um imperativo para um convívio mais humano. **Memorialidades**, n.15, p.167-191, jan/jun 2011. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/memorialidades/article/view/92>. Acesso em: 01 mar. 2018.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**. 1. ed. São Paulo: EDU SP, 2012.

DOLL, Johannes. Educação, cultura e lazer: perspectivas de velhice bem-sucedida. *In*: NERI, Anita Liberalesso. (org). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC, 2007.p. 109-123.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p.139-154, março/2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

ELIAS, Nobert. **A solidão dos moribundos**. (Tradução de Plínio Dentzien). Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2012.

ELSA E FRED: um amor de paixão. Direção: Marcos Carnevale. Argentina: Columbia TriStar Films de Argentina / Paris Filmes. 2005. 108 min. son. color. Disponível em: <https://www.netflix.com>. Acesso em: 01 dez. 2019.

ENVELHESCÊNCIA. Direção: Gabriel Martinez. São Paulo: Lado B Digital Filmes, 2018. 1h 24min, color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i4cLyLdK5EA>. Acesso em: 19 dez. 2018.

FACEBOOK. UNIEDHS/UFV. Viçosa. Disponível em: <https://www.facebook.com/uniedhs/>. Acesso em: 08 jul. 2019.

FARIAS, Lina; SANTOS, Luiz Antônio de Castro; PATIÑO, Rafael Andrés. A fenomenologia do envelhecer e da morte na perspectiva de Norbert Elias. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 33, n. 12, p. 1-11, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-311X2017001203001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 mar. 2018.

FELIPE, Thaiza Wanessa Silva Souza; SOUSA, Sandra Maria Nascimento. A construção da categoria velhice e seus significados. **PRACS - Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v.7, n.2, p. 19-33, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/1384>. Acesso em: 01 mar. 2018.

FERNANDES, Maria das Graças Melo; GARCIA, Loreley Gomes. O sentido da velhice para homens e mulheres. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.19, n.4, p. 771-783, out./dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902010000400005. Acesso em: 03 abr. 2020.

FERRIGNO, José Carlos. O estigma da velhice: uma análise do preconceito aos velhos à luz das ideias de Erving Goffman. **A Terceira Idade**. São Paulo: v. 3, p. 24, p.48-56, abr./2002. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/8266_ENVELHECER+BEM+NO+TRABALHO+POSSIBILIDADES+INDIVIDUAIS+ORGANIZACIONAIS+E+SOCIAIS Acesso em: 12 dez. 2019.

FERRIGNO, José Carlos. O idoso como mestre e aluno das novas gerações. *In:* ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (orgs.) **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016, p. 211-223. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/161006_livro_politica_nacional_idosos.PDF. Acesso em: 10 jan. 2020.

FRANÇA, Lúcia Helena de Freitas Pinho; SOARES, Dulce Helena Penna. Preparação para a aposentadoria como parte da Educação ao Longo da Vida. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 4, n. 29, p. 738-751, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932009000400007&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 02 jun. 2019.

FRANCO, Cassandra Maria Bastos; BARROS JÚNIOR, Francisco Oliveira. O envelhecimento ativo e o espaço acadêmico: significações das pessoas idosas do programa integração de gerações em Teresina-PI. **Revista FSA**, v. 10, n. 4, p. 334-346, out./dez 2013. Disponível em: file:///E:/User/Downloads/199-748-2-PB.pdf . Acesso em: 01 mar. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1994.

GEREMIAS, Bethania. Medeiros. **Produção de sentidos sobre tecnologia no grupo Observatório da Educação-ciências: discursos e problematizações**. 2017. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/168028/340685.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 07 fev. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel, RAMOS, Ieda Cristina Alves; RIQUINHO, Denise Lisboa; SANTOS, Daniel Labernarde. Estrutura do projeto de pesquisa. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (orgs.) **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS Ed, 2009. p. 65-88.

GIL, Henrique. Educação gerontológica na contemporaneidade: a gerontagogia, as universidades de terceira idade e os nativos digitais. **RBCEH**, Passo Fundo: v.12, n.03, p. 212-233, set/dez 2015. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/6005>. Acesso em: 01 mar. 2018.

GOLDENBERG, Mirian. **A bela velhice**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405/>. Acesso em: 01 mar. 2018.

GRACE E FRANKIE. Direção: Tate Taylor e Scott Winant. Los Angeles: Netflix. 2015. 25-35 min. son. color. Disponível em: <https://www.netflix.com>. Acesso em: 20 jul. 2018.

GROEN, Hendrik. **Tentativas de se fazer algo da vida**. (Tradução de Mariângela Guimarães). 1. ed. São Paulo: Editora Planeta, 2016.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. Uma universidade para a inclusão e a emancipação: reflexões. *In*: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de (org.) **Da universidade necessária à universidade emancipatória**. Brasília: Editora Unb, 2012. p. 163-186.

HISTÓRICO do programa municipal da terceira idade (PMTI). **Centro de Referência da Assistência Social de Viçosa - MG**. Viçosa, 31 mar. 2007. Disponível em: <<http://crasvicosa.blogspot.com.br/2010/08/pmti-realiza-festa-em-homenagem-aos.html>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática dos conflitos morais**. (Tradução Luiz Repa). 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

INOUYE, Keika, ORLANDI, Fabiana de Souza, PAVARINI, Sofia Cristina Iost, PEDRAZZANI, Elisete Silva. Efeito da Universidade Aberta à Terceira Idade sobre a qualidade de vida do idoso. **Educ. Pesqui.** São Paulo: v.44, p. 01-19, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1517-97022018000100300&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 01 mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. [Brasília, DF]: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf . Acesso em: 19 jul. 2019.

In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil -2017**: breve análise da evolução da mortalidade no Brasil. [Brasília, DF]: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Tabuas_Completas_de_Mortalidade/Tabuas_Completas_de_Mortalidade_2017/tabua_de_mortalidade_2017_analise.pdf . Acesso em: 30 nov. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas do ENEM**. [Brasília, DF]: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-do-enem>. Acesso em: 28 set. 2019.

KARPF, Anne. **Como envelhecer**. (Tradução de Michele Gerhardt). Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

LIMA, Cristina Rodrigues. **Programas Intergeracionais**: um estudo sobre as atividades que aproximam as diversas gerações. Campinas: Editora Alínea, 2008.

LIMA, Mariúza Peloso. **Gerontologia Educacional**: Uma Pedagogia Específica para o Idoso. São Paulo: LTr, 2001.

LIMA, Lara Carvalho Vilela de; BUENO, Cléria Maria Lobo Bittar. Envelhecimento e gênero: a vulnerabilidade de idosas no Brasil. **Revista Saúde e Pesquisa**, v. 2, n. 2, p. 273-280, mai./ago., 2009. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/1173>. Acesso em: 13 abr. 2020.

LOLLI, Maria Carolina G. dos Santos; LOLLI, Luiz Fernando; MAIO, Eliane Rose. Universidade aberta à terceira idade: uma tentativa de emancipação. **Revista Labor**: v. 1, n. 12, p. 131-151, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6579>. Acesso em: 01 mar. 2019.

LUCHESE, Bruna Moretti; DUPAS, Giselle; PAVARINI, Sofia Cristina Iost. Avaliação da atitude de crianças que convivem com idosos em relação à velhice. **Rev. Gaúcha de Enfermagem**, v.4, nº29, p. 33-40, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1983-14472012000400004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 1 jun. 2019.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1996.

MARTÍN, Antonio Víctor. Gerontologia educativa: enquadramento disciplinar para o estudo e intervenção socioeducativo com idosos. *In: OSÓRIO, Agustin Requejo; PINTO, Fernando Cabral (orgs.) As pessoas idosas: contexto social e intervenção educativa*. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.p. 47-73.

MAUGER, Gérard. Violência Simbólica. *In: CATANI, Alfredo Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula, MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso. Vocabulário Bourdieu*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 359-360.

MEUCCI, Arthur. Sobre o envelhecimento como problema. **Filosofia: ciência e vida**. São Paulo, n. 80, p. 72-73, 2013. Disponível em: <http://meucci.com.br/wp-content/uploads/2013/09/Revista-Filosofia-Coluna-80-Arthur-Meucci.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2018.

MINÓ, Nádia Marota; SOUZA, Rita de Cássia; FARIAS, Rita de Cássia Pereira. **Educação Gerontológica: um estudo com idosos frequentadores do Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI) Viçosa/MG**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Departamento de Educação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2013.

NÃO QUERO SER BATOM A VIDA TODA. Direção: Lide UFF. Niterói: Youtube. 2014. 25 min 03 seg. son. color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WZVsx2AveHU> . Acesso em: 15 abr. 2020.

NEAD 30 anos. **Núcleo de Educação de Adultos**. Viçosa. Disponível em: <http://www.nead30anos.ufv.br/>. Acesso em: 12 out. 2018.

NERI, Anita. Liberalesso. **Palavras-chave em Gerontologia**. 4. ed. Campinas: Alínea Editora, 2014.

O MÉTODO KOMINSKY. Direção: Churck Lorre. Estados Unidos da América: Netflix. 2018. 22-33 min. son. color. Disponível em: <https://www.netflix.com>. Acesso em: 01 dez. 2019.

ORLANDI, Eni. Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *In: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Guia Global: Cidade Amiga do Idoso*. Genebra, 2008. Disponível em: <https://www.who.int/ageing/GuiaAFCPortuguese.pdf> . Acesso em: 20 jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *In: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde (Resumo)*. Genebra, 2015. Disponível em: <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf> . Acesso em: 17 ago. 2018.

OSÓRIO, Agustin Requejo. Os idosos na sociedade actual. *In*: OSÓRIO, Agustin Requejo; PINTO, Fernando Cabral (orgs). **As pessoas idosas: Contexto Social e Intervenção Educativa**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007. p. 11-46.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. (Tradução de Eni Puccinelli Orlandi). 7. ed.. Campinas: Pontes Editores, 1990.

PERA, Guilherme; MENEZES, Dyelle. MEC lança programa para aumentar a autonomia financeira de universidades e institutos. **Ministério da Educação**. Brasília, 17 jul. 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/content/index.php?option=com_content&view=article&id=78211:mec-lanca-programa-para-aumentar-a-autonomia-financeira-de-universidades-e-institutos&catid=212&Itemid=86 . Acesso em: 05 out. 2019.

PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da universidade**. São Paulo: Ed. Cortez, 1986.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 8. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1993.

PROJETO de Educação Física oferece ginástica a pessoas de meia e terceira idades. **UFV multicampi**, Viçosa, 26 jan. 2017. Disponível em: https://www2.dti.ufv.br/ccs_noticias/scripts/exibeNoticia.php?codNot=26510&link=corpo; . Acesso em 20 jul. 201

REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira; MEIRA, Anita Monik Teixeira; MOITINHO, Cleidemar Ramos. História de vida de idosos no Ensino Superior: percursos inesperados de longevidade escolar. **Revista Exitus**. Santarém, v.8, nº3, p. 340-369, set./dez, 2018. Disponível em: [file:///E:/User/Downloads/649-1258-2-PB%20\(4\).pdf](file:///E:/User/Downloads/649-1258-2-PB%20(4).pdf). Acesso em: 01 mar. 2019.

RELATÓRIO UFV. **Pró Reitoria de Planejamento e Orçamento**. Viçosa, MG. Disponível em: <https://www.dti.ufv.br/relatorioufv/>. Acesso em: 22 set. 2019.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1969.

RODRIGUES, Lizete de Souza; SOARES, Geraldo Antônio. Velho, idoso e terceira idade na sociedade contemporânea. **Revista Ágora**. Vitória: n. 4, p. 1-29, 2006. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/1901>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ROZENDO, Adriano; JUSTO, José Sterza. Velhice e Terceira Idade: tempo, espaço e subjetividade. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 14, n.2, p.143-159, jun. 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/8212/6112> . Acesso em: 13 abr. 2020.

SANTOS, Sueli Souza dos. Sexualidade: uma inscrição sem ponto final. *In*: SANTOS, Sueli Souza dos; CARLOS, Sérgio Antônio (orgs.). **Envelhecendo com apetite pela vida: interlocuções psicossociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. p. 31-52

SCIULO, Marília Mara. Cientistas estudam formas de “curar” o envelhecimento. **Revista Galileu**. 30 jul. 2019. Disponível em:

<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2019/07/cientistas-estudam-forma-de-curar-o-envelhecimento.html>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SÊNECA. **A brevidade da vida**. (Tradução, notas e introdução de William Li). São Paulo: Ed. Nova Alexandria, 1993.

SOARES, Dulce Helena Penna; SARRIERA, Jorge Casrellá. O tempo livre na aposentadoria: uma experiência no Aposent-ação. *In*: SANTOS. Sueli Souza dos; CARLOS, Sérgio Antônio. (orgs.). **Envelhecendo com apetite pela vida**: interlocuções psicossociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. p. 109-128.

STANGHILIN, Andrielli Silva dos Santos. Ensino Superior: A importância da educação acadêmica universitária para a pessoa idosa. **Revista Internacional de Apoyo a Lainclusión, Logopedia, Sociedad y Multiculturalidad**. Espanha, v.3, nº4, p.58-72, out., 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6941003>. Acesso em: 11 set. 2019.

TED (Ideas worth spreading). Vamos acabar com o preconceito de idade. Ashton Applewhite. Tradução: Maurício Kakuei Tanaka. 2017. 11 min 30 seg, color. Disponível em: https://www.ted.com/talks/ashton_applewhite_let_s_end_ageism?language=pt-br . Acesso em: 10 dez. 2019.

THIN, Daniel. Para uma análise das relações entre famílias populares escola: confrontação entre lógicas socializadoras. (Tradução de Anna Carolina da Matta Machado). **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 211-225, maio/ago., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a02v11n32.pdf> . Acesso em: 25 abr. 2020.

TONI, Isabel Marrachinho. Universidade da Terceira Idade: espaço de novos saberes para novos fazeres. **Memorialidades**, n. 15, p. 63-84, jan/jun/2011. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/memorialidades/article/view/87>. Acesso em: 01 mar. 2018.

TRINDADE, Héliogio. Por um novo projeto universitário: da ‘universidade em ruínas’ à ‘universidade emancipatória’. *In*: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de (org.) **Da universidade necessária à universidade emancipatória**. Brasília: Editora Unb, 2012. p. 89-142.

VELLAS, François. Entrevista com o Professor François Vellas. [Entrevista cedida a] Adriano da Silva Rozendo. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, 2015, p. 213-217. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbagg/v18n1/1809-9823-rbagg-18-01-00213.pdf> Acesso em: 20 jul. 2017.

VIÇOSA. [Lei nº 1.828/2007]. **Dispõe sobre a criação e funcionamento do PMTI**. Viçosa, MG: 2007. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/v/vicosa/lei-ordinaria/2007/182/1828/lei-ordinaria-n-1828-2007-dispoe-sobre-o-reconhecimento-e-funcionamento-do-programa-municipal-da-terceira-idade-de-vicosa-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 05 out. 2018.

ZAIMAN, Claude. Educação e socialização. *In*: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.) **Dicionário Crítico do Feminino**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.